



2009

Relatório de Gestão
Demonstrações Financeiras
Governo da Sociedade
Sustentabilidade

REFER 

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2009. Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 305.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Ficha Técnica

Propriedade Rede Ferroviária Nacional REFER EPE

Editores REFER | EF - Direcção de Coordenação de Economia e Finanças

Design | Produção REFER | Direcção de Comunicação e Imagem

Fotografias Arquivo REFER

www.refer.pt

Índice

PARTE I – Relatório de Gestão	6
Mensagem do Conselho de Administração	7
Síntese de Indicadores	10
Síntese do Ano	11
Conjuntura Económica	17
Evolução da Actividade	20
Gestão da Infra-estrutura	21
Conservação	27
Exploração	28
Investimentos	32
Actividades Complementares	41
Ambiente	42
Património	45
Segurança	46
Recursos Humanos	48
Participações	52
Resultados e Estrutura Patrimonial	56
Gestão da Dívida Financeira	64
Perspectivas de Futuro	70
Aplicação de Resultados	71
PARTE II – Demonstrações Financeiras e Notas	72
Declaração de Cumprimento	73
Demonstrações Financeiras	74
Notas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009	79
1 Actividade Económica da REFER	79
1.1 Missões da REFER	79
1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER	80
2 Bases de apresentação e políticas contabilísticas	82
2.1 Bases de apresentação	82
2.2 Políticas contabilísticas	83
2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras	94
3 Políticas de Gestão de Risco Financeiro	95
4 Actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração	100
4.1 ILD – Investimentos Longa Duração	101
4.1.1 Gastos financeiros capitalizados	102
4.2 Rentabilização de Activos	102
4.3 Fundos circulantes	102
4.3.1 Inventários	103
4.3.2 Fornecedores e outras contas a pagar	103
4.3.3 Saldos a Receber	103
4.4 Subsídios	103
4.5 Gastos de Empréstimos	105
4.6 Empréstimos Obtidos	106
4.6.1 Dívidas a Instituições de Crédito	106

5	Gestão da Infra-estrutura	109
5.1	Activos Fixos Tangíveis	109
5.2	Activos Intangíveis	112
5.3	Investimentos em Subsidiárias	113
5.4	Investimentos em Associadas	114
5.5	Categorias de acordo com a IAS 39	116
5.6	Activos financeiros disponíveis para venda	118
5.7	Empréstimos e contas a receber	118
5.8	Inventários	119
5.9	Instrumentos financeiros derivados	119
5.10	Clientes e outras contas a receber	121
5.11	Caixa e equivalentes a caixa	122
5.12	Empréstimos obtidos	123
5.12.1	Empréstimos correntes e não correntes	123
5.12.2	Termos e prazos de reembolso dos empréstimos	123
5.13	Fornecedores e outras contas a pagar	124
5.14	Provisões	125
5.15	Impostos sobre o rendimento	126
5.16	Prestação de serviços e subsídios à exploração	126
5.16.1	Prestação de Serviços	126
5.16.2	Subsídios à Exploração	127
5.17	Fornecimentos e serviços externos	127
5.18	Gastos com pessoal	129
5.19	Outros gastos	130
5.20	Outros rendimentos	131
5.21	Perdas e ganhos financeiros	131
5.22	Perdas e ganhos em subsidiárias e associadas	133
5.23	Imposto sobre o rendimento do exercício	133
5.23.1	Impostos diferidos activos e passivos	133
5.23.2	Imposto sobre o rendimento do exercício	134
6	Demonstração dos resultados internos efectuados para a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração	134
7	Remunerações dos membros dos órgãos sociais	135
8	Saldos/Transacções com partes relacionadas	136
9	Divulgações com partes relacionadas	136
9.1	Resumo das entidades relacionadas	136
9.2	Saldos e transacções com empresas subsidiárias	137
9.3	Saldos e transacções com empresas associadas	138
9.4	Saldos e transacções com a CP e a CP Carga	138
10	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	139
11	Compromissos de investimento	145
12	Garantias e avales	145
13	Contingências	146
14	Eventos subsequentes	146

PARTE III – Relatório do Governo da Sociedade	148
Introdução	149
Missão, objectivos e políticas	150
Estrutura	153
Órgãos sociais	154
Remunerações dos membros dos órgãos sociais	159
Regulamentos e regulamentação internos e externos	162
Informação sobre transacções relevantes com entidades relacionadas	165
Informação sobre outras transacções	166
Código de ética e conduta	168
Sistema de gestão de riscos	169
Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios do bom governo	170
PARTE IV – Relatório de Sustentabilidade	179
O Relatório	180
Principais indicadores da sustentabilidade	182
Principais acções da sustentabilidade em 2009	184
Vertente externa	184
Vertente interna	185
Visão de desenvolvimento sustentável	186
Apresentação da empresa	189
Estrutura da governação	211
Desempenho económico	217
Principais indicadores	217
Resultados operacionais	220
Resultados financeiros	220
Resultado líquido	220
Stakeholders	221
Desempenho social	227
Emprego	227
Trabalho e relações laborais	231
Segurança e saúde no trabalho	231
Segurança de pessoas e bens	232
Desenvolvimento de recursos humanos	233
Benefícios dos colaboradores	235
Diversidade e oportunidade	236
Desempenho ambiental	238
Materiais	238
Energia	239
Água	240
Biodiversidade	241
Impacte ambiental	242
Monitorização ambiental	242
Recuperação ambiental	242
Emissões, efluentes e resíduos	245
Ruído	246
Valorização das acções de carácter ambiental	248
Listagem de todos os indicadores	251
Quadro compromissos com metas a atingir a médio longo prazo	253
Glossário	255
PARTE V – Relatórios dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade	260

RELATÓRIO DE GESTÃO

1



Mensagem do Conselho de Administração

No ano de 2009 deu-se início ao segundo mandato do Conselho de Administração mantendo-se a responsabilidade de assegurar a gestão da infra-estrutura ferroviária, nas vertentes de construção, manutenção, preservação do património, gestão da capacidade, gestão da circulação e da segurança, disponibilizando ao mercado uma rede fiável e de qualidade, na perspectiva da optimização do serviço ao Cliente.

No âmbito do preconizado pelo Decreto-lei nº 71/2007, o qual define o estatuto do gestor público, foram definidos, pela primeira vez em 2009, pelo Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicação e pelo Ministério das Finanças, um conjunto de objectivos de gestão para os Administradores da REFER, para o período compreendido entre 2009 e 2011:

1. Melhoria da eficiência e contenção de custos;
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores;
3. Aumento da rentabilidade;
4. Sustentabilidade;
5. Qualidade e Fiabilidade de Serviço;
6. Segurança;
7. Controlo dos investimentos.

A cada um destes objectivos foi associado um ou mais indicadores e definidas metas anuais.

Em 2009 foram cumpridos mais de 75% das metas definidas.

Os objectivos e indicadores definidos para os membros do Conselho de Administração nas suas diferentes perspectivas integram-se claramente nos objectivos estratégicos definidos pela REFER e nos objectivos definidos para o sector ferroviário.

A segurança da infra-estrutura ferroviária é um dos objectivos inerentes à actividade, definido no contrato de gestão, assinado entre os administradores da REFER e as Tutelas. Neste sentido, a empresa tem vindo a instalar na rede ferroviária modernos sistemas de segurança e fiabilidade, como o Convel (sistema de controlo de velocidade) ou o Rádio Solo Comboio (sistema de comunicação com os utilizadores do material circulante na via). Actualmente, a taxa de cobertura da rede com sistemas de segurança é de 52,3%.

O cumprimento da pontualidade do transporte ferroviário, com segurança e qualidade, é uma das atribuições da REFER. Em 2009, o índice de pontualidade, por causas imputadas à REFER, alcançou uma variação positiva tendo-se atingido níveis de 99% nas famílias de comboio suburbanos e 97% nos regionais e nas mercadorias.

As passagens de nível são, cada vez mais, elementos perturbadores do sistema de exploração ferroviário. O aumento dos fluxos de tráfego rodoviário e das velocidades das composições ferroviárias são incompatíveis com o elevado número de passagens de nível pelo que, só através

de uma política concertada de supressão e de reforço da segurança das que subsistem, se poderá melhorar o desempenho do sistema e contribuir para reduzir a sinistralidade. Nesse sentido, em 2009 foram suprimidas/reclassificadas 48 passagens de nível.

No âmbito da segurança ferroviária e combate à sinistralidade na via-férrea, em 2009, a REFER apostou fortemente na prevenção. Assim, associou-se à celebração do "Dia Europeu para a Segurança em Passagens de Nível", tendo como objectivo sensibilizar e alertar a sociedade para a necessidade de respeito pela sinalização e cumprimentos escrupuloso das regras de segurança sempre que se utiliza uma passagem de nível. Foi lançada uma campanha de comunicação intitulada "Pare Escute Olhe". Integrado nesta campanha lançou-se, também, o "Livro Verde sobre Segurança em Passagens de Nível" cuja finalidade foi promover o debate público sobre esta problemática e colher contributos para a implementação de novas medidas que permitam combater a sinistralidade nestes atravessamentos da linha férrea.

Para o aumento dos níveis de utilização do meio ferroviário, a empresa tem de estar em consonância com os operadores da ferrovia, os seus clientes, disponibilizando ao mercado uma rede ferroviária fiável e de qualidade. Em 2009, devido à actual conjuntura económica, a utilização da infra-estrutura ferroviária, medida em Ck(Comboio/Quilometro) diminuiu face ao ano anterior implicando uma redução do valor recebido pela REFER a título de tarifa de utilização. Esta redução foi de 3% decomposta em 1,4 milhões de Ck e 1,6 milhões de euros na tarifa de utilização.

Destaca-se, aqui, o arranque na utilização da infra-estrutura ferroviária portuguesa por parte da empresa COMSA dando início aos testes na ferrovia.

É ainda de referir a criação da CP Carga que executará os serviços de transporte de mercadorias até agora efectuado pela CP.

Na execução de investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração, a REFER tem prosseguido, desde a sua criação, com projectos de modernização e desenvolvimento da rede ferroviária nacional, destacando-se em 2009:

- O investimento na continuação da construção da Variante da Trofa, integrada na remodelação da Linha do Minho, entre S. Romão e Lousado;
- A inauguração da Plataforma Multimodal de Cacia Integrada no Projecto de Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro;
- Inauguração do Interface de Transportes do Cais do Sodré. Com este interface pretende-se promover e privilegiar a intermodalidade de forma de aumentar a procura em transporte colectivo, garantindo uma mobilidade sustentável a nível social, ambiental e económico.
- Apresentação do novo serviço ferroviário de passageiros na Linha de Leixões. Este novo serviço de passageiros irá contribuir para a sustentabilidade ambiental, facilitando a acessibilidade e a mobilidade numa área que, nos últimos anos, evidenciou um franco crescimento

populacional e com um mercado potencial significativo.

- Assinatura de diversos protocolos para a supressão de passagens de nível.

No âmbito do ambiente, destaca-se a conclusão das seguintes iniciativas:

- Os trabalhos referentes à monitorização do ruído e vibrações (fase de exploração) nas linhas de Évora, do Minho, do Sul, da Beira Baixa e ramal de Braga.
- A monitorização da qualidade da água (no troço Casa Branca / Évora da Linha de Évora) dando sequência aos compromissos assumidos no âmbito da avaliação ambiental do projecto. A conclusão do desenvolvimento do Mapa Estratégico de Ruído do Troço Porto S. Bento/Ermesinde, da Linha do Minho. Com a apresentação deste mapa, concluiu-se o mapeamento de todas as linhas e troços de linha com mais de 60.000 marchas por ano, que constituem a primeira prioridade de acção da REFER.

Na área de Gestão Financeira são destaque:

- A contratação de dois empréstimos BEI com aval do Estado, no valor de 100 milhões de euros cada, com taxa de juro variável para financiamento da Linha do Norte.
- A amortização integral do empréstimo Logo Securities II no valor de 250 milhões de euros.
- A emissão obrigacionista, com aval do Estado, no valor de 500 milhões de euros, por um prazo de 10 anos.
- A contratação de empréstimo BEI, sem aval do Estado, no valor de 110 milhões de euros, com taxa de juro fixa para financiamento de diversos investimentos na infra-estrutura ferroviária (Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, Centros de Comando Operacional, etc.).
- A emissão obrigacionista, com aval do Estado, no valor de 500 milhões de euros, por um prazo de 15 anos.

Na linha de orientação de anos anteriores, na REFER confirma-se a tendência de redução do efectivo médio, reflectindo a adaptação da organização aos diversos programas de modernização da actividade ferroviária implementados ao longo dos últimos anos. Desde 1999, a redução do número de trabalhadores da REFER ascendeu a 2969, o que representa 46% do efectivo inicial. Em 2009, a empresa contou, em média, com 3518 colaboradores, menos 55 do que em 2008. No final de Dezembro o número de colaboradores ascendia a 3497.

Definido o quadro de actuação e contando com o apoio que sempre recebemos da Tutela, a dedicação e empenho dos colaboradores e o apoio das demais entidades de controlo e regulação, consideramos reunir os pilares para a construção de um futuro estável para a REFER.

Síntese de Indicadores

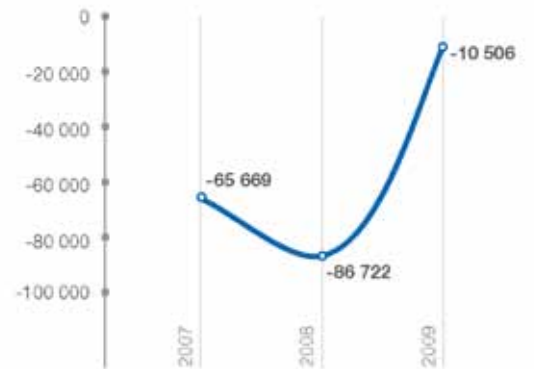
Resultados Operacionais

[milhares de euros]



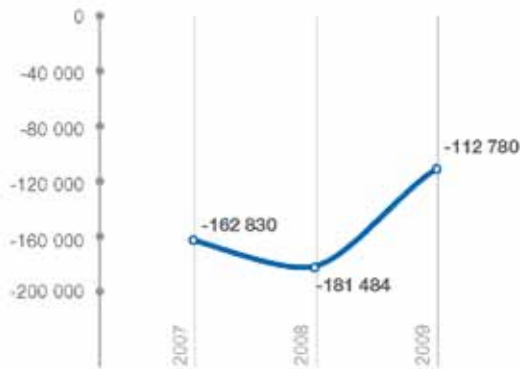
Resultados Financeiros

[milhares de euros]



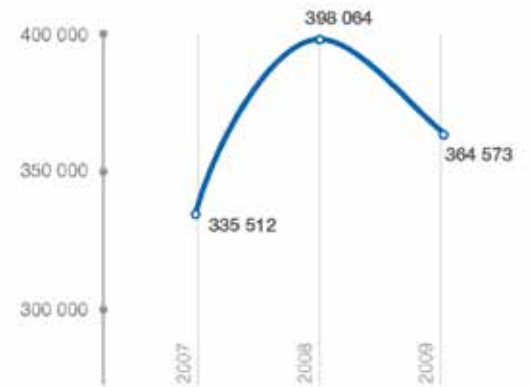
Resultado Líquido

[milhares de euros]



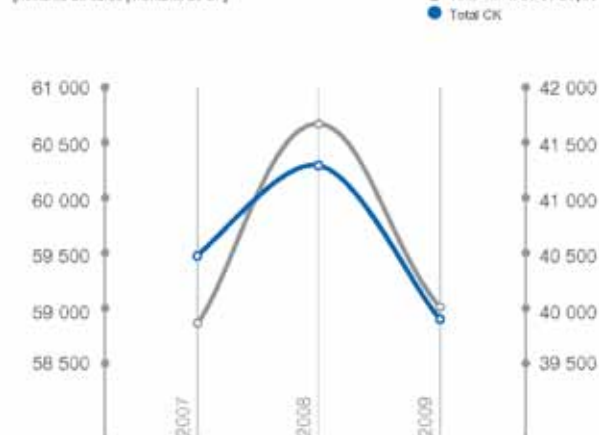
Investimento em Modernização

[milhares de euros]



Tarifa de Utilização e CK . Totais

[milhares de euros] [milhares de CK]



Síntese do Ano

Janeiro

Aberto concurso público, que tem em vista a instalação da super-estrutura de via no Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro.

Início da avaliação de impacte ambiental da quadruplicação do troço Contumil – Ermesinde, da Linha do Minho.

Recondução dos membros do Conselho de Administração para um segundo mandato.

Contratação de dois empréstimos BEI no montante de 100 milhões de euros cada. Ambos beneficiaram de garantia explícita do Estado Português.

A agência de rating internacional Standard & Poor's reviu em baixa a notação de rating da REFER para A- na sequência da mesma acção sobre a República Portuguesa.

Fevereiro

Emissão de um empréstimo obrigacionista no mercado de capitais internacional no montante de 500 milhões de euros. A emissão beneficiou de garantia explícita do Estado Português.

Consignação da Empreitada Geral de Construção Civil, Via e Catenária de remodelação da Linha do Minho, entre S. Romão e Lousado, tendo em vista pôr fim ao estrangulamento ferroviário na rede principal existente no atravessamento em via única.

Entrou ao serviço, no dia 15 de Fevereiro, o novo atravessamento de peões na Estação de S. Pedro do Estoril, tendo sido definitivamente encerrada a passagem de nível existente ao km 21,208.

Assinado, em Águeda, um protocolo entre a REFER e a Câmara Municipal para a supressão e reclassificação de passagens de nível no Concelho de Águeda.

Concluídos os trabalhos da empreitada de construção das passagens superiores aos km 307+832 (Maceda) e 309+623 (Corteça), da Linha do Norte.

Inauguração da Plataforma Multimodal de Cacia.

Foi consignada a empreitada de pintura da Ponte Maria Pia, no Porto.

Março

Consignação da empreitada de reabilitação da super-estrutura de via entre Marco de Canaveses e Régua.

Inauguração da Interface de Transportes do Cais do Sodré.

Participação na feira Segurex – Salão Internacional de Protecção e Segurança, realizada na FIL – Feira Internacional de Lisboa.

Consignação da Empreitada de Modernização do Troço Castelo Branco - Vale de Prazeres e assinatura do Protocolo para Supressão de Passagens de Nível no Concelho de Castelo Branco.

Assinatura de Protocolo para Supressão de Passagem de Nível no Concelho de Vila Velha de Ródão.

Consignação da empreitada de reabilitação da superestrutura de via entre Carvalha e Valença e alteamento da gare das estações de Caminha e S. Pedro da Torre.

Concluídos os trabalhos da empreitada de construção das passagens inferiores pedonais de Areosa e das passagens inferiores rodoviárias de Carreço e de Afife, na Linha do Minho.

Consignação da empreitada de construção das passagens superiores rodoviárias aos km 209+342, 210+256 e 211+328 da Linha do Norte, no concelho de Coimbra.

Entrou ao serviço a Passagem Superior Rodoviária ao km 8,512 da Linha do Alentejo, freguesia da Moita, assegurando o atravessamento desnivelado do caminho-de-ferro que, anteriormente, era garantido pela passagem de nível ao km 8,766, agora suprimida.

Foi consignada a empreitada de construção/beneficiação dos restabelecimentos necessários à supressão das passagens de nível aos km 15,440 e 22,365, do troço Espinho / Sernada, da Linha do Vouga.

Abril

Construção de Passagens Desniveladas no concelho de Coimbra e encerramento das passagens de nível aos km 225,363 e 225,535 da Linha do Norte, na freguesia de Souselas.

Celebração de um contrato de concessão de uma área integrante da Plataforma Logística de Aveiro / Pólo de Cacia, destinada à instalação e exploração de actividades logísticas que utilizem, preferencialmente, o transporte ferroviário.

Concluídos os trabalhos da empreitada de construção da passagem inferior rodoviária ao km 79,410 (Darque/Seca), o que permitiu o encerramento da passagem de nível ao km 79,390, da Linha do Minho.

Mai

Assinatura do Protocolo para a Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário da Linha de Cascais

– Troço Carcavelos | Estoril permitindo a supressão das duas últimas Passagens de Nível existentes no concelho (S. Pedro do Estoril e S. João do Estoril) e de um atravessamento de nível na Estação do Estoril.

Entrada ao serviço da nova Passagem Superior Pedonal na Estação de Vila Franca de Xira sendo suprimidas as passagens de nível aos km 30,131 e 30,370.

Assinados dois protocolos que permitirão a criação de um Novo Serviço Ferroviário de Passageiros na Linha de Leixões. Os protocolos envolveram a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., a REFER, a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A e a Câmara Municipal de Matosinhos.

Consignados os trabalhos da empreitada de construção da Passagem Superior Rodoviária ao km 299,100 e da Passagem Inferior Rodoviária ao km 311,033 e respectivos caminhos de acesso e ligação.

Junho

Lançamento dos dois primeiros concursos internacionais para o sistema de controlo / comando da sinalização e a requalificação das estações marcando, assim, o início do Plano de Modernização da Linha de Cascais.

Consignação da empreitada de modernização da estação da Raquete. A modernização desta Estação, situada na Linha de Sines, integra o programa de investimentos definido para o desenvolvimento desse corredor ferroviário de mercadorias.

Lançamento da Empreitada Geral de Modernização do Troço Vale de Prazeres - Covilhã e assinatura do Protocolo para a Supressão de Passagens de Nível no concelho do Fundão.

Assinatura de um Protocolo entre a REFER e a Câmara Municipal da Guarda para a Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível neste concelho.

Celebração do Dia Europeu para a Segurança em Passagens de Nível, iniciativa conjunta do Fórum Europeu das Passagens de Nível e da Comissão Europeia e ainda, com o envolvimento do sector ferroviário e rodoviário, das associações ferroviárias europeias e internacionais, da administração pública, das entidades reguladoras e das forças policiais.

Concluídos os trabalhos da empreitada de construção das passagens inferiores rodoviárias aos km 68,700 e 74,640, da passagem superior rodoviária ao km 75,310, da passagem inferior pedonal ao km 75,630 e dos respectivos caminhos de acesso e de ligação, nas fregue-

sias de Barroselas, Vila Fria e Mazarefes.

Consignados os trabalhos da empreitada de construção das infra-estruturas da 1ª fase de reactivação do serviço comercial de passageiros na Linha de Leixões entre as estações de Ermesinde e Leça do Balio.

Julho

No âmbito da campanha "PARE, ESCUTE E OLHE" e, numa acção de comunicação e sensibilização visando os utilizadores do modo ferroviário e todos os que convivem com o caminho-de-ferro, foi revestida uma locomotiva 5600 com a mensagem "NAS PASSAGENS DE NÍVEL PARE, ESCUTE e OLHE".



Foi consignada a empreitada de reabilitação da Linha do Norte, numa extensão de cerca de 35 km, entre os km 70,450 e 105,100, no Subtroço Setil / Entroncamento.

Supressão de Passagem de Nível em Alvarães (Viana do Castelo) e construção de Passagem Inferior Rodoviária.

Consignação das Empreitadas de Levantamento da Via e Reperfilamento da Plataforma da Linha do Tâmega e da Linha do Corgo, respectivamente.

Assinado o Protocolo de Colaboração entre a REFER, CP, Câmara Municipal de Coruche, Câmara Municipal do Cartaxo e Câmara Municipal de Salvaterra de Magos para a Reactivação do Serviço Ferroviário de Passageiros na Linha de Vendas Novas.

Agosto

Acompanhando as boas práticas de outras redes estrangeiras, foi implementada, pela primeira vez em Portugal, a instalação da dupla meia barreira na passagem de nível do Sabugo ao km 24,988, da Linha do Oeste.

Apresentado, pela primeira vez, o "Plano Ferroviário de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Triénio 2009-2011".

Consignação da empreitada da 3ª Fase do Projecto da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, a qual consiste na instalação da super estrutura de via na plataforma ferroviária construída nas duas fases anteriores com recurso a via balastrada e a via betonada e nos acessos imediatos aos terminais já construídos no interior do Porto de Aveiro.

Setembro

Consignada a empreitada de Remodelação da Estação de S. Pedro do Estoril.

Encerradas as passagens de nível aos km 11,709 e 12,564 e a passagem de peões ao km 13,195, no troço Barreiro/Pinhal Novo, na Linha do Alentejo.

Instalada uma Dupla Meia Barreira na Passagem de Nível (PN) de Miramar ao km 323,850, da Linha do Norte.

Consignação da empreitada de construção da Passagem Superior Rodoviária ao km 361,993, da Linha do Algarve.

Celebração de um Protocolo para adaptação da antiga ponte ferroviária de Caniços a trânsito pedonal, situada ao km 35,451, da Linha de Guimarães.

Reabertura do serviço ferroviário de transporte de passageiros na Linha de Vendas Novas, entre Setil e Coruche, com ligações a Lisboa.

Cerimónia de apresentação do Novo Serviço Ferroviário de Passageiros na Linha de Leixões.

Assinatura do Protocolo para a Reabilitação da Linha Ferroviária do Douro entre Pocinho e Barca d'Alva e a Exploração Turística entre a Régua e Barca d'Alva.

Contratação de empréstimo BEI no montante de 110 milhões de euros sem garantia explícita do Estado Português.

Consignada a empreitada de construção de Passagem Inferior Rodoviária ao km 101,592 da Linha da Beira Alta.

Outubro

Concluída a empreitada de pintura da Ponte Maria Pia, no Porto, inserida no plano de inspecções e trabalhos de manutenção de pontes. Esta intervenção visou a protecção anticorrosiva da estrutura metálica com recurso a hidrodecapagem e posterior pintura.

Consignada a empreitada de modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora.

Consignados os trabalhos da empreitada designada por "Variante de Alcácer (2ª Fase) – Via-Férrea e Instalações Fixas de Tracção Eléctrica".

Obtenção do 4.º Lugar na categoria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo no âmbito do Prémio Europeu das Vias Verdes, para a Ecopista do Rio Minho (ex Ramal de Monção).

Consignada a empreitada de construção da Passagem Inferior Rodoviária ao km 322,178, da Linha do Algarve.

Emissão de um Empréstimo Obrigacionista no mercado internacional de capitais no montante de 500 milhões de euros. A emissão beneficiou de garantia explícita do

Estado Português.

A agência de rating internacional Moody's alterou para negative o Outlook da notação de rating da REFER na sequência da mesma acção sobre a República Portuguesa.

Novembro Encerramento dos atravessamentos de nível das estações de Caxias e Estoril com o objectivo de reforçar as condições de segurança dos atravessamentos de nível que permitirão a instalação de equipamentos específicos para utilização por pessoas com mobilidade reduzida.

Participação no Comboio "Climate Express", entre Bruxelas e Copenhaga, numa viagem totalmente isenta de CO2.

Consignada a primeira empreitada da 1.ª Fase do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) para reabilitação das infra-estruturas do troço Miranda do Corvo / Serpins, do Ramal da Lousã.

Dezembro Concluídos os trabalhos na passagem inferior de peões ao km 13,733 e da respectiva iluminação pública. Foram encerradas as passagens de nível pedonais aos km 13,685 e 13,766, o que contribuiu para a melhoria da segurança da população na localidade de S. Lourenço e da exploração ferroviária no Ramal de Tomar.

Consignados os trabalhos da empreitada de construção da Passagem Inferior Pedonal ao km 203,378, em Pereira do Campo, concelho de Montemor-o-Velho, no troço Alfarelos / Pampilhosa da Linha do Norte.

Divulgação do Livro Verde sobre Segurança em Passagens de Nível, que faz parte da campanha "PARE ESCUTE OLHE", apresentada no âmbito do Dia Europeu para a Segurança em Passagens de Nível.

Consignados os trabalhos da empreitada de construção da passagem superior pedonal ao km 212,983 da Linha do Norte, na freguesia de S. Martinho do Bispo, no concelho de Coimbra. Esta intervenção irá permitir o encerramento da passagem de nível automatizada para peões ao km 212,993.

A agência de rating internacional Standard & Poor's reviu em alta a notação de rating da REFER para A. O Outlook passou para negative, na sequência da mesma acção sobre a República Portuguesa.

Conjuntura Económica

Economia Europeia

Em 2009, a evolução da economia europeia foi assinalada por uma recuperação moderada ao longo do ano, após o forte ambiente recessivo sentido em 2008, com especial ênfase no último trimestre.

Para tal, foram fundamentais as medidas tomadas, de política monetária e orçamental, para estabilização dos sistemas financeiros e contenção do agravamento da situação económica. A elevada tensão nos mercados financeiros contribuiu, em larga medida, para o colapso do comércio internacional, assim como, para uma deterioração abrupta da confiança dos agentes económicos. No entanto, a partir do terceiro trimestre de 2009 assistiu-se a uma gradual acalmia daqueles mercados e a uma redução progressiva dos prémios de risco que se mantiveram, no entanto, em níveis superiores aos registados antes do início da crise financeira. Em termos médios anuais, depois de ter registado um crescimento de 0,5 por cento em 2008, o PIB na área do euro sofreu uma contracção entre 4 por cento em 2009.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou, em termos médios anuais, um decréscimo, passando de 2,7% em 2008 para 0,9% em 2009. Esta evolução está associada à forte contracção da procura, tanto a nível internacional como a nível interno, decorrente da recente crise económica e financeira. A queda da procura contribuiu para uma descida assinalável dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, tanto energéticas como não energéticas, enquanto ao nível interno, induziu uma forte compressão de margens de lucro, num quadro de manutenção de um forte crescimento dos custos unitários do trabalho.

A contracção da actividade económica em 2009 reflectiu, para além da manutenção de um comportamento marcadamente negativo do investimento e das exportações, uma contracção significativa do consumo privado, em particular da componente de bens duradouros.

Esta evolução da procura traduziu, por um lado, o aumento significativo do grau de restritividade das condições de financiamento que se materializou, em simultâneo, na maior exigência dos critérios utilizados pela banca na concessão de crédito e no aumento dos prémios de risco, num contexto de aumento do incumprimento em alguns segmentos de crédito mais expostos às condições cíclicas, não obstante a descida das taxas de juro no mercado monetário.

Economia Portuguesa

A actividade económica em Portugal apresentou uma quebra no último trimestre de 2008 (-1,8 por cento) que se acentuou no primeiro trimestre de 2009 (-3,9 por cento). O PIB anual registou uma variação negativa de 2,7 por cento em 2009, a mais acentuada das últimas décadas. Ao nível da composição da procura, esta quebra abrupta fez-se sentir, essencialmente, nas exportações e no investimento, reflectindo a deterioração acentuada das perspectivas de procura.

As necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, em percenta-

gem do PIB, reduziram-se de 10,5 por cento em 2008 para 8,2 por cento em 2009, reflectindo em especial uma evolução favorável dos termos de troca mais expressiva do que a exclusivamente decorrente da redução significativa do preço do petróleo.

(%)

Cenário Macroeconómico 2009		Taxa de variação
Consumo Privado	*	-0,9
Consumo Público	*	2,0
FBCF	*	-11,7
Procura Interna	*	-2,9
Exportações	*	-12,5
Importações	*	-10,8
PIB	**	-2,7
Balança Corrente + Balança de Capital (% PIB)	*	-8,2
Índice Harmonizado de Preços de/ao Consumidor	*	-0,9

Fonte: Banco de Portugal/INE

* indicador provisional apresentado pelo Banco de Portugal

** conforme dados estatísticos apresentados pelo INE

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), baixou de 2,7% em 2008 para -0,9% em 2009.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA

Uma economia aberta e plenamente integrada como é o caso de Portugal, não pode deixar de ser fortemente afectada pelos desenvolvimentos ocorridos a nível mundial, pelo que as perspectivas de crescimento económico não podem deixar de ser interpretadas à luz deste enquadramento internacional. Adicionalmente, a economia portuguesa tem evidenciado um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, as quais têm limitado o seu crescimento potencial ao longo da última década, num contexto de aumento da concorrência nos mercados internacionais e integração crescente das economias de mercado emergentes com um padrão de exportações semelhante ao da economia portuguesa. Estas fragilidades reflectem-se, por um lado, num crescimento limitado da produtividade total dos factores, a que não será alheio o baixo nível de qualificação da população activa. Por outro, deverá verificar-se um baixo contributo do factor trabalho para o crescimento, decorrente do aumento do desemprego estrutural, o

qual tenderá a persistir num contexto de fraco dinamismo da procura e de baixa mobilidade no mercado de trabalho, também condicionada pelo nível de capital humano. Estas fragilidades, em conjunto com os desafios colocados pelo novo enquadramento financeiro internacional decorrente da crise financeira, tenderão a limitar o crescimento da actividade económica no médio prazo. Neste contexto, perspectiva-se um crescimento do PIB na ordem dos 0,7 por cento em 2010.

A actual projecção aponta para uma taxa de inflação de 0,7 por cento 2010.

Prevê-se, de acordo com projecções do Banco de Portugal que, as necessidades de financiamento externo da economia deverão voltar a aumentar em consequência da ligeira deterioração do défice da balança de bens e serviços e do aumento expressivo do défice da balança de rendimentos, em resultado de uma nova deterioração da posição de investimento internacional e de um aumento gradual das taxas de juro, projectando-se necessidades de financiamento de 9,8 por cento do PIB, em 2010.

Uma nota final para a incerteza associada ao início do processo de consolidação orçamental que, obrigatoriamente, terá de atingir os 3% do PIB em 2013. As medidas a adoptar pelo Governo no Plano de Estabilidade e Crescimento serão de importância fulcral para a estabilidade do processo de recuperação económica de Portugal porquanto o maior ou menor grau de austeridade repercutir-se-á sobre o custo da dívida pública com consequências directas sobre os restantes agentes económicos.

Evolução da Actividade

Compete à REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária de Portugal, desenvolver acções respeitantes ao seu objecto, de acordo com os princípios da modernização, segurança e eficácia, influenciando particularmente em duas áreas de negócio:

- **Gestão de Infra-Estruturas** esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária e a gestão dos respectivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.
- **Investimento** compreende a construção, instalação e renovação da infra-estrutura, actividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

Para além das actividades desenvolvidas no âmbito das missões, gestão da infra-estrutura e investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras actividades complementares, visando a rentabilização dos seus activos, conforme se evidencia a seguir, na Demonstração de Rendimento por Actividades:

Demonstração do Rendimento Integral por Actividades 2009

(milhões de euros)

Identificação	Gestão de Infra-estruturas			Outras Actividades Complementares	Total Empresa
	Conservação	Exploração	Total		
Taxa de Utilização	32,1	26,9	59,0		59,0
Outras Prestação de Serviços		12,6	12,6		12,6
Outros Rendimentos	19,7	16,5	36,1	15,0	51,1
Rendimentos Operacionais	51,8	55,9	107,7	15,0	122,7
Custo das Vendas	7,4	0,5	7,9	0,4	8,3
Subcontratos	52,4	20,6	73,0	1,5	74,5
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	6,7	19,3	26,1	5,6	33,9
Gastos com Pessoal	35,3	55,1	90,4	6,4	96,8
Depreciação e Amortizações do Exercício	2,0	1,0	3,0	0,3	3,3
Provisões para outros riscos e encargos				1,3	1,3
Outros Gastos	2,1	1,8	3,9	2,8	6,7
Gastos Operacionais	107,9	98,4	206,3	18,5	224,8
Resultado Operacional	-56,1	-42,5	-98,6	-3,5	-102,1
Ganhos financeiros	0,0	0,0	0,0	162,4	162,5
Perdas financeiras	28,8	21,8	50,6	130,7	181,3
Ganhos/Perdas em Associadas				8,3	8,3
Resultados antes de impostos	-84,9	-84,3	-149,2	36,6	-112,8
Imposto do exercício	0,1	0,1	0,2	0,0	0,2
Resultado Líquido do exercício	-84,9	-84,4	-149,3	36,6	-112,8

Gestão da Infra-Estrutura

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

Em Dezembro de 2009, a extensão da rede ferroviária nacional era de 3 618 km sendo que 2 842 km (78,6%) estão actualmente abertos ao tráfego ferroviário. Cerca de 4 km desta extensão são explorados pelo Metro de Mirandela. É uma rede predominantemente em via larga (bitola Ibérica), sendo que apenas 192 km são em via estreita (bitola - métrica).

Decorrentes da modernização da rede, nos últimos anos têm sido colocadas ao serviço uma quantidade significativa de novas instalações e feita a remodelação e a reconversão tecnológica de muitas outras que conferem à exploração ferroviária maior segurança, maior fiabilidade e flexibilidade, maior adequação às necessidades da procura e melhor mobilidade entre modos de transporte.

Em 2009, a rede ferroviária nacional estava caracterizada da seguinte forma:

Identificação	Com Tráfego Ferroviário				TOTAL	Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional
	Electrificada			Não Electrificada			
	25 000V	1 500V	Sub-total				
Via Larga	1 435	25	1 460	1 190	2 650	327	2 977
Via Única	854	0	854	1 190	2 044	327	2 371
Via Dupla	538	25	563	0	563	0	563
Via Múltipla	43	0	43	0	43	0	43
Via Estreita	0	0	0	193	193	449	642
Via Única	0	0	0	193	193	449	642
TOTAL	1 435	25	1 460	1 383	2 843	776	3 619

Desde 1998 a REFER electrificou 587 km da rede ferroviária sendo que, actualmente, cerca de 51% de toda a rede ferroviária, encontra-se electrificada. Assim, a extensão da rede ferroviária nacional electrificada era, em Dezembro de 2009, de 1 460 km sendo que destes, 854 km são em via larga única, 563 km em via larga dupla e 43 km em via larga múltipla. No ano em análise verifica-se uma estabilização na electrificação da rede ferroviária.

Na rede ferroviária nacional, a primeira linha a dispor de tracção eléctrica foi a Linha de Cascais, onde se instalou um sistema em corrente contínua a 1 500 Volt, inaugurado no ano de 1926. Apenas em 1956, entram em serviço novas electrificações sendo a opção técnica em corrente alterna a 25 000 Volt.

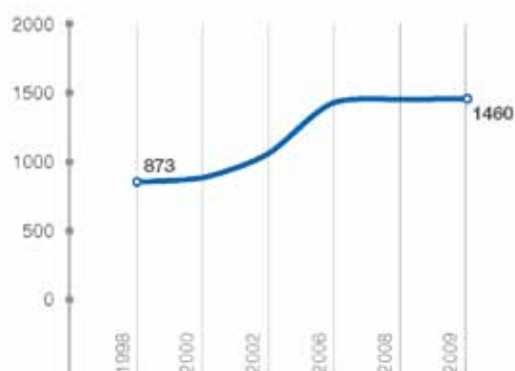
Electrificação da Rede



A electrificação a 25 000 Volt atinge, nos primeiros 39 anos, uma extensão de 462 km de linha. Esta extensão é superada pelas colocações em serviço ocorridas nos últimos anos, o que demonstra o esforço de investimento que está a ser feito nesta área.

Linha Electrificada

(km)



No que respeita a sistemas de segurança, no final de 2009, estavam instalados, em 52,3% da extensão da rede ferroviária nacional, sofisticados Sistemas de Controlo de Velocidade - Convel e ATS (Sistema de Frenagem Automática). O sistema Convel (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a actividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e actuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança. Este sistema está instalado em 1 459 km de via, 51% do total em exploração. O Rádio Solo-Comboio é outro sistema de segurança estando presente em 51% da extensão da via. O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios. Este sistema de segurança foi, em 2009, instalado em 31 km da rede ferroviária nacional, no Ramal de Neves Corvo. Este ramal ferroviário liga Ourique à mina de Neves Corvo, no concelho de Castro Verde e é usado apenas por comboios de mercadorias para transporte de minério.

Estes sistemas (Convel e Rádio Solo-Comboio) que, associados a métodos de exploração ferroviária de alto desempenho e fiabilidade, colocaram a maior parte da rede em exploração ao mais alto nível em termos de segurança ferroviária.

Sistemas de Segurança e Controlo de Comandos

(km)

Identificação	2007	2008	2009
Convel	1 444	1 459	1 459
ATS (Frenagem Automática)	25	25	25
Rádio Solo-Comboio	1 426	1 426	1 459
Rádio Solo-Comboio sem Transmissão de Dados	25	25	25

O sistema de cantonamento, por sua vez, tem por objectivo garantir a segurança da circulação numa mesma secção de via ou troço de via, definindo um espaçamento delimitado por estações ou sinais (cantão), entre os quais só pode circular, em condições normais, uma composição.

Na rede ferroviária nacional existem três tipos de cantonamento: o Cantonamento Eléctrico (Cantonamento Automático sem Bloco Orientável), Cantonamento Electrónico (Cantonamento Automático com Bloco Orientável) e o Cantonamento Mecânico (Cantonamento Telefónico). O Cantonamento Eléctrico (Cantonamento Automático sem Bloco Orientável) está presente em 4% da rede ferroviária nacional. Neste tipo de sistema, as linhas estão divididas por cantões, os quais são obrigatoriamente anteceditos por sinais que os protegem, dando indicações ao maquinista, de cantão livre ou condicionado, através de sinais luminosos. O sistema de Cantonamento Electrónico (Cantonamento Automático com Bloco Orientável) difere do anterior pela existência de sinalização automática de contravia. Hoje em dia, a modernização da rede ferroviária tem incrementado este tipo de exploração ferroviária, verificando-se nos últimos anos alterações profundas na forma como é gerido o tráfego em grande parte da rede. No final de 2009, em 48% da via-férrea estava instalado este tipo de cantonamento. Por fim, no

Sistemas de Cantonamento

(km)

Identificação	2007	2008	2009
Eléctrico	122	122	119
Electrónico	1 343	1 349	1 352
Mecânico	1 373	1 371	1 371

Cantonamento Mecânico, a segurança da circulação num determinado cantão (que neste caso é delimitado por duas estações e respectiva sinalização) é assegurada através de comunicações telefónicas. Só as estações guarnecidas de pessoal podem delimitar cantões e neles estabelecer autorizações de circulação às composições. Hoje em dia, face às limitações que oferece, só se encontra em linhas de baixa densidade de tráfego, estando a ser utilizado em 48% da rede.

Gestão da Infra-estrutura

A actividade de Gestão de Infra-estruturas abrange duas actividades:

- Conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária;
- Exploração: gestão do comando e controlo da circulação e gestão da capacidade.

Gestão de Infra-estruturas			
(milhões de euros)			
Identificação	2008	2009	Varição
Rendimentos	105,2	107,7	2%
Tarifa de Utilização	60,6	59,0	-3%
Subsídios à Exploração	33,6	36,1	8%
Outros Rendimentos	11,0	12,6	14%
Gastos	199,8	206,3	3%
Material	5,5	7,9	44%
Subcontratos	72,6	73,0	1%
Outros F&E	24,5	28,1	15%
Pessoal	85,7	90,4	6%
Amortizações	3,1	3,0	-4%
Outros Gastos	8,3	3,9	-54%
Resultado Operacional	-94,5	-98,6	4%
Efectivo Médio	2 963	2 916	-2%

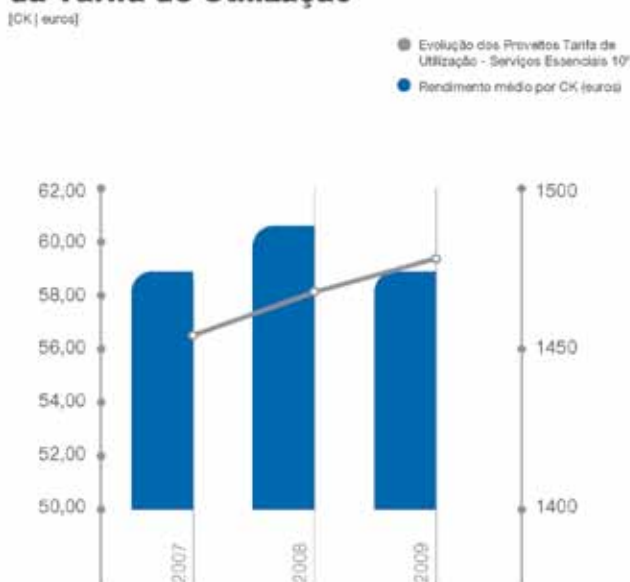
Rendimentos

Os rendimentos da actividade de gestão da infra-estrutura registaram, em 2009, o valor de 107,7 milhões de euros, tendo aumentado 2% (2,4 milhões de euros) em relação ao ano anterior. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram Outros Rendimentos com 14% (1,5 milhões de euros) e Subsídios à Exploração com 8% (2,5 milhões de euros). Nos Subsídios à Exploração incluem-se as indemnizações compensatórias pela prestação de serviço público, representando um acréscimo de 2,5 milhões de euros face a 2008.

A diminuição de 3% da Tarifa de Utilização verificou-se essencialmente no transporte de mercadorias pelo efeito da conjuntura económica.

A Tarifa de Utilização é a rubrica com maior peso no Total dos Rendimentos, representando 20% no ano. Em 2009, o volume de tráfego na infra-estrutura ferroviária situou-se nos 39,9 milhões de Ck, garantindo um rendimento de 59 milhões de euros. Nesta conta encontram-se registados os montantes facturados aos clientes CP, FERTAGUS, TAKARGO e o novo operador COMSA. Pelo gráfico "Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização", verifica-se que o valor do rendimento médio por Ck aumentou ligeiramente, apesar dos Ck e da tarifa da utilização terem sido menores.

Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização



A quantidade dos Ck registados no ano foi de 39,9 milhões, tendo sofrido um declínio quando comparado com 2008. Da quebra registada, destaca-se a diminuição dos Ck efectuados pela CP, que em 2008 tinha sido de 39,5 milhões Ck e em 2009 de 37,8 milhões Ck, sendo a diferença justificada pela diminuição no transporte de mercadorias, devido às circunstâncias económicas. Em contrapartida, verifica-se um aumento de Ck utilizados pelos operadores TAKARGO e COMSA, sendo que o operador FERTAGUS manteve os níveis verificados no ano anterior.

Quando se analisam os rendimentos obtidos com o operador CP, detentor da quase totalidade do material que circula na rede ferroviária nacional, representando 95% do total de Ck, verifica-se que, em 2009, esse montante foi de 55,9 milhões de euros, tendo sofrido uma quebra de 4% quando comparado com 2008.

Na rubrica Subsídios à Exploração são registados os valores referentes a Indemnizações Compensatórias atribuídas à REFER a título de normalização de contas, conforme estipulado na Resolução de Conselho de

Evolução dos CK

[milhares de CK]

	2005	2006	2007	2008	2009
CP	37 611	37 269	38 716	39 464	37 839
Fertagus	1620	1750	1771	1783	1771
Takargo				37	264
Comsa					15

Evolução Serviços Essenciais Operador CP

[milhões de euros | milhões de CK]



Ministros n.º 114/2009, publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º 240, de 14 de Dezembro de 2009 (43,3 milhões de euros). Em 2009, o valor recebido foi de 36,1 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 8% face a 2008.

Os Outros Rendimentos registaram um aumento de 14% (+1,5 milhões de euros) contribuindo, em grande parte, para o aumento do Total dos Rendimentos da actividade Gestão da Infra-estrutura. Os serviços prestados aos operadores envolvem também a prestação de serviços conexos com a actividade ferroviária, designados por serviços adicionais e serviços auxiliares, de acordo com o tarifário publicado no Directório de Rede. Destes serviços, destaca-se o aumento dos rendimentos provenientes da cedência de energia para tracção que, em 2009, aumentaram 6% face a 2008, dos rendimentos provenientes de Estacionamento de Material Circulante que aumentaram em 2009, 18% quando comparado com 2008 e da Utilização de Estações e Apeadeiros com um aumento de 14%.

Serviços Adicionais		(milhões de euros)		
Identificação	2008	2009	Variação (%)	
Energia para Tracção	3,7	3,9	6%	
Manobras	0,6	0,6	-6%	
Estacionamento de Material Circulante	2,4	2,8	18%	
Utilização de Estações e Apeadeiros	2,5	2,8	14%	

Gastos

Os Gastos da actividade Gestão da Infra-estrutura sofreram um aumento de 3%, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. O aumento do valor desta rubrica fica a dever-se principalmente a:

Aumento de 44% do consumo de materiais aplicados na manutenção da infra-estrutura ferroviária, sendo que, em 2008, o montante dispendido tinha sido de 5,51 milhões de euros enquanto que, em 2009, esse valor foi de 7,92 milhões de euros. Este aumento deriva, essencialmente, das intervenções de manutenção, com especial incidência na aplicação de carril e na aplicação de travessas que contribuíram com cerca de 1,7 milhões de euros e mais de 0,8 milhões de euros, respectivamente.

Especialidade	(milhões de euros)		
	2008	2009	Variação
Identificação			
Via	24,4	25,1	3%
Sinalização	17,8	17,6	-1%
Telecomunicações	11,2	12,3	10%

Saliente-se também o valor dos subcontratos que, nos últimos anos tem vindo a aumentar, registando-se em 2009 uma estagnação quando comparado com 2008 (72,99 milhões de euros em 2009 contra -72,62 milhões de euros em 2008). Das três especialidades que mais contribuem para esta rubrica, destaca-se o aumento no consumo de telecomunicações. No entanto, a especialidade de Via continua a ser aquela que mais peso tem no total dos Subcontratos (33%).

O efectivo médio da actividade Gestão da Infra-estrutura, no final de 2009, era de 2 916, menos 2% que no final de 2008. Os gastos com o pessoal sofreram um agravamento de 6% quando comparado com o ano de 2008 (2009: 90,44 milhões de euros e 2008: 85,69 milhões de euros), este resultado é reflexo do crescimento da massa salarial e respectivos encargos, assim como das indemnizações pelas rescisões por mútuo acordo. O custo médio por trabalhador da actividade gestão da infra-estrutura aumentou 7% em 2009 (passou de 28,91 para 31,02 mil euros).

Resultados Operacionais

O Resultado Operacional da actividade Gestão da Infra-estrutura piorou face ao ano anterior em 4% (2009: -98,59 milhões de euros e 2008: -94,51 milhões de euros) como resultado do aumento dos gastos operacionais superior não compensado pelo aumento dos rendimentos operacionais verificados no ano.

Conservação

Englobada dentro da Actividade de Gestão de Infra-estruturas, a actividade Conservação da Infra-estrutura inclui as seguintes tarefas:

- Conservação da via, sinalização, telecomunicações e outras instalações fixas;
- Planeamento da actividade de gestão da conservação;
- Controlo dos parâmetros operacionais de qualidade, segurança, fiabilidade e economia;

- Gestão de acidentes e incidentes com implicações na infra-estrutura.

Actividade Conservação			
(milhões de euros)			
Identificação	2008	2009	Varição
Material	5,2	7,4	43%
Subcontratos	52,3	52,4	0%
Outros FSE	6,9	6,7	26%
Pessoal	30,8	35,3	15%
Amortizações	2,0	2,0	-3%
Outros Gastos	3,8	2,1	-45%
Gastos	101,0	107,9	7%
Efectivo Médio	1 045	1 089	4%

Gastos

O valor dos Gastos na actividade de conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária inclui os gastos de estrutura da conservação e outros gastos operacionais sendo que, em 2009, aumentaram 7% face a 2008 (2009: 107,9 milhões de euros e 2008: 101 milhões de euros).

Para este resultado contribuiu o aumento de 43% do consumo de Materiais aplicados na rede ferroviária.

Os gastos com pessoal da actividade Conservação aumentaram 15% face a 2008 tendo ascendido, no ano em análise, a 35,3 milhões de euros, enquanto no ano anterior ficaram-se por 30,8 milhões de euros. Este facto reflecte o aumento do efectivo desta actividade (4%) e o impacto com a implementação do Acordo da Empresa implicando o crescimento da massa salarial.

O custo médio por trabalhador da actividade conservação aumentou 10% em 2009.

Exploração

Ainda dentro da Actividade de Gestão de Infra-estruturas, a actividade Exploração engloba:

- Gestão do comando e controlo da circulação;
- Gestão do pessoal operacional afecto à circulação;
- Gestão de aspectos relacionados com segurança, incluindo a gestão operacional de ocorrências;
- Autorização e controlo dos condicionamentos da infra-estrutura
- Análise da capacidade;

- Atribuição da capacidade aos operadores;
- Planeamento dos condicionamentos da infra-estrutura;
- Medição, controlo, facturação e cobrança da capacidade utilizada.

Actividade Exploração		(milhões de euros)		
Identificação	2008	2009	Variação	
Materiais	0,3	0,5	57%	
Subcontratos	20,4	20,6	1%	
Outros FSE	17,6	19,3	10%	
Pessoal	54,9	55,1	0%	
Amortizações	1,1	1,0	-4%	
Outros Gastos	4,6	1,8	-61%	
Gastos	98,8	98,4	0%	
Efectivo Médio	1 919	1 828	-5%	

Na actividade de Exploração há a destacar uma muito ligeira diminuição dos Gastos em 2009, impulsionada, essencialmente, pela diminuição de 61% dos Outros Gastos.

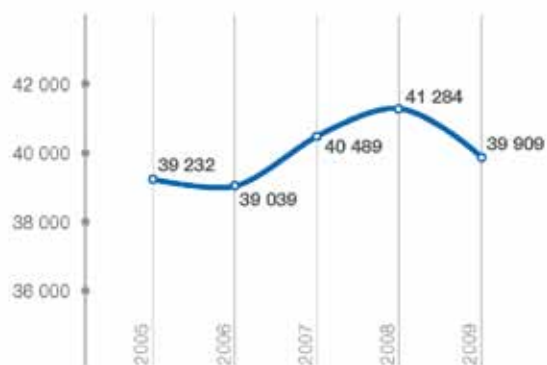
O valor dos gastos com Materiais registou um aumento de 57% (181 mil euros) tendo sido, em 2009, de 496 mil euros e, em 2008, de 315 mil euros. Esta variação é justificada pelo aumento dos consumíveis dos sistemas de sinalização.

Os gastos com o pessoal afecto à actividade Exploração aumentaram ligeiramente em 2009, 258 mil euros, 0,47% quando comparado com 2008. Em contraponto o efectivo médio diminuiu 5% face a 2008. O aumento dos gastos com o pessoal é justificado pela atribuição de aumentos de 2,9% das prestações pecuniárias, mas também, devido às rescisões por mútuo acordo. O custo médio por trabalhador da actividade Exploração aumentou 6%.

A actividade de Exploração tem a seu cargo, para além de outras, a atribuição da capacidade aos diversos operadores da rede ferroviária nacional, medindo, controlando, facturando e cobrando a capacidade utilizada, e a capacidade pedida e não utilizada. No ano de 2009, a capacidade total utilizada pelos operadores diminuiu 3% face a 2008, -1,4 milhões de Ck.

Rede Geral Comboios km - CK

[km]



Em 2009 constata-se a existência de cinco operadores licenciados. A CP, que em 2009 se dividiu em CP e CP Carga, a FERTAGUS, a TAKARGO e a COMSA. Os operadores de passageiros mantiveram-se os dois já existentes, a CP a operar na totalidade da rede ferroviária nacional e a FERTAGUS a dispor de uma concessão para a exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul, entre as estações de Roma - Areeiro e Setúbal. No transporte de mercadorias existem a TAKARGO, a CP Carga, criada em 2009, e a COMSA que começou em testes em 2009. O transporte de passageiros continua, em 2009, a ser aquele que tem um peso maior no total da capacidade utilizada, registando-se no entanto uma diminuição pouco significativa de 0,3%. O transporte de mercadorias sofreu uma quebra acentuada, de 17%. Já as marchas aumentaram 4,4%, sendo os operadores TAKARGO e COMSA os que mais contribuíram para este aumento, 186%.

No total de Ck, o serviço de passageiros registou 32 milhões de Ck, menos 94 mil Ck que em 2008. O transporte de mercadoria assinalou 6 milhões de Ck, menos 1 milhão que no ano anterior. Já o serviço de marchas utilizou 1 milhão de Ck, mais 45 mil que em 2008.

O quadro abaixo destaca o preponderância da CP na utilização da rede ferroviária, sendo o operador que mais Ck utiliza:

Distribuição de CK

[%]



CK por Operador

[milhares de CK]



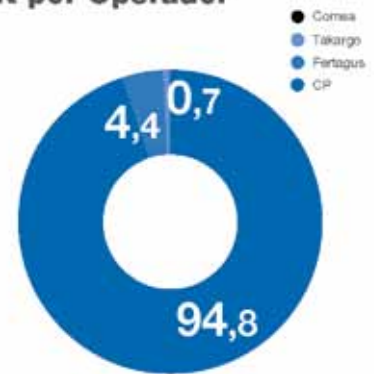
Entre os segmentos da rede que evidenciaram crescimentos de utilização mais significativos, merecem destaque os subjacentes ao serviço de comboios suburbanos do Porto com crescimento de 8,6% face a 2008.

Índice de Pontualidade

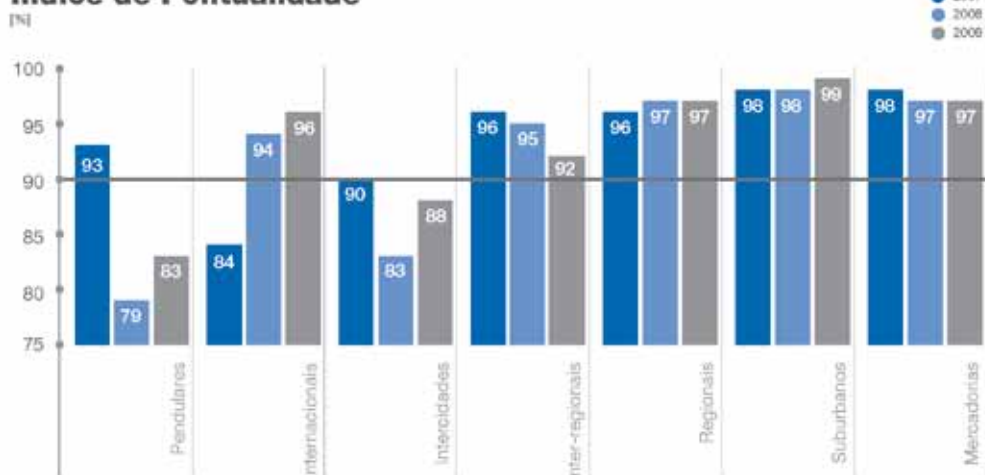
No que respeita à pontualidade, em 2009, verificou-se uma significativa recuperação no índice médio de pontualidade na maioria das famílias de comboios exceptuando os inter-regionais, que diminuiu 3%. De salientar que, em 2008, os valores do índice de pontualidade por causas imputadas à REFER, tinha diminuído na maioria das famílias de comboios, essencialmente, devido ao mau estado da via com maior incidência nos troços da Linha do Norte entre as estações de Vale de Santarém – Entroncamento, Alfarelos – Pampilhosa e Ovar – Gaia e que foram intervencionados em 2009.

CK por Operador

[%]



Índice de Pontualidade



Investimentos

A actividade Investimentos engloba a gestão de projectos e obras. A despesa de investimento engloba os gastos de gestão internos, os gastos de materiais fornecidos pela REFER, os encargos financeiros associados e todos os encargos externos com empreitadas, fiscalização, etc. Os gastos de funcionamento internos imobilizados foram os seguintes:

Actividade Investimento		(milhões de euros)		
Identificação	2008	2009	Variação	
Materiais	11,8	18,2	55%	
Subcontratos	1,1	0,8	-24%	
Outros FSE	7,6	5,4	-31%	
Pessoal	23,5	22,9	-3%	
Amortizações	1,2	1,0	-15%	
Outros Gastos/Rendimentos	-0,7	0,0	-100%	
Gastos	44,6	48,2	8%	
Efectivo Médio	510	497	-2%	

O valor dos Gastos da actividade de Investimentos sofreu, no final de 2009, um aumento de 8% quando comparado com igual período de 2008. Esta variação é essencialmente justificada por um aumento de 55% dos custos dos materiais.

No que se refere aos gastos com o pessoal, estes diminuíram 3% face a 2008, justificado, principalmente, por uma redução de 2% do efectivo. O gasto médio por trabalhador manteve-se praticamente inalterado.

Em termos de Custos de Investimento totais, a execução orçamental do ano de 2009 situou-se nos 56%, conforme se verifica no quadro seguinte:

EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO 2009. Investimento a custos totais				
(milhares de euros)				
Identificação	Orçamento	Execução	% Realizado	% Peso
Infra-estruturas de Longa Duração	429 751	272 351	63%	75%
Materiais	62 985	17 926	28%	5%
Empreitadas AV REFER	35 000	2 404	7%	1%
TOTAL Infra-estruturas de Longa Duração Custos Técnicos	527 736	292 681	55%	80%
Encargos Estrutura	37 322	29 232	78%	8%
Encargos Financeiros (inclui Imposto Selo)	67 049	38 423	57%	11%
TOTAL Infra-estruturas de Longa Duração Custos Totais	632 107	300 335	57%	99%
Estruturas de Apoio à Gestão	22 213	4 236	19%	1%
TOTAL Orçamento de Investimentos	654 320	364 573	56%	100%

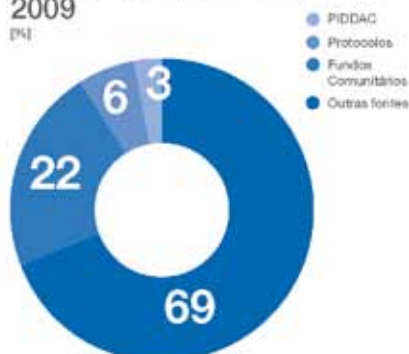
O financiamento dos investimentos executados em 2009 foi assegurado pelo orçamento de Estado – Capítulo 50º (PIDDAC), pelas participações dos Fundos Comunitários, pelos Protocolos estabelecidos entre a REFER e diversas entidades e pelo recurso a Outras Fontes de Financiamento.

A estrutura da cobertura económica dos investimentos teve o seguinte comportamento: as participações comunitárias representaram cerca de 22% do total (66 milhões de euros), o Capítulo 50º do Orçamento de Estado financiou o investimento em 3% do total (10 milhões de euros), o recurso a Outras Fontes de Financiamento situou-se em 69% do total (204 milhões de euros) e os Protocolos contribuíram com 20 milhões de euros (6% do total) para financiar o investimento, nomeadamente, a construção da Nova Estação de Aveiro, entre outros.

Cobertura Económica dos Investimentos

2009

(%)



Deste modo, cerca de 69% do investimento executado em 2009 traduz-se em endividamento com o consequente impacto em termos de encargos financeiros.

No total participado pelos Fundos Comunitários encontram-se englobadas candidaturas já apresentadas e a aguardar aprovação (Estação da Raquete e Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro – 2ª e 3ª Fases) e candidaturas em fase de elaboração (Bombel / Casa Branca / Évora, Variante da Trofa e Sistema de Mobilidade do Mondego), pelo que a taxa de participação destes projectos é estimada.

Cobertura Económica dos Investimentos 2009

Investimento a custos técnicos

(milhares de euros)

Orçamento de Investimentos	Executado	Cobertura Económica			
		Protocolos	PIDDAC	Fundos Comunitários	Outras Fontes
Total	296 919	16 924	10 000	66 302	203 693
Infra-estruturas de Longa Duração	292 681	16 924	10 000	66 302	199 455
Novos Investimentos	10 356				10 356
Modernização / Nova Construção	247 307	16 924	10 000	66 302	154 081
Sub-Troço 12/13 - Alhandra - Entrocamento/ Trecho Vila Franca De Xira - Vale De Santarém	3 155			732	2 423
Sub-Tç. 2.1- Trecho Entrocamento-Albergaria	3 641			485	3 156
Sub-Tç. 3.2 - Trecho Quintans - Ovar	1 086	13 684		869	-13 466
Pinhal Novo - Setúbal (Estação de Setúbal)	8 499			6 799	1 700
Ramal da Siderurgia	173			3	170
Ramal de Ligação ao Porto de Aveiro	28 772		1300	16 139	11333
Variante De Alcácer	29 176		7 200	19 225	2 751
Ligação Ferroviária Porto De Sines / Espanha	11 039			6 168	4 872
Barreiro - Pinhal Novo	16 483			2 611	13 872
Variante da Trofa	17 448		1500	11340	4 308
Sistema de Mobilidade do Mondego	5 771			1852	3 919
Centros de Comando Operacional	1 036	308		73	655
Eliminação de restrições de capacidade na Rede Ferroviária (L.Sines, Sul, Alientejo, V.Novas e R.Particulares)	43			7	36
Restantes	121 286	2 932			118 354
Empreitadas de Ligação à Alta Velocidade	2 404	0		0	2 404
Projecto para compatibilização das Infra-estruturas da Rede de Alta Velocidade entre as Estações do Arieiro e Oriente	2 404			0	2 404
Renovação	25 004				25 004
Projectos Transversais	7 609				7 609
Estruturas de Apoio à Gestão	4 238	0	0	0	4 238
Estudos	1 814				1 814
Intervenções em Activos Fixos	800				800
Investimentos de Funcionamento	1 624				1 624

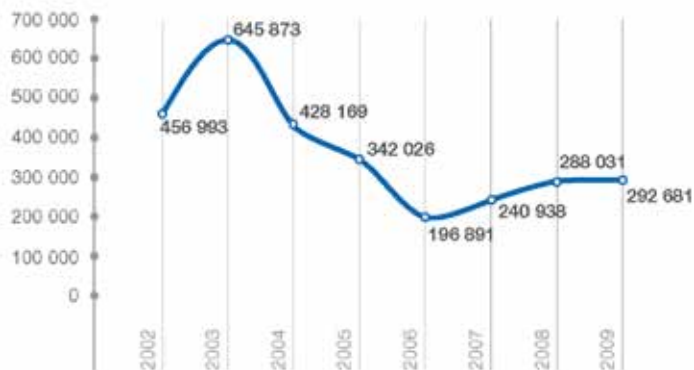
Notas: A cobertura financeira dos investimentos está na óptica da realização da despesa

O valor de 2009 não inclui Protocolos/Financiamento ao Investimento bem como abertas contabilísticas ao Investimento

Desde o ano de 2002, a REFER investiu na rede ferroviária nacional 2 891,2 milhões de euros (a custos técnicos):

Evolução do Investimento 2002 . 2009

[milhares de euros]



Acções de Modernização da Rede Ferroviária Nacional

- **Linha do Minho**

Consignação da beneficiação e reforço dos túneis de S. Miguel da Carreira, Tamel, Stª Lucrecia e Caminha. Adjudicação dos trabalhos de arborização de sobreiros e plano de gestão das áreas classificadas como povoamento, do projecto Variante da Trofa. Desenvolvimento da empreitada de concepção / construção do túnel ferroviário da Variante da Trofa.

- **Linha de Guimarães**

Desenvolvimento do Projecto de reformulação da drenagem na PI5 da Linha de Guimarães, no acesso à Estação de Lordelo. Consignação, desenvolvimento e fiscalização da Empreitada de reformulação da drenagem na PI5 da Linha de Guimarães, no acesso à Estação de Lordelo.

- **Linha do Norte**

Conclusão da empreitada de Trabalhos Diversos de Instalações Eléctricas e Retorno de Corrente de Tracção no Sub-Troço 1.2 Alhandra / Setil. Conclusão da empreitada de construção da Passagem Superior de Peões Passagem na Estação de Vila Franca de Xira. Lançamento do concurso e adjudicação da empreitada de intervenções iniciais da drenagem na envolvente do túnel de Fátima, com o objectivo principal de proteger a infra-estrutura ferroviária de possíveis inundações em situações de pluviosidade intensa

garantindo a segurança da circulação ferroviária. Reabilitação de Vias da Estação de Coimbra B. Construção do Edifício Técnico da Estação de Alfarelos. Supressão de diversas Passagens de Nível da Linha do Norte.

- **Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro**

Continuação da Prestação de Serviços no Âmbito da Coordenação e Fiscalização de Segurança da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, adjudicada à DHV, SA, cuja conclusão se perspectiva para final de Fevereiro de 2010. Conclusão dos trabalhos da empreitada de Construção da Ligação Ferroviária, entre o Km 0+000 e o Viaduto de Acesso à Ponte da Gafanha (inclusive). Conclusão da Empreitada de Construção do Ramal Ferroviário de Ligação ao Porto de Aveiro, 2.ª Fase. Conclusão da empreitada de Reformulação da Rede de Gás ao km 7+523 do Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré. Conclusão da prestação de serviços para o Controlo da Plataforma Ferroviária em Terraplenagem, no Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro. Conclusão da empreitada de Construção do Ramal Ferroviário de Ligação ao Porto de Aveiro, 3.ª Fase, correspondente à montagem da via-férrea. Conclusão da prestação de serviços para a Remoção de Resíduos Urbanos Junto à Passagem Superior Rodoviária, PS3, do Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro.

- **Sistema de Mobilidade do Mondego**

Foram efectuadas as Adjudicações das Empreitadas de Reabilitação das Infra-estruturas nos Troços Miranda do Corvo / Serpins e Alto S. João/Miranda do Corvo e da Prestação de Serviços de Fiscalização do Empreendimento Coimbra B / Serpins. No dia 25 de Novembro de 2009 foi feita a Consignação da Empreitada de Reabilitação da Infra-estrutura do Troço Miranda do Corvo / Serpins, e a 2 de Dezembro de 2009 foi encerrado o Serviço Ferroviário deste troço.

- **Linha da Beira Baixa**

Conclusão da empreitada de Reforço da Fase 1 da Passagem Inferior Rodoviária da Estação de Castelo Branco. Conclusão da empreitada de construção de uma passagem inferior de peões para supressão da Passagem de Nível ao km 91+640.

- **Linha de Cascais**

Concluído o estudo arqueológico da zona da estação de S. Pedro do Estoril e o projecto de execução para a sua remodelação tendo-se concluído, igualmente, os procedimentos para a contratação do empreiteiro e da entidade fiscalizadora. Concluído o projecto de execução para a remodelação e iniciados os procedimentos para a contratação do empreiteiro, da entidade fiscalizadora e do transplante de algumas árvores na Estação de S. João do Estoril que

colidem com o futuro layout a implementar. Adjudicado o projecto integral para a modernização da Linha de Cascais nas especialidades de Via, Catenária, Drenagens, Muros de Suporte, Paisagismo e Ambiente.

- **Linha de Sintra**

Durante o ano de 2009 prosseguiram os trabalhos da Empreitada de Quadruplicação da Linha de Sintra entre os km 13+750 e 18+250, incluindo a Remodelação das Estações de Barcarena e do Cacém. Com a conclusão desta empreitada, prevista para Agosto de 2011, ficará concluída a quadruplicação da Linha de Sintra, entre Benfica e o Cacém e, ficarão completamente remodeladas as estações existentes neste troço - Massamá/Barcarena e Agualva/Cacém. Em Janeiro de 2009 foram suprimidos os últimos atravessamentos pedonais ainda existentes, que se situavam na ligação entre os cais da estação de Agualva/Cacém, deixando de existir qualquer atravessamento de nível na Linha de Sintra, quer rodoviário, quer pedonal.

- **Linha do Alentejo**

Abertura ao público, em Setembro de 2009, das Estações e Apeadeiros do Barreiro, Barreiro A, Lavradio, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Moita e Penteado. Na Baixa da Banheira foi também concluída a passagem inferior de peões ao Km 3+850.

- **Variante de Alcácer**

Conclusão da Empreitada da Variante entre a Estação do Pinheiro e o km 94 da Linha do Sul – 1.ª Fase – Trabalhos Complementares. Conclusão dos trabalhos da Empreitada da Variante entre a Estação do Pinheiro e o Km 94 da Linha do Sul – 1.ª Fase – Execução do Rebaixamento de Pavimento da PIA ao PK 6+463 e Drenagens nas PIA aos PK 1+114, 15+671, 22+842 e 23+889. Conclusão dos trabalhos da Empreitada da Variante de Alcácer (2.ª Fase): Atravessamento Ferroviário do Sado - Ponte e Viadutos de Acesso.

- **Ligação Ferroviária ao Porto de Sines / Elvas**

Concluída a Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Troço Sines / Grândola. Concluída a Prestação de Serviços para a Reformulação do Projecto de Modernização da Estação de Évora. Consignada a Empreitada de Modernização da Estação da Raquete. Suprimida a passagem de nível ao PK 170+110, no dia 18 de Novembro de 2009. Consignada a Empreitada de Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora, da Linha do Alentejo, Vendas Novas e Évora.



Estação do Barreiro



Apeadeiro do Penteado



Apeadeiro do Barreiro

Passagens de Nível

Como resultado da concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível para 2009 a que a REFER está obrigada, nos termos do art.º 2.º do decreto-Lei n.º 568/99 de 23 de Dezembro e, cuja materialização estava atribuída à REFER e a entidades externas, nomeadamente às Autarquias Locais, foram executadas 48 acções. Deste conjunto de intervenções, 41 Passagens de Nível foram suprimidas e 7 reclassificadas destacando-se que 42 (88%) foram realizadas pela REFER e as restantes em parceria com entidades externas.

O investimento total para a sua concretização foi de cerca de 18,6 milhões de euros, dos quais 17,6 milhões de euros foram suportados pela REFER, conforme se ilustra no quadro abaixo, discriminado por tipo de intervenção:

Obra	PN Suprimidas	PN Reclassificadas	Custo (euros)		
			REFER	Externo	TOTAL
Passagem Desnívelada	28	2	17 283 896	1 079 918	18 363 813
Automatização	---	3	78 126		78 126
Caminho Alternativo	7	---	188 836		188 836
Outras	6	2	15 520		15 520
Total	41	7	17 566 377	1 079 918	18 646 295

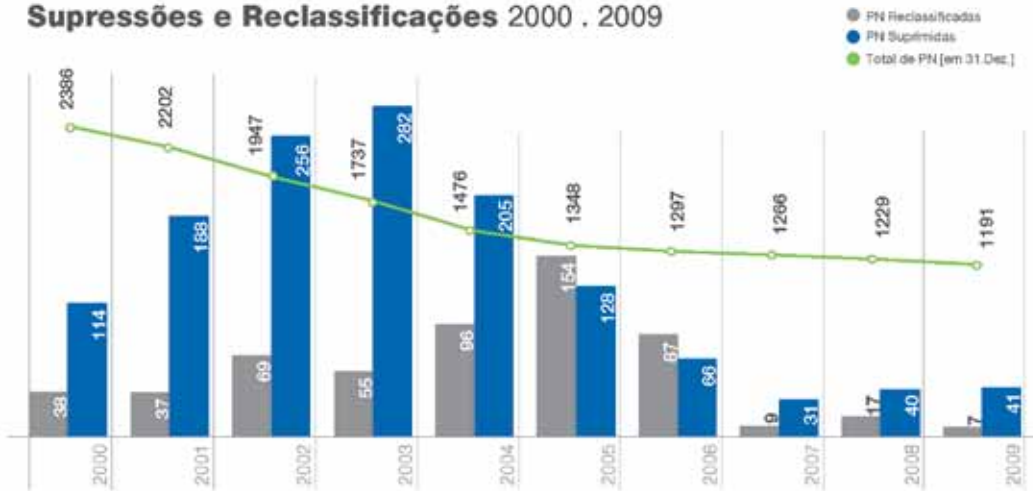
Em Dezembro de 2009, no universo das Linhas com Exploração Ferroviária, existiam 1191 Passagens de Nível, com a seguinte tipologia:

Tipo de PN	Quantidade
PN Públicas	
Automáticas (Rodoviárias)	335
Automatizadas com duplas meias barreiras	2
Automatizadas com meias barreiras	319
Automatizadas com obstáculo	14
Com Guarda	107
Sem Guarda	461
Tipo D	305
5ª Categoria	156
Peões	161
Automáticas	24
Não Automáticas	137
Total PN públicas	1064
PN Particulares	
	7
	120
Total PN particulares	127
Total PN	1191

A densidade média de Passagens de Nível no final de 2009 era de 0,419 PN/km.

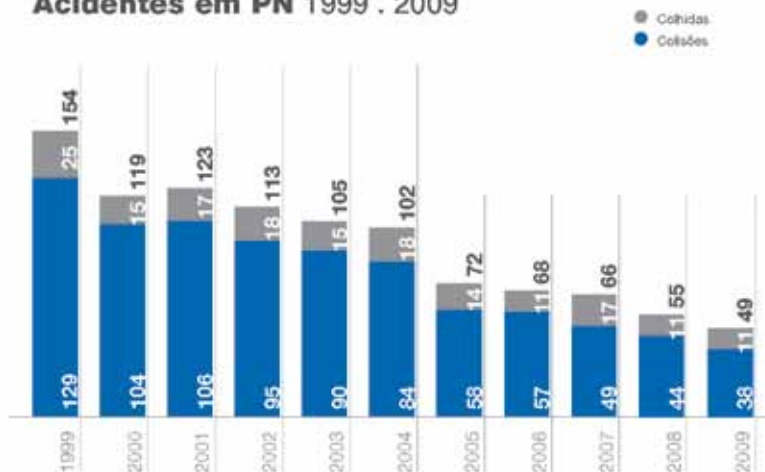
O seguinte gráfico reflecte a evolução do número de Passagens de Nível e as acções desenvolvidas nos últimos anos:

Supressões e Reclassificações 2000 . 2009



No que respeita a acidentes em Passagens de Nível, a evolução foi a seguinte:

Acidentes em PN 1999 . 2009

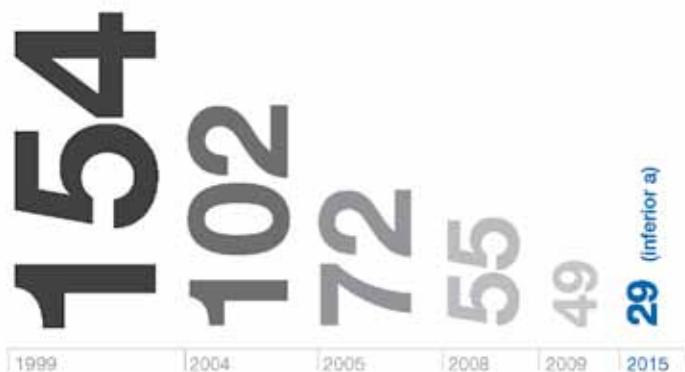


Pelo gráfico anterior observa-se que a política continuada de supressão e melhoria das condições de segurança nas Passagens de Nível tem contribuído para a redução sustentada da sinistralidade. Contudo, ainda são as colhidas as responsáveis pelo maior número de vítimas mortais pelo que, as campanhas de sensibilização nas escolas e nos meios de comunicação social, são cada vez mais importantes.

Salienta-se que, em resultado das intervenções havidas, foram superadas as metas definidas em 2005 nas Grandes Opções do Plano 2005/2009 que definiam uma redução da sinistralidade nas passagens de nível em 50% face ao ano de 2004. Em 2009 registou-se um total de 49 acidentes, quando a meta era de menos de 51 acidentes.

No gráfico seguinte demonstra-se que, com as acções desenvolvidas, se regista uma evolução da sinistralidade no sentido de se alcançarem também os objectivos definidos nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário que preconizam, para 2015, a redução desta sinistralidade em 60% face a 2005.

Acidentes em PN Real | Objectivo



Em Junho de 2009, a REFER apresentou a Campanha "PARE ESCUTE OLHE", com o objectivo de alertar a sociedade para a necessidade de cumprimento das regras de segurança no atravessamento das passagens de nível, evitando comportamentos de risco. Em Dezembro de 2009 apresentou o Livro Verde sobre Segurança em Passagens de Nível que tem como objectivo lançar o debate público sobre esta problemática e colher contributos para a implementação de novas medidas que permitam combater a sinistralidade nos atravessamentos da linha férrea.

Na perspectiva de divulgar as acções da REFER no âmbito das Passagens de Nível, a empresa criou um sítio na internet (www.refer.pt/passagens-denivel) e uma página na rede social Facebook.

Actividades Complementares

Sob esta designação inclui-se:

- Prestações suplementares, nomeadamente: telecomunicações, concessão de espaços comerciais, venda de resíduos, etc.
- Recuperação de materiais e gestão de resíduos
- Trabalhos da responsabilidade de terceiros

Outras Actividades Complementares

(milhões de euros)

Actividades Complementares	2008	2009	Variação
Rendimentos	15,8	15,0	-5%
Outros Rendimentos	15,8	15,0	-5%
Gastos	15,8	18,5	17%
Materiais	0,4	0,4	8%
Subcontratos	1,2	1,5	30%
Outros FSE	4,5	5,8	29%
Pessoal	6,4	6,4	0%
Amortizações	0,3	0,3	-13%
Provisões/Ajustamentos	-0,6	1,3	-306%
Outros Gastos	3,7	2,8	-24%
Resultado Operacional	0,0	-3,5	22 042%
Efectivo Médio	127	132	4%

Resultado Operacional

O valor do Resultado Operacional das Actividades Complementares degradou-se significativamente face ao ano anterior. Em 2009 alcançou o valor negativo de 3,5 milhões de euros, quando em 2008 esse valor tinha sido de -16 mil euros. Esta deterioração é explicada pelo aumento de 17% dos Gastos, sendo as rubricas Subcontratos (com um aumento de 30%) e os Outros Fornecimentos e Serviços Externos (com um aumento de 29%) que mais influenciaram o resultado. Neste caso, assumem particular relevância as verbas dispendidas em informática e consultoria.

De referir igualmente a rubrica Provisões/Ajustamentos, cuja variação decorre essencialmente do reforço das provisões para processos judiciais em curso.

O valor dos Rendimentos da actividade diminuiu 5% face a 2008 devido, particularmente, à Cedência de Energia e Água que, face a 2008, diminuiu 1,2 milhões de euros.

Ambiente

1. Sistemas de Gestão de Ambiente

As principais linhas de estratégia traçadas para esta área têm por objectivo prosseguir uma abordagem corporativa para os processos que são transversais à REFER, bem como, o aproveitamento das oportunidades que existem, ao nível das metodologias de estruturação de sistemas de gestão, entre as disciplinas do Ambiente e da Qualidade. É neste contexto que se começam a equacionar e estruturar as estratégias, tendo ainda em atenção a importância fundamental, de se convergir no sentido de centrar o esforço dos sistemas já organizados nas áreas operacionais, para os respectivos processos produtivos que são essenciais para o desempenho da empresa.

Prossegue o esforço de acompanhamento dos trabalhos em curso, quer na área da construção, quer na área da manutenção, abrangendo quer a fase de contratação, quer a execução dos trabalhos que daí resultam.

É de referir a formação ministrada com regularidade, designadamente no âmbito dos programas levados a cabo pela Direcção de Recursos Humanos, visando quer a área do Ambiente quer a da Qualidade.

2. Avaliação Ambiental

A avaliação ambiental traduz um princípio fundamental da Política de Ambiente da empresa, ao pôr em prática o princípio da prevenção. Esta avaliação prévia dos projectos constitui uma prática progressivamente enraizada nos projectos e no seu processo de planeamento constituindo, muitas vezes, parte do caminho crítico até à execução dum empreendimento. Ao longo de 2009 manteve-se a grande pressão de trabalho nesta área já sentida ao longo de 2008, (seja na fase de concepção dos investimentos, seja na sua execução) algo que obrigou a redireccionar recursos e reforçar a equipa na área da construção.

Para além de novos projectos (Ligação Desnivelada da Linha de Cintura à Linha de Cascais, Ligação Sines / Grândola Norte, Quadruplicação da Linha do Minho entre Contumil e Ermesinde, bem como do Pólo 2 da Plataforma Logística de Leixões) cuja avaliação ambiental se suscitou, manteve-se a necessidade de acompanhar os projectos em desenvolvimento de anos anteriores envolvendo o desenvolvimento dos projectos de execução ou os processos de licenciamento ambiental. Destes, destacam-se:

- Estação de Alfarelos e Secções adjacentes;
- Variante de Santarém;
- km 88/Entroncamento;
- Bombel / Casa Branca;
- Estação da Raquete;
- Linha da beira Baixa nos troços Castelo Branco / Covilhã e Covilhã / Guarda.



3. Monitorização Ambiental

Foram concluídos, em 2009, os trabalhos referentes à monitorização do ruído e vibrações (fase de exploração) nas linhas de Évora, do Minho, do Sul, da Beira Baixa e ramal de Braga e, elaboração dos respectivos relatórios.

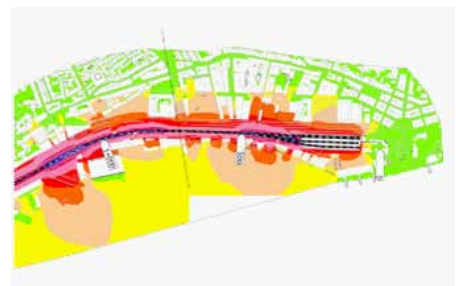
De igual modo foi efectuada a monitorização da qualidade da água (no troço Casa Branca / Évora da Linha de Évora) dando sequência aos compromissos assumidos no âmbito da avaliação ambiental do projecto.

4. Ruído

Em 2009 destaca-se a conclusão do desenvolvimento do Mapa Estratégico de Ruído do Troço Porto S.Bento/Ermesinde, da Linha do Minho. Com a apresentação deste mapa, dá-se por concluído o mapeamento de todas as linhas e troços de linha com mais de 60.000 marchas por ano, que constituem a primeira prioridade de acção da REFER. Com esta informação e, tendo em vista propor uma abordagem para o desafio que se apresenta para a elaboração de planos de redução do ruído nestas linhas, iniciou-se uma análise conjunta dos mapas já desenvolvidos, de forma a avaliar qual o esforço a efectuar, qual a hierarquia de acção a adoptar e quais os instrumentos a utilizar para o efeito pretendido.

Extracto do Mapa de Ruído da Linha de Cascais

Ainda neste ano, deu-se início à produção dos primeiros dois mapas de ruído da 2.ª fase (linhas ou troços de linha que apresentem entre 30.0000 a 60.000 marchas por ano) referentes aos troços Quintans/Ovar e Entroncamento/Albergaria.



5. Fauna e Flora

Ao longo de 2009 destaca-se o desenvolvimento alcançado nos seguintes projectos:

Salina a reabilitar em Alcácer do Sal

- a. **Reabilitação Ecológica de uma Salina em Alcácer do Sal** – Foi efectuada o levantamento topográfico de detalhe da salina e desenvolvido o respectivo programa de acções, enviado para a entidade tutelar de modo a colher o seu parecer e, posteriormente, dar-se início ao projecto de execução.



Floresta Autóctone – Plantação de 28 de Fevereiro – Afonsim (Vila Pouca de Aguiar)

b. Promoção da Floresta Autóctone – Foi concretizada a primeira acção neste contexto numa associação da REFER ao programa Criar Bosques, da Quercus. Além da parceria da REFER ter garantido o apoio técnico organizado no seio da Quercus para a coordenação das múltiplas acções, também contemplou a plantação de mais de 25.000 árvores e arbustos da Floresta Autóctone em 17 locais distintos. Foram organizadas duas acções com participação aberta a colaboradores da REFER, uma realizada em Afonsim (Vila Pouca de Aguiar) e outra na Pampilhosa (Mealhada).



6. Gestão de Resíduos

Em 2009, para além do habitual apoio aos órgãos operacionais no estabelecimento de estratégias de gestão para os seus resíduos, destaca-se a prossecução da prática de desenvolvimento dos Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, dando sequência e complementando o plano de formação traçado no ano anterior.

Património

O património imobiliário da REFER integra o Domínio Público Ferroviário, o qual, nos termos da lei, se encontra sob a gestão da REFER a quem compete zelar pela sua conservação. A rentabilização deste vasto Património é cada vez mais uma prioridade da Empresa.

Merecem ser destacadas as actividades seguintes:

- a. Rentabilização do património que deixou de estar afecto à exploração ferroviária, tendo permitido o retorno de cerca de 1,6 milhões de euros em rendimentos. Refira-se que, durante o ano em análise, foram concessionados a diversas entidades públicas diversos edifícios, incluindo alguns Edifícios de Passageiros situados em estações de caminhos-de-ferro que deixaram de ter utilidade enquanto meios afectos à exploração ferroviária.

- b. No domínio da rentabilização acima referida será de destacar a continuação do desenvolvimento do Plano Nacional de Ecopistas, permitindo:
 - preservar os antigos canais ferroviários, salvaguardando-os de ocupações ilegítimas e criando uma verdadeira bolsa de oportunidade para futura reutilização em termos de Transporte e Mobilidade;
 - dar um contributo fundamental para uma futura Rede com cerca de 750 km a nível Nacional de "vias verdes", "vias cicláveis", "percursos pedestres", "percursos da natureza" etc.;
 - contribuir para um novo tipo de oferta Turística ligada ao Ecoturismo / Turismo da natureza;
 - contribuir para o combate à desertificação de variadíssimas regiões e espaços rurais, potenciando a empregabilidade local;
 - e, de algum modo, contribuir para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que venha a ser definitivamente aprovada a nível nacional.

Até ao final de 2009 estavam concessionados / contratualizados a 33 Municípios perto de 450 km de canais ferroviários desactivados, faltando protocolar ainda cerca de 300 km para concluir o objectivo traçado no Plano Nacional de Ecopistas, objectivo esse que se prevê atingir nos próximos anos. Dos canais desactivados encontram-se já abertos e à disposição, quer das populações locais, quer de todos os interessados neste tipo de equipamento, cerca de 130 km de Ecopistas.

Segurança

Na Rede Ferroviária Nacional circularam diariamente em 2009 cerca de 2100 comboios, a que correspondeu 39,9 milhões de CK, sendo a grande maioria dos comboios (cerca de 80%) de serviço de passageiros.

É uma preocupação constante da REFER que a Segurança da Exploração seja garantida, tendo em vista a segurança dos passageiros e dos seus trabalhadores, bem como, dos trabalhadores dos Operadores Ferroviários e dos Prestadores de Serviços. É também preocupação permanente da Empresa, a segurança dos utilizadores dos atravessamentos de nível.

Acresce a garantia da segurança do transporte das mercadorias, do material circulante, bem como da prevenção de incêndios das florestas circundantes do caminho-de-ferro.

Estas preocupações são intrínsecas a um serviço público de qualidade constituindo, assim, uma prioridade que é assumida por todos os trabalhadores da REFER.

Sem prejuízo das boas práticas entre os vários intervenientes do sistema de transporte ferroviário, importa avaliar e caracterizar as situações de risco, visando a adopção de medidas preventivas para o controlo, introduzindo no sistema medidas correctivas, contribuindo para o reforço da Segurança da Exploração e para o aperfeiçoamento da cooperação entre as várias entidades.

É, no entanto, relevante que, para a Segurança da Exploração ser efectiva, se tenham de trabalhar três vertentes essenciais, sendo estas, o cumprimento da regulamentação da circulação e da manutenção do sistema ferroviário, a actuação em situações degradadas e em situações de emergência, e a interligação com todas as entidades externas interessadas.

Os dois primeiros aspectos estão de alguma forma dependentes da observância da Regulamentação Ferroviária, reflectindo esta, na medida do possível, a evolução da regulação do mercado (interno e externo), e a evolução tecnológica dos sistemas de construção e manutenção de infra-estruturas, comando, controlo e gestão da circulação.

Neste âmbito, tem-se registado uma permanente actualização da Regulamentação Ferroviária que, desde a criação da REFER em 1997, tem sido fortemente implementado a todos os níveis do sistema ferroviário.

Desde a década de 90 que se tem sentido a maior transformação do sector, com o início das transposições e implementação das Directivas Comunitária para o sistema ferroviário que, visam essencialmente, a criação de uma rede de transporte ferroviário no espaço Europeu, com a harmonização dos sistemas e equipamentos técnicos (infra-estruturas, material circulante, etc.) convencionais com base nas Especificações Técnicas da Interoperabilidade (ETI), criando um sistema ferroviário comum entre os Estados-Membros, mais seguro e sustentável.

O impacto destes objectivos é sentido na forma como as redes ferroviárias nacionais de cada Estado-Membro se adequam e transformam para cumprir esta política europeia, não só no que respeita à visão europeia, como também, no que respeita às opções estratégicas nacionais.

É nesse sentido que a Segurança da Exploração observa, promove e contribui para que a Rede Ferroviária Nacional, em conjunto com todos os que com ela interagem, esteja na sua melhor capacidade, operável e intrinsecamente segura.

A identificação dos acidentes, como definido no Decreto - Lei n.º 231/2007 de 14 de Junho, tem vindo a ser harmonizada em conjunto com os Operadores Ferroviários – CP, FERTÁGUS, TAKARGO Rail - e com a participação da Entidade Reguladora – IMTT. Relativamente ao ano de 2009, procedeu-se, com particular relevância, à identificação dos acidentes significativos, que este ano (43) baixaram fortemente em relação ao ano anterior (73).

Salienta-se, também, que a Rede Ferroviária Nacional chegou ao final de 2009 com a cobertura por sistemas de Controlo Automático de Velocidade (Convel), bem como de Rádio Solo-Comboio, de cerca de 90% dos CK realizados. Acresce que, com a entrada ao serviço em Outubro de 2007, do sistema SDCRQ (Sistema de Detecção de Caixas de Eixos e Rodas Quentes), estrategicamente implantado em sete pontos da rede ferroviária, muito contribuiu para que 80% do tráfego de longo curso, especialmente o de mercadorias, fosse melhor escrutinado, tendo em vista contribuir para a redução do risco de descarrilamento. Assim, em 2009, cerca de 95 % dos acidentes significativos resultaram de acidentes ocorridos em PN e de colhidas de pessoas na via-férrea e em estações e apeadeiros. Foi desenvolvido, pela REFER, um intenso trabalho de sensibilização interna e externa para os riscos do atravessamento em PN, prosseguindo-se a política de supressão e reclassificação de PN, bem como, do controlo da utilização indevida da via-férrea por peões. Também, em 2009, foram reforçadas as acções de sensibilização e formação, no âmbito da Segurança da Exploração, e da segurança dos trabalhos que interferem com a circulação dos comboios.

Recursos Humanos

1. Política de efectivos e salarial

Depois de dois anos, em que a redução do efectivo da REFER praticamente estabilizou, o ano transacto caracterizou-se pelo aumento do número de saídas da empresa, embora em número inferior ao que se verificou nos primeiros anos de existência da empresa.

Até Dezembro de 2009, o número de trabalhadores a cargo era de 3497, resultado do saldo entre 122 saídas e 64 entradas mas, também, da diminuição no número de trabalhadores em situação suspensa quando comparado com o mesmo período de 2008, de 58 para 53. Assim, verificou-se uma redução de 59 trabalhadores a cargo ao longo do ano.

O efectivo médio mensal foi de 3518 colaboradores, ou seja, 1,6% inferior ao de 2008.

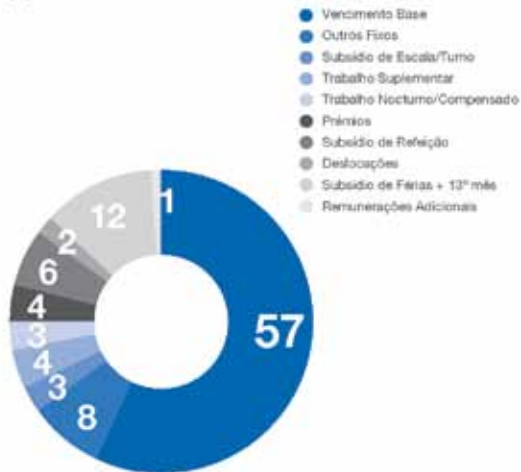


A massa salarial cresceu de 83,6 milhões de euros para 85,9 milhões de euros (+2,7%), resultado do aumento de 2,9% das prestações pecuniárias negociado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.

A estrutura da massa salarial continua a reflectir o elevado peso das componentes fixas (80%), em linha com o que é comum em empresas da mesma natureza da REFER.

Massa Salarial por Família

[N]



A idade e antiguidade média situaram-se, em Dezembro, nos 45,8 e 20,4 anos, respectivamente. Estes valores são superiores aos do ano anterior, em cerca de 0,4 anos, uma vez que as entradas e saídas de trabalhadores não foram suficientes para inverter a "tendência natural de envelhecimento".

A estrutura de qualificações continuou a verificar o reforço das categorias com maiores qualificações em detrimento das menos qualificadas. Também o nível de escolaridade aumentou, sendo que o número de colaboradores com ensino superior aproximou-se, no final do ano, dos 19%.

Estrutura de Qualificações

[N]



2. Valorização do Potencial Humano

A formação ministrada aos colaboradores da REFER ao longo do ano de 2009 enquadrou-se na “Estratégia de Formação 2007-2010”, orientada para garantir um melhor alinhamento entre competências detidas pelo efectivo da empresa e os objectivos estratégicos a que esta se propôs atingir.

Com base num orçamento de 1,1 milhões de euros realizaram-se 827 acções de formação nas quais participaram 7662 trabalhadores, o que correspondeu a um volume de formação de 107.067 horas.

A formação realizada permitiu abranger diversas áreas transversais a toda a organização, destacando-se, pela sua importância e número de colaboradores participantes, as acções enquadradas no âmbito da Formação Técnica Ferroviária, do Programa de Desenvolvimento das Chefias Intermédias, da Formação em Liderança e Gestão e do Programa de Estágios Renovar REFER.

Para além da realização destas acções de formação, iniciou-se também um programa de visitas de colaboradores de órgãos de apoio da empresa a diversas obras ferroviárias em curso ou outros pontos de interesse, como a ponte 25 de Abril, o túnel do Rossio, os CCO de Lisboa e Porto ou as obras da variante de Alcácer. Nestas visitas participaram 45 colaboradores que tiveram, assim, a oportunidade de conhecer mais de perto o negócio da REFER.

3. Recrutamento e Mobilidade

O ano de 2009 foi caracterizado por uma elevada actividade ao nível de processos de mobilidade interna. Neste âmbito ficou praticamente completo o Projecto de Migração de Escriturários para Assistente de Gestão. Procedeu-se, também, à reconversão profissional de mais 112 colaboradores, com destaque para os 28 Controladores de Circulação reenquadrados como Operadores de Infra-Estruturas e para as 12 Guardas de Passagem de Nível que transitaram para o Apoio Geral e Administrativo.

Paralelamente, sempre que necessário, a REFER desenvolveu processos de recrutamento externo com vista a preencher competências críticas, pessoais e técnicas, essenciais para a concretização dos objectivos estratégicos da organização. Neste caso, destaca-se o reforço dos quadros técnicos da empresa com 38 novos colaboradores, em linha com a política de aumento das qualificações profissionais do efectivo da empresa.

O ano de 2009 ficou ainda marcado pela criação do Programa de Estágios Renovar REFER, no âmbito do qual foram recrutados 16 estagiários para áreas ligadas ao core-business da organização. Este projecto tem uma duração inicial de 12 meses, findo o qual será do interesse da empresa a integração dos participantes nos seus quadros. Para além disso, sublinha-se a continuidade ao Programa de Estágios

Convencionais, agora direccionado apenas para recém-licenciados com formação nas áreas de apoio da empresa.

Em 2010 é expectável que a aposta da REFER se mantenha na reconversão de pessoal operacional, sobretudo no que diz respeito à transição de Guardas de Passagem de Nível para o Apoio Geral e Administrativo e de colaboradores da área da circulação da região Norte e Centro para a carreira da manutenção. Para além disso, e no sentido de preparar a empresa para os objectivos de médio e longo prazo, está prevista a continuação do recrutamento de estagiários através do Programa de Estágios Renovar REFER.

4. Trabalho e Relações Laborais

A grande maioria dos colaboradores da empresa (69%) está representada em 21 organismos sindicais, subscritores do Acordo de Empresa em vigor. Relativamente a 2009, destaca-se a criação do novo sindicato APROFER (Associação Sindical dos Profissionais do Comando e Controlo Ferroviário), que conta com uma representação significativa no CCO de Lisboa.

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as ORT e com a Comissão de Trabalhadores, não se registando, durante 2009, conflitos e problemas de relacionamento laboral dignos de nota.

Participações

A REFER tem participações num conjunto de empresas criadas no âmbito da reorganização do sector ferroviário, ainda antes da criação da própria empresa e que, pela natureza da sua actividade, complementam a actividade da gestão da infra-estrutura ferroviária.



Empresas Afiliadas e Principais Actividades

REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A., é um Operador de Telecomunicações licenciado pela ANACOM. A REFER Telecom está vocacionada para a Gestão, Supervisão e Manutenção das Redes e Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias. É também responsável pela instalação e gestão das telecomunicações, essenciais nesta área dos transportes. Tem uma rede com cobertura nacional e faz uso de um "backbone" de fibra óptica com mais de 2 800 quilómetros, com presença nas principais capitais de distrito e centros urbanos do País. Sobre esta rede são suportados diferentes serviços de conectividade.

Tem como missão "Assegurar a gestão eficaz da infra-estrutura de telecomunicações concessionada pelo Accionista, garantindo-lhe a excelência na prestação dos respectivos serviços, bem como a optimização

de todos os recursos através de uma oferta especializada ao restante mercado."

INVESFER - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios S.A.

A INVESFER S.A., empresa de capitais públicos da REFER, tem por objecto a prestação de serviços de valorização de património imobiliário. Tem como missão estratégica a oferta de respostas flexíveis e inovadoras na valorização patrimonial, desenhadas à medida das necessidades dos clientes.

Como Visão Estratégica aponta o seu reconhecimento, pelo mercado, como empresa de referência na valorização de patrimónios imobiliários, contribuindo para o sucesso dos seus Accionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores. Adopta como Valores:

- A ética e rigor profissionais assentes em critérios de transparência e na valorização da pessoa humana;
- A qualidade e excelência de serviço, baseadas na agilidade de procedimentos e persistência na busca das melhores soluções;
- O espírito de equipa e sua coesão, com entusiasmo, dedicação e determinação de todos os colaboradores;
- Responsabilidade social, fundamentada na sustentabilidade.

O património ferroviário desactivado coloca sérias dificuldades de preservação, dada a sua fragmentação, isolamento geográfico e, em alguns casos, a alteração do contexto social e urbano envolvente.

A REFER, através da INVESFER, tem vindo a proceder a acções de valorização e requalificação do património ferroviário que garantem a sustentabilidade financeira e ambiental e, simultaneamente, possibilitam o usufruto das populações.

Se nos perímetros urbanos estas intervenções têm um maior impacto nas populações, no restante património estas são igualmente importantes, permitindo preservar valores históricos e museológicos e gerando oportunidades para o desenvolvimento de negócios de base local em áreas como o turismo, a hotelaria e o comércio.

FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A

A FERBRITAS S.A. é uma empresa do Grupo REFER com mais de três décadas de experiência no sector ferroviário, particularmente vocacionada para o planeamento de transportes, engenharia de infra-estruturas e para produção e comercialização de agregados. A actividade da FERBRITAS S.A. reparte-se por duas vertentes distintas:

- Área de Engenharia dos Transportes
- Área de Agregados

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

A RAVE foi constituída pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000, publicado no Diário da República nº 291 (1ª A Série - Suplemento), de 19 de Dezembro.

Indicadores 2009

Os indicadores mais importantes das empresas do grupo REFER no ano de 2009 são:

Dezembro 2009

Participadas	Ferrolitas	Investor	Refer Telecom	CP Com	RAVE	G.I.L.	Metro Mondago	Fernave
Participação	98,43%	99,99%	100,00%	80,00%	40,00%	32,98%	2,50%	10,00%
Imobilizado	4 273 687	2 328 087	14 857 331	30 292	109 227 751	74 775 228	25 874 712	1 676 811
Activo Circulante	21 536 669	22 060 074	21 887 241	4 444 464	4 922 699	3 834 661	3 350 999	1 526 037
Total Activo	28 063 292	24 581 950	37 546 455	4 538 695	114 199 853	79 725 781	29 252 855	3 248 801
Capital próprio	13 698 568	15 109 062	21 819 363	566 727	2 159 787	(34 936 301)	358 848	(1 407 788)
Resultado líquido	6 476 860	64 215	2 867 577	42 525	(34 593)	(1 850 025)	57 200	(1 775 321)
Passivo	14 364 727	9 472 888	15 527 092	3 971 968	112 040 066	114 662 083	28 894 007	4 656 588
Provisões Operacionais	20 707 244	3 817 318	26 442 671	5 683 316	4 173 499	4 767 409	957 294	3 096 337
Custos Operacionais	17 032 713	3 707 135	22 087 290	5 611 023	4 142 827	4 429 075	1 076 014	4 249 744
Número de Funcionários	208	25	153	9	31	6		
Vol Negócios / N° Funcionários	100 159	235 557	172 602	631 480	7 468	511 910		
Cobertura dos Custos pelos Provisões	122%	103%	120%	101%	101%	108%	89%	73%
Autonomia Financeira	49%	61%	58%	12%	2%	-44%	1,2%	-43%

Nota: As demonstrações financeiras apresentadas são as previsionais.
O Resultado Líquido apresentado é antes de impostos.

Resultados e Estrutura Patrimonial

Resultado Operacional

Resultado Operacional			
	(10 ⁶ euros)		
Resultado Operacional	2008 ⁽²⁾	2009 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Rendimentos Operacionais	121,1	122,7	1,3%
Vendas e Prestação de Serviços	71,6	71,5	0%
Subsídios	33,6	36,2	8%
Outros rendimentos	15,8	15,0	-5%
Gastos Operacionais	215,6	224,8	4%
Custo das Vendas	5,9	8,3	41%
Fornecimentos e Serviços Externos	102,8	108,4	5%
Gastos com Pessoal	92,1	96,8	5%
Depreciação e Amortizações do Exercício	3,5	3,3	-5%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	-0,5	1,3	-365%
Ajustamentos de Inventários e Contas a receber	-0,1	0,0	-100%
Outros Gastos	12,1	6,7	-45%
Resultado Operacional	-94,5	-102,1	8%

O Resultado Operacional da REFER registou um agravamento de 8% (+7,5 milhões de euros) face a 31 de Dezembro de 2008, resultante do agravamento registado ao nível dos Gastos Operacionais (+9,2 milhões de euros).

Os Rendimentos Operacionais registaram um acréscimo de 1,6 milhões de euros (+1,3%), contudo, insuficiente para compensar o aumento ocorrido nos Gastos.

A melhoria verificada nos **Rendimentos Operacionais**, os quais representam 42% dos Rendimentos Totais, resultou da conjugação de:

- Incremento registado na rubrica subsídios, que cresceu 8%, em resultado do aumento das Indemnizações Compensatórias atribuídas à REFER em 2009.
- Decréscimo de 5% registado em Outros Rendimentos.

Os rendimentos resultantes da Tarifa de Utilização caíram de 60,6 milhões de euros para 59 milhões de euros. Esta quebra de 2,7% reflecte a diminuição em 3,4% da quantidade de CK realizados.

(10 ⁶ euros)			
Tarifa de Utilização	2008 ⁽²⁾	2009 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Passageiros	48,1	48,5	1%
Mercadorias	11,3	9,5	-16%
Marchas	1,4	1,5	7%
Total Tarifa Base	58,9	57,6	-2%
Capacidade Pedida Não Utilizada	1,7	1,4	-19%
Total	60,6	59,0	-3%
Tarifa Base / Ck sem Anexo I	1,5 €	1,5 €	1%

Os **Gastos Operacionais** ascenderam a 224,8 milhões de euros, o que representa um incremento de 4,3% face a 2008. Este incremento resulta, essencialmente, dos seguintes movimentos:

- Acréscimo de 41% no Custo das Vendas – esta rubrica reflecte o incremento registado nas intervenções de manutenção da via com o consequente aumento de consumo de materiais, nomeadamente, carril.
- Acréscimo de 5% (+4,78 milhões de euros) na rubrica Gastos com Pessoal, resultante do crescimento nominal destes custos devido a actualizações e progressões salariais e, ainda, de 3,9 milhões de euros referentes a rescisões de contratos por mútuo acordo.
- Acréscimo de 5% na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos (+5 milhões de euros) devido, maioritariamente, ao aumento de gastos com consultoria, informática, energia eléctrica e água.

Estas três rubricas representam cerca de 95% dos Gastos Operacionais.

A cobertura dos Gastos Operacionais pela Tarifa de Utilização situa-se, em 2009, em 26% (28% em 2008).

Resultado Financeiro(10³ euros)

Resultado Financeiro	31-12-2008	31-12-2009	%
Perdas Financeiras			
Juros Suportados			
Empréstimos	-64,5	-45,6	-29%
Instrumentos financeiros derivados	-109,3	-97,5	-11%
Outros juros suportados	-0,1	-0,1	-9%
Varição de justo valor			
Instrumentos financeiros derivados	-84,3	-33,2	-61%
Outras perdas financeiras	-3,6	-4,9	35%
	-261,8	-181,3	-31%
Ganhos Financeiros			
Rend. Tit. Negoc. e de outras aplic. Financeiras	0,0	0,0	-87%
Juros Obtidos			
Instrumentos financeiros derivados	133,2	114,7	-14%
Outros juros obtidos	0,0	0,0	-48%
Varição de justo valor			
Instrumentos financeiros derivados	36,1	47,7	32%
Outros ganhos financeiros	0,1	0,0	-58%
	169,3	162,5	-4%
Ganhos/Perdas em Associadas	5,8	9,2	60%
Ganhos/Perdas Out. Inv. Financeiros	0,0	-0,9	-
Resultados Financeiros	-86,7	-10,5	-88%

Os Resultados Financeiros registaram uma melhoria significativa de cerca de 76 milhões de euros face a 2008.

É de referir que, a variação registada no Resultado Financeiro reflecte, essencialmente, a conjuntura económica vivida em 2009, a qual se traduziu, em larga escala, na descida das taxas de juro do euro, com reflexos directos sobre o serviço da dívida.

É neste contexto que os juros suportados de empréstimos desceram 29% face a 2008, assim como, os juros suportados de instrumentos financeiros derivados que registaram um decréscimo de 11% face a 2008.

A variação do nível dos Ganhos e Perdas provenientes das variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados reflecte as flutuações registadas no mercado financeiro ao longo do ano.

Globalmente, os Gastos Financeiros registaram um decréscimo de 31% enquanto os Ganhos registaram uma quebra de apenas 4%.

No capítulo Gestão da Dívida Financeira detalha-se a análise da performance financeira da REFER incluindo a componente relacionada com a actividade de Investimento.

Ganhos e Perdas em Associadas registou um saldo positivo respeitante à valorização, pelo Método de Equivalência Patrimonial, das participações na FERBRITAS, INVESFER e REFER Telecom, dado que, tanto a FERBRITAS como a INVESFER inverteram o seu ciclo de resultados líquidos negativos.

Analisando as necessidades globais de fundos, verificamos que há necessidade constante de recurso ao financiamento como forma de suportar o deficit de cada uma das actividades.

(10⁶ euros)

Demonstração Fluxos Caixa	31-12-2008	31-12-2009
Deficit Operação	-112,0	-128,1
Deficit Investimento	-194,9	-135,1
Custos Financeiros	-203,1	-154,9
Necessidades totais	-510,0	-418,1
Endividamento Curto Prazo	1 426,6	547,9
Endividamento Médio Longo Prazo	3 687,7	4 991,3
Total Endividamento	5 114	5 539

Resultado Líquido

(10 ⁶ euros)			
Resultado Líquido	2008 ⁽²⁾	2009 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Total Rendimentos	296,2	293,4	-1%
Total Gastos	477,7	406,1	-15%
Resultado Líquido	-181,5	-112,6	-38%

O presente exercício apresenta um Resultado Líquido negativo de 113 milhões de euros, o que representa um desagravamento de 38% face a 31 de Dezembro de 2008.

O peso do Total de Rendimentos no Total de Gastos passou de 62% em 2008 para 72% em 2009.

O desagravamento do Resultado Líquido explica-se pela melhoria acentuada do Resultado Financeiro (+88%) apesar do agravamento, de cerca de 8%, no Resultado Operacional.

Demonstração de Posição Financeira

Estrutura patrimonial

É de referir que, tal como já aconteceu em 2008, a estrutura da Demonstração de Posição Financeira é apresentada de acordo com o normativo em IAS.

Activo

Actividade em Investimentos de Infra-estrutura de Longa Duração (ILD) - Reflecte o Investimento realizado pela REFER na Infra-estrutura ferroviária, por conta do Estado.

Em 2009 registou, em termos de activo líquido, um decréscimo de 953 milhões de euros. Este decréscimo resulta da conjugação do incremento verificado no investimento em ILD (+ 349 milhões de euros) e do maior nível de cobertura financeira (+1,2 mil milhões de euros).

Esta rubrica (ILD) que, em 2009, apresenta um montante de 430 milhões de euros, representa cerca de 65% do total do Activo e inclui as seguintes rubricas de activos e passivos (afectos ao investimento realizado):

A variação no Activo (ILD) reflecte o investimento realizado na infra-es-

	(10 ⁶ euros)	
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	31-12-2008	31-12-2009
Activo (ILD)	7 232,7	7 581,9
Fundos Circulantes	-41,4	-44,7
Subsídios (ILD)	-3 579,5	-3 709,3
Gastos de Empréstimos	404,5	503,7
Empréstimos obtidos	-2 632,0	-3 897,7
Rentabilização de activos	-	-3,1
	1 384,4	430,9

trutura durante o ano, apresentando em Dezembro de 2009 o montante acumulado de 7582 milhões de euros.

O montante de subsídios atribuídos ao investimento registou um aumento de cerca de 129 milhões de euros, dos quais 78% foram atribuídos pelo Fundo de Coesão.

Os Gastos de empréstimos representam os encargos com empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de Investimento em ILD e não passíveis de capitalização.

Os Empréstimos obtidos referem-se aos empréstimos com aval do Estado ou explicitamente obtidos para investimento, no montante de 3897 milhões de euros, para cobertura financeira do investimento realizado exclusivamente em ILD'S.

Activos Não Correntes - ascendem a 97 milhões de euros em 2009, tendo registado um acréscimo de 6 milhões de euros face a 2008. Este acréscimo resulta, essencialmente, da conjugação de:

- Aumento de 16 milhões de euros em Investimentos em filiais, resultante da valorização positiva das participações financeiras detidas no capital das empresas FERBRITAS, INVESFER e REFER Telecom e CP Com em 9 milhões de euros e 8 milhões de euros de cobertura de prejuízos na INVESFER.
- Redução de cerca de 8 milhões de euros em Empréstimos e Contas a Receber, resultante de amortização total de suprimentos efectuada pela INVESFER.
- Decréscimo de cerca de 2,5 milhões de euros na rubrica Activos Fixos Tangíveis.

Activos Correntes – ascendem a 129 milhões de euros em 2009, tendo registado um acréscimo de 10 milhões de euros face a 2008, reflexo da valorização positiva registada nos Instrumentos Financeiros Derivados (+9 milhões de euros); aumento do Inventário (+1 milhões de euros). A rubrica Clientes e Outras Contas a Receber registou um decréscimo

face a 2008 (-2 milhões de euros). Nesta rubrica assume relevância o saldo com o operador CP, o qual registou uma melhoria no seu prazo médio de recebimentos. Em 2008 este indicador situava-se nos 183 dias, enquanto em 2009 se situa nos 110 dias.

Passivo

Em 31 de Dezembro de 2009, a REFER apresenta **Capital Próprio** negativo no montante de 1268 milhões de euros, reflexo dos sucessivos resultados líquidos negativos apresentados.

O valor do **Passivo Não Corrente** ascende a 1105 milhões de euros, registando uma redução de 18 milhões de euros resultante do ligeiro decréscimo do financiamento a médio e longo prazo, situando-se este em 1094 milhões de euros (1113 milhões de euros em Dezembro de 2008).

O **Passivo Corrente** registou um decréscimo de 807 milhões de euros, resultante do decréscimo do financiamento bancário de curto prazo. Parte do saldo apresentado em 2008 foi renegociado para financiamento de médio e longo prazo para cobertura do investimento.

Na estrutura do Activo tem relevância a Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração, representando cerca de 65% do total do Activo, contra 87% em 2008. Esta variação justifica-se pelo aumento registado no financiamento de médio e longo prazo obtido para cobertura do investimento realizado.

No Passivo, é o Passivo Não Corrente que assume maior peso relativo, o qual ascende a 1105 milhões de euros, correspondendo a 57% do total do Passivo.

Indicadores

Dos principais indicadores há a destacar a melhoria do Prazo Médio de Pagamentos, um dos objectivos preconizado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, a qual estabelece o Programa Pagar a Tempo e Horas, devendo as Empresas do Sector Empresarial do Estado definir objectivos de Prazos de Pagamentos. A REFER apresenta, em Dezembro de 2009, um Prazo Médio de Pagamentos de 44 dias, o que representa uma melhoria face a 2008 (59 dias).

Em termos de comboios quilómetro (Ck) realizados em 2009, verificou-se um decréscimo de 3,4% face a 2008.

Em 2009, o operador CP utilizou 38 milhões Ck, o que corresponde a 92% do tráfego total, distribuído pelos serviços de passageiros 31 milhões Ck, de mercadorias 6 milhões Ck e 0,8 milhões Ck de marchas. O operador FERTAGUS utilizou 1,7 milhões Ck dos quais 1,6 milhões Ck são de passageiros e 117 mil Ck de marchas.

Na prossecução do objectivo de assegurar elevados níveis de segurança, a densidade média de passagens de nível por km passou de 0,43 em 2008 para 0,42 em 2009.

Os gastos operacionais por comboio quilómetro (Ck) têm registado um decréscimo ao longo dos últimos anos registando-se, em 2009, um decréscimo de 2,6% face ao ano anterior.

O efectivo médio diminuiu apenas 1,5% face a 2008, contrariando a tendência de anos anteriores de redução acentuada no número de efectivos.

Os gastos com pessoal apresentaram um acréscimo de 5,6% em relação a 2008 resultante do crescimento nominal destes custos devido a actualizações e progressões salariais e ainda a 3,9 milhões de euros referentes a rescisões de contratos por mútuo acordo.

Principais Indicadores da Actividade	2007 (3)	2008 (2)	2009 (1)	Variações % (1)/(2)	Variações % (2)/(3)
Comboio quilómetro (CK) (10 ³)	40 489	41 284	39 865	-3,4%	2,0%
Rendimentos Utilização da Rede (€ 000)	57 267	60 596	58 986	-2,7%	5,8%
Gastos Operacionais G.L.(€ 000)/ CK	5,10	4,85	4,72	-2,6%	-4,9%
Investimentos Longa Duração (ILD's) (€ 000)	328 292	392 431	364 573	-7,1%	19,5%
Endividamento (Passivo Remunerado/Activo Líquido) X100	64,37	65,81	67,02	1,8%	2,2%
Efectivo médio	3,579	3,573	3,518	-1,5%	-0,2%
Custos com Pessoal (€ 000)	108 319	113 384	119 694	5,6%	4,7%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	106	59	44	-25,4%	-44,3%
Extensão da rede (km)	3,614	3,618	3,619	N/A	N/A
Com tráfego ferroviário	2,838	2,842	2,843	N/A	N/A
Via Larga	2,646	2,650	2,650	N/A	N/A
Electrificada	1,436	1,460	1,460	N/A	N/A
Não electrificada	1,402	1,382	1,383	N/A	N/A
Via estreita	192	192	193	N/A	N/A
Sem tráfego ferroviário	776	776	776	N/A	N/A
Densidade média PNs por km	0,45	0,43	0,42	N/A	N/A

Gestão da Dívida Financeira

O ano de 2009 foi marcado por uma conjuntura de elevada turbulência nos mercados financeiros com especial ênfase no mercado de capitais europeu. Na realidade, a turbulência sentida no ano anterior, em consequência da falência e do resgate de diversas instituições financeiras americanas e europeias por parte dos governos, teve o seu expoente máximo durante o primeiro trimestre de 2009. Com efeito, a reavaliação e deterioração do risco de crédito dos estados soberanos, principalmente europeus, por via dos apoios concedidos aos respectivos sistemas financeiros implicou, por parte dos investidores, um aumento dos spreads de crédito que aqueles estavam dispostos a receber em troca da compra de activos. Este movimento de alargamento de spreads foi ampliado e sustentado pelas agências de rating internacionais que, depois de largos anos de "facilitismo", e com a imagem severamente afectada, voltaram a focalizar-se no core da sua actividade - análise de risco de crédito. Entretanto, e apesar de se ter verificado gradualmente o aumento da liquidez, quer através da redução das taxas directoras, quer através de operações de recompra e desconto junto dos bancos centrais, o acesso ao crédito por parte dos agentes económicos restringiu-se significativamente.

Foi neste contexto de maior incerteza e de risco de refinanciamento superior que a REFER fez um esforço de refinanciamento sem precedentes recorrendo aos instrumentos de dívida geralmente utilizados por empresas de infra-estruturas, com semelhante dimensão e estrutura de activos. Foi privilegiado o recurso ao financiamento de médio e longo prazo, com e sem aval do Estado, como forma de melhor adequar a dívida à natureza dos activos a cargo da sua gestão (Infra-estruturas de Longa Duração) e minimizar os respectivos encargos financeiros.

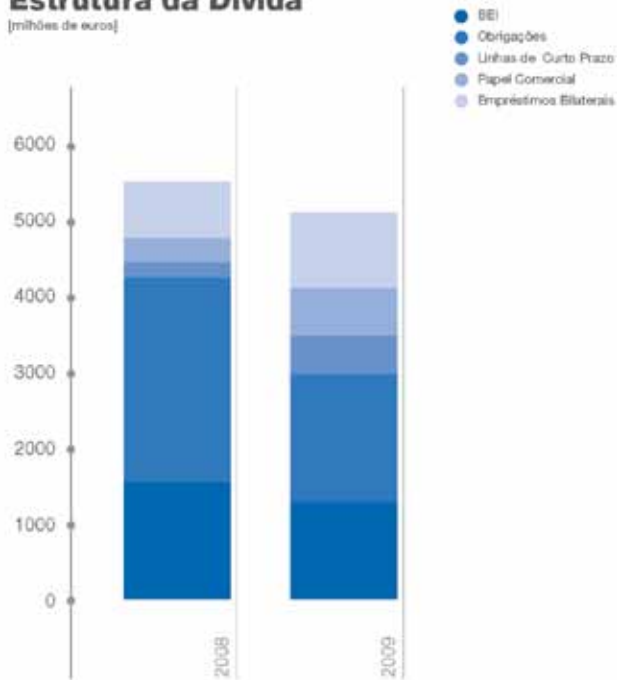
Estatutariamente, a REFER está vinculada à obtenção de prévia autorização tutelar para todo e qualquer financiamento. Estas autorizações são globalmente obtidas através da aprovação do Plano de Actividades e Orçamentos onde se incluem as operações financeiras a realizar ou, em falta daquela, através de autorizações individuais para cada operação (Decreto-Lei nº 141/08 e Decreto-Lei nº 300/07).

Para assegurar a gestão de tesouraria, a REFER recorre à utilização regular das linhas de curto prazo contratadas com as instituições financeiras. O maior ou menor grau de utilização destes instrumentos está dependente da aprovação e montagem de operações de médio e longo prazo que se destinam a refinarciar aqueles instrumentos.

Em 31 de Dezembro de 2009 a estrutura da dívida financeira era a seguinte:

Estrutura da Dívida

[milhões de euros]



Do total de dívida de médio e longo prazo contratada, 73% desta beneficiava de aval do Estado, representando um aumento de 11% face a 2008. A melhoria deste rácio resultou da realização das seguintes operações:

- Contratação de dois empréstimos BEI com aval do Estado, no valor de 100 milhões de euros cada, com taxa de juro variável (Janeiro);
- Amortização integral do empréstimo Logo Securities II no valor de 250 milhões de euros (Janeiro);
- Emissão obrigacionista com aval do Estado no valor de 500 milhões de euros, por um prazo de 10 anos, com cupão anual de 5.875% e amortização bullet (Fevereiro);
- Contratação de empréstimo BEI sem aval do Estado, no valor de 110 milhões de euros, com taxa de juro fixa (Setembro); e
- Emissão obrigacionista com aval do Estado no valor de 500 milhões de euros, por um prazo de 15 anos, com cupão anual de 4.675% e amortização bullet (Outubro).

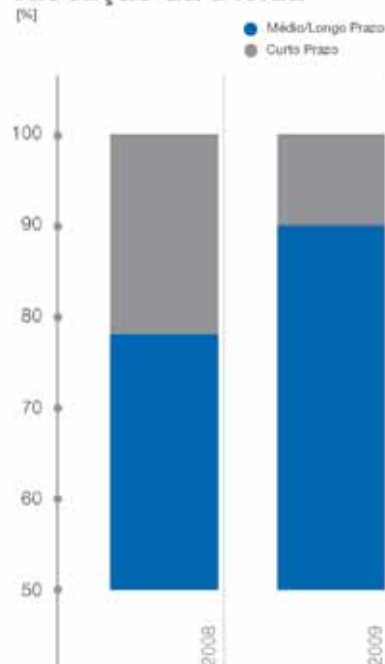
Ambas as emissões obrigacionistas foram realizadas ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes, em vigor desde 2008 e, com um valor global de 1,500 milhões de euros. Com este Programa, a REFER ganhou maior flexibilidade no acesso ao mercado de capitais, não só porque o processo contratual se tornou mais ágil mas, também e, principalmente, pela maior capacidade de aproveitamento de janelas de oportunidade que surgiram no mercado. Este aspecto é fundamental

se se considerar o período conturbado que se verificou no primeiro trimestre de 2009, em que os spreads de crédito dos países periféricos da zona euro sofreram um alargamento considerável, com repercussões no custo de dívida das empresas e bancos desses mesmos países.

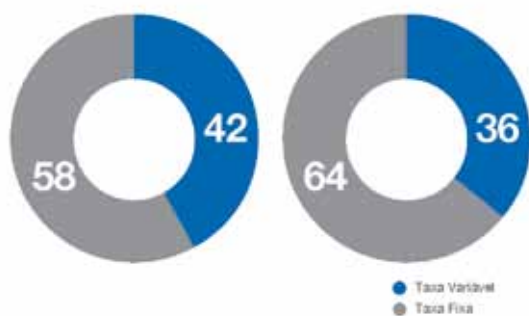
Não obstante o impacto no custo da dívida resultante do incremento nos spreads de crédito, o esforço levado a cabo para adequar a estrutura do passivo à natureza dos activos foi amplamente atingido, reflectindo-se num rácio Dívida Financeira Médio Longo Prazo/ Dívida Total de 90% contra 78% alcançado em 2008, como se pode observar no gráfico:

Simultaneamente à obtenção de uma estrutura de dívida adequada, a REFER procura, continuamente, a minimização dos respectivos encargos financeiros. Neste âmbito assume especial relevância a escolha do regime de taxa de juro dos empréstimos de médio e longo prazo, as actividades de gestão de risco de taxa de juro (*Hedging*) e ainda o esforço de negociação com os intermediários financeiros com vista a minimizar os spreads de crédito. A 31 de Dezembro de 2009, a repartição da dívida financeira pelo regime de taxa de juro era o seguinte:

Alocação da Dívida



Antes de Swaps Depois de Swaps



Resultado Financeiro

Para a análise dos resultados financeiros considera-se a óptica do Resultado Financeiro Global que adiciona à óptica contabilística (a que resulta da leitura directa da Demonstração do Rendimento Integral e que incorpora a Actividade Gestão da Infra-estrutura e *Hedging*) os resultados financeiros obtidos com a Actividade Investimento que, de acordo com as normas IFRS, estão espelhados na Demonstração de Posição Financeira. Esta óptica dá a perspectiva real da performance da actividade de gestão de dívida e risco da REFER.

No quadro abaixo detalha-se, então, a performance financeira:

	Real		Desvio
	2009	2008	
Resultado Financeiro da Actividade Gestão de Infra-Estruturas	-42,3	-62,4	20,1
Ganhos financeiros	0,0	0,1	0,0
Perdas financeiras	-50,6	-68,2	17,6
Ganhos / Perdas em Associadas	8,3	5,8	2,6
Resultado Financeiro da Actividade de Hedging	31,7	-24,3	56,1
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	114,7	133,2	-18,5
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-97,5	-109,3	11,8
Variação do Justo Valor Derivados - Ganhos	47,7	36,1	11,6
Variação do Justo Valor Derivados - Perdas	-33,2	-84,3	51,1
Resultado Financeiro (DR)	-10,5	-86,7	76,2
Resultado Financeiro da Actividade Investimento	-133,5	-163,5	30,0
Ganhos financeiros	0,0	0,0	0,0
Perdas financeiras	-133,5	-163,5	30,0
Resultado Financeiro Global	-144,0	-250,2	106,2

O Resultado Financeiro Global registou uma melhoria significativa de 106 milhões de euros passando de -250 milhões de euros em 2008 para -144 milhões de euros em 2009. Esta recuperação é função do comportamento do mercado de taxas de juro durante o ano, em especial do euro, e da gestão da carteira de swaps conforme a seguinte distribuição:

- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Gestão de Infra-estruturas: +20 milhões de euros;
- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Investimento: +30 milhões de euros; e
- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Hedging: + 56,1 milhões de euros.

Os dois primeiros contributos resultaram da diminuição acentuada nos encargos financeiros com a dívida apesar do stock de dívida ter sofrido um agravamento de cerca 430 milhões de euros. Com efeito, a queda acentuada das taxas de juro de curto prazo do euro ao longo do ano, tipicamente o referencial da dívida a taxa variável (cerca de 42% da dívida antes do efeito *Hedging*), implicou um efeito positivo na massa de juros que se sobrepôs ao alargamento dos spreads de crédito, quer nos instrumentos de dívida de curto prazo, quer nas operações de médio e longo prazo.

Convém ainda realçar que, a diminuição considerável do nível de endividamento de curto prazo limitou a melhoria apresentada nos resultados financeiros. Este efeito é, contudo, mitigado pelo facto da REFER prosseguir uma política de adequação dos seus passivos financeiros à estrutura dos activos reduzindo, assim, e substancialmente, o risco de refinanciamento da dívida de curto prazo, tanto mais relevante quanto maiores os problemas de liquidez que afectem os mercados financeiros.

No que respeita ao Resultado Financeiro da Actividade de *Hedging*, este apresentou uma performance positiva de cerca 32 milhões de euros evidenciando uma recuperação de 56 milhões de euros face ao ano anterior. Destaca-se a recuperação do justo valor da carteira de swaps em 14 milhões de euros no exercício de 2009 contra a deterioração de -48 milhões de euros em 2008. Para este efeito contribuíram, essencialmente, os seguintes factores:

- Queda acentuada das taxas de juro do euro, com maior impacto nos prazos até aos 2 anos, permitindo o aumento da inclinação positiva na curva de taxa de juro do euro;
- Inclinação positiva da curva de taxa de juro da libra no segmento 30Y-10Y; e
- Monitorização e acompanhamento contínuo dos mercados financeiros e do portfólio de swaps privilegiando a estabilidade das posições em carteira para beneficiar dos efeitos anteriores.

Relativamente à componente *cash* da actividade de *Hedging* há a referir que, ao longo do ano, e à medida que as operações de médio e longo prazo foram sendo realizadas, o rácio de dívida taxa fixa/taxa variável (após efeito *hedging*) alterou-se passando de 61%/39% no final de 2008 para 64%/36% no final de 2009. No entanto, esta alteração foi flutuando durante o ano em virtude do comportamento das taxas de juro do euro, o que permitiu a execução pontual de operações de swap e respectiva liquidação de forma a aproveitar o movimento de queda daquelas taxas com efeitos significativos no Resultado Financeiro Global. No entanto, comparando esta componente *cash* com o exercício de 2008 verifica-se que o valor líquido dos juros obtidos/suportados com swaps sofreu um decréscimo de aproximadamente -6.7 milhões de euros. Esta redução surge como consequência do alargamento da diferença entre a taxa fixa a pagar e a taxa variável a receber em determinados swaps por via da queda das taxas de juro do euro. Acrescente-se, porém que, apesar deste efeito, a taxa de juro média anual que a REFER paga pela sua dívida, após efeito *Hedging*, foi de 3.3% em 2009.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para o período compreendido entre 2005-2009:

Taxa média anual de financiamento	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Taxa média sem Hedging	3,525%	4,836%	4,427%	3,528%	2,844%	2,831%
MLP	3,682%	4,790%	4,399%	3,525%	2,842%	2,613%
CP	2,688%	5,029%	4,800%	3,537%	2,857%	3,612%
Taxa média com Hedging	3,330%	4,234%	4,095%	3,785%	3,108%	2,908%
MLP	3,451%	4,042%	4,043%	3,857%	3,150%	2,712%
CP	2,668%	5,029%	4,800%	3,537%	2,857%	3,612%
Média Euribor 6 meses	1,429%	4,727%	4,352%	3,276%	2,250%	2,165%

Ao longo do período em análise, a taxa de juro média de financiamento nunca ultrapassou a barreira dos 4.25% dado o contributo positivo da actividade de *Hedging* nos últimos anos. Por outro lado, quando se compara o custo de financiamento da REFER com a evolução do respectivo benchmark (Euribor 6 meses) conclui-se que o acréscimo de custo resultante daquele diferencial reflecte o spread de crédito implícito no custo de financiamento. Este spread deteriorou-se em 2009 (+2.34 p.p.) fruto dos aumentos, em simultâneo, dos spreads de crédito praticados no mercado bancário e de capitais e da proporção de dívida a taxa fixa definida e alcançada pela REFER.

Por último, aponte-se a evolução da notação de rating de longo prazo atribuída à REFER pelas agências internacionais Moody's e Standard & Poor's (S&P). A tabela abaixo reflecte as alterações verificadas que, se seguiram maioritariamente, a movimentos semelhantes ocorridos no rating da República Portuguesa:

Rating REFER	Moody's		S&P	
	Rating	Outlook	Rating	Outlook
01-Jan-09	Aa2	Stable	A	Stable
14-Jan-09	-	-	A	Negative
21-Jan-09	-	-	A-	Stable
29-Out-09	Aa2	Negative	-	-
07-Dez-09	-	-	A	Negative
31-Dez-09	Aa2	Negative	A	Negative

Apesar destes movimentos, o custo da dívida da REFER foi mais afectado pela deterioração do rating soberano já que todas as operações de médio e longo prazo realizadas durante o ano beneficiaram de forma explícita ou implícita do aval do Estado português.

Perspectivas de Futuro

Um dos grandes desafios que se colocam à Gestão da REFER é a capacidade de tomar medidas e definir políticas, em articulação com todos os Stakeholders que permitam inverter a tendência e dinamizar o uso do transporte ferroviário, afirmando-o como meio alternativo e económico de transporte, quer de passageiros, quer de mercadorias. O crescimento da utilização do transporte ferroviário deve assim ser a base da sustentabilidade futura da empresa. Neste aspecto, independentemente do papel dinamizador que a empresa possa e deva exercer, naquilo que diz respeito exclusivamente ao universo da gestão da Infra-estrutura, na qual a empresa tem particulares responsabilidades, as questões da intermodalidade, de capacidade de resposta às necessidades do mercado e de adequação da oferta à procura, assumem aqui uma especial importância, devendo estar sempre presentes em todas as decisões de investimento/modernização e de operação da infra-estrutura.

Dois outros vectores de actuação futura que derivam directamente do conjunto de objectivos de gestão fixados, pelo Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicação e pelo Ministério das Finanças, à Administração da empresa e que no actual contexto da economia assumem particular relevância, prendem-se com objectivos claros de melhoria de eficiência de operação e de contenção de custos, ou seja, produzir mais e melhor utilizando menos recursos. Trata-se de um processo contínuo de melhoria, com objectivos quantificados, que passa em grande medida pela mobilização da empresa para o combate ao desperdício, simplificação de processos e para uma cultura de responsabilidade.

Um quarto vector de actuação passa pelo contributo que a rentabilização dos activos afectos à gestão da infra-estrutura ferroviária poderá dar à sustentabilidade da Empresa. A Empresa gere um vasto património espalhado por todo o País, a sua rentabilização, quer através da sua alienação, quando está esgotada a sua utilidade para actividade ferroviária, quer através da identificação de outros usos, comerciais ou outros, que possam complementar e coexistir com a actividade principal da empresa e que gerem receitas que contribuam para a sua sustentabilidade futura. Considerando que estes activos integram o Domínio Público Ferroviário esta é uma área de actuação que terá de ser devidamente articulada com as Tutelas.

Por último, a definição de um quadro estável, responsável e transparente no relacionamento entre o Estado e a REFER, com a explicitação dos direitos e obrigações de ambas as partes, tanto no capítulo da Gestão das Infra-estruturas, como no capítulo dos Investimentos em infra-estruturas ferroviárias é uma questão fundamental. As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário apresentadas em 2006, apontavam para a progressiva contratualização do serviço público prestado pelo Gestor da infra-estrutura até 2010. A definição deste quadro de gestão será um factor decisivo para uma gestão eficiente e sustentada da infra-estrutura ferroviária nacional.

Aplicação de Resultados

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REFER e que, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício – défice de 112 779 931 euros – seja transferido para a conta de Resultados Acumulados.

Lisboa, 18 de Março de 2010

O Conselho de Administração

Presidente


Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

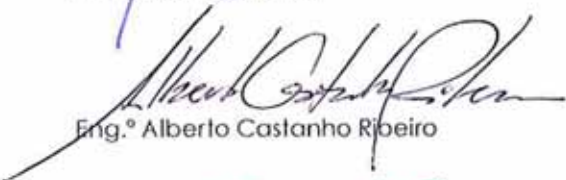
Vice-Presidente


Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal


Dr. Romeu Costa Reis

Vogal

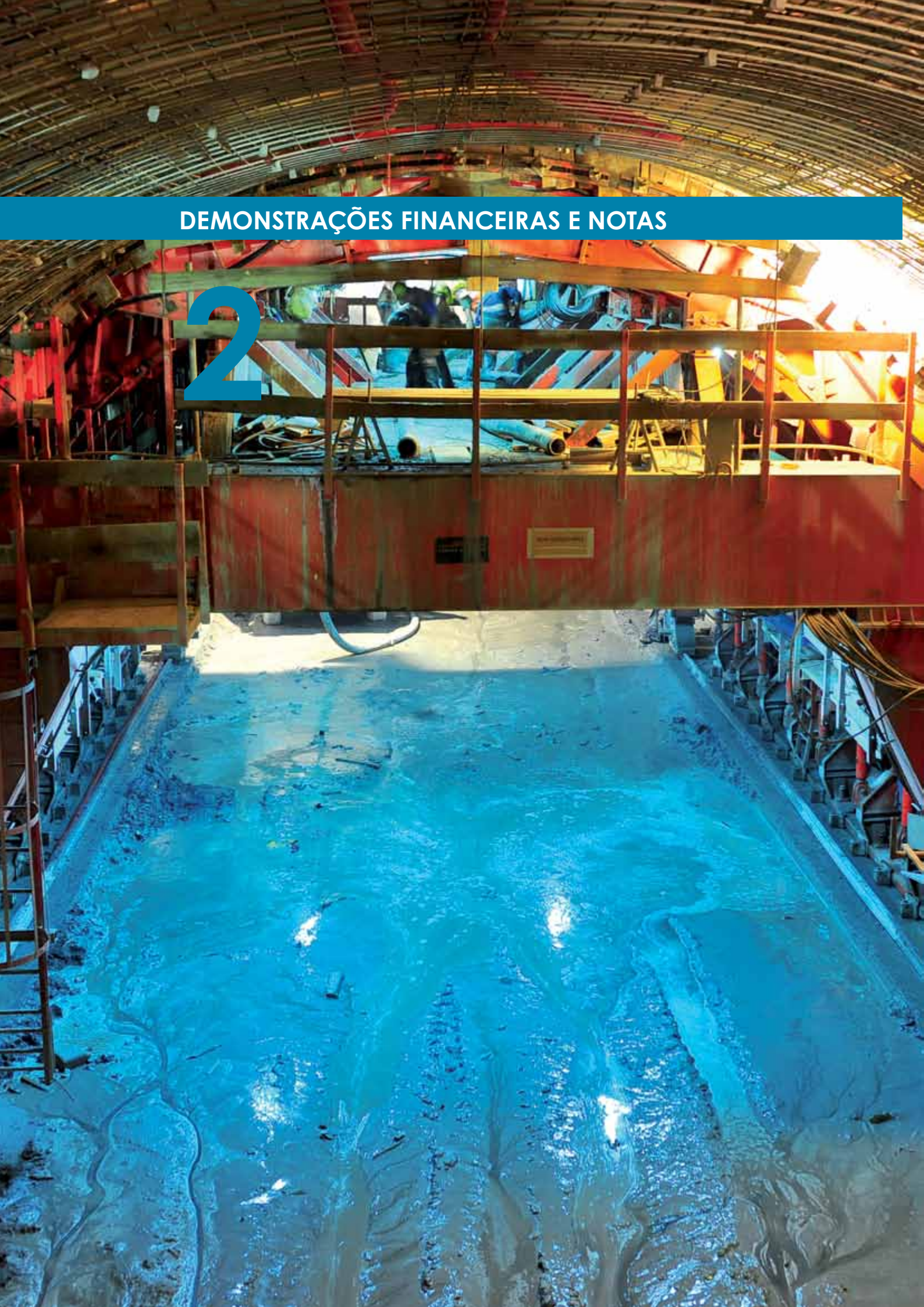

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal


Eng.º Carlos Alberto Fernandes

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

2



Declaração de Cumprimento

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2009 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte.”

O Conselho de Administração


Presidente


Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal


Vice-Presidente


Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal


Dr. Romeu Costa Reis

Vogal


Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal


Eng.º Carlos Alberto Fernandes

Demonstrações Financeiras

Demonstração da Posição Financeira

a 31 de Dezembro de 2009

(euros)

Rubricas	Notas	2009	2008
Activos			
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	4.	430 873 524	1 384 390 638
Não correntes			
Activos fixos tangíveis	5.1.	39 855 916	42 371 945
Activos intangíveis	5.2.	3 141 735	3 419 881
Investimentos em Subsidiárias	5.3.	50 857 068	34 603 559
Investimentos em Associadas	5.4.	863 915	877 752
Activos financeiros disponíveis para venda	5.6.	31 875	31 875
Empréstimos e contas a receber	5.7.	2 497 861	9 849 012
		97 248 370	91 154 024
Correntes			
Instrumentos financeiros derivados	5.9.	26 947 070	17 596 647
Inventários	5.8.	14 418 050	12 925 569
Clientes e Outras contas a receber	5.10.	85 458 255	87 609 941
Impostos sobre o rendimento a receber	5.15.	1 463 884	884 772
Caixa e equivalentes de caixa	5.11.	635 789	249 760
		128 923 048	119 266 689
Total do activo		657 044 942	1 594 811 351
Capital Próprio			
Capital e Reservas Atribuíveis aos Detentores do Capital			
Capital		305 200 000	305 200 000
Resultados acumulados		-1 460 438 516	-1 278 954 549
		-1 155 238 516	-973 754 549
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital		-112 779 931	-181 483 966
Total do capital próprio		-1 268 018 447	-1 155 238 515
Passivos			
Não correntes			
Empréstimos obtidos	5.12.	1 093 660 099	1 112 971 309
Provisões	5.14.	11 702 371	10 568 997
		1 105 362 470	1 123 540 306
Correntes			
Empréstimos obtidos	5.12.	547 901 255	1392 150 268
Instrumentos financeiros derivados	5.9.	99 504 050	104 716 922
Fornecedores e Outras contas a pagar	5.13.	172 295 614	129 642 370
		819 700 919	1 626 509 560
Total do passivo		1 925 063 389	2 750 049 866
Total do capital próprio e passivo		657 044 942	1 594 811 351

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras

18 de Março de 2010



Director Financeiro
Dr. Alberto Manuel Diogo



Técnico Oficial de Contas
Dra. Isabel Rasteiro Lopes

TOC 23435

O Conselho de Administração



Presidente Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal



Vice-Presidente Dr. Alfredo Vicente Pereira



Vogal Dr. Romeu Costa Reis



Vogal Eng.º Alberto Castanho Ribeiro



Vogal Eng.º Carlos Alberto Fernandes

Demonstração do Rendimento Integral

a 31 de Dezembro de 2009

(euros)

Rubricas	Notas	2009	2008
Prestações de serviços	5.16.1.	71 540 838	71 628 679
Subsídios à exploração	5.16.2.	36 149 307	33 612 872
Custo do consumo de materiais		-8 326 677	-5 885 660
Fornecimentos e serviços externos	5.17.	-108 341 163	-102 753 507
Gastos com pessoal	5.18.	-96 861 419	-92 051 527
Depreciação e amortizações do exercício	5.1 / 5.2.	-3 290 831	-3 448 426
Provisões para outros riscos e encargos	5.14.	-1 133 375	479 394
Ajustamentos de inventários e de contas a receber	5.10.	-138 696	136 894
Outros gastos	5.19.	-6 693 644	-12 067 567
Outros rendimentos	5.20.	14 995 879	15 822 111
Resultado Operacional		-102 099 781	-94 526 738
Perdas financeiras	5.21.	-181 297 391	-261 828 049
Ganhos financeiros	5.21.	162 464 396	169 337 588
Ganhos/Perdas em subsidiárias e associadas	5.22.	9 248 665	5 768 624
Ganhos/Perdas em outras empresas	5.21.	-922 007	0
Resultados antes de impostos		-112 606 117	-181 248 575
Imposto do exercício	5.23.2.	-173 814	-235 392
Resultado líquido do exercício		-112 779 931	-181 483 967

Para ser lido em conjunto com os Notas às Demonstrações Financeiras.

18 de Março de 2010



Director Financelro
Dr. Alberto Manuel Diogo



Técnico Oficial de Contas
Dra. Isabel Rasteiro Lopes

TOC 23435

O Conselho de Administração


Presidente Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal



Vice-Presidente Dr. Alfredo Vicente Pereira



Vogal Dr. Romeu Costa-Reis



Vogal Eng.º Alberlo Castanho Ribeiro



Vogal Eng.º Carlos Alberto Fernandes

NOTA:

Não são apresentados os resultados por acção, uma vez que a REFER se encontra excluída do âmbito do IAS 33, por o seu capital social ter a forma jurídica de "Capital Estatutário", integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por acções ou qualquer outro tipo de títulos.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

a 31 de Dezembro de 2009

(euros)

	Capital Social	Resultados Acumulados	Total Capital Próprio
Saldos em 01 de Janeiro de 2008	305 200 000	-1 278 954 549	-973 754 549
Resultado a 31 de Dezembro de 2008		-181 483 966	-181 483 966
Saldos a 31 de Dezembro de 2008	305 200 000	-1 460 438 516	-1 155 238 516
Resultado a 31 de Dezembro de 2009		-112 779 931	-112 779 931
Saldos a 31 de Dezembro de 2009	305 200 000	-1 573 218 447	-1 268 018 447

Demonstração dos Fluxos de Caixa

a 31 de Dezembro de 2009

(euros)

Rubricas	2009	2008
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	90 786 528	90 676 858
Pagamentos a fornecedores	-129 702 096	-123 152 621
Pagamentos ao pessoal	-116 603 662	-115 922 354
Fluxo gerado pelas operações	-155 519 230	-148 398 117
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	27 482 290	36 403 980
Fluxo das actividades operacionais (1)	-128 036 940	-111 994 138
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios de investimento	129 636 952	89 773 857
Pagamentos respeitantes a:		
Activos tangíveis	264 735 172	284 648 930
Fluxo das actividades de investimento (2)	-135 098 220	-194 875 073
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	1 678 598 222	944 665 791
Juros	114 723 055	128 271 788
Pagamentos respeitantes a:	1 793 321 277	1 072 937 578
Empréstimos obtidos	1 260 164 052	434 647 348
Juros e custos similares	269 636 036	331 380 979
Fluxo das actividades de financiamento (3)	263 521 189	306 909 252
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)	386 029	40 041
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no fim do período	635 789	249 760
Caixa e seus equivalentes no início do período	249 760	209 719
Varição de caixa e seus equivalentes	386 029	40 041

Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

1. Actividade Económica da REFER

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, adiante designada por REFER, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela dos Ministérios das Finanças e Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de Abril.

A REFER tem como actividade principal a prestação de serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infra-estruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua actividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua actividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

1.1 Missões da REFER

A actividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Actividade de Investimento em Infra-Estruturas de Longa Duração (ILD) e a Gestão de Infra-estrutura (GI).

Investimentos Longa Duração (ILD)

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infra-estruturas e / ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação;
- Substituição que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são susceptíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração;

A contratação do financiamento necessário para os investimentos efectuados, conforme descrito supra, é efectuada pela REFER e pode revestir a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores, prestações do accionista ou obtenção de subsídios.

Investimentos em estruturas de apoio e de gestão (IEAG) Gestão de Infra-estruturas

Engloba o conjunto de investimentos sem implicações nas concessões e exploração ferroviária e que se subdividem em Estudos (ex. organizativos), Investimentos de Funcionamento (ex. mobiliário e informática). A missão GI corresponde à prestação de um serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infra-estruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER

Regulação tarifária

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infra-estrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infra-estrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de Junho, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infra-estrutura, para financiamento da sua actividade de gestão da infra-estrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro, do IMTT.

No âmbito da sua actividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Directório da Rede.

Tarifas respeitantes aos serviços essenciais

a. Tarifas base

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infra-estrutura, compreendem:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infra-estruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia eléctrica de tracção;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

b. Tarifação da capacidade pedida e não utilizada

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada antes da entrada em vigor do horário técnico para o ano a que respeita a repartição de capacidade;
- 25% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até 12 semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 50% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até seis semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 75% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até duas semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada menos de duas semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida.

Tarifas respeitantes aos serviços adicionais

• Energia de tracção

Considerando que o acesso à energia eléctrica de tracção que os Operadores necessitam apenas pode ser feito através de infra-estruturas sob gestão da REFER, esta faculta aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, facturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

• Manobras

Os serviços de Manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efectivos, podendo corresponder a 3 categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação.

• Estacionamento de material circulante

O estacionamento em linhas de estações não afectas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a 1 hora.

- **Utilização de Estações e Apeadeiros**

Pelo direito de utilização das áreas das estações e apeadeiros afectas ao apoio aos passageiros e não incluídas nos serviços essenciais, serão cobradas tarifas, pela REFER, às empresas de transporte ferroviário.

A tarifa deste serviço encontra-se definida por estação e é aplicada ao número de paragens comerciais do serviço de passageiros efectuadas nessa estação.

Tarifas respeitantes aos serviços auxiliares

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são facturados em função dos meios humanos mobilizados.

Outras tarifas

O Directório da Rede, a regulamentação ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

2. Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de Março de 2010, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em euros (€), sem arredondamentos, salvo indicação em contrário.

As demonstrações financeiras da REFER foram preparadas de acordo com as normas internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2009.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respectivo valor de mercado, excepto aqueles para os quais o justo valor não é possível de determinar.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 2.3. (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

a. Participações financeiras em empresas subsidiárias

De acordo com os conceitos previstos pela IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, empresas subsidiárias são as empresas controladas pela REFER.

Existe **controlo** quando a REFER detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a empresa detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objectivo de usufruir benefícios resultantes da sua actividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

A aquisição de subsidiárias é **inicialmente** registada pelo método de compra.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários.

As participações financeiras em empresas filiais são valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, por estas demonstrações financeiras serem individuais.

b. Participações financeiras em empresas associadas

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas, empresas associadas são as empresas onde se exerça uma **influência significativa** sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Presume-se que existe influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Estas participações financeiras são **mensuradas** pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras incluem o interesse da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina.

c. Actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração (ILD)

Decorrente do processo de cisão da actividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi acometida à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infra-estruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma actividade desenvolvida de acordo com as directivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de "agente" nesta actividade.

Quando existam desafectações de domínio público ferroviário o ganho ou perda obtido será afecto a esta actividade.

Assim, todos os fluxos resultantes desta actividade são divulgados balança demonstração da posição financeira, na rubrica "Actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

- as infra-estruturas de longa duração ("ILD's") do domínio público ferroviário construídas pela REFER, mas sobre as quais apenas tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Gestão de infra-estruturas";
- o património dos Gabinetes extintos e património transferido da CP, sobre o qual a REFER apenas tem direito de acesso, não podendo dispor do mesmo;
- os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de existências;
- os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- os saldos a receber da comparticipação de outras entidades em investimentos de ILD;
- os montantes de subsídios recebidos para o co-financiamento da

construção de ILD;

- os empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- os encargos financeiros directamente suportados com os empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto de selo decorrentes da actividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados como custo de aquisição das ILD durante o seu período de construção;
- o produto obtido da rentabilização de activos desafectos do domínio público ferroviário;
- o quantitativo correspondente às infra-estruturas de longa duração ("ILD's") de domínio público ferroviário desactivadas por via de abate/alienação.

Infra-estruturas de longa duração ("ILD's")

Os activos fixos tangíveis designados por Infra-estruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efectuar a prestação dos serviços de "Gestão de infra-estruturas". Desta forma, encontram-se registados na rubrica da demonstração da posição financeira "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração", por não se qualificarem como activos controlados por esta entidade. Estes activos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão com a CP, englobam igualmente o património dos Gabinetes extintos e património transferido daquela empresa.

O **registo inicial** destes activos foi efectuado ao custo. Dado que os activos respeitantes à actividade de Investimentos em infra-estruturas de Longa Duração, não são objecto de depreciação, o montante pelo qual se encontram escriturados não se altera.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

d. Activos Fixos Tangíveis

Afectos à gestão de infra-estruturas

Os activos fixos tangíveis registados na demonstração de posição financeira da REFER, referem-se a equipamentos utilizados pela REFER, no âmbito da actividade de GI, e não afectos à actividade de investimento em Infra-estruturas de Longa Duração. O seu **reconhecimento inicial** é pelo custo.

Após o reconhecimento inicial, a REFER adoptou o modelo do custo permitido pela IAS 16, e os activos fixos tangíveis encontram-se escritu-

rados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Capitalização de custos com empréstimos

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos elegíveis são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, e **termina** quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, às taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de amortização anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

Designação	%
Terrenos	Não amortizados
Edifícios e outras construções	2 - 100
Equipamento básico	3,33 - 100
Equipamento de transporte	4 - 100
Ferramentas e utensílios	12,5 - 100
Equipamento administrativo	12,5 - 100
Outras imobilizações corpóreas	12,5 - 100

As vidas úteis dos activos são revistas no final de cada exercício, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos.

Loações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais, depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do activo locado são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira são classificados como activos fixos tangíveis, em conformidade com a IAS 17 - Locações.

Os activos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis da mesma natureza.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

A REFER, à data a que se reporta este Anexo, detém 3 viaturas adquiridas através de contratos de locação financeira (ver nota 5.1.).

Contratos de locação operacional

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do activo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de activos fixos tangíveis.

As rendas são registadas em custo nos respectivos períodos durante o prazo de locação (ver nota 5.17.).

e. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os activos intangíveis reconhecidos na demonstração da posição financeira, referem-se essencialmente a licenças de software.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

f. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são **reconhecidos** na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

A 31 de Dezembro de 2009 a REFER não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

g. Activos financeiros

A REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("trade date"), de acordo com o objectivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados (defidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; activos detidos até à maturidade; e activos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: i) os activos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu **reconhecimento inicial**, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas directamente em resultados do exercício, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2 alínea h).

Activos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são **valorizados** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por **imparidade** são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro.

Estes activos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são **inicialmente** reconhecidos ao seu justo valor, sendo **subsequentemente** valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efectiva.

São registadas perdas por **imparidade** quando existem indicadores de que a REFER não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro.

Estes activos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- a REFER tem intenção de manter por tempo indeterminado,
- são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou
- não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respectivas variações de justo valor, reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os activos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efectuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como activos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

h. Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor a REFER aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para activos disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

i. Imparidade de Activos

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de activos, sempre que o valor contabilístico de um activo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao maior entre o valor de uso e o justo valor, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

j. Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição ou de produção e o valor realizável líquido.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inven-

tários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais a aplicar na construção dos activos fixos tangíveis da Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração" (ver nota 2.2 alínea c)).

k. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade iniciais até 3 meses.

l. Passivos financeiros

Passivos financeiros representam obrigações de liquidação contratual da sua liquidação, através da entrega de activos financeiros, independentemente da sua forma legal. São **inicialmente** registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transacção incorridos, e **subsequentemente** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

m. Empréstimos obtidos

Empréstimos de médio e longo prazo

A Empresa reconhece os empréstimos de médio e longo prazo como um passivo financeiro não corrente em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros; estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A REFER detém empréstimos de médio e longo prazo, sob a forma de bilaterais e obrigações para financiar a construção de Infra-estruturas de Longa Duração (ILD) e a actividade de Gestão de Infra-estrutura. Os empréstimos que financiam a actividade de Investimento em ILD são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração" (Nota 2.2 alínea c)).

n. Contas a pagar a fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outros credores referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da actividade operacional da Empresa. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de activos da actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração, encontram-se registados na demonstração da posição financeira na rubrica correspondente (Nota 2.2 alínea c)).

o. Ajustamentos e Provisões

São reconhecidos ajustamentos quando se verificam perdas por imparidade nos activos registados na demonstração da posição financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

A REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer fluxos económicos da empresa (ver nota 5.14.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

p. Reconhecimento do rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes réditos são registadas nas rubricas de outros valores a receber.

O rédito na REFER compreende as tarifas pela utilização de canais, a energia de tracção, as manobras, a utilização de estações e apeadeiros, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços (conforme descrito na nota 1.2.).

q. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento refere-se a imposto corrente. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração do rendimento integral excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas caso em que é também reconhecido directamente em reservas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do relato financeiro.

A REFER não tem registado nas suas demonstrações financeiras impostos diferidos activos ou passivos.

r. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	2009	2008
Francos Suíços (CHF)	1,48	1,49
Dólar (USD)	1,44	1,39
Coroa Sueca (SEK)	10,25	10,87

s. Subsídios

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são **inicialmente** reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo **subsequentemente** amortizados na proporção da depreciação dos activos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável. Os subsídios obtidos para financiamento dos activos adquiridos/construídos em Infra-estruturas de Longa Duração, são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica de "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração " (ver nota 2.2 alínea c)).

t. Informação por segmentos

Segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma actividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das acti-

vidades da empresa e a afectação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efectuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

Uma entidade deve relatar separadamente as informações sobre cada segmento operacional identificado, que resulte da agregação de dois ou mais segmentos com características económicas semelhantes, ou que supere os patamares quantitativos previstos na IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

A principal actividade da REFER é a prestação de serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. No desenvolvimento da sua actividade a REFER tem a necessidade de recorrer a serviços complementares; porém os riscos e retornos a eles associados estão directamente ligados à prossecução daquela.

Pelo exposto, à data de 31 de Dezembro de 2009, apenas foi identificado um segmento operacional. Os clientes da REFER integram na totalidade este segmento, e toda a actividade se desenvolve no território nacional.

2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias actuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de

fluxos de caixa futuros descontados (para *swaps* plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para *swaps* exóticos). Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por Imparidade de Devedores

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros factores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimento de rendimentos/gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efectuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração do rendimento integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

Provisões para processos judiciais em curso

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer ex-fluxos económicos da empresa. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade, e registada uma provisão.

3. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

Riscos Financeiros

A actividade da REFER está exposta a factores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira com base em princípios definidos pela Administração.

A Direcção Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como a utilização de instrumentos financeiros derivados e outros instrumentos financeiros não derivados para cobertura do risco de taxa de juro, o aumento ou diminuição de linhas de curto prazo e a contratação de operações de médio e longo prazo para cobrir o risco de liquidez, entre outras.

Gestão do risco de câmbio

A REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua actividade.

Gestão do risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas actividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a FERTAGUS; a TAKARGO e a CP Carga. O risco de crédito resultante da actividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com excepção da travessia da Ponte 25 de Abril. No entanto, apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à actividade financeira, a REFER detém uma exposição ao sector bancário nacional e internacional traduzida pelos depósitos à ordem, aplicações financeiras e operações de instrumentos financeiros derivados contratadas. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com os bancos.

A tabela seguinte apresenta um resumo a 31 de Dezembro de 2009 e Dezembro de 2008 da qualidade de crédito dos depósitos, aplicações e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo:

Instituições Financeiras		(euros)	
Rating	2009	2008	
≥AA-	4 315 201	169 676	
≥A-	23 242 793	17 627 650	
Sem rating	0	553	
	27 557 994	17 797 880	

Os *ratings* utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

Gestão do risco de liquidez

Este tipo de risco decorre da percepção que o mercado e as agências *rating* internacionais formam quanto à probabilidade de incumprimento, por parte da REFER, das responsabilidades assumidas em operações financeiras, quer as directamente prestadas pelos bancos, quer pelo próprio mercado de capitais. Este risco materializa-se através do custo associado à celebração dessas operações financeiras com impacto nos gastos financeiros.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de actuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua actividade. Como exemplo de uma das medidas para mitigação deste risco, a REFER tem contratada mas, não utilizada, uma facilidade de crédito de médio prazo no montante de 500 milhões de euros.

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras para fazer face à gestão corrente. O total de linhas de crédito de curto prazo negociadas ascendia, em 31 de Dezembro de 2009, a 1,285 milhões de euros. Tal como atrás referido, existe uma facilidade de crédito de médio prazo contratada e não utilizada no montante global de 500 milhões de euros (linha de *backup*).

A gestão monitoriza com regularidade a reserva de liquidez disponível (inclui os montantes das linhas de crédito não utilizadas, a linha *backup* e os montantes de caixa e equivalentes de caixa) para fazer face aos fluxos de tesouraria previsionais. É assim fundamental, a realização de operações de médio e longo prazo para refinarçar as linhas de curto prazo utilizadas de forma a assegurar o nível de conforto da reserva de liquidez.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(euros)

	- 1 ano	entre 1 e 5 anos	+ 5 anos
31 de Dezembro de 2009			
Empréstimos Obtidos			
locações financeiras	24 751	118 003	0
empréstimos para actividade investimento	444 779 688	1 315 208 502	3 855 705 111
outros empréstimos	45 250 000	181 000 000	1 272 750 000
papel comercial	325 000 000	0	0
descobertos bancários	205 166 648	0	0
instrumentos financeiros derivados (<i>gross outflows</i>)	104 045 477	356 009 115	433 149 603
instrumentos financeiros derivados (<i>gross inflows</i>)	-96 178 169	-341 521 381	-440 121 042
	1 028 088 395	1 510 814 239	5 121 483 673
Fornecedores e contas a pagar	69 310 478		
Aval	7 090 663	22 489 441	41 862 102
	1 104 489 536	1 533 303 680	5 163 345 776
31 de Dezembro de 2008			
Empréstimos Obtidos			
locações financeiras	38 752	147 454	0
empréstimos para actividade investimento	131 008 300	1 259 783 233	2 347 071 497
outros empréstimos	321 245 920	253 568 278	1 448 327 713
papel comercial	626 100 000	0	0
descobertos bancários	306 156 868	0	0
instrumentos financeiros derivados (<i>gross outflows</i>)	92 627 682	310 858 863	365 399 167
instrumentos financeiros derivados (<i>gross inflows</i>)	-98 334 914	-310 491 040	-380 363 150
	1 378 842 609	1 513 866 788	3 780 435 227
Fornecedores e contas a pagar	64 855 890	0	0
Aval	5 121 149	20 418 431	36 139 476
	1 448 819 648	1 534 285 219	3 816 574 703

Gestão do risco de taxa de juro

Desde 2003, a REFER gere activamente a sua carteira de dívida utilizando instrumentos financeiros derivados para a cobertura de risco de taxa de juro. A empresa não tem risco cambial com significado no decurso da sua actividade e não tem responsabilidades associadas à dívida em qualquer outra moeda que não o euro. Todos os derivados contratados têm, no máximo, a mesma maturidade dos passivos subjacentes.

As contrapartes da REFER nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais e internacionais, de rating e credibilidade elevadas. As operações são enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objectivo da gestão de risco de taxa de juro é a protecção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

A opção pelo tipo de instrumento resulta de uma análise custo/benefício aplicada a cada caso. Para além do objectivo principal descrito acima, a REFER realiza ainda operações destinadas a reduzir o custo do financiamento a taxa fixa ou variável. Pontualmente, a empresa efectua

reestruturações de posições tirando partido da evolução do mercado. Na gestão de carteira procura-se a diversificação como forma de manter um portfólio equilibrado e de volatilidade reduzida, adoptando uma postura conservadora face aos riscos a assumir, quer em termos das características dos instrumentos, quer em termos dos indexantes. Esta estratégia determina a decisão da empresa de não classificar nenhum dos instrumentos derivados como de cobertura, na medida em que o impacto sobre resultados da parte da carteira não designável seria potencialmente mais desfavorável.

Teste sensibilidade à taxa de juro

A REFER utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro e volatilidade sobre o justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados. Esta análise é um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro já que, na prática, tanto as taxas de juro como a volatilidade, raramente se alteram "ceteris paribus" e existem ainda outras variáveis que influenciam o justo valor daquelas posições, como por exemplo, as correlações. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (*swaps*) para cobrir o risco de taxa de juro associado a empréstimos de médio e longo prazo indexados a taxa de juro variável. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do *swap* respectivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse *swap*;
- A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (*swaps*) para reduzir os encargos financeiros associados a empréstimos de médio e longo prazo a taxa fixa. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do *swap* respectivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse *swap*;
- À data de 31 de Dezembro de 2009, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros e/ou modelos de avaliação de opções utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte.

Sob estes pressupostos, a 31 de Dezembro de 2009, um aumento ou diminuição de 0.5% e 5% nas curvas de taxa de juro (do euro, libra esterlina ou coroa sueca) e na curva de volatilidade das mesmas moedas, respectivamente, resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados com consequente impacto directo nos resultados:

31 de Dezembro de 2009

(euros)

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	variação na curva de taxa de juro		variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	34 250 000	-41 550 000	22 933 439	-23 182 082
GBP	-14 440 000	8 410 000	1 449 585	-1 941 164
SEK	160 000	-230 000	272 448	-356 508

(euros)

Var. no justo valor de empréstimos

variação na curva de taxa de juro

	-0,50%	0,50%
EUR	143 873 806	-137 280 235

(euros)

	Efeito Líquido em Resultados			
	variação na curva de taxa de juro		variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	-109 623 806	95 730 235	22 933 439	-23 182 082
GBP	-14 440 000	8 410 000	1 449 585	-1 941 164
SEK	160 000	-230 000	272 448	-356 508

Gestão do risco de capital

O objectivo da REFER em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após análise das necessidades financeiras para o investimento e para actividade operacional, as participações do Estado e os subsídios comunitários é, então, definido o plano de financiamento da REFER. É neste âmbito que se planeiam os empréstimos de médio e longo prazo com ou sem aval do Estado como forma adicional de assegurar a sustentabilidade económica da Empresa.

4. Actividade de Investimentos em Infra- -Estruturas de Longa Duração

O saldo apresentado na demonstração da posição financeira como "Actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração" decorre da actividade de investimentos em infra-estruturas ferroviárias sendo a sua decomposição por rubricas de activos e passivos a seguinte:

(euros)

Descrição	Notas	2009	2008
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração			
Activo (ILD's)	4.1.	7 581 915 812	7 232 658 037
Rentabilização de activos	4.2.	-3 088 956	0
Fundos circulantes	4.3.	-44 674 710	-41 387 945
Subsídios (ILD's)	4.4.	-3 709 259 872	-3 579 474 216
Gastos de empréstimos	4.5.	503 651 777	404 547 118
Empréstimos obtidos	4.6.	-3 897 670 526	-2 631 972 355
		430 873 524	1 384 390 638

4.1 ILD – Investimentos Longa Duração

Os movimentos ocorridos durante o exercício resumem-se da seguinte forma:

(euros)

Activo Bruto	Saldo Inicial	Tranf.	Aumentos	Abates/Reg	Saldo Final
31 de Dezembro de 2009					
Activos Fixos Tangíveis - ILD's Activas					
Terrenos e Recursos Naturais	147 473 633	74 155 555	12 700	-71 751	221 570 137
Edifícios e Outras Construções	3 761 649 338	924 380 773	10 471	-291 747	4 685 748 835
Equipamento Básico	30 268 679	-	-	-	30 268 679
Imobilizações em Curso	3 285 639 263	-1 004 820 768	345 491 053	-	2 626 309 548
Adiant. P/conta de AFT	7 627 124	-	8 453 294	-4 507 022	11 573 396
	7 232 658 037	-6 284 440	353 967 518	-4 870 520	7 575 470 595
Activos Fixos Tangíveis - ILD's Desactivadas					
Terrenos e Recursos Naturais	-	28 572	-	-	28 572
Edifícios e Outras Construções	-	6 416 644	-	-	6 416 644
	0	6 445 217		0	6 445 217
Total do Activo Fixo Tangível Bruto - ILD's	7 232 658 037	160 777	353 967 518	-4 870 520	7 581 915 812
31 de Dezembro de 2008					
Activos Fixos Tangíveis - ILD's					
Terrenos e Recursos Naturais	146 540 402	933 231	-	-	147 473 633
Edifícios e Outras Construções	3 752 346 271	10 077 955	-	-774 889	3 761 649 338
Equipamento Básico	30 268 679	-	-	-	30 268 679
Imobilizações em Curso	2 874 346 101	-560 883	411 854 046	-	3 285 639 263
Adiant. P/conta de AFT	10 812 265	-5 223 168	2 038 008	-	7 627 124
Total do Activo Fixo Tangível Bruto - ILD's	6 814 313 738	5 227 135	413 892 053	-774 889	7 232 658 037

A rubrica de activos fixos tangíveis – ILD's desactivadas que ascende a 6 445 217 euros, refere-se a bens desafectos do domínio público e que se encontram neste momento desactivados por via de alienação e/ou abate.

4.1.1 Gastos financeiros capitalizados

Os encargos incorridos com empréstimos contraídos para financiamento desta actividade foram capitalizados no exercício, durante o período em que os activos em infra-estruturas de Longa Duração (ILD) estiveram em construção.

Deste modo, foram capitalizados 38 422 536 euros, dos quais 33 263 319 euros são juros de financiamentos sendo o restante referente às taxas de aval e imposto de selo.

Encargos Financeiros Capitalizados

(euros)

Descrição	2009-01-01	Δ do Ano	2009-12-31
Juros	318 671 781	33 263 319	351 935 100
Taxa de Aval	15 926 012	2 648 110	18 574 122
Imposto de Selo	4 851 295	2 511 107	7 362 402
Encargos Financeiros	339 449 088	38 422 536	377 871 625

Descrição	2008-01-01	Δ do Ano	2008-12-31
Juros	251 097 116	67 574 665	318 671 781
Taxa de Aval	13 085 122	2 840 890	15 926 012
Imposto de Selo	2 367 553	2 483 742	4 851 295
Encargos Financeiros	266 549 791	72 899 297	339 449 088

4.2 Rentabilização de Activos

Esta rubrica refere-se a produto resultante da rentabilização de activos desafectos do domínio público ferroviário.

Descrição	2009	2008
Rentabilização de Activos	-3 088 956	0

4.3 Fundos circulantes

Esta rubrica refere-se aos saldos de activos e passivos circulantes associados à Actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração.

A sua decomposição apresenta-se nas notas seguintes.

4.3.1 Inventários

Esta rubrica refere-se aos materiais que se encontram em armazém para aplicação na construção das infra-estruturas ferroviárias.

(euros)		
Descrição	2009	2008
Inventários	27 880 116	19 268 188

4.3.2 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

A rubrica de fornecedores de imobilizado explica-se, essencialmente, por dívidas decorrentes de obras efectuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação das linhas ferroviárias.

(euros)		
Descrição	2009	2008
Fornecedores de Imobilizado	88 305 716	76 387 023

4.3.3 Saldos a Receber

Esta rubrica é constituída pelo valor a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 15 750 890 euros; tendo em Janeiro de 2010 ocorrido o recebimento de 7 500 000 euros.

4.4 Subsídios

Os movimentos ocorridos em subsídios são os seguintes:

(euros)

31 de Dezembro de 2009	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Subsídios				
Transferidas				
dos extintos GNFL, GNFP, GECAF	678 085 773	-	-	678 085 773
da CP (Anexo III e 2º Semestre)	128 604 887	-	-	128 604 887
da CP (Anexo IV e V)	716 452 794	-	-	716 452 794
Subsídios obtidos				
PIDDAC	640 399 157	10 000 000	-	650 399 157
FEDER/IOT	492 945 045	15 185 685	-	508 130 730
F COESÃO	850 977 264	101 623 422	-	952 600 686
DGTREN	1 725 185	-	-	1 725 185
DGVII	13 049 107	2 976 551	-	16 025 658
Expo 98	31 147 349	-	-	31 147 349
UE - Feder	7 101 823	-	-	7 101 823
AP Lisboa	949 736	-	-	949 736
INTF	158 713	-	-	158 713
SETEP	8 479	-	-	8 479
REN	2 418 465	-	-	2 418 465
PRODOURO	67 338	-	-	67 338
COPÉRNICOS	9 572	-	-	9 572
AP Aveiro	373 529	-	-	373 529
Outros	15 000 000	-	-	15 000 000
Subsídios - Actividade de Investimento	3 579 474 216	129 785 657	-	3 709 259 872

31 de Dezembro de 2008	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Subsídios				
Transferidas				
dos extintos GNFL, GNFP, GECAF	678 085 773	-	-	678 085 773
da CP (Anexo III e 2º Semestre)	128 604 887	-	-	128 604 887
da CP (Anexo IV e V)	716 452 794	-	-	716 452 794
Subsídios obtidos				
PIDDAC	640 399 157	-	-	640 399 157
FEDER/IOT	467 277 143	25 667 902	-	492 945 045
F COESÃO	787 961 304	63 015 980	-	850 977 264
DGTREN	1 725 185	-	-	1 725 185
DGVII	13 049 107	-	-	13 049 107
Expo 98	31 147 349	-	-	31 147 349
UE - Feder	7 101 823	-	-	7 101 823
AP Lisboa	949 736	-	-	949 736
INTF	158 713	-	-	158 713
SETEP	8 479	-	-	8 479
REN	2 418 465	-	-	2 418 465
PRODOURO	67 338	-	-	67 338
COPÉRNICOS	9 572	-	-	9 572
AP Aveiro	373 529	-	-	373 529
Outros	15 000 000	-	-	15 000 000
Subsídios - Actividade de Investimento	3 490 790 354	88 683 862	-	3 579 474 216

Na nota 2.2 alínea u) encontra-se descrita a política de reconhecimentos dos subsídios

4.5 Gastos de Empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de Investimentos em infra-estruturas de Longa Duração, que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Gastos de Empréstimos (ILD's)

(euros)

Descrição	2009-01-01	Δ do Ano	2009-12-31
Juros	391 842 475	94 078 215	485 920 690
Taxa de Aval	7 818 357	3 480 813	11 299 170
Imposto de Selo	4 886 287	1 545 630	6 431 917
Encargos Financeiros	404 547 119	99 104 658	503 651 777

Descrição	2008-01-01	Δ do Ano	2008-12-31
Juros	300 739 580	91 102 895	391 842 475
Taxa de Aval	5 860 904	1 957 453	7 818 357
Imposto de Selo	2 083 361	2 802 926	4 886 287
Encargos Financeiros	308 683 845	95 863 274	404 547 119

No quadro abaixo apresenta-se o total dos encargos suportados com empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de Investimentos em infra-estruturas de Longa Duração:

Total de Encargos Financeiros (ILD's)

(euros)

Descrição	2009-01-01	Δ do Ano	2009-12-31
Juros	710 514 257	127 341 533	837 855 790
Taxa de Aval	23 744 368	6 128 924	29 873 292
Imposto de Selo	9 737 582	4 058 737	13 794 319
Encargos Financeiros	743 996 207	137 527 195	881 523 402

Descrição	2008-01-01	Δ do Ano	2008-12-31
Juros	551 836 696	158 677 561	710 514 257
Taxa de Aval	18 946 026	4 798 342	23 744 368
Imposto de Selo	4 450 914	5 286 668	9 737 582
Encargos Financeiros	575 233 636	168 762 571	743 996 207

4.6 Empréstimos Obtidos

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos afectos à Actividade de ILD:

	(euros)	
Descrição	2009	2008
Empréstimos Obtidos		
Dívidas a instituições de crédito	2 297 670 526	2 031 972 355
Empréstimos Obrigacionistas	1 600 000 000	600 000 000
	3 897 670 526	2 631 972 355

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efectuada pelo valor nominal, assim o valor de 5 186 177 euros (em 2008: 993 203 euros) referente ao ajustamento à taxa de juro efectiva encontra-se reflectido na rubrica de gastos a reconhecer (conforme nota 5.10.).

4.6.1 Dívidas a Instituições de Crédito

Os termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projectos de investimento apresentam-se como segue:

2009

Designação	Data de Assinatura	Montante (€)	Capital em Dívida	Amortização		Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro	
				Data Inicial	Data Final				Períodicidade
Financiamentos BEI									
CP II E	1992-06-29	30 633 763	7 069 334	1998-06-15	2012-06-15	Anual	15-Jun	Variável BEI	0,905%
CP II B	1991-09-19	29 927 674	3 990 383	1997-09-15	2011-09-15	Anual	15-Sét	Fixa ²	3,926%
CP III Linha do Norte-B	1997-07-14	49 879 790	43 229 151	2008-06-15	2022-06-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 12-Jan	Variável BEI	0,844%
Linha do Douro	1995-09-09	43 694 215	30 725 950	2007-09-15	2016-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,844%
Travessia Ferroviária do Tejo	1996-10-01	99 759 579	69 831 706	2007-09-15	2016-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,844%
Travessia Ferroviária do Tejo-B	1997-11-14	99 759 579	53 205 109	2003-09-15	2017-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,844%
Travessia Ferroviária do Tejo-C	1999-11-26	25 000 000	16 990 000	2004-09-15	2018-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	1º decemb. fixa, 2º decemb. fixa, 3º decemb. var.	4,670% 5,800% 0,844%
Linha do Minho-A	1996-11-26	25 000 000	16 990 000	2004-09-15	2018-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	1º decemb. fixa, 2º decemb. fixa, 3º decemb. var.	4,670% 5,800% 0,844%
Linha do Minho-B	1996-11-26	25 000 000	17 430 000	2004-09-15	2018-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	1º decemb. fixa, 2º decemb. fixa, 3º decemb. var.	4,670% 5,800% 0,844%
CP III Linha do Norte-D	2000-11-10	25 937 491	25 937 491	2011-09-15	2020-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 12-Jan	Variável BEI	0,844%
Ligação ao Algarve-A	2001-10-08	90 000 000	90 000 000	2012-09-15	2021-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,834%
Linha do Minho-B	2001-10-08	59 855 748	59 855 748	2012-09-15	2021-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,834%
CP III/2 L. Norte-A	2002-10-02	100 000 000	100 000 000	2013-03-15	2022-03-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,834%
CP III/2 L. Norte-B	2004-07-15	200 000 000	200 000 000	2014-12-15	2023-12-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,844%
Suburbanos	2004-11-25	100 000 000	95 238 065	2009-06-15	2024-06-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 12-Jan	Variável BEI	0,844%
Suburbanos B	2005-12-14	100 000 000	100 000 000	2010-09-15	2025-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Fixa Reversível	5,615%
Suburbanos C	2006-10-12	55 000 000	55 000 000	2011-03-15	2026-03-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Fixa Reversível	4,247%
Ligação ao Algarve-B	2002-10-02	30 000 000	30 000 000	2012-03-15	2012-03-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,834%
CP III/2 L. Norte-C	2009-01-08	100 000 000	100 000 000	2017-06-15	2026-06-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,768%
CP III/2 L. Norte-D	2009-01-08	100 000 000	100 000 000	2017-12-15	2026-12-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	Variável BEI	0,770%
BEI s/Aval									
REFER V	2008-08-20	160 000 000	160 000 000	2014-03-15	2033-03-15	Bullet	15-Mai	Fixa Reversível	4,786%
REFER VI	2009-09-10	110 000 000	110 000 000	2013-09-15	2032-09-15	Bullet	15-Sét	Fixa Reversível	2,976%
Eurobond c/Aval									
Eurobond 06/26	2006-11-08	600 000 000	600 000 000	2026-11-16	2026-11-16	Bullet	16-Jun	Fixa	4,047%
Eurobond 09/19	2009-02-18	500 000 000	500 000 000	2019-02-18	2019-02-18	Bullet	18-Fev	Fixa	5,875%
Eurobond 09/24	2009-10-18	500 000 000	500 000 000	2024-10-18	2024-10-18	Bullet	18-Out	Fixa	4,675%
Schuldstaten									
Emp. "Schuldstaten" Beilre-Humboversche Hypothekbank	2000-07-16	250 000 000	250 000 000	2010-09-04	2010-06-04	Bullet	4-Fev, 4-Ago	Eurobor 6M	1,142%
Emp. "Schuldstaten" ASN AMRO BANK	2001-04-03	300 000 000	300 000 000	2011-04-11	2011-04-11	Bullet	9-Abr, 9-Out	Eurobor 6M -0,03%	0,989%
Emp. "Schuldstaten" WestLB AG	2002-10-02	200 000 000	200 000 000	2012-10-08	2012-10-08	Bullet	8-Abr, 8-Out	Eurobor 6M	1,010%
		3 897 670 526							

¹ Taxa ponderada média Eurobor 6M-LIBOR. ² Fixação por período de 5 anos.

Designação	Data da Assinatura	Montante (€)	Capital em Dívida	Amortização		Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa do Juro
				Data Inicial	Data Final			
2008								
Financiamentos BEI								
CP II E	1992-06-29	30 633 793	9 425 779	1998-06-15	2012-06-15	Anual	15-Jun	3,385%
CP II B	1991-09-19	29 827 874	5 985 575	1997-09-15	2011-09-15	Anual	15-Set	3,926%
CP III Linha do Norte-B	1997-07-14	49 879 790	46 554 470	2008-06-15	2022-06-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Jan	3,349/4,938%
Linha do Douro	1996-09-09	43 894 215	35 115 372	2007-09-15	2016-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349/4,938%
Travessia Ferroviária do Tejo	1996-10-01	99 769 579	79 807 664	2007-09-15	2016-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349/4,938%
Travessia Ferroviária do Tejo-B	1997-11-14	99 769 579	59 855 748	2003-09-15	2017-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349%
Travessia Ferroviária do Tejo-C	1998-11-26	25 000 000	18 482 500	2004-09-15	2018-09-15	Anual	1º de setemb. fixa, 2º de setemb. fixa, 3º de setemb. var.	4,670%, 5,800%, 3,349%
		25 000 000	18 875 000					4,670%
		49 759 579	33 173 063					5,800%
		24 819 685	16 546 456					3,349%
Linha do Minho-A	1998-11-26	25 000 000	18 482 500	2004-09-15	2018-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	4,670%
		25 000 000	18 875 000					5,800%
		24 819 685	16 546 456					3,349%
CP III Linha do Norte-D	2000-11-10	25 937 491	25 937 491	2011-09-15	2020-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Jan	3,349/4,938%
Ligação ao Algarve-A	2001-10-08	90 000 000	90 000 000	2012-09-15	2021-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349/4,938%
Linha do Minho-B	2001-10-08	59 855 749	59 855 749	2012-09-15	2021-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349/4,938%
CP II/2 L. Norte-A	2002-10-02	100 000 000	100 000 000	2013-03-15	2022-03-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349/4,938%
CP II/2 L. Norte-B	2004-07-15	200 000 000	200 000 000	2014-12-15	2023-12-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,349/4,938%
Suburbanos	2004-11-25	100 000 000	100 000 000	2009-06-15	2024-06-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Jan	3,349/4,938%
Suburbanos B	2005-12-14	100 000 000	100 000 000	2010-09-15	2025-09-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	3,615%
Suburbanos C	2006-10-12	55 000 000	55 000 000	2011-03-15	2026-03-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	4,247/3,349%
Ligação ao Algarve-B	2002-10-02	30 000 000	30 000 000	2012-03-15	2012-03-15	Anual	15-Mar, 15-Jun, 15-Set, 15-Out	4,938%
BEI sr/Aval								
REFER V	2008-08-20	160 000 000	160 000 000	2014-03-15	2033-03-15	Bullet	15-Mar	4,785%
Eurobond c/Aval								
Eurobond 06/26	2006-11-08	600 000 000	600 000 000	2026-11-15	2026-11-15	Bullet	15-Mar	4,047%
Schuldsheln								
Emp. "Schuldsheln" Berlin-Hannoversche Hypothekbank	2000-07-16	250 000 000	250 000 000	2010-06-04	2010-06-04	Bullet	4 Fev, 4 Ago	5,166%
Emp. "Schuldsheln" ABN AMRO BANK	2001-04-03	300 000 000	300 000 000	2011-04-11	2011-04-11	Bullet	9-Abr, 9-Out	5,405%
Emp. "Schuldsheln" WestLB AG	2002-10-02	200 000 000	200 000 000	2012-10-08	2012-10-08	Bullet	6-Abr, 6-Out	5,419%
		2 831 972 355						

Os empréstimos BEI, Schuldschein ABN, Schuldschein BHH, Schuldschein Westlb, Eurobond 06-26, Eurobond 09-19 e Eurobond 09-24 foram contraídos exclusivamente para financiamento de projectos de investimento em Infra-estruturas de Longa Duração.

Os respectivos juros são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI o capital é reembolsado em anuidades iguais e consecutivas, após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade.

No ano de 2009 foram contraídos novos empréstimos exclusivamente para financiamento de projectos de investimento em Infra-estruturas de Longa Duração:

- Dois empréstimos BEI, no valor de 100 milhões de euros cada, com aval do Estado, a taxa variável e reembolsos parciais;
- Um empréstimo BEI no valor de 110 milhões de euros, sem aval do Estado, a taxa fixa e reembolsos parciais; e
- Duas emissões obrigacionistas no valor de 500 milhões de euros cada, com aval do Estado, a taxa fixa e reembolso bullet, ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes

Com excepção dos empréstimos BEI REFER V e BEI REFER VI todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de Dezembro de 2009:

(euros)

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
BEI - Minho A	25 000 000	16 990 000	18 343 885	4,67% - Fixa
	25 000 000	17 430 000	19 738 450	5,80% - Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	16 990 000	18 343 885	4,67% - Fixa
	25 000 000	17 430 000	19 738 450	5,80% - Fixa
BEI - CIIB	29 927 874	3 990 383	4 113 380	3,928% - Fixa
BEI - Suburbanos B	100 000 000	100 000 000	99 817 101	3,615% - Fixa
BEI - Suburbanos C	55 000 000	55 000 000	57 725 770	4,247% - Fixa
BEI - REFER V	160 000 000	160 000 000	174 015 470	4,786% - Fixa
BEI - REFER VI	110 000 000	110 000 000	100 640 990	2,976% - Fixa
Eurobond 06/26	600 000 000	600 000 000	535 049 031	4,047% - Fixa
Eurobond 09/19	500 000 000	500 000 000	563 244 411	5,875% - Fixa
Eurobond 09/24	500 000 000	500 000 000	492 124 746	4,675% - Fixa
		2 097 830 383	2 102 895 568	

5. Gestão da Infra-estrutura

5.1 Activos Fixos Tangíveis

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis e respectivas rubricas de depreciações.

(euros)

2009	01-01-2009	Tranf.	Aumentos	Abates/Reg.	Imp.Missão Investimento	31-12-2009
Valor Bruto						
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	1 978 116	275 952	-	-		2 254 068
Edifícios e Outras Construções	34 418 627	1 811 992	115 709	-459 595		35 884 732
Equipamento Básico	21 511 927	-20 383	791 128	-36 965		22 245 708
Equipamento de Transporte	7 767 834	27 936	28 114	-349 904		7 473 980
Ferramentas e Utensílios	512 185	-	20 005	-		532 190
Equipamento Administrativo	10 401 739	98 238	298 083	-472 380		10 325 681
Outros AFT	457 928	-	660	-		458 588
Imobilizações em Curso	2 924 141	-2 410 101	73 058	-		587 097
Total do Activo Fixo Tangível Bruto	79 970 497	-216 366	1 326 757	-1 318 844		79 762 044

Depreciações

Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	8 077 530	-	888 366	-20 693	234 696	9 179 899
Equipamento Básico	11 920 492	-26 436	1 051 216	-36 965	307 975	13 216 281
Equipamento de Transporte	7 222 512	26 436	163 397	-309 453	42 626	7 145 519
Ferramentas e Utensílios	500 984	-	14 914	-	932	516 830
Equipamento Administrativo	9 500 042	-	280 968	-471 290	151 935	9 461 655
Outros AFT	376 992	-	6 896	-	2 054	385 942
Total das Depreciações	37 598 551	-	2 405 758	-838 401	740 217	39 906 126
Total do Activo Fixo Tangível Líquido	42 371 946	-216 366	-1 079 001	-490 443	-740 217	39 855 916

(euros)

2008	01-01-2008	Tranf.	Aumentos	Abates/Reg.	Imp.Missão Investimento	31-12-2008
Valor Bruto						
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	1 978 116	5 253	-	-5 253		1 978 116
Edifícios e Outras Construções	32 284 411	2 211 541	-	-79 325		34 416 627
Equipamento Básico	20 497 415	-43 579	1 062 996	-4 904		21 511 927
Equipamento de Transporte	7 662 744	181 292	338 286	-414 488		7 767 834
Ferramentas e Utensílios	492 736	-	19 449	-		512 185
Equipamento Administrativo	10 209 094	8 577	401 636	-217 567		10 401 739
Outros AFT	452 023	-	6 395	-490		457 928
Imobilizações em Curso	11 097 446	-8 250 672	77 367	-		2 924 141
Total do Activo Fixo Tangível Bruto	84 673 985	-5 887 588	1 906 128	-722 028		79 970 497

Depreciações

Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	6 887 737	-	944 180	-	245 614	8 077 530
Equipamento Básico	10 693 833	-166 289	1 035 685	-5 852	363 115	11 920 492
Equipamento de Transporte	7 188 488	167 237	217 959	-414 488	63 316	7 222 512
Ferramentas e Utensílios	483 564	39	16 449	-39	971	500 984
Equipamento Administrativo	9 091 785	4 513	396 574	-223 611	230 780	9 500 042
Outros AFT	331 827	-	12 679	-822	33 307	376 992
Total das Depreciações	34 677 233	5 500	2 623 527	-644 812	637 103	37 598 551
Total do Activo Fixo Tangível Líquido	49 996 752	-5 893 088	-717 399	-77 217	-937 103	42 371 946

Os activos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia não sofreram qualquer alteração comparativamente a 31 de Dezembro de 2008, apresentando o seguinte detalhe:

(euros)	
Descrição	2009
Terreiro do Paço	42 040
Edifício ART'S	468 804
	510 844

As instalações do Terreiro do Paço são as que constam no Despacho conjunto n.º 261/99, relacionado com o "estabelecimento da concessão CP e respectivas obras de melhoramento ocorridas em 31.12.1999.

Contratos de Locação Financeira

A REFER regista os activos financeiros adquiridos através de contratos de locação financeira em activos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2009 os contratos de locação em vigor referem-se a três viaturas, sendo os respectivos valores como segue:

(euros)				
Designação	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido 2009	Valor Dívida 2009
97-GN-03	51 015	-25 507	25 507	39 334
97-GN-04	51 015	-25 507	25 507	39 334
10-GO-71	51 015	-25 507	25 507	39 334
	153 044	-76 522	76 522	118 003

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação financeira que a REFER celebrou:

(euros)		
Descrição	< 1 ano	entre 1 e 5 anos
de acordo com o contrato celebrado		
97-GN-03	13 111	26 223
97-GN-04	13 111	26 223
10-GO-71	13 111	26 223
	39 334	78 669
Valor Presente da Dívida	38 946	76 055

5.2 Activos Intangíveis

Os movimentos ocorridos em 2009 e 2008 nas rubricas dos Activos Intangíveis e respectivas amortizações foram:

(euros)

2009	01-01-2009	Tranf./Reg.	Aumentos	Abates	Imp.Missão Investimento	31-12-2009
Valor Bruto						
Activos Intangíveis						
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	633.246	153.827	-	-124.305		662.768
Programas de Computador	16.378.348	803.216	9.261	-		17.190.825
Propriedade Industrial e outros direitos	29.928	-	-	-		29.928
Activo Intangível em curso	1.569.285	-901.454	965.287	-		1.633.118
Total do Activo Intangível Bruto	18.610.808	55.589	974.548	-124.305		19.516.639
Amortizações						
Activos Intangíveis						
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	615.207	-	8.761	-	1.079	625.047
Programas de Computador	14.545.791	-	876.311	-	297.827	15.719.929
Propriedade Industrial e outros direitos	29.928	-	-	-		29.928
Total das Amortizações	15.190.926	-	885.072	-	298.906	16.374.903
Total do Activo Intangível Líquido	3.419.882	55.589	89.476	-124.305	-298.906	3.141.735

(euros)

2008	01-01-2008	Tranf./Reg.	Aumentos	Abates	Imp.Missão Investimento	31-12-2008
Valor Bruto						
Activos Intangíveis						
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	892.861	-259.615	-	-		633.246
Programas de Computador	14.659.288	1.578.607	140.453	-		16.378.348
Propriedade Industrial e outros direitos	29.928	-	-	-		29.928
Activo Intangível em curso	2.035.457	-1.430.269	964.097	-		1.569.285
Total do Activo Intangível Bruto	17.617.534	-111.277	1.104.550	-		18.610.808
Amortizações						
Activos Intangíveis						
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	892.861	-286.673	7.941	-	1.079	615.207
Programas de Computador	14.101.541	1.022.323	816.958	-1.681.516	286.485	14.545.791
Propriedade Industrial e outros direitos	29.928	-	-	-		29.928
Total das Amortizações	15.024.329	735.649	824.899	-1.681.516	287.563	15.190.926
Total do Activo Intangível Líquido	2.593.204	-846.926	279.651	1.681.516	-287.563	3.419.882

5.3 Investimentos em Subsidiárias

Durante o exercício de 2009 os investimentos em subsidiárias registaram os seguintes movimentos:

(euros)		
Subsidiárias	2009	2008
Saldo Inicial	34 603 559	29 821 368
Movimentos do ano	16 253 508	4 782 191
Saldo Final	50 857 068	34 603 559

O movimento do ano inclui, em termos líquidos, os seguintes movimentos:

- Verificou-se um aumento dos capitais próprios das subsidiárias, como se observa no quadro seguinte, o que resultou num efeito positivo pela aplicação do método da equivalência patrimonial em 9 262 502 euros;
- A REFER efectuou à INVESFER, uma cobertura de prejuízos, no montante de 8 491 007 euros. Esta operação foi efectuada mediante a compensação do empréstimo de financiamento que a REFER havia efectuado àquela empresa. Assim o movimento positivo nesta rubrica de 8 851 151 euros tem a sua contrapartida na rubrica de empréstimos e contas a receber (ver nota 5.7) dado ter-se utilizado o valor adicional de 360 145 euros para liquidação de valores devidos decorrentes da actividade operacional;
- A REFER TELECOM distribuiu dividendos à REFER no montante de 1 500 000 euros.

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Subsidiárias:

31 de Dezembro de 2009							
(euros)							
Empresas	Participação %	Capitais Próprios	Resultado Exercício	Total de Activos	Total de Passivos	Rend. Obtidos Período	Valor de Balanço
Do Grupo							50 857 068
FERBRITAS Empreend. Industriais e Comerciais, S.A. Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	98,430	13 698 566	6 476 860	28 053 292	14 354 727	25 951 559	13 483 498
INVESFER Promoção e Com. De Terrenos e Edif., S.A. Palácio de Coimbra Rua de Santa Apolónia nº 51 - Lisboa	99,997	15 109 062	64 214	24 581 950	9 472 888	3 859 792	15 107 552
REFER Telecom Serviços de Telecomunicações, S.A. Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa	100,000	21 812 636	2 867 577	37 346 455	15 527 092	26 496 023	21 812 636
CPCOM Exploração de Espaços Comerciais da CP, S.A. Av. Da República, 90 Galeria Fração 4 - Lisboa	80,000	586 727	42 525	4 538 695	3 971 968	5 721 053	453 382

31 de Dezembro de 2008 (euros)

Empresas	Participação %	Capitais Próprios	Resultado Exercício	Total de Activos	Total de Passivos	Rend. Obtidos Período	Valor de Balanço
Do Grupo							34 603 559
FERBRITAS Emprend. Industriais e Comerciais, S.A. Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	98,430	7 221 706	1 647 512	21 541 497	14 319 791	20 298 097	7 173 815
INVESFER Promoção e Com. De Terrenos e Edif. S.A. Palácio de Coimbra Rua de Santa Apolónia nº 51 - Lisboa	99,997	6 553 841	78 907	28 192 146	21 638 305	4 703 231	6 553 186
REFER Telecom Serviços de Telecomunicações, S.A. Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa	100,000	20 451 786	4 194 995	37 248 032	16 796 246	26 777 042	20 451 786
CPCOM Exploração de Espaços Comerciais da CP, S.A. Av. Da República, 90 Galeria Fração 4 - Lisboa	80,000	524 203	-86 449	4 246 760	3 724 557	5 496 406	424 773

Esta informação foi extraída das respectivas demonstrações financeiras previsionais relativas ao exercício de 2009, não auditadas pelo que poderão existir alterações, não conhecidas à data de aprovação da divulgação destas contas, sendo no entanto nossa convicção que não deverão existir alterações significativas.

5.4 Investimentos em Associadas

O movimento registado na rubrica de investimentos financeiros em empresas associadas, encontra-se reflectido no quadro abaixo:

(euros)

Associadas	2009	2008
Saldo Inicial	877 752	891 319
Ganhos/Perdas do exercício	-13 837	-13 567
Saldo Final	863 915	877 752

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Associadas:

31 de Dezembro de 2009							(euros)
Empresas	Participação %	Capitais Próprios	Resultado Exercício	Total de Activos	Total de Passivos	Rend. Obtidos Período	Valor de Balanço
Associadas							863 915
RAVE Av.D.João II Lote 1.07.2.1, 1º Piso Parque das Nações - Lisboa	40,000	2 159 787	-34 593	114 199 853	112 040 086	4 204 642	863 915
GIL Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 1.15 Lisboa	32,960	-34 936 301	-1 850 025	79 725 781	114 662 083	5 390 630	0
31 de Dezembro de 2008							(euros)
Empresas	Participação %	Capitais Próprios	Resultado Exercício	Total de Activos	Total de Passivos	Rend. Obtidos Período	Valor de Balanço
Associadas							877 752
RAVE Av.D.João II Lote 1.07.2.1, 1º Piso Parque das Nações - Lisboa	40,000	2 194 379	-17 826	100 545 081	98 350 702	4 220 535	877 752
GIL Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 1.15 Lisboa	32,960	-33 016 320	-3 242 991	87 706 049	120 722 369	6 336 652	0

Esta informação foi extraída das respectivas demonstrações financeiras previsionais relativas ao exercício de 2009, não auditadas pelo que poderão existir alterações, não conhecidas à data de aprovação da divulgação destas contas, sendo no entanto nossa convicção que não deverão existir alterações significativas.

5.5 Categorias de acordo com a IAS 39

(euros)

Classe de Acordo com a IAS 39	Créditos e Valores a receber	Activos Financeiros justo valor por via de resultados	Activos Financeiros disponíveis para venda	Passivos Financeiros justo valor por via de resultados	Outros Passivos Financeiros	Activos e Passivos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2009							
Activos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	635 789	-	-	-	-	-	635 789
Clientes e outras contas a receber	74 841 195	-	-	-	-	10 617 059	85 458 255
Instrumentos Financeiros derivados	-	26 947 070	-	-	-	-	26 947 070
Empréstimos e contas a receber	2 497 881	-	-	-	-	-	2 497 881
Activos Financeiros disponíveis para venda	-	-	31 875	-	-	-	31 875
Total Activos Financeiros	77 974 845	26 947 070	31 875	-	-	10 617 059	115 570 850
Passivos							
Não correntes							
Empréstimos Obtidos	-	-	-	-	-1 093 660 099	-	-1 093 660 099
Correntes							
Empréstimos Obtidos	-	-	-	-	-547 901 255	-	-547 901 255
Instrumentos Financeiros derivados passivos	-	-	-	-99 504 050	-	-	-99 504 050
Empresas do Grupo	-	-	-	-	-22 075 000	-	-22 075 000
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	-	-147 286 425	-2 927 475	-150 220 614
Total Passivos Financeiros	-	-	-	-99 504 050	-1 810 922 779	-2 934 190	-1 913 361 019

(euros)

Classe de Acordo com a IAS 39	Créditos e Valores a receber	Activos Financeiros justo valor por via de resultados	Activos Financeiros disponíveis para venda	Passivos Financeiros justo valor por via de resultados	Outros Passivos Financeiros	Activos e Passivos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2008							
Activos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	249 760	-	-	-	-	-	249 760
Clientes e outras contas a receber	78 139 720	-	-	-	-	9 470 220	87 609 941
Instrumentos Financeiros derivados	-	17 596 647	-	-	-	-	17 596 647
Empréstimos e contas a receber	9 849 012	-	-	-	-	-	9 849 012
Activos Financeiros disponíveis para venda	-	-	31 875	-	-	-	31 875
Total Activos Financeiros	88 238 492	17 596 647	31 875	-	-	9 470 220	115 337 235
Passivos							
Não correntes							
Empréstimos Obtidos	-	-	-	-	-1 112 971 309	-	-1 112 971 309
Correntes							
Empréstimos Obtidos	-	-	-	-	-1 392 150 268	-	-1 392 150 268
Instrumentos Financeiros derivados passivos	-	-	-	-104 716 922	-	-	-104 716 922
Empresas do Grupo	-	-	-	-	-16 725 000	-	-16 725 000
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	-	-109 465 207	-3 452 163	-112 917 370
Total Passivos Financeiros	-	-	-	-104 716 922	-2 631 311 784	-3 452 163	-2 739 480 869

Apresenta-se de seguida a desagregação dos activos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados de acordo com os níveis definidos no IFRS7:

(euros)

Classe de Acordo com a IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos Financeiros				
Activos Financeiros ao Justo Valor por via de resultados	-	26 947 070	-	26 947 070
	-	26 947 070	-	26 947 070
Passivos Financeiros				
Passivos Financeiros ao Justo Valor por via de resultados	-	-99 504 049	-	-99 504 049
	-	-99 504 049	-	-99 504 049

5.6 Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de activos disponíveis para venda inclui os seguintes investimentos:

(euros)		
Activos disponíveis para venda	2009	2008
Valor bruto da participação		
Fernave	64 494	64 494
Metro Mondego	26 875	26 875
CRV	5 000	5 000
	96 369	96 369
Detalhe da Imparidade		
Fernave	64 494	64 494
Valor líquido da participação		
Fernave	-	-
Metro Mondego	26 875	26 875
CRV	5 000	5 000
	31 875	31 875

A participação detida na FERNAVE é de 10% e na Metro Mondego é de 2,5%. Em relação à CVR – Centro para a Valorização Resíduos, trata-se de 10 unidades de participação.

O reconhecimento da perda por imparidade referente à FERNAVE justifica-se pelo facto de a mesma, à data de 31 de Dezembro de 2009 apresentar um total de capital próprio negativo de 1 407 788 euros.

5.7 Empréstimos e contas a receber

Resumo dos empréstimos concedidos a empresas em que a REFER detém participações financeiras, não constituindo instrumentos de capital dessas entidades:

(euros)		
Empresa	2009	2008
FERBRITAS	997 861	997 861
INVESFER	-	8 851 151
GIL	1 500 000	-
	2 497 861	9 849 012

Tal como referido na nota 5.3, a REFER utilizou o empréstimo de financiamento à INVESFER para cobertura de prejuízos e liquidação de créditos correntes relacionados com a actividade operacional devidos àquela entidade.

O saldo de 2009 diz respeito a suprimentos prestados à GIL, com fim a garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas. O reforço financeiro, remunerado e com um ano de carência, foi assumido por todos os accionistas e por valor igual.

5.8 Inventários

(euros)		
Descrição	2009	2008
Mat.primas, subsidiárias e de consumo	13 964 004	12 674 703
Mercadorias em trânsito	545 205	342 026
Ajustamento Perdas Inventários	-91 159	-91 159
Gestão Infra-Estrutura	14 418 050	12 925 569

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção de infra-estruturas.

Numa base anual e tendo como objectivo quantificar o ajustamento para perdas em existências é efectuada inventariação de *stocks*. Assim, aquele ajustamento refere-se a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizadas na actividade da REFER, podendo eventualmente ser objecto de venda no caso de aparecer comprador interessado.

Da análise efectuada no final do exercício de 2009 concluiu-se que o ajustamento efectuado se encontrava adequado não tendo por isso sido efectuado qualquer acerto ao mesmo.

5.9 Instrumentos Financeiros Derivados

A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (ver nota 3.9). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições como instrumento de cobertura contabilística.

Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. À data de 31 de Dezembro de 2009 e de 31 de Dezembro de 2008, o valor nominal da carteira de derivados da REFER, ascendia a 2,900 milhões de euros e 2,750 milhões de euros, respectivamente, num passivo financeiro global de 5,539 milhões de euros, em 2009, e de 5,137 milhões de euros, em 2008.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes:

(euro)

Instrumento Coberto	Cobertura (%)	Descrição	Justo Valor		Variação Justo Valor Dat. 30/Dez. 09	Montante Nominal (milhões €)	Maturidade
			Activo	Passivo			
31 de Dezembro de 2009							
Logo II	100%	Plain vanilla			-3.122.650	0 (1)	30-01-2009
Schuldsein BH	100%	Plain vanilla		-5.502.447	-4.970.960	250	04-09-2010
Schuldsein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5.80%)		-8.708.062	-6.519.449	300	11-04-2011
Schuldsein West LB	100%	Digital Cap (Stibor 12m < 6,25%; Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		-828.847	-88.429	200	08-10-2012
Schuldsein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6,00%)		-9.137.562	-7.006.298	200	08-10-2012
Eurobond 05/15		Dual Range (10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)		-8.292.482		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	11.334.690		5.394.177,00	150	16-03-2015
Eurobond 05/15	100%	Plain vanilla	11.302.116		6.002.116,00	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	4.310.264		4.310.264	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		-37.991.357	2.831.920	300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)		-15.589.408	-1.308.195	500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m < 6,50%)		-8.477.338	-1.730.481	200	16-11-2026
Eurobond 06/26	50%	Long Cap		-1.143.205	-4.376.689	100	16-11-2026
Eurobond 09/24	50%	Plain vanilla		-4.035.572	-4.035.571	250	16-10-2024
			28.947.070	-99.504.050	-33.156.723	2.900	47.720.018
(1) O montante nominal desta operação era de EUR 250 milhões							
31 de Dezembro de 2008							
Logo I		Mudança de Indexante Eur6m in advance para Eur12m in arrears		-	-		Expirou
Logo II	100%	Plain vanilla	3.122.650		-3.444.722	250	31-01-2009
Schuldsein BH	100%	Plain vanilla		-531.487	-8.296.796	250	04-08-2010
Schuldsein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5.80%)		-2.188.613	-11.701.626	300	11-04-2011
Schuldsein West LB	100%	Digital Cap (Stibor 12m < 6,25%; Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		-538.218		200	08-10-2012
Schuldsein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6,00%)		-2.131.254	-9.667.705	200	08-10-2012
Eurobond 05/15		Dual Range (10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)		-37.474.003	-13.598.105	150	16-03-2015
Eurobond 05/15	75%	Plain vanilla	5.940.513		10.457.955	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	5.300.000		9.856.005	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		-40.823.277	-36.725.613	300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)		-14.283.213	1.590.285	500	13-12-2021
Eurobond 06/26	33%	Cap KO (Eur 12m < 6,50%)		-6.746.857	-342.410	200	16-11-2026
Eurobond 06/26		Plain vanilla	3.233.464		-520.355	100	16-11-2026
Eurobond 06/26		Eur Fly		-	6.994.205		Liquidado
			17.596.647	-104.716.922	-84.297.302	2.750	36.084.643

5.10 Clientes e Outras Contas a Receber

	(euros)	
	2009	2008
Clientes c/c	28 862 774	42 288 600
Adiantamento a fornecedores	767 022	396 258
Empresas do Grupo	0	3 036 025
Outros devedores	45 959 826	31 419 363
Ajustamentos outros devedores	-1 973 578	-1 834 882
Acréscimo de Rendimentos	1 992 174	3 230 613
Gastos a reconhecer	6 423 658	2 400 568
Impostos a Recuperar	3 426 382	6 673 394
	85 458 255	87 609 941

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** constituem saldos correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

Os débitos a **clientes** incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infra-estruturas (CP, CP Carga, FERTAGUS e TAKARGO) e também os débitos efectuados aos operadores de serviços prestados no âmbito da actividade comercial, manobras, capacidade pedida e não utilizada, utilização de estações, serviço de informação ao público, estacionamento de material circulante e outros serviços.

A dívida de operadores está repartida do seguinte modo:

O valor a receber de **Empresas do Grupo** em 2008 era na sua totalidade devido pela INVESFER, e referia-se a juros de suprimentos. Em 2009, foram efectuadas operações de cobertura de prejuízos e encontro de contas com esta participada (ver nota 5.3.).

Na rubrica de **outros devedores** cerca de 36% diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente.

Inclui ainda 1 047 389 euros enquadrados pelo Despacho do Secretário de Estado dos Transportes – nº 9.03/2004/SET de 11/03/2004, referentes à missão do Gabinete Metro Sul do Tejo. Aquele montante diz respeito aos pedidos de reembolso já efectuados, mas ainda não recebidos.

Esta rubrica inclui ainda valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação.

Esta rubrica inclui ainda o valor de 1 433 522 euros de IVA referente a inversão do sujeito passivo; ou seja é valor de IVA que a REFER teve que liquidar IVA com base nos autos de medição efectuados e que por diferença temporal na recepção da factura, não estavam criadas as condições para a dedução respectiva.

	(euros)	
Empresa	2009	2008
CP	22 326 657	41 139 956
CP Carga	4 842 519	0
Fertagus	1 344 746	1 133 175
Takargo	348 852	15 469
	28 862 774	42 288 600

Quanto ao **ajustamento para outros devedores**, ascende a 1 973 578 euros tendo, após análise efectuada à probabilidade de cobrança de saldos, sido reforçado pelo montante de 138.696 euros. Este aumento encontra-se registado na rubrica "Ajustamentos de inventários e de contas a receber" da Demonstração do Rendimento Integral.

Este ajustamento refere-se, tal como no exercício de 2008, ao saldo da Benaterras – 6818 euros – que data de 2001 a 2003, ao saldo da Aetur – 22 070 euros – que data de 2003 a Janeiro de 2006 e ao saldo da O2 – 1 805 995 euros. O reforço efectuado no exercício de 2009 refere-se às entidades que estão em processo de insolvência ou que foram encerradas.

Quanto à rubrica de **acréscimos de rendimentos** relaciona-se integralmente com rendimentos operacionais, destacando-se o montante referente ao contrato de concessão de infra-estrutura com a REFER TELECOM (cerca de 60% do total).

A rubrica de **gastos a reconhecer** inclui o valor de 5 186 177 euros (em 2008: 993 203 euros) referente ao ajustamento à taxa de juro efectiva dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/27alocados à Missão Investimento.

Quanto à rubrica de **impostos a recuperar** é composta pelo valor de reporte de IVA de Dezembro de 2009 no valor de 1 526 859 euros e pelo montante de 1 840 261 euros referente a pedido de reembolso do período de Julho/2009, tendo o recebimento do mesmo ocorrido em Janeiro de 2010.

O saldo devedor à Segurança Social ascende a 59 262 euros e justifica-se por a REFER ser entidade centralizadora, e neste âmbito, substituir-se temporariamente à Segurança Social, pelo pagamento devido aos trabalhadores na situação de baixas/licenças médicas.

5.11 Caixa e Equivalentes a Caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se reconciliados com os montantes com as rubricas na demonstração da posição financeira.

(euros)		
Descrição	2009	2008
Numerário	24 865	48 527
Depósitos bancários	610 924	201 233
Caixa e Equivalentes	635 789	249 760

5.12 Empréstimos Obtidos

5.12.1 Empréstimos correntes e não correntes

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos correntes e não correntes para financiamento da Actividade de Gestão de Infra-estrutura:

(euros)		
Descrição	2009	2008
Empréstimos não-correntes		
Empréstimos Obrigacionistas	1 093 542 096	1 112 823 855
Locação financeira	118 003	147 454
	1 093 660 099	1 112 971 309
Empréstimos correntes		
Dívidas a instituições de crédito	547 876 504	1 392 111 515
Locação financeira	24 751	38 752
	547 901 255	1 392 150 268
	1 641 561 354	2 505 121 578

A rubrica de **empréstimos correntes** inclui o montante de 17 710 milhares de euros referente a juro corrido e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infra-estrutura, por via do reconhecimento do custo amortizado (em 2008: 9 914 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2009 a REFER detinha 325 milhões de euros em papel comercial e cerca 205 milhões de euros em descobertos bancários, classificados em "Dívidas a instituições de crédito".

5.12.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

2009

Designação	Data de Assinatura	Montante	Capital em Dívida	Custo Amortizado	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
					Data Inicial	Data Final	Periodicidade		
Sem Aval do Estado									
REFER Eurobond 2005/2015	2005-03-16	600 000 000	600 000 000	597 616 452	2015-03-16	Bullet	16-Mar	4,00%	
REFER Eurobond 2006/2021	2006-11-30	500 000 000	500 000 000	495 925 644	2021-12-13	Bullet	13-Jan	4,25%	
			1 100 000 000	1 093 542 096					

2008

Designação	Data de Assinatura	Montante	Capital em Dívida	Custo Amortizado	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
					Data Inicial	Data Final	Periodicidade		
Sem Aval do Estado									
Emp. LOGO Securities "A2Loan"	2003-01-29	250 000 000	250 000 000	256 130 137	2009-01-30	Bullet	30-Jul 30-Jan	Euribor 6M+0,45	
REFER Eurobond 2005/2015	2005-03-16	600 000 000	600 000 000	616 148 075	2015-03-16	Bullet	16-Mar	4,00%	
REFER Eurobond 2006/2021	2006-11-30	500 000 000	500 000 000	496 675 680	2021-12-13	Bullet	13-Jan	4,25%	
			1 350 000 000	1 368 953 892					

Em Janeiro de 2009 foi amortizado integralmente o empréstimo Logo Securities "A2 Loan" no valor de 250 milhões de euros.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de Dezembro de 2009:

(euros)

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
Eurobond 05/15	600 000 000	600 000 000	619 572 736	4,00% - Fixa
Eurobond 06/21	500 000 000	500 000 000	489 586 616	4,25% - Fixa
		1 100 000 000	1 109 159 352	

Relativamente ao papel comercial considera-se que a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor.

5.13 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

(euros)

Descrição	2009	2008
Passivos Correntes		
Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores, c/c	35 818 929	34 042 992
Fornecedores - Facts Recepção e Conf.	12 321 362	7 552 216
Impostos a Pagar	2 934 190	3 452 163
Empresas do Grupo	22 075 000	16 725 000
Outros credores	21 170 186	23 260 681
Acréscimos de Gastos	76 654 930	43 239 034
Rendimentos a reconhecer	1 121 018	1 370 283
Gestão Infra-estrutura	172 295 614	129 642 370

A decomposição da rubrica de impostos a pagar é a abaixo apresentada:

(euros)

Descrição	2009	2008
IRS retido	885 698	855 780
Segurança Social	1 954 978	2 158 368
Outros Impostos	93 514	438 018
	2 934 190	3 452 163

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de Dezembro/2009, entregues ao Estado em Janeiro/2010. Quanto aos Outros Impostos é valor de Imposto de Selo processado também em Dezembro/2009 e igualmente entregue em Janeiro 2010.

Os montantes registados em empresas do grupo referem-se a aplicações de excedentes de tesouraria, cuja remuneração é descrita na nota conforme nota 5.21, com o seguinte detalhe:

(euros)

Descrição	2009	2008
REFER Telecom	11 450 000	13 450 000
FERBRITAS	7 750 000	1 250 000
INVESFER	2 875 000	2 025 000
	22 075 000	16 725 000

Do total de **outros credores** destaca-se a contribuição da rubrica de adiantamentos por conta de vendas, cujo total ascende a cerca de 16 693 milhares de euros da qual cerca de 77% é referente ao Contrato de Promessa de Compra e Venda assinado em 28/07/2000 sobre o Direito de Superfície concedido cuja escritura ainda não se concretizou, continuando no entanto a receber-se os valores acordados no referido Contrato de Promessa de Compra e Venda.

Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do crédito.

A rubrica de **acréscimos de gastos** inclui o valor de 53 120 milhares de euros de juros corridos com os empréstimos afectos à Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração (em 2008: 44 604 milhares de euros, tendo sido reflectido deste valor 19 937 milhares de euros na rubrica de empréstimos obrigacionistas - passivo não corrente).

Para além destes juros, esta rubrica regista ainda as responsabilidades com férias e subsídios de férias de 2009 devidas em 2010 (18% do saldo), de rendas de instalações e gastos diversos de 2009 não facturados pelas respectivas entidades até final do respectivo exercício.

Os **rendimentos a reconhecer** incluem 899 772 euros referente ao valor a integrar na proporção das respectivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em activo fixo tangível em 2007.

5.14 Provisões

O desdobramento das Provisões acumuladas e respectivos movimentos em 2009 é o seguinte:

(euros)

Descrição	01-01-2009	Aumento	Redução	31-12-2009
Processos judiciais em curso	10 568 997	1 133 374	-	11 702 371
	10 568 997	1 133 375	-	11 702 371

O montante provisionado resulta da identificação de situações em que a REFER espera que seja provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, razoavelmente estimável, seja exigida para liquidar a obrigação.

A provisão dos processos judiciais em curso inclui os processos cíveis e processo de relações de trabalho. Os processos judiciais provisionados referem-se a acidentes e pedidos de indemnização por estragos e ocupação de terrenos, decorrentes de obras de intervenção no âmbito da actividade de melhoria e conservação de ILD entre outros de menor relevância.

5.15 Impostos Sobre o Rendimento

(euros)		
Descrição	2009	2008
Impostos a recuperar		
IRC a receber	1 463 884	884 772
	1 463 884	884 772

Do imposto a recuperar, 560 000 euros são referentes aos pagamentos especiais por conta, sendo que 200 000 euros do ano 2003 e 40 000 euros do ano 2004 foram objecto de pedido de reembolso, de acordo com a legislação fiscal.

O restante valor é originado pelas retenções na fonte de rendimentos de capitais e prediais efectuados pelas entidades devedoras destes rendimentos, líquido do apuramento do imposto devido de 2009 referente à Tributação Autónoma (ver nota 5.23.2.)

5.16 Prestação de Serviços e Subsídios à

Exploração

5.16.1 Prestação de Serviços

As **prestações de serviços** detalham-se da seguinte forma:

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Utilização de canais [Tarifas]	57 603 605	58 896 718
Energia de Tracção	3 923 249	3 664 178
Manobras/Estac. Material Circulante	3 418 565	3 026 330
Utilização de Estações e Apeadeiros	2 791 521	2 455 464
Outros serviços	1 515 731	1 171 553
Capacidade Pedida Não Utilizada	1 362 718	1 700 181
Informação ao Público	464 845	140 449
Atravessamentos	159 564	177 850
Conservação de Ramais Particulares	153 635	78 396
Responsabilidade de Terceiros	127 406	297 559
Prestações de Serviços	71 540 838	71 628 679

Nesta rubrica encontram-se registados os rendimentos associados às prestações de serviços, destacando-se, os rendimentos por utilização das infra-estruturas, ou seja, a taxa de utilização das infra-estruturas ferroviárias, homologada pelo Instituto Nacional de Transportes Ferroviários e debitadas à CP Comboios, CP Carga, à FERTAGUS e à TAKARGO.

Esta rubrica inclui, ainda, serviços prestados por funcionários da REFER, no âmbito das manobras de circulação ferroviária, debitados às mesmas entidades, referentes à utilização de complexos ferroviários, débito de energia de tracção, estacionamento de material circulante e utilização de apeadeiros.

5.16.2 Subsídios à Exploração

Em 2009, foram contabilizados 36 149 308 euros a título de Normalização de contas (RCM 114/2009 de 14-12), isto é, indemnizações compensatórias pagas pelo Estado a empresas que prestam um serviço público.

5.17 Fornecimentos e Serviços Externos

A posição da rubrica de **fornecimentos e serviços externos** é a seguinte:

(euros)

Descrição	2009	2008
Subcontratos	74 510 027	73 794 671
Electricidade	9 468 947	8 538 689
Trabalhos especializados	6 355 083	4 402 518
Vigilância e segurança	4 131 580	3 805 305
Rendas e alugueres	2 251 908	987 529
Limpeza, higiene e conforto	1 710 095	1 765 524
Seguros	1 364 371	1 371 638
Comunicações	1 353 588	1 393 638
Conservação e reparação	1 099 049	1 401 615
Água	1 003 773	586 215
Royalties	931 368	645 480
Combustíveis	889 766	1 064 214
Transportes de pessoal	862 854	850 692
Honorários	268 826	451 028
Publicidade e propaganda	253 288	159 426
Material de escritório	221 266	263 001
Deslocações e estadias	160 630	231 090
Outros inferior a 200 000 euros	1 506 745	1 051 034
Fornecimentos e Serviços Externos	108 341 163	102 753 507

A rubrica de **subcontratos** refere-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção de via, sinalização, telecomunicações e catenária. Os serviços de manutenção dos sistemas de telecomunicações, são assegurados maioritariamente pela REFER TELECOM, empresa participada.

O aumento dos gastos com **trabalhos especializados** reflecte a gestão e implementação do Plano Nacional de Ecopistas, no âmbito de protocolos celebrados com a INVESFER. É igualmente influenciado pelo reconhecimento como custo das verbas gastas em estudos prévios ligados a projectos de Investimento, mas aos quais não foi dada continuidade como por exemplo estudos sobre património desactivado, sobre projectos ferroviários gerais, assistência técnica na via, ensaios para o controle da qualidade do balastro, assessoria Técnica à FERBRITAS, entre outros. Em 2009 entrou em vigor um novo contrato de vigilância humana das instalações da REFER, através do qual se estendeu a prestação destes serviços a um maior número de estações (Famalicão, Gaia, Viana do Castelo, entre outras), daí resultando o aumento dos custos com **vigilância e segurança**.

A rubrica com maior peso em **rendas e alugueres** diz respeito ao arrendamento do Edifício ARTS, sendo também a que mais contribui para a sua variação face ao ano transacto. Não obstante o valor global desta renda estar muito próximo do de 2008, a reorganização da REFER ocorrida em 2009 ditou uma menor ocupação deste espaço por parte dos serviços ligados à missão de Investimento por Conta do Estado, com o conseqüente acréscimo do gasto suportado pela empresa.

O aumento na rubrica de **água** diz respeito a uma alteração de registo contabilístico ocorrido durante o exercício, assim a componente taxa passou a ser registada pela natureza e não em conta autónoma

Locações operacionais

A rubrica de rendas e alugueres inclui 953 649 euros relativos ao custo com **locações operacionais** de viaturas e 65 532 euros com locações operacionais de equipamentos.

A REFER, à data a que se reporta este Anexo, detém 344 viaturas, e 40 equipamentos, adquiridos através de contratos de locação operacional.

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação operacional que a REFER celebrou:

Descrição	(euros)	
	< 1 ano	entre 1 e 5 anos
De acordo com contratos celebrados		
Viaturas	1 309 331	3 254 766
Equipamentos	78 996	95 446
Valor presente da dívida		
Viaturas	1 296 419	3 163 230
Equipamentos	78 217	93 130

5.18 Gastos com Pessoal

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Remunerações Órgãos Sociais	372 523	393 478
Remunerações do Pessoal	71 113 734	69 220 267
Encargos sobre Remunerações	15 021 385	14 510 034
Gastos de Acção Social	716 394	616 879
Outros Gastos com Pessoal	9 637 382	7 310 889
Gastos com Pessoal	96 861 419	92 051 527

Os **outros gastos com pessoal** abrangem, essencialmente, seguros de acidentes de trabalho, formação, recrutamento, indemnizações e benefícios na utilização de transportes.

Em 2009 verificou-se um aumento do número de indemnizações por rescisão pagas a trabalhadores, com cerca de 3801 milhares de euros (em 2008 era de 1380 milhares de euros).

A massa salarial manteve-se estável em 2009, com um aumento de cerca de 3% face a 2008.

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa, ao longo do ano de 2009 foi de 3518 (em 2008 era de 3573).

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2009 e 2008 nos montantes de 174 711 euros e 176 043 euros respectivamente.

A discriminação é a seguinte:

(euros)

Descrição	2009	2008
Retribuição Mensal	100 207	100 396
Diuturnidades	8 150	9 011
Sub Férias e Décimo Terceiro Mês	20 664	22 199
Contribuição Patronal	33 877	34 126
Outros	11 812	10 311
Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores	174 711	176 043

Os trabalhadores envolvidos nestas estruturas foram os seguintes:

Descrição	2009	2008
A tempo Parcial (nº médio)		
Dirigentes Sindicais	134	174
Comissão e Subcomissões	25	40
A tempo inteiro		
Dirigentes Sindicais	7	8
Comissão e Subcomissões		
Número de Trabalhadores Envolvidos em Estruturas Representativas	166	222

5.19 Outros Gastos

A decomposição da rubrica de **outros gastos** é a seguinte:

(euros)

Descrição	2009	2008
INTF	2 630 016	3 455 598
Impostos Indirectos	2 511 912	2 921 124
Custos Operacionais Diversos	1 145 497	4 763 921
Indemnizações	246 874	732 998
Quotizações	149 198	173 421
Impostos Directos	10 147	20 505
Outros Gastos	6 693 644	12 067 567

A rubrica de impostos indirectos refere-se essencialmente a imposto de selo e taxas. Tal como referido na nota 5.17, em 2009 verificou-se uma alteração contabilística, com base na qual a componente taxa do custo de água passou a ser registada pela natureza.

5.20 Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de **outros rendimentos** é a seguinte:

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Concessões de utilização e licenças	6 164 133	5 922 586
Outros rendimentos	2 483 844	2 148 324
Telecomunicações	1 892 775	1 720 213
Venda/Cedência energia e água	1 182 707	2 432 175
Cedência de materiais e pessoal	1 123 651	1 592 945
Vendas diversas	986 533	1 001 128
Publicidade diversa	558 262	465 814
Aluguer de equipamento	239 066	105 962
Fundo Conservação Casa	193 691	198 125
Cadernos de encargos	156 382	198 481
Infantários, cantinas e bar	13 554	16 358
Subsídios à formação	1 062	0
Outros Rendimentos Operacionais	14 995 879	15 822 111

A rubrica de concessões e utilização de licenças inclui essencialmente a concessão de utilização de edifícios e terrenos (cerca de 32%), a concessão, licenças e alugueres de espaços comerciais (cerca de 28%) e a concessão de parques de estacionamento (cerca de 13%).

5.21 Perdas e Ganhos Financeiros

A decomposição da rubrica de **perdas e ganhos financeiros** é a seguinte:

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Perdas Financeiras		
Juros Suportados:		
Empréstimos	-45 576 316	-64 460 278
Instrumentos financeiros derivados	-97 532 883	-109 309 672
Outros juros suportados	-101 277	-111 138
Variação de justo valor :		
Instrumentos financeiros derivados (nota 5.9)	-33 156 723	-84 297 302
Outras perdas financeiras	-4 930 192	-3 649 659
	-181 297 391	-261 828 049
Ganhos Financeiros		
Rend. Títulos Negociáveis e de outras aplicações Financeiras	697	7 115
Juros Obtidos		
Instrumentos financeiros derivados	114 717 050	133 183 648
Outros juros obtidos	2 592	4 992
Variação de justo valor :		
Instrumentos financeiros derivados (nota 5.9)	47 720 018	36 084 643
Outros ganhos financeiros	23 640	57 190
	162 464 306	169 337 588
Ganhos/Perdas Subsidiárias e Associadas	9 248 665	5 768 624
Ganhos/Perdas em Outras Empresas	-922 007	0
Resultados Financeiros	-10 506 336	-86 721 837

Os juros suportados dizem respeito a juros de empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários de médio e longo prazo e linhas de curto prazo. Inclui-se ainda nesta rubrica a remuneração paga pelas aplicações de tesouraria de empresas afiliadas efectuadas junto da REFER (ver nota 5.13.) As afiliadas são remuneradas à taxa euribor a 1 semana deduzida de 1 ponto percentual numa base de 365 dias, com taxa de juro mínima de 0,25%.

Nos juros suportados de instrumentos financeiros derivados estão incluídos as operações de swap (perna pagadora e prémios pagos). A rubrica de juros obtidos em instrumentos financeiros derivados refere-se aos juros decorrentes das operações de swap (perna recebedora e prémios recebidos) e a de outros juros obtidos a juros auferidos em resultado de aplicações financeiras.

As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em Perdas Financeiras e as variações positivas em Ganhos Financeiros. O efeito líquido destas variações ascendia a 14,563 milhões de euros em 2009 contra -48,212 milhões de euros em 2008.

O montante de perdas em outros investimentos financeiros diz respeito à cobertura de prejuízos efectuada pela REFER à FERNAVE, em 2009 (ver nota 5.3).

5.22 Perdas e Ganhos em Subsidiárias e Associadas

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Perdas em empresas subsidiárias	-	-65 348
Ganhos em empresas subsidiárias	9 262 502	5 647 540
	9 262 502	5 782 191
Perdas em empresas associadas	-13 637	-13 567
	-13 637	-13 567
Ganhos/Perdas em Subsidiárias e Associadas	9 248 665	5 768 624

Os ganhos nas empresas subsidiárias dizem respeito à aplicação da equivalência patrimonial na FERBRITAS, REFER TELECOM, INVESFER e CPCOM. As perdas em empresas associadas são relativas à participação detida na RAVE.

5.23 Imposto sobre o Rendimento do Exercício

5.23.1 Impostos diferidos activos e passivos

A REFER não reconheceu nas suas demonstrações financeiras activos e passivos por impostos diferidos.

Em relação a impostos diferidos passivos, não foram identificadas situações que originassem o seu reconhecimento.

No que diz respeito a impostos diferidos activos, existem prejuízos fiscais por utilizar no valor total de 1 032 774 318 euros. No entanto, face à actual conjuntura económica e os orçamentos dos próximos anos, não se espera que venham a existir lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação das diferenças temporárias activas.

(euros)	
Data Limite de reporte	Montante
Exercício	
2003	110 760 838
2004	141 468 983
2005	157 556 515
2006	191 696 681
2007	222 339 125
2008	208 952 175
	1 032 774 318

5.23.2 Imposto sobre o rendimento do exercício

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Imposto corrente do exercício	173 814	235 392
	173 814	235 392

O **imposto sobre o rendimento do exercício** reconhecido na demonstração de rendimento integral, refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor a cada data de relato.

6. Demonstração dos Resultados Internos Efectuados para a Actividade de Investimento em Infra-Estruturas de Longa Duração

Os **trabalhos internos** efectuados para a actividade de investimento em ILD, que foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral, apresentam-se de seguida.

Descrição	(euros)	
	2009	2008
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração		
Consumos	168 111	347 092
Materiais para Investimento	17 925 797	11 281 800
Equipamento	24 234	42 415
Mão-de-Obra	900 189	1 453 401
Encargos de Estrutura	29 232 016	31 500 636
Total Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	48 250 347	44 625 343

O registo dos trabalhos para a própria empresa é efectuado por contrapartida da respectiva rubrica de gasto.

A variação dos materiais para investimento é justificada pelo aumento verificado no investimento nomeadamente nos projectos da Linha do Norte (entre Setil e Entroncamento) e da Linha da Beira Baixa.

7. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Informação a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005 de 8 de Setembro de 2005 e o art.13º-A, do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto.

Conselho de Administração	Cargo	Regime de Segurança Social	2009			
			Remunerações principais	Remunerações acessórias	Descontos Patronais para SS	Descontos Patronais para CGA
Luis Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	100 504	525	23 570	-
Alfredo Vicente Pereira	Vice-Presidente	Regime Normal	93 006	527	22 089	-
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	87 737	1 253	-	4 756
Alberto José Engenheiro Castanheiro Ribeiro	Vogal	Regime Normal	87 737	670	20 638	-
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	CGA	87 737	1253	16 094	494
Remunerações atribuídas			456 723	4 228	84 890	5 192

Conselho de Administração	Cargo	Regime de Segurança Social	2008			
			Remunerações principais	Remunerações acessórias	Descontos Patronais para SS	Descontos Patronais para CGA
Luis Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	66 536	24 038	16 770	-
Alfredo Vicente Pereira	Vice-Presidente	Regime Normal	62 953	20 266	15 919	-
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	58 859	19 213	-	4 617
Alberto José Engenheiro Castanheiro Ribeiro	Vogal	Regime Normal	58 859	19 213	14 947	-
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	CGA	58 859	19 213	-	2 526
Remunerações atribuídas			306 065	101 942	47 637	7 145

Em cumprimento do decreto-lei nº71/2007, foi efectuada reexpressão dos valores constantes no exercício de 2008.

Os valores postos à disposição da Comissão de Fiscalização foram os seguintes:

Entidade	2009			2008		
	Valor Mensal	Valor Total	Descontos Patronais para SS	Valor Mensal	Valor Total	Descontos Patronais para SS
Hilário Manuel Marcelino Teixeira	951	11 406	2 709	951	11 406	2 709
Salgueiro, Castanheira e Associados, SROC	-	-	-	3 604	10 812	-
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	4 392	52 707	-	4 773	57 270	-
Remunerações atribuídas	5 343	64 113	2 709	9 327	79 488	2 709

Os valores evidenciados a favor de Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC assumem a forma de remuneração de trabalhos especializados.

8. Saldos/Transacções com Partes Relacionadas

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a REFER, directa ou indirectamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

9. Divulgações com Partes Relacionadas

9.1 Resumo das entidades relacionadas

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER são as seguintes:

	Relação
Empresas Subsidiárias	
Invesfer	REFER detém 99,997% capital
Ferbritas	REFER detém 96,43% capital
CP Com	REFER detém 80% capital
Refer Telecom	REFER detém 100% capital
Empresas Associadas	
RAVE	REFER detém 40% capital
GIL	REFER detém 32,98% capital
Outras	
CP	Relação Domínio - Estado
CP Carga	Relação Domínio - Estado

9.2 Saldos e transacções com empresas subsidiárias

Os saldos e transacções com **empresas subsidiárias** detalham-se da seguinte forma:

Empresa	(euros)	
	2009	2008
Saldos a receber		
Invester	570 433	11 912 079
Ferbrtas	996 522	996 477
CP Com	1 107 570	827 790
Refer Telecom	315 739	103 623
	2 990 263	13 842 169
Saldos a pagar		
Invester	4 274 212	4 224 306
Ferbrtas	16 520 503	11 044 520
CP Com	6 000	61 065
Refer Telecom	14 731 068	19 367 123
	35 531 783	34 697 013
Compras de serviços		
Invester	2 206 078	32 131 354
Ferbrtas	18 050 010	13 462 560
Refer Telecom	14 411 127	13 996 789
	34 667 215	59 592 693
Prestação de serviços		
Invester	496 970	55 692
Ferbrtas	61 651	74 220
CP Com	2 192 260	2 357 358
Refer Telecom	1 203 097	1 699 019
	3 975 999	4 386 488
Custos Financeiros		
Invester	7 246	51 730
Ferbrtas	9 503	55 080
Refer Telecom	40 808	321 214
	57 557	428 024
Partes relacionadas - Subsidiárias		

9.3 Saldos e transacções com empresas

Associadas

Os saldos e transacções com **empresas associadas** detalham-se da seguinte forma:

Empresa	(euros)	
	2009	2008
Saldos a receber	436 575	533 386
RAVE	424 316	485 488
GIL	12 259	47 899
Saldos a pagar	315 461	621 710
GIL	315 461	621 710
Compras de serviços	1 051 538	0
GIL	1 051 538	0
Prestação de serviços	1 280 599	1 469 759
RAVE	1 239 736	1 469 759
GIL	40 863	0
Custos Financeiros	1 029	55 964
RAVE	1 029	55 964
Partes relacionadas - Associadas		

As transacções mais relevantes efectuadas com a RAVE e incluídas supra referem-se essencialmente a cedência de pessoal efectuada pela REFER.

No que respeita aos gastos financeiros estão inerentes a juros de aplicações de excedentes de tesouraria.

Em relação à GIL, a compra e prestação de serviços deve-se ao aluguer de lojas na estação do Oriente.

9.4 Saldos e transacções com a CP e a CP Carga

Os saldos e transacções com a **CP e CP Carga** detalham-se da seguinte forma:

(euros)		
Empresa	2009	2008
Saldos a receber	27 156 013	41 139 956
CP - Comboios de Portugal, EPE	22 313 494	41 139 956
CP Carga - Log Tr F Mercadorias, SA	4 842 519	0
Saldos a pagar	1 440 257	4 140 516
CP - Comboios de Portugal, EPE	1 423 306	4 140 516
CP Carga - Log Tr F Mercadorias, SA	16 950	0
Compras de serviços	3 350 187	11 125 627
CP - Comboios de Portugal, EPE	3 332 157	11 125 627
CP Carga - Log Tr F Mercadorias, SA	18 029	0
Prestação de serviços	67 648 737	69 553 903
CP - Comboios de Portugal, EPE	62 024 835	69 553 903
CP Carga - Log Tr F Mercadorias, SA	5 623 902	0

O montante de prestação de serviços deve-se essencialmente aos valores cobrados pelos serviços essenciais prestados às várias unidades de negócio da CP.

10. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2009, são os seguintes:

- IFRS 8, 'Segmentos Operacionais'. A IFRS 8 substitui a IAS 14 e converge no relato por segmentos com os US GAAP. Esta nova norma determina a utilização "da visão da gestão", de acordo com a qual a informação por segmentos é apresentada na mesma base da informação reportada internamente pela gestão. Não houve alterações na aplicabilidade desta norma à REFER.
- IAS 1 (revisão), 'Apresentação das demonstrações financeiras'. A revisão efectuada a esta norma proíbe a apresentação de rendimentos ou gastos (isto é, alterações no capital não relacionadas com os accionistas) na demonstração das alterações ao capital próprio, exigindo a apresentação das transacções no capital próprio com as entidades não accionistas na Demonstração do resultado integral. A REFER adoptou a nova estrutura das Demonstrações financeiras desde 1 de Janeiro de 2009.
- IAS 23 (alteração), 'Custos de empréstimos obtidos'. A alteração à IAS 23 determina que os custos de empréstimos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um

activo "qualificável" (um activo que requer um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda), sejam considerados como parte do custo de aquisição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da REFER uma vez que esta já adoptava este tratamento contabilístico.

- IFRS 2 (alteração), 'Pagamentos baseados em acções'. A alteração à IFRS 2 refere-se a condições de "vesting" e cancelamentos. Clarifica que o conceito das condições de vesting, limita-se às condições de prestação de serviço e de performance. O cancelamento de um plano de acções, deve ser registado de igual forma quer seja cancelado por iniciativa da empresa ou de uma entidade terceira. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade uma vez que não possui planos de acções.
- IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: apresentação' e consequente alteração à IAS 1- 'Apresentação das demonstrações financeiras'. Esta alteração requer que alguns instrumentos financeiros que cumprem com a definição de passivo financeiro sejam classificados como instrumentos de capital, quando possuem determinadas características e cumprem condições específicas. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' e consequente alteração à IAS 27 'Demonstrações financeiras separadas e consolidadas'. A alteração a esta norma permite às entidades que adoptam as IFRS pela 1ª vez mensurar nas contas separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ao custo presumido, que pode corresponder ao justo valor dos investimentos na data da transição ou ao valor contabilístico pelo qual estava registado no GAAP anterior. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 7 (alteração). As alterações introduzidas visam melhorar as divulgações relativas à aplicação do justo valor, passando a ser divulgado qual o nível de aplicação do justo valor utilizado para cada activo ou passivo mensurado ao justo valor, as metodologias e pressupostos utilizados. A REFER introduziu estas divulgações no anexo às demonstrações financeiras.
- Melhoria anual das normas em 2008 (a aplicar maioritariamente a 1 de Janeiro de 2009). Como parte do processo de revisão da consistência na aplicação prática das IAS/IFRS, o IASB decidiu efectuar melhorias a algumas normas (IAS 16, IAS 20, IAS 38 e IAS 40) com o objectivo de clarificar algumas inconsistências identificadas. Da adopção destas melhorias não resultaram impactos significativos nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 9, "Derivados embutidos" e IAS 39 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração'. Esta alteração vem clarificar sobre o tratamento contabilístico a dar aos derivativos embutidos quando a Entidade tenha adoptado a alteração efectuada à IAS 39 sobre a reclassificação de activos financeiros, conforme publicado pelo

IASB em Outubro de 2008. Esta alteração não teve impacto das demonstrações financeiras da Entidade.

- IFRIC 13, 'Programas de fidelização de clientes'. A IFRIC 13 clarifica que quando os bens ou serviços são vendidos, associados a programas de fidelização de clientes, as transacções de venda são consideradas como "multi-elementos" pelo que o produto da venda tem de ser alocado aos diferentes componentes com base no seu justo valor. A IFRIC 13 não é relevante para a actividade da REFER.
- IFRIC 14, 'Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. A IFRIC 14 clarifica sobre a avaliação do limite que de acordo com a IAS 19 pode ser reconhecido como um activo. Clarifica também como é que os activos e passivos com pensões podem ser afectados por requisitos específicos de contribuições mínimas. A IFRIC14 não tem impacto nas demonstrações financeiras da REFER.

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2009 ou em data posterior, que a REFER decidiu não adoptar antecipadamente:

Normas

- IFRS 3 (revisão), 'Concentrações de actividades' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009). A norma revista continua a aplicar o método da compra nas concentrações de actividades, com algumas alterações significativas. Por exemplo, todos os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor. Existe a opção, de transacção a transacção mensurar os "interesses sem controlo" pela proporção do valor dos activos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos activos e passivos adquiridos. Todos os custos associados à aquisição são registados como gastos. A REFER aplicará a IFRS 3 (Revista) prospectivamente a todas as concentrações de actividade que ocorram após 1 de Janeiro de 2010.
- IAS 27 (revisão), 'Demonstrações financeiras separadas e consolidadas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009). A norma revista exige que todas as transacções com os "interesses sem controlo" sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. A norma também determina quais os registos a efectuar quando há perda do controlo exercido sobre a entidade. Qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício. A REFER aplicará a IAS 27 (Revista) prospectivamente nas transacções com os "Interesses sem controlo" que ocorram após 1 de Janeiro de 2010.

- IFRS 5 (Melhoria 2008) 'Activos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009). A melhoria clarifica que todos os activos e passivos de uma subsidiária são classificados como detidos para venda, se de um plano de venda parcial, resultar a perda do controlo. Divulgações específicas devem ser efectuadas se esta subsidiária qualificar como unidade descontinuada. A REFER aplicará esta melhoria prospectivamente a todas as alienações parciais de filiais que ocorram após 1 de Janeiro de 2010.
- IAS 39 (alteração), 'Instrumentos financeiros – Itens elegíveis para cobertura' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009). Esta alteração clarifica sobre quais os princípios a aplicar em situações específicas para determinar se um risco coberto ou uma porção de *cash-flows* é elegível para ser designado como de "cobertura". Esta alteração não tem impactos nas demonstrações financeiras da REFER.
- IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010). Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a registar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser classificados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 2 (alteração), 'Pagamentos baseados em acções - transacções pagas financeiramente pelo Grupo' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010). Esta alteração ainda não se encontra adoptada pela União Europeia. Esta alteração incorpora a IFRIC 8, 'Âmbito da IFRS 2' e a IFRIC 11, 'IFRS2 – Transacções com acções do Grupo e Acções Próprias', e trata da classificação de Planos do grupo em que a Entidade que recebe os bens ou serviços em troca dos planos de pagamentos baseados em acções pagas financeiramente pelo grupo, não é responsável por qualquer pagamento. Esta alteração não tem impactos nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010). Esta alteração ainda não se encontra adoptada pela União Europeia. Esta alteração à norma permite a um primeiro adoptante das IFRS a isenção na aplicação retrospectiva das IFRS para os activos das actividades "oil & gas", se o método do "custo total" fosse aplicado no âmbito do normativo anterior. A alteração a esta norma também isenta as entidades de reavaliar a classificação de um contrato de locação existente, à luz da IFRIC 4, 'Determinar se um acordo contém uma locação' quando a aplicação do normativo anterior resulte na mesma classificação. Esta alteração não tem impactos nas demonstrações financeiras da REFER.

- IAS 24 (alteração) 'Partes relacionadas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta alteração ainda não se encontra adoptada pela União Europeia. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. A REFER vai avaliar se esta alteração terá impacto nas suas Demonstrações financeiras.
- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 39 prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os *cash-flows* contratuais e os *cash-flows* representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A REFER aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- Melhoria anual das normas em 2009, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010. Estas melhorias a diversas normas ainda não se encontram adoptadas pela União Europeia. Como parte do processo de revisão da consistência da aplicação prática das IAS/IFRS, o IASB decidiu fazer melhorias às normas como o objectivo de clarificar algumas das inconsistências identificadas. As melhorias mais significativas referem-se às alterações efectuadas à IAS 17, 36 e 38. Estas melhorias serão aplicadas pela REFER nos exercícios em que se tornem efectivas.

Interpretações

- IFRIC 12, 'Acordos de concessão de serviços' (a aplicar para os exercícios que se iniciem até 1 de Janeiro de 2010). Esta interpretação refere como as concessionárias de serviços públicos devem aplicar as IFRS para contabilizar a obrigação de construção de infra-estruturas assumida e os direitos recebidos no âmbito do contrato de concessão. Esta interpretação não terá impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 14 (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta alteração à interpretação ainda não se encontra adoptada pela União Europeia. Esta alteração clarifica que quando o activo é uma

consequência de pré-pagamentos efectuados por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.

- IFRIC 15, 'Contratos para a construção de imóveis' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010, na União Europeia). A IFRIC 15 vem clarificar quando aplicar a IAS 18, 'Rédito' ou a IAS 11, 'Contratos de construção' a uma determinada transacção. É expectável que mais transacções qualifiquem para a aplicação da IAS 18, 'Rédito'. A IFRIC 15 não tem impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 16, 'Cobertura de investimentos em operações estrangeiras' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, na União Europeia). Esta interpretação aplica-se a entidades que fazem a cobertura do risco cambial resultante dos investimentos efectuados em operações estrangeiras e refere quais as condições que se devem verificar para que qualifique como cobertura contabilística. Esta interpretação define ainda quais os montantes que devem ser reclassificados do Capital próprio para resultados do exercício, quando uma operação estrangeira é alienada. A IFRIC 16 não tem impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 17, 'Distribuições em espécie aos accionistas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009). Esta interpretação clarifica que: (a) os dividendos a pagar são reconhecidos quando tenham sido devidamente aprovados e já não estão à discrição da entidade; (b) uma entidade deve mensurar o dividendo a pagar pelo justo valor do valor líquido dos activos distribuídos; (c) uma entidade deve reconhecer a diferença entre o valor do dividendo pago e o valor líquido contabilístico dos activos distribuídos na demonstração dos resultados. A IFRIC 17 não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 18, 'Transferência de activos pelos clientes' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 31 de Outubro de 2009). Esta interpretação clarifica sobre o tratamento contabilístico a adoptar em acordos em que um activo tangível, que é transferido pelo cliente, é utilizado para a prestação de serviços futuros. Esta interpretação é particularmente relevante para o sector das "utilidades" por envolverem a prestação de serviços como o gás ou a electricidade. A IFRIC 18 não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 19, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido

nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A simples reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. A REFER aplicará a IFRIC 19 quando esta se torne efectiva.

11. Compromissos de Investimento

O valor estimado de investimentos a efectuar em Infra-estruturas de Longa Duração (ILD) no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILD (IEAG - Estruturas de Apoio e de Gestão integrando investimentos de funcionamento, estudos e outros activos fixos) necessários ao desenvolvimento das actividades previstas ascende a 837 milhões de euros.

Do total de investimento previsto 97% (814 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILD; os restantes 3% (23 milhões de euros) correspondem a investimentos em IEAG.

(milhões de euros)	
Programas/Projectos	Estimativa 2010
Investimento em ILD	
Inscritos no âmbito do PIDDAC	
Inscrição dos Corredores Estruturantes do Território na Rede Transeuropeia de Transportes	69
Desenvolvimento de Acessibilidades Urbanas	22
Coordenação Intermodal	1
Não inscritos no âmbito do PIDDAC	
	702
Total Investimento em ILD	814
Total Investimento em IEAG	23
Total Investimento REFER	837
Compromisso de Investimento	

Nota: Investimento a custos técnicos.

12. Garantias e Avals

Em 31 de Dezembro de 2009, os **empréstimos que beneficiavam de aval do Estado** totalizam 3 627 670 526 euros (em 2008: 2 471 972 355 euros), conforme nota 4.6.1.

O total de **garantias bancárias recebidas de fornecedores** ascendia a 223 470 902 euros (em 2008: 243 412 747 euros).

Em relação a **garantias bancárias recebidas de clientes/devedores**, são no montante de 5 645 109 euros (em 2008: 3 405 851 euros). Estas

garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de concessão a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

À data de 31 de Dezembro de 2009, a REFER assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 440 368 euros (em 2008: 401 057 euros) e **outras garantias** 2 632 592 euros (em 2008: 2 741 092 euros).

Como accionista maioritário da FERBRITAS a REFER tem subscrita carta de conforto a favor do Banco Millenium relativa a Financiamento de Médio e Longo Prazo até ao montante de 2.033.865 euros.

Igualmente como accionista maioritário da INVESFER, a REFER é responsável pela carta conforto subscrita a favor do BPI, relativa a crédito de curto prazo, até ao montante de 249.399 euros.

13. Contingências

Processos em tribunal

No final do exercício de 2009, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações, atingem o valor de 640.187 euros (em 2008: 4.879.201 euros), sendo que este valor não tem reflexo a nível de demonstração da posição financeira.

Neste caso, são efectuados depósitos à ordem do tribunal onde está a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da resolução destes processos não resulta um custo para a empresa, mas sim um investimento em infra-estruturas ferroviárias. Para além destes, existem, ainda, outras acções relacionadas com acidentes ocorridos nas infra-estruturas de que a empresa é gestora, danos provocados em propriedades alheias, mas imputáveis à empresa, e a alguns processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, objecto de provisão.

Quanto à acção contra a REFER, intentada pelo consórcio Teixeira/Duarte/EPOS, na sequência da rescisão, por parte da REFER, do Contrato de Reabilitação do Túnel do Rossio e divulgada em 2008 à data de elaboração deste anexo, não existem conclusões ou informação adicionais relevantes sobre este processo passíveis de influenciar as contas ora apresentadas.

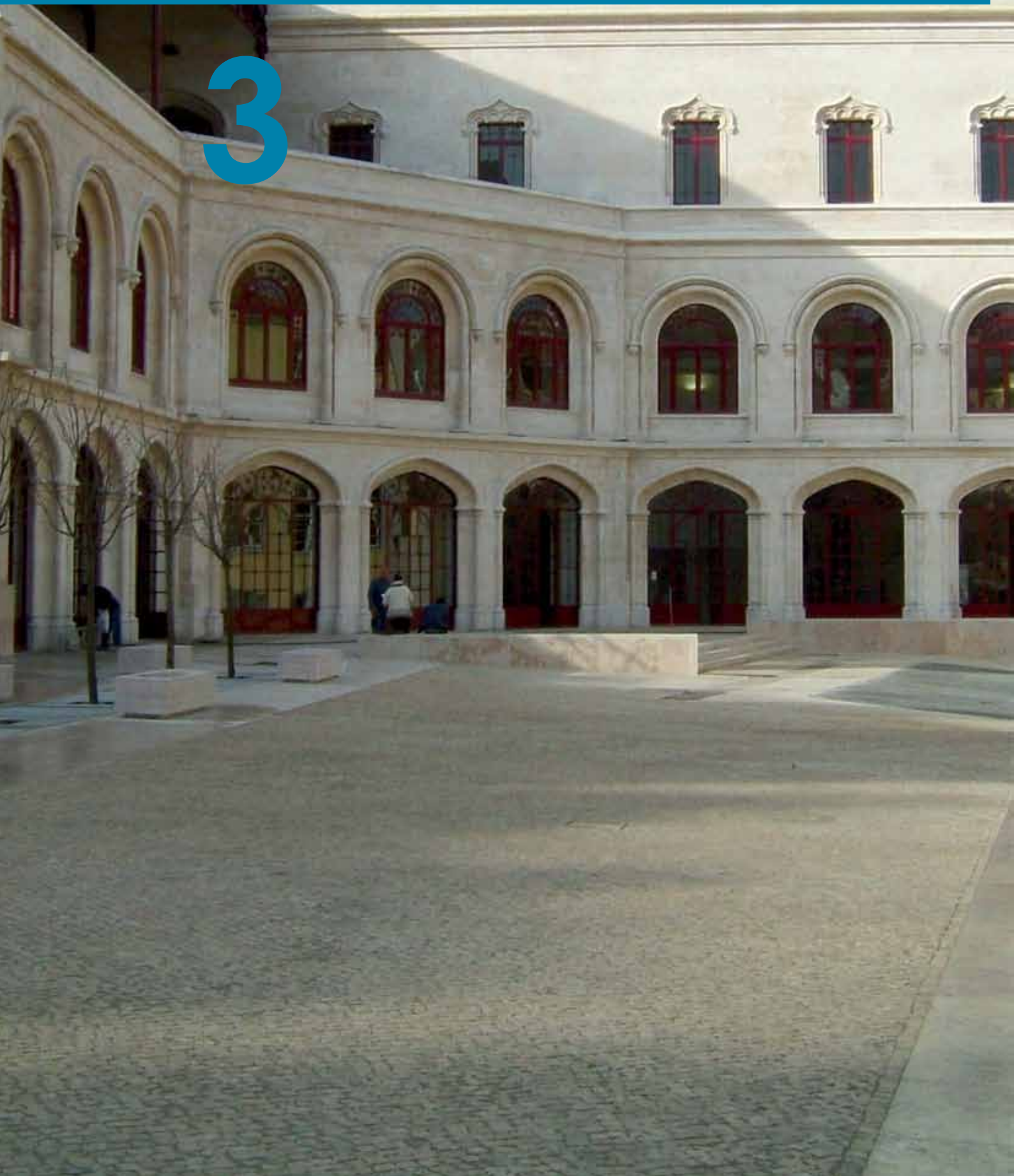
14. Eventos Subsequentes

Em 12 de Fevereiro de 2010, a REFER celebrou com a Parque Expo um contrato de transmissão de acções, no qual a Parque Expo transmitiu gratuitamente à REFER 1% do capital social da GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. A partir desta data, a REFER passa a deter 33,98% do capital social daquela empresa.

Em cumprimento do disposto nº1 do Despacho nº 20408/2009, de 28 Agosto, deve a CP transferir para a REFER, as instalações que estavam afectas à actividade da FERGRÁFICA/TEX, as quais fazem parte do conjunto dos bens mencionadas no Anexo B do Despacho Conjunto nº261/99 de 5 de Março. A concretização desta transferência está pendente das formalizações subjacentes e que ainda não se encontravam concluídas em 2009 e que pela sua materialidade optou-se por não fazer qualquer reflexo ainda em 2009.

RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

3



Introdução

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades, bem como a divulgação periódica – junto dos seus *stakeholders*, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adoptadas pela REFER, E.P.E. nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pela RCM n.º 49/2007 e do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 5/2008

Missão, Objectivos e Políticas

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de Abril, a REFER, E.P., tem como objecto principal o serviço público de gestão da rede ferroviária nacional. Incluem-se ainda no objecto:

- A construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respectivo estudo, planeamento e desenvolvimento.
- O comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com a infra-estrutura ferroviária.
- Actividades complementares ou subsidiárias do objecto principal.

No ano de 2008 foi publicado, no Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de Julho, os Estatutos da REFER, os quais entraram em vigor em 23 de Julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P.E., procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos. As competências da antiga Comissão de Fiscalização são, agora, repartidas por dois novos órgãos sociais: Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Simultaneamente, introduzem-se ajustamentos relativamente às competências da REFER no âmbito da manutenção da infra-estrutura ferroviária da Ponte 25 de Abril.

Natureza e objecto da REFER, E. P. E.:

"A REFER, E. P. E., é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes."

Sinteticamente a REFER tem como Missão:

"Proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente "

E como Visão:

"A REFER será uma referência europeia na gestão da infra-estrutura ferroviária"

Para o desenvolvimento da sua actividade, a REFER estruturou-se diferenciando as duas vertentes da sua missão, mas considerando que o seu objecto principal se centra na prestação de serviço público de gestão de infra-estrutura. No entanto, toda a estrutura corporativa e administrativa serve indiferentemente a duas actividades.

Para além das actividades desenvolvidas no âmbito das missões Gestão da Infra-estrutura e Gestão de Investimento, a REFER no desenrolar do

seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras actividades complementares.

A REFER, de acordo com o seu objecto social, actua em duas áreas de negócio que se complementam:

- Gestão e Exploração da Infra-estrutura, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, que engloba o comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com a infra-estrutura ferroviária.
- Investimento na construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respectivo estudo, planeamento e desenvolvimento, actividade desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).
- Outras Actividades como a construção, instalação e gestão das interfaces com os serviços de outros modos de transporte e utilizando os espaços para a valorização do património.

As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário (OESF), apresentadas pelo Governo em Outubro de 2006 e integradas na política geral de transportes, estabelecem um conjunto de Objectivos Estratégicos para o sector e, constituem o enquadramento para o desenvolvimento das actividades da REFER. Sendo:

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
- Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

Ao nível da missão, destacam-se como Objectivos e Políticas da Empresa:

- Melhorar os níveis de serviço da rede;
- Melhorar e modernizar a infra-estrutura da rede;
- Melhorar os serviços prestados aos clientes finais;
- Assegurar elevados níveis de segurança;
- Promover a sustentabilidade ambiental;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Reduzir os custos dos serviços prestados;

- Aumentar a contribuição das actividades extra exploração;
- Aumentar a produtividade da organização;
- Optimizar a gestão e controlo dos investimentos / contratos;
- Fomentar a uniformização de processos e a normalização da infra-estrutura da rede;
- Reforçar as competências técnicas e de gestão;
- Fomentar o desenvolvimento profissional;

Destacam-se a seguir as principais obras concluídas durante o ano de 2009:

- Plataforma Multimodal de Cacia: Inaugurada dia 20 de Fevereiro.
- Interface de Transportes do Cais do Sodré: Inaugurado dia 13 de Março.
- Reabertura do serviço ferroviário de transporte de passageiros na Linha de Vendas Novas: Setembro
- Concluída a pintura da Ponte Maria Pia, no Porto: Outubro
- Inauguração do novo serviço ferroviário de passageiros na Linha de Leixões, ligação Ermesinde – Leça do Balio
- Encerramento de diversas Passagens de Nível

Estrutura



Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos (Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril) a REFER, E.P. tem como órgão de gestão o Conselho de Administração e como órgão de fiscalização a Comissão de Fiscalização. O Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, veio transformar a REFER numa entidade pública empresarial procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos. As competências da antiga comissão de fiscalização são, agora, repartidas por dois novos órgãos sociais: Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas. Até ao dia 31 de Dezembro de 2009, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que, de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, a Comissão de Fiscalização manteve-se em funções.

Conselho de Administração (Decreto-Lei 104/97 de 29 de Abril).

"Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela." (Decreto-Lei 104/97 de 29 de Abril).

Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

- Relações Institucionais
- Secretaria-Geral
- Desenvolvimento Organizacional
- Construção
- Recursos Humanos
- Património Imobiliário

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Dr. Alfredo Vicente Pereira

- Economia e Finanças
- Planeamento e Estratégia
- Aprovisionamentos e Logística

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Romeu Costa Reis

- Assuntos Jurídicos
- Relações Internacionais
- Auditoria
- Comunicação e Imagem
- Fundos Comunitários

Vogal do Conselho de Administração

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

- Engenharia e Exploração da Infra-estrutura
- Segurança
- Gestão de Estações

Vogal do Conselho de Administração

Eng.º Carlos Alberto Fernandes

- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Tarificação de Acesso à Infra-estrutura
- Articulação com o Contrato de Concessão da Fertagus
- Contratualização com o Estado

Objectivos Anuais 2009-2011

Estabelece o Decreto-lei nº 71/2007 que o desempenho das funções de gestão praticadas pelos gestores públicos deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados nas orientações previstas no art. 11º do DL 558/99, de 17/12, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral (art.º 6.º, n.º 1). No seguimento do preconizado pelo referido Decreto-lei foi assinado, em 30 Julho de 2009, entre a Administração da REFER e Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações - Secretaria de Estado dos Transportes (representantes do estado português), um Contrato de Gestão, para cada um dos Administradores, o qual estabelece indicadores e metas quantificadas com vista à prossecução dos objectivos estabelecidos.

Os indicadores e metas propostos para 2009, assim como o seu grau de realização foram os definidos na tabela a baixo:

REFER Objectivos Anuais 2009 . 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011	Ponderação (100%)
			Meta	Meta	Meta	
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuna)	$[\text{Custos de Funcionamento Ano } N / \text{Custos de Funcionamento Ano } N-1]-1$	8%	4%	3%	20%
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	$[(\text{Saldo fornecedores exigível}) / (\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) (12 \text{ meses})] \times 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	90 dias	42 dias	36 dias	5%
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA	$\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Próprios}$ (em %)	-157%	-138%	-129%	20%
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	≥14M€	≥15M€	≥16M€	15%
5. Qualidade e Fiabilidade de Serviço	Índice de Pontualidade	$[(\text{pp} \times \text{CP} / \text{CT}) + (\text{Pm} \times \text{CM} / \text{CT})] / \text{CT}$ (%)	83%	84%	85%	10%
	Índice de Qualidade da Rede (IQV)	Através de equipamento específico são avaliados os parâmetros técnicos da rede função dos quais é construída uma estrutura de qualitatva do estado da rede	Bom: 67 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 4	Bom: 68 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 3	Bom: 69 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 2	10%
6. Segurança	Número de acidentes significativos ocorridos por comboio/quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	N.º de Acidentes Significativos/CK realizados	1,771	1,662	1,597	5%
7. Controlo dos investimentos	Desvio Financeiro	$\text{Desvio financeiro da execução do orçamento Investimentos} (\%) = (\text{Execução financeira no período}) / (\text{Valor orçamentado no período}) - 1$	46%	<11%	<10%	15%

Objectivos de Gestão para 2009-2011

Ponto de situação a 31 de Dezembro de 2009

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2009 [%]			Ponderação (100%)
			Real	Meta	Desvio	
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns)	$(\text{Custos de Funcionamento Ano N} / \text{Custos de Funcionamento Ano N-1}) - 1$	1%	8%	7pp	20%
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	$(\text{Saldo fornecedores exigível} / (\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento})) \times 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	44 dias	50 dias	6 dias	6%
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA	$\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Próprios}$ (em %)	-154%	-157%	-3pp	20%
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	15	≥14M€	-1M€	15%
5. Qualidade e Fiabilidade de Serviço*	Índice de Pontualidade	$(\text{pp} \times \text{CP} / \text{CT} + \text{Pm} \times \text{CM} / \text{CT}) / \text{CT}$ (%)	88%	83%	-5%	10%
	Índice de Qualidade da Rede (IQV)	Através de equipamento específico são avaliados os parâmetros técnicos da rede função dos quais é construída uma estrutura de qualidade do estado da rede	Bom: 64% Aceitável: 24% Deficiente: 8% Mau: 4% <small>Campanha de inspeção à rede geral do 1º trimestre</small>	Bom: 67% Aceitável: 23% Deficiente: 6%	Bom: -3% Aceitável: 1% Deficiente: 2% Mau: 0	10%
6. Segurança**	Número de acidentes significativos ocorridos por comboio/quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	$\text{N.º de Acidentes Significativos} / \text{CK realizados}$	0,96%	1,771	-0,791	6%
7. Controlo dos investimentos***	Desvio Financeiro	$\text{Desvio financeiro da execução do orçamento Investimentos (€)} / ((\text{Execução financeiros no período}) / (\text{Valor orçamentado no período}) - 1)$	48%	≤12%	34%	15%

Observações:

* Bom: 67% Aceitável: 23% Deficiente: 6% Mau: 4% (Campanha de inspeção à rede geral do 1º sem-09)

** Acidentes significativos apresentados: são números provisórios. Os valores finais relativos ao ano N serão apurados apenas no 1º trimestre do ano N+1.

***Desvio percentual é em módulo. Investimento considerado: ILD + EAG

Órgãos de Fiscalização (Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho)

"Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa."

Conselho Fiscal

"Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objectivos fixados nos orçamentos anuais;
- Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos actos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância."

Revisor Oficial de Contas

"Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela empresa conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efectuados e as anomalias detectadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respectivas causas."

Conforme referido anteriormente, até ao dia 31 de Dezembro de 2009, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, a Comissão de Fiscalização manteve-se em funções.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Comissão de Fiscalização		
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda Representada por Dr. Issuf Ahmed	DC 641/2005
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Comissão de Fiscalização Auditoria

De acordo com o estabelecido no contrato, celebrado em 2009, para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Grupo REFER, Apoio à Comissão de Fiscalização:

Auditoria Externa: Pricewaterhousecoopers & Associados – Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório fixado para os órgãos sociais da REFER E.P.E. é:

1. Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente

- Remuneração de 7 226 euros, 14 vezes por ano;

Vice-Presidente

- Remuneração de 6 685 euros, 14 vezes por ano;

Vogais

- Remuneração de 6 307 euros, 14 vezes por ano.

2. Comissão de Fiscalização

Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

- Remuneração Exercício Comissão Fiscalização de 950,51€, 12 vezes por ano

As remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração, são:

(euros)					
Conselho de Administração Remunerações 2009	Eng. Luis Filipe Melo e Sousa Pardal Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira Vice-presidente	Dr. Romeu Costa Reis Vogal	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro Vogal	Eng. Carlos Alberto João Femandes Vogal
1. REMUNERAÇÃO					
1.1. Remuneração base	86 052	79 836	75 123	75 123	75 123
1.2. Acumulação de funções de gestão	-6 046	-6 046	-6 046	-6 046	-6 046
1.3. Remuneração complementar					
1.4. Despesas de representação	444	360	336	336	336
1.5. Prémios de gestão (.....meses)					
1.6. Outras (identificar detalhadamente)					
Subsídio de Férias	7 226	6 685	6 307	6 307	6 307
Subsídio de Natal	7 226	6 685	6 307	6 307	6 307
2. OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES					
2.1. Gastos de utilização de telefones	612	430	165	711	1 127
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	18 708	14 208	13 534	14 013	13 557
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	3 903	2 960	1 915	2 484	1 915
2.4. Subsídio de deslocação	81	167	917	334	917
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS					
3.1. Segurança social obrigatório	22 033	20 252	4 757	19 001	18 528
3.2. Planos complementares de reforma					
3.3. Seguros de saúde	253	253	253	253	253
3.4. Seguros de vida	7	7	7	7	7
3.5. Outros (identificar detalhadamente)					
4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/h)	n	n	n	n	n
4.2. Regime Segurança Social	Regime Normal	Regime Normal	CGAposentações	Regime Normal	Reg. Normal/CGA
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005					
4.4. Ano de aquisição de viatura pela empresa	AOV 2009	AOV 2007	AOV 2007	AOV 2007	AOV 2007
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço					
4.6. Usufruto de casa de função	n	n	n	n	n
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo					
4.8. Outras (identificar detalhadamente)					

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2008 de 22 de Julho, a REFER, E.P.E é fiscalizada por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas.

(euros)

Comissão de Fiscalização 2009	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
Remuneração		
Remuneração base	11 406	
Segurança social obrigatória	2 709	
Regime Segurança Social	Regime Normal	
Honorários		56 734
Total	14 115	56 734

Este mesmo Decreto-Lei prevê que, até à sua designação, os membros da Comissão de Fiscalização se mantêm em funções.

Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos

Neste capítulo pretende-se elencar os regulamentos externos e internos a que a REFER está sujeita:

- **Constituição da República Portuguesa**, no seu artº 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, Lei n.º 10/90 de 17 de Março**, o sistema de transportes terrestres compreende as infra-estruturas e os factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre de pessoas e de mercadorias no âmbito do território português ou que nele tenham término ou parte do percurso e rege-se pela presente lei, seus decretos-lei de desenvolvimento e regulamentos.
- A **29 de Abril de 1997** foi publicado o **Decreto-Lei 104/97** que cria a REFER, E.P.
- A REFER é uma empresa cujo capital estatutário é 100% do Estado, sendo tutelada conjuntamente pelo Ministério das Finanças e pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Compete-lhe desenvolver as actividades pertinentes ao seu objecto, de acordo com princípios de modernização e eficácia de modo a assegurar o regular e contínuo fornecimento do serviço público da gestão de infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. De acordo com o estabelecido a **REFER**:
 - pode praticar todos os actos de gestão necessários ou convenientes à prossecução do seu objecto;
 - conserva os direitos e assume as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao Domínio Público Ferroviário nas disposições legais e regulamentos aplicáveis.
 - O Decreto-Lei 104/97, foi alterado e republicado, no Decreto-Lei 141/2008.
- O **Decreto-Lei 299-B/98** publicado a 29 de Setembro de 1998, cria o **Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF)** que tem por finalidade regular e fiscalizar o sector ferroviário, supervisionar as actividades desenvolvidas, assim como intervir em matéria de concessões de serviço público. Este Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei 147/2007, que cria o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres.
- O **Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de Dezembro**, procede à revisão do Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 156/81, de 9 de Junho, e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível. É alterado pelo **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de Janeiro**.
- Em termos de contratação a REFER está abrangida pela aplicabilidade do Decreto - Lei n.º 223/01, no caso específico das empreitadas, em tudo nele não regulado, fica abrangida pelo Decreto-Lei n.º 59/99.

- O **Decreto-Lei n.º 93/2000**, de 23 de Maio, estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de Julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de Julho, que procede à supressão de omissões detectadas na transposição da Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 93/2000, de 23 de Maio.
- Em **Outubro de 2003** é publicado o **Decreto-Lei n.º 270/2003** de 28 de Outubro que transpõe para o direito nacional as Directivas n.ºs 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE, normalmente designadas por "Pacote Ferroviário I" visando abrir o mercado do transporte ferroviário à participação dos agentes económicos privados, garantindo um conjunto de critérios de capacidade técnica, financeira e de segurança, (alterado pelo Decreto-Lei n.º 146/2004, de 17 de Junho.). Este Decreto-Lei foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei 271/2007.
- O **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro**, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafectação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de Agosto.

Na sequência do estabelecido neste diploma legal a **REFER** preparou e **publicou**, logo neste ano, a primeira edição do **Directório da Rede** que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial que necessitam para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.

- O **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de Janeiro**, altera o Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de Dezembro.
- Em Março de 2005 foi publicado o **Regulamento 21/2005** do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infra-estrutura.
- O **Decreto-Lei n.º 156/2005**, de 15 de Setembro, estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
- Relativamente a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários a REFER deve publicar toda a informação exigida no **Código dos Valores Mobiliários**, bem como nos Regulamentos da CMVM n.º 5/2008 e 11/2005 que se refere à adopção das IFRS.
- **Regulamento 11/2005** define o âmbito das **Normas Internacionais de Contabilidade**.

- O Decreto-Lei n.º 200/2006 cria o IMTT - **Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres**, fundindo diversos organismos incluindo o INTF - **Instituto Nacional do Transporte Ferroviário**.
- A **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007** define os princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de Março** o qual define o estatuto do **Gestor Público**.
- **Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto**, altera o regime jurídico do **Sector Empresarial do Estado** instituído pelo Decreto-Lei n.º 558/99.
- O **Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro**, regula a **formação e execução dos contratos públicos**, definindo desta forma todos os procedimentos que decorrem, desde o momento em que é tomada a decisão de contratar uma entidade até à adjudicação, assim como a execução do contrato.
- Foi publicado, no **Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de Julho**, o qual altera e republica os Estatutos da REFER, tendo entrado em vigor em 23 de Julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P. E.**
- **Regulamento n.º 5/2008** da **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários**, define os deveres de informação de emitentes de valores mobiliários

Informação sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Durante o ano de 2009 as transacções mais relevantes, da REFER com empresas do grupo, são os que se encontram no quadro seguinte:

(euros)		
Empresa	Descrição da Transacção	Montante
Rave – Rede de Alta Velocidade, SA	Cedência Trabalhadores	1 117 650,99
	Outras Prestações de Serviços	125 594,10
	Total de proveitos	1 243 245,09
GPCom – Exploração de Espaços Comerciais da CP, SA	Concessão Espaços Comerciais	2 093 773,27
	Painéis Publicitários	25 136,64
	Outras Prestações de Serviços	323 352,64
	Total de proveitos	2 442 262,51
Refer Telecom – Serviços de Telecomunicações, SA	Contrato de Concessão da Rede	1 391 019,96
	Outras Concessões	725 771,00
	Outras Prestações de Serviços	610 137,00
	Total de proveitos	2 926 927,96
	Aquisições de Serviços	14 971 365,25
Total de aquisições	14 971 365,25	
Ferbrtas – Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA	Fornecimentos e Serviços Diversos	26 329,88
	Total de proveitos	26 329,88
	Aquisições de Serviços	16 040 005,37
Total de aquisições	16 040 005,37	
Invesfer – Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios, SA	Fornecimentos e Serviços Diversos	508 951,00
	Total de proveitos	508 951,00
	Aquisições de Serviços	2 212 754,33
Total de aquisições	2 212 754,33	

Informação sobre Outras Transacções

A partir do dia 30 de Julho de 2008 a REFER, E.P.E. passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efectua a transposição das directivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março (empreitadas de obras públicas);
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho (aquisições de bens e serviços);
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

A REFER adoptou, em 2007, procedimentos internos de contratação, centralizado na Direcção de Contratualização, Procurement e Logística, todos os procedimentos contratuais inerentes à contratualização de empreitadas ou prestações de serviços a promover mediante processo de concurso ou ajuste directo, cujo valor estimado seja igual ou superior a 250 mil euros.

No quadro seguinte apresentam-se os fornecedores cujo valor factura-
do foi superior a 1 milhão de euros, o que representa 88% do total:

(euros)			
Empresa	Valores Facturados em 2009	Empresa	Valores Facturados em 2009
Ferrovias e Construções, SA	30 045 322	Bento Pedroso Construções SA	3 533 460
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	26 579 196	CONDURIL, SA	3 297 041
Thales - Security Solutions & Services, SA	23 546 300	Aurilio Martins Sobreiro & F.ªs, SA	3 130 570
Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA	21 654 161	Ramalho Rosa Cobetar Soc. Constr.SA	2 921 750
Dimetronic SA	21 563 250	COBA - Consult Ob Barrag Planeam SA	2 467 503
Obrecol - Obras e Construções SA	19 130 608	Credit Suisse	2 307 453
Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, SA	18 625 028	AVS-Corretor Seguros , SA	2 272 452
Refer Telecom - Serviços de Telecomunicações, SA	16 261 375	EFACEC-Sistemas de Electronica SA	2 239 264
Somague - Engenharia SA	15 641 108	EDP Distribuição Energia SA (Porto)	2 078 125
Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, SA	14 655 453	Siemens,SA	2 019 891
Fergrupo - Construções e Técnicas Ferroviárias SA	14 705 501	DHV, SA	2 016 284
Futrifer - Indústrias Ferroviárias SA	13 609 042	ALSTOM TRANSPORTE, SA	1 801 447
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A	11 993 761	Iberlim-Sociedade Técnica	1 662 518
ArcelorMittal España, SA	10 611 002	Petróleos de Portugal-Petrogal-SA	1 596 831
Construtora Abrantina, SA	9 909 366	OFM-Obras Pùb, Ferrov. Maritimas SA	1 445 418
Opway - Engenharia, SA	9 637 606	João Mata Lda	1 377 164
Mota-Engil - Engenharia e Construção,SA	8 920 329	Maranhão - Soc de Construções Lda	1 280 032
EDP - Distribuição de Energia, SA (Lisboa)	7 595 494	TPF Planege - Consultores Eng	1 273 206
CP - Comboios de Portugal, EPE	7 064 294	GIL - Gare Intermodal de Lisboa SA	1 261 846
Grupo 8 - Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda	5 033 852	FITONOVO, Lda.	1 206 685
Geofer - Produção e Comercialização de Bens Equipamentos, SA	4 905 757	FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod Metal	1 207 601
Morita Adriano - Eng Construção, SA	4 567 954	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser SA	1 166 017
Promoraíl - Tecnologias de	4 332 300	Railtech International	1 109 838
Spie Batignolles Europe	4 261 044	RAILTECH PORSOL	1 064 853
Sociedade de Construções Soares da Costa, SA	4 261 044	Accenture, Consultores de Gestão,	1 043 946
Satapor - Indústria de Travessas de Betão, SA	4 137 155	Efacec - Serviços Manut Assist SA	1 030 939
BRISA Engenharia e Gestão, SA	4 396 112	EFACEC Engenharia SA	1 005 215

Nota: Valores com IVA incluído

Em Anexo encontram-se os contratos assinados em 2009 cujo valor é superior a 250 mil euros.

Anexos:

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (Ajuste Directo)

Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250 mil euros

Anexo III – Prestações de Serviço de valor superior a 250 mil euros

Anexo IV – Fornecimentos de valor superior a 250 mil euros

Código de Ética e Conduta

Relativamente à ética empresarial, a Comissão de Ética prosseguiu com a sua actividade de acompanhar a implementação do Código de Ética e de Conduta da REFER, bem como de divulgar o seu conteúdo. Nesta última vertente membros da Comissão de Ética realizaram reuniões com estruturas da empresa, participaram nos estágios de integração e foi criada uma área dedicada à ética no portal interno onde a Comissão divulga as melhores práticas neste domínio.

A tónica da actuação recaiu, essencialmente, em acções de divulgação e sensibilização que visaram enquadrar as diversas situações do quotidiano laboral à luz dos princípios e valores fundamentais para a REFER, bem como das normas de conduta em vigor.

A Comissão de Ética continuou, também, a acompanhar os casos que lhe foram submetidos, muitos dos quais para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação prática do Código, o que significa que os colaboradores o utilizam como mais uma ferramenta de trabalho, tendo interiorizado os seus princípios e normas de conduta.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a actuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

O código de Ética e de Conduta, poderá ser consultado em www.refer.pt. Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço electrónico comissao.etica@refer.pt.

Sistema de Gestão de Riscos

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de Julho de 2009 veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

A criação de valor implica a assumpção de riscos, e como as melhores práticas recomendam, a responsabilidade pelos riscos de gestão deve ser atribuída ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direcções operacionais e corporativas) e a aceitação do risco residual deve ser estabelecida ao nível dos gestores executivos (Conselho de Administração).

Nestes termos a REFER procedeu à elaboração do referido plano, com um âmbito mais alargado, identificando o sistema de controlo de riscos de gestão implementado na sociedade e não apenas o sistema de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas.

Foram considerados como eventos de risco, quaisquer situações que pudessem pôr em causa: a prossecução dos objectivos estratégicos da organização; a utilização económica e eficiente dos recursos disponíveis; a salvaguarda dos activos da instituição; a conformidade com a legislação e procedimentos em vigor e a confiança e integridade da informação disponível.

Para cada evento de risco identificado, foi estimada a sua probabilidade de ocorrência, potenciais efeitos e respectivos responsáveis directos pelo seu controlo e gestão, podendo assim ser possível aferir sobre a necessidade de implementar e/ou melhorar as medidas de prevenção e mitigação de riscos de gestão.

Já em 2010, foi criada a Comissão de Supervisão da Gestão de Risco, órgão autónomo e directamente dependente do Conselho de Administração, tendo por atribuições: identificar e caracterizar situações de má conduta susceptíveis de ocorrer; avaliar os processos de gestão de risco instituídos em articulação com os responsáveis pelas direcções operacionais e corporativas da instituição; emanar orientações estratégicas referentes ao processo de gestão de risco da sociedade de acordo com a aceitação de risco residual estabelecido pelos gestores executivos; supervisionar e verificar o funcionamento eficaz e eficiente dos processos de gestão de risco e elaborar o relatório anual de execução do plano de prevenção de riscos de gestão, em conformidade com o definido na recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Avaliação Sobre o Grau de Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, aprovou os Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado. De forma a tornar clara a conformidade do Relatório e Contas de 2009 com o instituído pela Resolução do Conselho de Ministros, foi elaborada a seguinte tabela descrevendo cada um dos princípios no sentido de se tornar mais perceptível:

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I. PRINCÍPIOS DIRIGIDOS ÀS EMPRESAS DETIDAS PELO ESTADO					
1.1. Missão, objectivos e princípios gerais do actuação da empresa					
1.1.1. Procede à enunciação e divulgação da sua missão, objectivos e políticas, no seio da própria empresa e junto das empresas participadas que controla? Como?	✓			Publicação no Relatório e Contas, site da empresa e divulgação no portal interno.	Relatório e Contas
1.2. Elabora planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis? Descreva os meios.	✓			O Plano de Actividades é elaborado envolvendo os vários órgãos da empresa e conjugando esforços no sentido de um objectivo comum. No caso específico da Actividade de Investimentos é elaborado em conformidade com as instruções informais da Tutela.	
1.3. Define as estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental, com identificação dos objectivos e explicitação dos instrumentos de planeamento, execução e controlo? Por que meios?	✓			Cada área da empresa define a sua estratégia considerando e interacção destas três vertentes. A sua divulgação é efectuada através do Relatório de Sustentabilidade.	Relatório de Sustentabilidade
1.4. Adota planos de igualdade tendentes a alcançar igualdade de tratamento e de oportunidades entre sexos, eliminação de discriminações e promoção da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional? Exemplifique.	✓			A REFER actua no respeito pela igualdade entre os sexos, eliminação de discriminações e promoção da vida pessoal, familiar e profissional. Exemplos: a) o trabalho é remunerado da mesma forma que seja exercido por homens ou mulheres; b) o recrutamento e selecção trata os candidatos de ambos os sexos de igual forma; c) a empresa proporciona aos seus trabalhadores casados ou em união de facto a possibilidade de gozarem férias juntos; d) os horários são adaptados às necessidades familiares.	
1.5. Presta informação anual, à Tutela e ao público em geral, do modo como foi prosseguida a missão da empresa, o grau de cumprimento dos objectivos, a forma de efectivação da política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos em que foi assegurado o serviço público? Por que meios?	✓			Através do Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade	Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade
1.6. Prevê e estabelece políticas de investigação, desenvolvimento, inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo? Por que meios?	✓			A REFER tem na sua estrutura um departamento que se dedica ao desenvolvimento de projectos na área de investigação e desenvolvimento. Estabeleceu também protocolos com Universidades.	
1.7. Estabelece medidas de valorização profissional dos trabalhadores da empresa? Demonstre.	✓			A REFER proporciona regularmente aos seus trabalhadores a possibilidade de se candidatarem a processos de mobilidade profissional interna que visam a ascensão a funções mais qualificadas e de maior estatuto profissional. Estes processos são acompanhados de acções de formação de enquadramento para as novas categorias que procuram a qualificação e valorização profissional dos trabalhadores. A empresa também recorre com frequência a processos de reconversão profissional. Neste aspecto, temos a salientar os processos de integração na carreira técnica, que consistem em dar absoluta prioridade (ou mesmo inactivar) a ocupação de vagas relativas a funções desta carreira a trabalhadores de outras categorias mas que tenham os requisitos essenciais (formação de base e experiência profissional detidas).	
1.8. Estabelece e divulga os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços? Por que meios?	✓			Foi criado um manual de contratação com procedimentos e documentos tipo a utilizar, o qual está publicado no portal interno da empresa.	
1.9. Utiliza critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e eficiência que assegurem a igualdade de oportunidades entre os agentes económicos que operem no mercado considerado? Exemplifique.	✓			Nas consultas ao mercado, para adjudicações, são definidas regras as quais contêm os princípios referidos.	
1.10. Procede à divulgação anual de todas as transacções que não tenham decorrido em condições de mercado, assim como a lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de 1 milhão de euros? Demonstre.	✓			Esta informação é prestada no Relatório e Contas	Relatório e Contas
1.11. Procedeu à citação ou aderiu a um Código de Ética, promovendo a sua divulgação entre colaboradoras, clientes, fornecedores e público em geral? Demonstre.	✓			O código de ética da REFER está publicado no seu site assim como no portal interno.	

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I.2. Estruturas de administração e fiscalização					
2.1. Tratando-se de uma empresa de elevada dimensão e complexidade, especializou a sua função de supervisão, criando comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras? Demonstra.		✓			
2.2. É elaborado anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, por parte dos membros não executivos dos órgãos de administração, dos membros do conselho geral e de supervisão ou, quando não existam, dos membros do órgão de fiscalização? Demonstra.			✓		
2.3. Procede igualmente à elaboração anual de uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa? Demonstra.		✓			
2.4. São realizadas auditorias anuais às contas da empresa, por parte de entidades independentes? Exemplos.	✓			É emitido, pelos auditores externos, relatório anual de auditoria às contas e pelo Revisor Oficial de Contas a Certificação Legal de Contas	
2.5. Procede à criação e manutenção, pelo órgão de administração, de um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa? Demonstra.	✓			Através da aprovação de normas específicas e do desenvolvimento de software aplicacional (SAP e e-Contratos)	
2.6. Existe rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização? Demonstra.	✓			Conforme definido nos estatutos da Empresa os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.	
I.3. Remuneração e outros direitos					
3.1. Procede à divulgação pública das remunerações totais - fixas e variáveis - e demais benefícios e regalias (Seguros de saúde, utilização de viatura, etc.) auferidos por cada membro do órgão de administração e fiscalização? Por que meios?	✓			No Relatório e Contas anual e no site de Sector Empresarial do Estado	
I.4. Prevenção de conflitos de interesse					
4.1. Os responsáveis da organização abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas?	✓				
4.2. É efectuada uma declaração, no início de cada mandato, ao órgão de administração e fiscalização e à IGF, por parte dos membros dos órgãos sociais das empresas, contendo a indicação de quaisquer participações patrimoniais que tenham na empresa ou de relações relevantes que sejam susceptíveis de gerar conflitos de interesses?	✓				
I.5. Divulgação de informação relevante					
3.1. Procede à divulgação pública imediata de todas as informações que sejam conhecidas, passíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da empresa ou as condições de prestação de serviço público?	✓			No site do CMVM e site do SEE a informação relevante é imediatamente publicada após a sua ocorrência	
I.6. Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa					
6.1. Procede à explicitação dos motivos pelas quais a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de respeitar os princípios de bom governo, caso seja essa a situação verificada?		✓			
II. PRINCÍPIOS RELATIVOS À DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO					
1. Divulga, em site próprio e no site do DGTf, a informação financeira histórica e actual da empresa, identidade e elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, obrigações de serviço público, modelo de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios? Demonstra.	✓			Informação divulgada através do Relatório e Contas e no portal da DGTf (SRIEF)	Relatório e Contas
2. Foi nomeado um Provedor do Cliente, de acesso livre e gratuito?	✓			Existe no site da EMPRESA uma opção que se designa "Serviço ao cidadão" através da qual o cidadão pode colocar questões/sugestões. Estas são encaminhadas para os departamentos respectivos consoante o assunto.	
3. É incluído, nos relatórios de gestão, um ponto sobre o governo das sociedades que inclui: regulamentos internos e externos; transacções relevantes; remunerações dos órgãos sociais; análise de sustentabilidade; análise sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo? Demonstra.	✓			Ver Relatório e Contas	Relatório e Contas

Anexos

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (Ajuste Directo)

(Anexo referido no capítulo Governo da Sociedade – Informação sobre Outras Transacções)

Processo n.º	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo de Procedimento	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual
5430	Realização de Serviços de preparação para a modernização do lago Vão Prazeres / Covilhã da Linha do Beira Baixo.	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FEBREAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	07-01-2009	325.600,00 €
6510	Realização de Serviços de preparação para o Sistema de Manobras do Mondego no Sub-lago Mondego do Covo / Serras do Ramal do Louro	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FEBREAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	07-01-2009	1.318.000,00 €
5400	1.ª Adicional ao Contrato n.º 01/05/CAOOD: Emprego de Concepção/Construção do Centro Comanda Operacional de Jibao	Empenhada	Adicional	Alcatel-Lucent Portugal, S.A.	08-01-2009	1.815.665,15 €
6666	Realização de Serviços para a realização do estudo prévio e projeto de execução relativa à Modernização da Estação da Foz de Azeite	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FEBREAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	21-01-2009	399.034,66 €
4340	Empenhada geral de construção civil, via e calçada da Variante da Trilho da Linha do Minho	Empenhada	Concurso Público	OPWAY - Engenharia, S.A.	23-01-2009	29.478.603,09 €
4894	Empenhada de Construção de Passagem Inicial do Pedes ao km 91,640 (FP da Rua Terminal) – Castelo Branco	Empenhada	Concurso Público	CONDIRL - Construtora Durães, S.A.	02-02-2009	470.240,00 €
6576	2.ª Adicional ao Contrato n.º 896: Empenhada de beneficiação e relação do km1 das Alinhadas, do PK 7,365 do Ramal da Aguieira do Foz	Empenhada	Adicional	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	02-02-2009	306.749,67 €
6476	Realização de serviços para a elaboração do Projeto das Pontes da Tercera Travessa do Tago, no rio Chafiz/Baixo	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	GRD - Consult. Estudos e Projectos de Engenharia, Lda	04-02-2009	400.000,00 €
3844	Empenhada de Pintura do Ponte Mosteiro	Empenhada	Concurso Público	CONDIRL - Construtora Durães, S.A.	06-02-2009	2.299.980,00 €
4746	Empenhada de Conservação da Superestrutura de Via no Lago Coladilhaco na Linha do Douro	Empenhada	Concurso Público	Feigupo - Construção e Técnicas Ferroviárias, S.A.	05-03-2009	209.365,12 €
4896	Realização de Serviços de Coordenação e fiscalização da Empreitada Geral de Via, Calçada e Construção Civil da Variante da Trilho, na Linha do Minho	Aquisição de Serviços	Concurso Público	Cniclus - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	05-03-2009	811.687,75 €
4506	Empenhada de Reabilitação da superestrutura de Via entre Marco de Conventos e Régua (km 76,600/100,300) - Linha do Douro	Empenhada	Concurso Público	Feigupo - Construção e Técnicas Ferroviárias, S.A.	06-03-2009	4.567.940,85 €
6161	Linha do Norte Subitop 3.2 – Quilómetros / Ovar Passagem Superior ao km 273+633 (Quinta De Cluizor)	Empenhada	Ajuste Directo	Promat - Tecnologias de Construção de Fios, S.A.	05-02-2009	835.584,41 €
4868	Empenhada de Reabilitação da superestrutura de Via entre Cavaleiros e Veiros (Km 103,550/126,540) e alinhamento das Gaias de Carrinha e São Pedro do Torre - Linha do Minho	Empenhada	Concurso Público	Feigupo - Construção e técnicas Ferroviárias, S.A.	10-03-2009	3.274.380,55 €
4703	Empenhada Geral de Modernização da linha do Beira Baixo - Lago Castelo Branco/Vão de Prazeres - Via, Construção Civil, Electrificação, RCT+TP, Construção da variante às curvas 204/207 Remodelação de Estações, Passagens Desenvolvidas de Alcains, Lardosa e Castelo Novo	Empenhada	Concurso Público	Bomato Roca Cabeira - Sociedade de Construção, S.A.	10-03-2009	26.346.000,00 €
4656	Renovação integral da Via entre o Rm 178,400 ao 188,500 da linha do Beira Baixo	Empenhada	Concurso Público	Somate - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	10-03-2009	4.296.916,59 €
3306	Realização de Serviços de acompanhamento da UDEC às Empreitadas do "varante entre a Estação do Pinheiro e o km 94 da linha Sul" e do "varante de Alcains (2.ª Fase) - Alargamento/Execução do Rio Sado - Ponte e Módulos de Acesso"	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	UDEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP.	16-03-2009	660.000,00 €
2107	Subitop 2.3 (Alcains/Pampilhosa) – Construção de Passagens Desenvolvidas, Caminhos de Acesso e de Esgoto (Fase 2)	Empenhada	Concurso Público	Obrao - Obras e Construções, S.A.	19-02-2009	3.666.000,00 €
4036	2.ª Adicional ao Contrato n.º 02/05/CAAE: Execução da Empreitada de Renovação integral do Via e Plataforma da linha de Évora - Itop Casa Branca/Évora - Trabalhos a Mão e a Máquina	Empenhada	Adicional	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	19-02-2009	916.584,52 €
6716	4.ª Adicional ao Contrato n.º 1969: Arçamento e Estabilização da Plataforma Ferroviária Confígio ao Rio e Construção do Passado Rodoviário Babilino entre Alcains e Via Franca de Vila	Empenhada	Adicional	Ferovias e Construções, S.A.	19-03-2009	581.788,15 €
6448	Realização de Serviços para a elaboração do Estudo Prévio da ligação ferroviária da linha de Cascais e do Porto de Lisboa a linha de Cascais pelo meio do Av. de Cautis e posterior engastamento no EPR do Projecto de Alcains	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	Gopar - Gabinete Projectos de Engenharia e Serviços, S.A.	26-03-2009	254.915,00 €
6706	6.ª Adicional ao Contrato n.º 009/2005/CANS: Empenhada LE461/LE462 - Estação e Infiltração de Pinhal Novo	Empenhada	Adicional	Tecnia Duarte - Engenharia e Construção S.A.	02-03-2009	464.066,35 €
5129	Realização de Serviços para a Realização do Estudo Prévio de Decantado de 2004 com vista à inclusão de duas novas Vias entre Ovar e Souselas, no Subitop 3.3 (Ovar / Gaias), com Coordenação de Segurança do Projecto	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	GRD Portugal	11-03-2009	636.801,18 €
6649	Realização de Serviços para a elaboração do Projeto da Variante de Souselas (Linha do Norte) - Bloco 2	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	Gopar - Gabinete Projectos de Engenharia e Serviços, S.A.	11-03-2009	1.181.777,61 €
3097	Empenhada de Construção de Passagem Inicial ao km 161+652 na Linha do Beira Alto	Empenhada	Concurso Público	Promat - Tecnologias de Construção de Fios, S.A.	19-03-2009	529.503,29 €
4961	Linha do Norte - Subitop 2.3 (Alcains / Pampilhosa) - Construção de Passagens Desenvolvidas aos km 225,330 e 225,530 e Respeitos, Caminhos de Acesso e Esgoto (Fase 3A)	Empenhada	Concurso Público	Obrao - Obras e Construções, S.A.	19-03-2009	3.290.000,00 €
6717	4.ª Adicional ao Contrato n.º 06/04/CAOM: Realização de Serviços de Manutenção e Reparação de Avarias nos Equipamentos de Infiltração da linha do Beira Baixo	Empenhada	Adicional	Alcatel-Lucent Portugal, S.A.	25-03-2009	1.316.179,64 €
6667	Realização de Serviços de Assesora e fiscalização e de Coordenação da Segurança de Obra no âmbito da Empreitada de Qualificação da linha de linha entre os km 13,750 e 16,250 e remodelação das estações de Tazazeira e do Cocalim	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FEBREAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	30-03-2009	4.513.159,00 €
4343	Empenhada da linha do Algarve - Itop Tunestagos - km 307,040 a 308,390 e Tunestagos - km 309,110 a 309,330 e 302450 a 364,350 - Substituição de travessa de madeira por travessa de betão	Empenhada	Concurso Público	Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A.	07-04-2009	1.672.762,40 €
6007	Realização de Serviços de Assesora e fiscalização e de Coordenação de Segurança em Obra relativa à Empreitada de Construção Civil, Via e Calçada - Modernização da linha do Beira Baixo - Lago Castelo Branco/Vão de Prazeres	Aquisição de Serviços	Concurso Público	Wt Alina Portugal - Consultores e projectistas Internacionais, Lda.	14-04-2009	1.496.600,00 €
6019	Empenhada de Substituição de Travessa de Madeira na Linha do Beira Baixo entre o Entonamento e Ródão	Empenhada	Concurso Público	Promat - Tecnologias de Construção de Fios, S.A.	14-04-2009	302.335,00 €
6703	2.ª Adicional ao Contrato n.º 1472: Empenhada do Terminal Multimodal de Cascais	Empenhada	Adicional	OPWAY - Engenharia, S.A.	20-04-2009	1.366.692,10 €

Processo n.º	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo de Procedimento	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual
5136	Prestação de Serviços de Assessoria e Facilitação e de Coordenação da Segurança de Obras no âmbito da Empresa de Modernização do Trigo Remel e Vilgafá Fvao	Aquisição de Serviços	Concurso Público	GRB Portugal	21-04-2009	1.432.048,00 €
5699	1.ª Adicional ao Contrato n.º 26/09/CAJDES/MTL-H474 - Empresa de Concepção/Construção da Passagem Inferior ao Km 3+850 e da Passagem Superior ao Km 4+406, da Linha do Alentejo	Empreitada	Adicional	Promat - Tecnologias de Camêras de Reto, S.A.	21-04-2009	400.487,15 €
4970	Empreitada da Linha do Norte - Subtópico 3.3 (Ponte/Passagem) - Construção do Edifício Técnico da Estação de Alfaiates	Empreitada	Concurso Público	Natrel - Sociedade de Construção, Lda	23-04-2009	464.849,94 €
5847	Prestação de Serviços de Assessoria e Facilitação e de Coordenação da Segurança de Obras no âmbito da Empresa de Renovação Integrada de via entre os Km 178-400 a 188,600 - Linha do Beira Baixa	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	ARRIAN - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	24-04-2009	277.302,00 €
5689	Protocolo de acompanhamento para o Projeto de Desvio/Alargamento de Alentejo	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	DVEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.	26-04-2009	496.000,00 €
4618	Empreitada da Linha do Douro - Intervenção Geotécnica (CM - Muro de Alagor - R/L 83+575 a 74+150 - Estabilização de Talude - R/L 115+340 - 115+363 e R/L 165+900	Empreitada	Concurso Público	OPM - Obras Públicas, Ferrovias e Máquinas, S.A.	26-04-2009	498.704,19 €
5214	Prestação de serviços de vigilância humana em diversas instalações da RFFP	Aquisição de Serviços	Concurso Público	Grupo 6 - Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda	29-04-2009	12.400.489,04 €
4967	Linha do Douro - Trigo Cabaçal/Morão - Supressão da Passagem de Nível ao Km 60+374 - Construção da Passagem Inferior Rodoviária ao Km 60+430 e das estabilizações 5, 5.1, 5.2, 5.3 e 5.5	Empreitada	Concurso Público	Obeed - Obras e Construção, S.A.	30-04-2009	2.072.673,35 €
5721	4.ª Adicional ao Contrato n.º 05/04/CA/CM Manutenção das Sinalizações EIV na Sinalização das Linhas do Norte (Trigo de Trigo Pórtal/Alentejo e Azambuja/Resguardo de Sinalizações, Sinal, Círculo, S/L (Trigo Alentejo/Alentejo) e Sinalizações (Trigo Sinalizações/Alentejo), incluindo a manutenção do Carro de Comando Operacional de Alentejo	Empreitada	Adicional	AcotecLuzifer Portugal, S.A.	06-05-2009	4.745.869,09 €
5160	Empreitada (Sociedade de Modernização da Subtópico Vale de Fozes/Condição - Trabalho de Construção O.M. Via e Colónia, Passagem Desviada e RCT+IP - Trigo Castelo Branco/Condição - Linha do Beira Baixa	Empreitada	Concurso Público	OFWAY - Engenharia, S.A.	07-05-2009	26.970.069,00 €
4526	Conservação da Superfície de Viana/Linha do Norte, Trigo Vale de Fozes	Empreitada	Concurso Público	Fergrupo - Construção e Técnicas Ferroviárias, S.A.	08-05-2009	1.845.890,40 €
5293	Linha do Norte - Subtópico 3.3 (Ovar/Alentejo) - Construção da Passagem Superior Rodoviária ao Km 304+581	Empreitada	Concurso Público	Obeed - Obras e Construção, S.A.	08-05-2009	694.133,00 €
3663	Empreitada da Linha do Norte - Regulagem da Talveja de Silveira	Empreitada	Concurso Público	OPM - Obras Públicas, Ferrovias e Máquinas, S.A.	16-05-2009	1.437.642,37 €
5004	Linha do Norte - Subtópico 3.3 (Ovar/Alentejo) - Construção da Passagem Superior Rodoviária ao Km 299+100 e da Passagem Inferior Rodoviária ao Km 311+933	Empreitada	Concurso Público	Obeed - Obras e Construção, S.A.	22-05-2009	2.094.000,00 €
5029	Empreitada da Linha do Vougo - Espinho/Senadellaveira - Substituição de Travessas de Madeira	Empreitada	Concurso Público	Fergrupo - Construção e Técnicas Ferroviárias, S.A.	26-05-2009	959.070,00 €
4843	Empreitada de Modernização da Estação da Raquel	Empreitada	Concurso Público	Mecap - Sociedade de Estudos e Construção, S.A.	29-05-2009	6.091.163,00 €
4661	Empreitada da Linha do Minho - P/L 0+804 - 1+459 - Estabilização de Talude de Facilitação	Empreitada	Concurso Público	Amopar - Gestão, Fundações, Lda	29-05-2009	298.965,00 €
4844	Prestação de Serviços de Assessoria e Facilitação e de Coordenação da Segurança de Obras no âmbito da Empresa de Modernização da Estação da Raquel	Aquisição de Serviços	Concurso Limitado	TFP Range - Consultores de Engenharia e Gestão, S.A.	12-06-2009	293.925,00 €
5620	Linha do Norte - Subtópico 1.3 - Sinalização - Empreitada de Realização da Visibilidade ao Km 70-450 e 105-100	Empreitada	Concurso Público	Somatec - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	26-06-2009	13.499.970,49 €
4031	Linha do Douro - Trigo Cabaçal/Morão - Supressão de PN ao Km 61+961, 62+797 e 56+842 da Linha do Douro e Km 0+793 da Linha do Tâmega	Empreitada	Concurso Público	Obeed - Obras e Construção, S.A.	30-06-2009	1.429.000,00 €
5164	Prestação de Serviços de Facilitação e Coordenação de Segurança de Obras da Empresa de Gestão - Modernização da Linha do Beira Baixa - Trigo Vale Fozes/Condição	Aquisição de Serviços	Concurso Público	Círculo - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	30-06-2009	1.709.940,00 €
5384	Prestação de Serviços de Recolha e envio para valorização energética de cerca de 6.000 toneladas de resíduos de bovinos do modelo (pele/osses), existentes no Complexo Logístico do Entancamento	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	AVE - Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	30-06-2009	251.940,00 €
4668	Linha do Minho - Trigo Nave - Valença - Supressão da Passagem de Nível ao Km 71+549, em Azoiteiros, no Concelho de Vila do Conde - Construção da Passagem Inferior Rodoviária ao Km 71+269	Empreitada	Concurso Público	Ausilio Maria Sobrinho & Rios, S.A.	15-07-2009	698.405,20 €
4769	Prestação de Serviços para a Realização de Trabalhos de Sinalização de telecomunicações no Trigo Racciano/Coim, da Linha de Sintra	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	TRUES - Security Solutions & Services, S.A.	26-07-2009	374.426,20 €
5620	Assistente Técnico no âmbito do Projecto da Empresa de Gestão da Quadruplicação da via entre os Km 13.750 e 16.250 da Linha de Sintra e Renovação das estações de Bacalhoa e Casleiros	Aquisição de Serviços	Contratação Inversa	ETRIPTAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	31-07-2009	423.193,20 €
3165	Empreitada de beneficiação e reforço dos Linhas de S. Miguel da Cascais, do Tamar, de SP Lucânia e de Caminho da Linha do Minho, P/L 369 - 69-303 - 63-265 - 104 1/6 na Linha do Minho	Empreitada	Concurso Público	Tecovas e Construção, S.A.	11-08-2009	6.744.316,93 €
5600	Empreitada para Realização de Projecto da Linha de Sintra - Renovação da Sinalização da Estação da Raquel	Empreitada	Ajuda Directa	Dimeltonic, S.A. (Sociedade Portuguesa)	21-08-2009	4.823.621,12 €
5490	Empreitada no Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro - 2.ª Fase	Empreitada	Concurso Público	Tecovas e Construção, S.A.	27-08-2009	3.712.041,41 €
5266	Empreitada de Protecção Anti-erosão de Fozes Melhores na Linha do Lez - Fozes 2009	Empreitada	Concurso Público	Pranco - Construção e Manutenção, S.A.	07-09-2009	600.100,00 €
6211	Empreitada de Realização da Linha do Sado do Km 245,851 ao Km 264,630	Empreitada	Concurso Público	Fergrupo - Construção e Técnicas Ferroviárias, S.A.	14-09-2009	4.203.992,49 €
5136	Empreitada de Modernização do Trigo Remel e Vilgafá Fvao	Empreitada	Concurso Público	SOMAGRE - Engenharia, S.A.	26-09-2009	48.492.283,10 €
5169	Empreitada de Bacalhoa - Casleiros RCT + IP entre os Km 13.750 e 16.250 da Linha de Sintra	Empreitada	Ajuda Directa	TRUES - Security Solutions & Services, S.A.	28-09-2009	317.441,77 €

Processo n.º	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo de Procedimento	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual
6087	Empreitada para a Construção do Passeio Inteiro ao km 322 178 do troço Tunes/Lagoa no Linho do Algarve	Empreitada	Concurso Público	Forgrupo - Construções e Técnicas Feroviárias, S.A.	30-09-2009	307.160,83 €
5450	Empreitada com Eaboração de Projecto do Linho do Minho - Realização do Variante da Trilho	Empreitada	Ajuda Directa	Dimenhac, S.A. (Suzana Paugueira)	13-10-2009	2.640.368,20 €
5437	Prestação de Serviços de Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança de Obra no âmbito Empreitada de Beneficiação e Reforma dos Túneis de S. Miguel Casais, Taveir, 9ª Localidade e Corincha, do Linho do Minho	Aquisição de Serviços	Concurso Público	DM, S.A.	04-11-2009	899.960,89 €
5378	Empreitada de Realização das Interventuras no troço Miranda do Corvo/Ferrol do Ramal do Louã - Sistema de Mobilidade do Minho	Empreitada	Concurso Público	DE - Domingos da Silva Teixeira	24-11-2009	22.464.395,54 €
5417	Empreitada do Linho do Norte Subtítulo 2.3 (Alvarães/Pampalhoas) Construção do Passeio Superior Ferozal no km 212,992	Empreitada	Concurso Público	Obasca - Obras e Construções, S.A.	04-12-2009	563.057,90 €
5461	Empreitada com Eaboração de Projecto para o Linho do Minho - Realização do Sistema de Correl no Variante da Trilho	Empreitada	Ajuda Directa	Bombardier Transportation Portugal, S.A.	22-12-2009	489.661,71 €
8010000140	3.ª Adicional ao Contrato n.º 05/06/CALV - Prestação de Serviços de Vigilância Humana nas instalações do REFER	Aquisição de Serviços	Adicional	Grupo S - Vigilância e Prevenção (Sociedade), Lda.	16-02-2009	915.751,10 €
6010000046	Prestação de Serviços no Linho do Norte - Ovar/Alto - Conção de Defletores Geométricos de Via defectuosos para EM120	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	Forgrupo - Construções e Técnicas Feroviárias, S.A.	26-02-2009	329.736,00 €
6010000117	Linho do Norte - Vole de Santa em/Financimento	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	Ferrovias e Construções, S.A.	05-03-2009	780.147,53 €
10002176388	1.ª Adicional ao Contrato n.º 27/02 - Empreitada de ligação Ferozal do Porto de Aveiro entre o Km 0+0000 e o viaduto de acesso Porto da Galinha, incluída	Empreitada	Adicional	SONARUE - Engenharia, S.A.	17-03-2009	1.210.268,59 €
6010000120	Prestação de Serviços de Eaboração no Linho do Beira Alto para a Modernização do Troço Covilhã / Guarda - Renovação Integral de Via entre os PK 176,400 a 180,600	Aquisição de Serviços	Constituição in house	REFERIAC - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	18-03-2009	510.500,00 €
6010000134	Prestação de serviços para a Realização do Projecto de Eaboração do troço S. João/Alto de S. João do Sistema de Mobilidade do Minho no Ramal do Louã com Coordenação de Segurança de Projecto	Aquisição de Serviços	Constituição in house	REFERIAC - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	09-04-2009	367.974,00 €
6010000264	1.ª Adicional ao Contrato n.º 2866 - Prestação de Serviços de Manutenção das Instalações Eléctricas da Energia de Traction - Lote 1 - Instalações situadas a norte da Zona Neutra de V. Santarém (inclusive)	Aquisição de Serviços	Adicional	Elocac - Serviços de Manutenção e Assistência Técnica, S.A.	30-04-2009	718.375,00 €
6010000127	Prestação de Serviços de Trabalho de Manutenção Geral de Via - Linho do Beira Alto - Pampilhosa (inclusive) e Via Formosa (inclusive)	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	Sonatel - Engenharia e Obras Feroviárias, S.A.	16-05-2009	390.256,24 €
6110000117	3.ª Adicional ao Contrato n.º 2631 - Empreitada de Construção de Passagem Derivada ao km 62 e 161, km 65 e 453, km 17 e 487 do Linho do Alentejo e do km 95+100, km 101+935 e km 108+807 do Linho do Évora - trabalhos a Mão e a Menor	Empreitada	Adicional	TECNOVA - Sociedade de Empreitada, S.A.	21-05-2009	367.668,29 €
6010000101	Prestação de serviços para a Conção de soluções para os Serviços Afiliados do Projecto de Desenvolvimento Ferozal de Alentejo	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	Techsep - Estudos e Projectos de Desenvolvimento, S.A.	28-05-2009	373.940,00 €
6010000126	Prestação de Serviços de manutenção de Via no Linho do Oeste, entre Molegas (inclusive) e Louçã (inclusive)	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	Atomal - Tecnologias de Correntes de Fio, S.A.	20-05-2009	375.115,40 €
6010000180	Prestação de serviços para a Eaboração de Estudos Prévia da ligação Derivada do Linho de Coas e do Porto de Lisboa o Linho de Corincha - Variante 2 e 3	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	Gopris - Gabinete Projectos de Engenharia e Serviços, S.A.	29-05-2009	400.000,00 €
6010000106	Prestação de serviços para a Eaboração do Estudo de Obras de Arte e Estruturas Especiais do Projecto de desenvolvimento Ferozal de Alentejo	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	COISA - Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, S.A.	29-05-2009	302.576,00 €
6010000183	Prestação de Serviços para o Efeito de Caracterização Geométrica e Ambiental e Acompanhamento do Projecto Geométrico do Projecto de desenvolvimento de Alentejo	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	COISA - Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, S.A.	29-05-2009	399.783,00 €
6010000268	1.ª Adicional ao Contrato n.º 2317 - Prestação de Serviços de Assessoria e Fiscalização e Coordenação de Segurança do Variante entre a estação do Pinheiro e o km 64 do Linho do Sul	Aquisição de Serviços	Adicional	IFF Portugal - Consultores de Engenharia e Gestão, S.A.	29-05-2009	1.237.620,00 €
6010000553	2.ª Adicional ao Contrato n.º 15/05/CACM - Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas Feroviárias, na área Metropolitana de Lisboa	Aquisição de Serviços	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	29-05-2009	29.584.176,90 €
6010000329	Serviços de Aluguer Operacionais de veículos - Processo AOV01/06/REP	Aquisição de Serviços	Concurso Embrado por Preço Qualificação	Lease Plan Portugal - Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Lda.	01-06-2009	2.532.878,88 €
6010000329	Serviços de Aluguer Operacionais de veículos - Processo AOV01/06/REP	Aquisição de Serviços	Concurso Embrado por Preço Qualificação	TRACCO - Aluguer e Comércio Auto, S.A.	01-06-2009	305.606,95 €
6010000403	Prestação de Serviços de Manutenção Integral do sinalização nos troços de Tecnologias SI	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	Dimenhac, S.A. (Suzana Paugueira)	01-06-2009	34.534.560,60 €
6010000566	1.ª Adicional ao Contrato n.º 2899 - Prestação de serviços de Manutenção das Instalações Eléctricas da Energia de Traction - Lote 2 - Instalações situadas a sul da Zona Neutra de V. Santarém (inclusive)	Aquisição de Serviços	Adicional	BELMECI - Gestão de Projectos de Engenharia, S.A.	16-06-2009	733.966,35 €
6010000618	2.ª Adicional ao Contrato n.º 1467/CACM - Manutenção Integral do Sistema de Sinalização no Troço Financimento (Exclusive) - Alentejo (Exclusive) do Linho do Norte e esteira do Ramal de Taveir, incluindo a montagem do Sistema Correl e Passagem de Nível	Aquisição de Serviços	Adicional	TRULE - Security Solutions & Services, S.A.	19-06-2009	985.657,92 €
6010000298	Linho de Leões - Realização do Serviço de Passagens - 1.ª Fase	Empreitada	Ajuda Directa	Morinho - Sociedade de Construções, Lda.	22-06-2009	476.445,00 €
6010000399	Prestação de Serviços de Materialização e edição de Polígonos de apoio e determinação da posição actual da via no Linho do Corgo (PK 0,000 a 25,100)	Aquisição de Serviços	Ajuda Directa	ARTESCAN Unibevest, Lda.	25-06-2009	352.500,00 €
6010000641	3.ª Adicional ao Contrato n.º 2061 - Prestação de Serviços no âmbito de Telecomunicações Feroviárias	Aquisição de Serviços	Adicional	REFERTECOM, S.A. - Telecomunicações Feroviárias	02-07-2009	12.042.476,69 €

Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250.000 euros
(Anexo referido no capítulo Governo da Sociedade – Informação sobre Outras Transacções)

Processo n.º	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo de Procedimento	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual
8010000120	Prestitação de serviços para a elaboração de fiscalização geotécnica do projecto de Desenvolvimento Ferroviário de Alcântara	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	06-07-2009	410.494,00 €
8010000150	Prestitação de serviços de Controlo de Vegetação e Limpeza de Cargas Desarrastadas - Centro de Manutenção da Via	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	FONHOVO, Lda.	16-07-2009	2.182.960,75 €
8010000153	Prestitação de serviços de Controlo de Vegetação e Limpeza de Cargas Desarrastadas - Centro de Manutenção do Entrocamento	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	Ferrovias e Construções, S.A.	16-07-2009	3.713.258,50 €
8010000154	Prestitação de serviços de Controlo de Vegetação e Limpeza de Cargas Desarrastadas - Centro de Manutenção do Combate	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	FONHOVO, Lda.	16-07-2009	1.684.660,04 €
8010000280	Prestitação de serviços de Controlo de Vegetação e Limpeza de Cargas Desarrastadas - Centro de Manutenção de Avenidas	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	FONHOVO, Lda.	16-07-2009	1.156.936,72 €
8010000281	Prestitação de serviços de Controlo de Vegetação e Limpeza de Cargas Desarrastadas - Centro de Manutenção de Armas	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	FONHOVO, Lda.	16-07-2009	3.659.429,35 €
8010000130	Empreitada de Construção da Passagem Superior Ilcovéria (63+472), em Vila Velha de Ródão, para supressão da Passagem de Nível ao km 83+373 da linha do São Bento	Empreitada	Ajuste Directo	Romão Rosa Cobreira - Sociedade de Construções, S.A.	17-07-2009	1.446.544,00 €
8010000564	Empreitada na Linha do Corgo (Km 1.200 ao 25.190) - levantamento da Via e Reparelamento do Rotatório	Empreitada	Ajuste Directo	Ferropuro - Construções e Técnicas Ferroviárias, S.A.	17-07-2009	4.423.937,44 €
8010000569	Empreitada na Linha do Tâmega (Km 0.400 ao 12,653) - levantamento da Via e Reparelamento do Rotatório	Empreitada	Ajuste Directo	Ferrovias e Construções, S.A.	17-07-2009	2.473.665,00 €
8010000664	Atualização do Contrato n.º 3606/CAC/M - "Enterprise Agreement Subscription" (SA) - Setembro 2009/2012	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations Ltd	22-07-2009	833.110,52 €
8110000909	Assistência, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos de Via e Cidadania	Aquisição de Serviços	Adicional	DMET - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	28-07-2009	800.000,00 €
8010000371	Empreitada de execução de acessibilidades providas e divergem da 1ª no âmbito do Armazém de Logística na Estação do Entrocamento	Empreitada	Concurso Público	OLMERS, S.A. - Construção e Engenharia	31-07-2009	490.866,33 €
8110000040	1.ª Adicional ao Contrato n.º 2901 - Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro - 2.ª Fase	Empreitada	Adicional	Obeccol - Obras e Construções, S.A.	31-07-2009	1.397.410,69 €
8010000710	Prestitação de serviços de Manutenção integral da sinalização no troço Lunel/Lagoa	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	TRALE - Security Solutions & Services, S.A.	03-08-2009	524.999,95 €
8010000548	Prestitação de serviços de exploração na Ramal do Loubo, Troço Alto de S. João / Miranda do Corvo para o Sistema de Mobilidade do Mundo	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	13-08-2009	479.000,00 €
8010000116	Prestitação de serviços de Exploração na linha do São Bento, Troço Castelo Branco/Coimbra, Subtroço Vale de Passos/Civilidade para: Passagem Superior 1 ao km 146+686 (PF1) e Redobramento 1 Passagem Superior de Fôres 1 ao km 148+471 (PF1), Caminho Rodado 6 (CR6), Caminho Rodado de Acesso à E.M. 343 (CR1), Plataforma de Passageiros da Estação do Fundo, Passagem Inferior de Fôres ao km 147+805 (PF2), Passagem Inferior Rodoviária 2 ao km 147+805 (PF2) e Redobramento 2, Passagem Superior de Fôres 3 ao km 148+373 (PF3), Passagem Inferior Rodoviária 3 ao km 148+911 (PF3) e Redobramento 3	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	13-08-2009	366.200,00 €
8110000003	1.ª Adicional ao Contrato n.º 5289 - HE 403 - Prestação de serviços no âmbito da Assistência, Fiscalização e Coordenação das Empreitadas HE 470, HE 474, HE 478, HE 479 e HE 476	Aquisição de Serviços	Adicional	ECG - Engenharia, Coordenação e Gestão, Lda	21-08-2009	328.448,25 €
8010000006	Empreitada de Construção de uma Passagem Superior ao km 361,293 da Linha do Algarve (Troço Lagos/Mia Real de Santo António)	Empreitada	Ajuste Directo	Opre Engenharia, Lda	27-08-2009	308.424,30 €
8010000501	Prestitação de serviços de Aluguer e Gestão de Storage - Datacenter de Centum	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	REFFITESSCOM, S.A. - Telecomunicações Ferroviárias	31-08-2009	362.500,00 €
8010000229	Aquisição de 240.000 tráfucos corrente para pré-ogação diuturna elétrica (foto 1) e 90.000 tráfucos foto corrente (foto 2), ambas garantizadas a quente	Aquisição de Bens	Ajuste Directo	FUTURMEAL - Indústria e Comércio de Produtos Metálicos, S.A.	07-09-2009	356.400,00 €
8010000197	Aquisição de 60.000 Espelhos NE para travessas de Modelos lazoos (foto 1) e de 240.000 Espelhos NE para travessas de Modelos Novos (foto 2)	Aquisição de Bens	Ajuste Directo	Luzaril - Equipamento e Materiais Ferroviários, Lda	09-09-2009	287.700,00 €
8010000573	Empreitada de Remodulação da Estação de S. Pedro do Estrel - linha de Cercos	Empreitada	Ajuste Directo	Obeccol - Obras e Construções, S.A.	11-09-2009	4.998.980,00 €
1000217549	Empreitada com elaboração de Projeto para o linha de linha Reaparelização do Sistema COFRES da Estação do Poço da Real	Empreitada	Ajuste Directo	Simbades Transportation Portugal, S.A.	25-09-2009	343.611,00 €
8010000482	Prestitação de serviços de manutenção gest da via - Linhas da Beira Alta - Fompaço/aveia/ Vila Formosa (incl.) e Oeste/Mia (incl./Miaçães (incl./Lousal (incl.)	Aquisição de Serviços	Procedimento de Negociação	Somate - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	30-09-2009	6.428.021,24 €
8010000569	Empreitada da linha do São Bento - Troço Coimbra/Coimbra - Alargamento e viação da Passagem Inferior da Boiça	Empreitada	Ajuste Directo	Ferrovias e Construções, S.A.	30-09-2009	600.000,00 €
8110000066	1.ª Adicional ao Contrato n.º 2662 - Empreitada de Qualificação da Via entre os Km 13.750 e 18.250 da linha de Sintra e Remodulação das Estações de Saracena e Covilhã - Troço e Obras	Empreitada	Adicional	Edra - Construções Riel Costo & Fernandes, S.A.	30-09-2009	689.802,21 €
8010001003	Acordo de Regulização Contratual (Contrato n.º 2803) Prestação de serviços de Assistência, Fiscalização e Coordenação da Segurança de Oira no âmbito da Empreitada para a Implementação dos Modelos Definidos do Sistema de Sistema de Control de Tráfego e Trens de Protecção da Zona Suburbana de Lisboa	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	01-10-2009	474.976,00 €
1000217336	Empreitada de execução da Variante de Alcôves (2ª Fase) - Vias e Instalações Riel de Tracção Eléctrica	Empreitada	Concurso Público	Somate - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	02-10-2009	18.889.438,64 €
8010000009	Empreitada da linha do Vouga - Espinho/Saracena/Aveiro - Substituição de Travessas de Modelo	Empreitada	Concurso Público	Ferrovias e Construções, S.A.	06-10-2009	339.295,00 €
8010001377	3.ª Adicional ao Contrato n.º 2606/CAC/M - Prestação de serviços de Manutenção de Infraestruturas Ferroviárias na Zona Operacional de Conservação SA	Aquisição de Serviços	Adicional	Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A.	06-10-2009	19.818.660,19 €

Processo n.º	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo de Procedimento	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual
6010001397	5.ª Adicional ao Contrato n.º 06/04CAMCM: Manutenção dos Sistemas ESTW de Sinalização das Linhas do Norte (Trço de Trço de Prolongamento e Abertura/Requerido de Sonda Cortes, Linha, Cintura, Su (Trço Anta/Trho novo) e Alentejo (Trço Barro/Trho Novo), incluindo a manutenção do Centro de Comando Operacional de Lisboa	Aquisição de Serviços	Adicional	TRINES - Security Solutions & Services, S.A.	09-10-2009	4.751.476,06 €
6010000018	Linha do Vouga - Trço Espinho/Via da Riba - Km 0,600 a 19,600 - Aquece Mecânico Passivo	Aquisição de Serviços	Concurso Público	Ferrovias e Construção, S.A.	14-10-2009	537.000,00 €
5110000049	2.ª Adicional ao Contrato n.º 2642: Encargado de Qualificação da Via entre os Pk's 18,150 e 18,250 da linha de Sintra e Remodelação das Estações de Boscovim e Cacém - Trabalhos a Maré e a Maré	Empreitada	Adicional	Edife - Construções Fim Coelho & Fernandes, S.A.	15-10-2009	321.239,87 €
5110000137	1.ª Adicional ao Contrato n.º 53: Prestação de Serviços de Gestão e Implementação do Plano Nacional de Escórias	Aquisição de Serviços	Contratação in house	REFER - Formação e Comercialização de Treinos e Edifícios, Lda	15-10-2009	1.368.390,00 €
5010001082	Prestação de Serviços de Especiação na linha do Norte, Subtrço 1.3 - Suil / Entroncamento, trecho do km 89+000 ao Entroncamento (Antares)	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	16-10-2009	260.250,00 €
6010001111	Aquisição de 10.000 toneladas de carvão 54E1, qualidade R203	Aquisição de Bens	Concurso limitado por Preço Quilificação	Academical Espoza, S.A.	27-10-2009	6.480.000,00 €
6010000484	Empreitada de construção do túnel de Aquilva, na linha de Sintra	Empreitada	Ajuste Directo	Obiscool - Obras e Construções, S.A.	29-10-2009	2.579.756,03 €
6010001261	Prestação de serviços para a elaboração do Projecto de Execução do Trço Partagem, José do Sistema de Mobilidade do Mondego no Ramal da Louã com Coordenação de Segurança do Projecto	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	03-11-2009	979.162,30 €
6010001266	Prestação de serviços para a realização de trabalhos preparatórios, estudos e pesquisa técnica no âmbito da modernização da linha de Azeite e Oliveira para compatibilização com as infra-estruturas da Rede de Alta Velocidade	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	09-11-2009	1.205.193,00 €
6010000227	Prestação de Serviços para a Elaboração do Projecto de Reparação de Tensões e Apendices a Linha de Cascais	Aquisição de Serviços	Concurso Público	Wells & Carvalho, Lda	16-11-2009	1.894.090,00 €
6010000692	Empreitada da Linha do Norte, Trço de Coimbra B - Realização dos Vas A e D	Empreitada	Ajuste Directo	Vas Y Construções, S.A.	16-11-2009	1.478.423,37 €
6010000495	Aquisição de 150.000 Famílias Isolantes de Boscovim para Chapim Melão em Travesseiros de Madeira, Casal IRC 54 (Lote 1) e 300.000 Famílias Isolantes de Boscovim para Travesseiros de Boscovim com Fiação IL, Casal IRC 54 (Lote 2)	Aquisição de Bens	Ajuste Directo	FABOR - Fabrica de de Artéfactos de Boscovim, S.A.	17-11-2009	277.998,00 €
6010000986	Construção da Passagem Inferior Pedonal P1, do Km 7+149 no Ramal Receção de Acesso ao Porto de Azeite	Empreitada	Ajuste Directo	Obiscool - Obras e Construções, S.A.	17-11-2009	710.996,67 €
6010000190	Empreitada com elaboração do projecto de realiação de instalação eléctrica na variante de Alodães - Linha do Sul	Empreitada	Ajuste Directo	Dimotonic, S.A. Bucural (Paugueval)	19-11-2009	5.686.456,02 €
6010002414	Instalação dos Sistemas de Telecomunicações, na linha de Cascais	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	PERFELECOM, S.A. - Telecomunicações Privadas	19-11-2009	5.000.000,00 €
6010000049	Empreitada de Substituição das Zonas Nucleares de Esquadras de Secção por Zonas Nucleares Secionadas em Gouveia e Pegões	Empreitada	Concurso Público	Neocul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A.	24-11-2009	368.978,23 €
1000217679	Empreitada de construção da Passagem Inferior Pedonal do Km 263,378 - Linha do Norte - Subtrço 2.3 - Alentejo / Pamplona	Empreitada	Concurso Público	IRH - Henriquez, Fernandes & Tello, Lda	24-11-2009	612.997,49 €
6010000096	Aquisição de Bens de Sistema Corvel	Aquisição de Bens	Ajuste Directo	Sambordeal Transportation Portugal, S.A.	25-11-2009	379.176,98 €
6010001214	Prestação de Serviços de Especiação para o Sistema de Mobilidade do Mondego no Trço São José / Via do São João do Ramal da Louã	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	25-11-2009	266.800,00 €
5110000130	5.ª Adicional ao Contrato n.º 06/04CAMCM: Prestação de Serviços de Manutenção e Reparação de Avulsos nos Equipamentos de Sinalização da Linha do Baixo Alentejo	Empreitada	Adicional	Alcatel-Lucent Portugal, S.A.	30-11-2009	1.215.179,64 €
6010001626	Prestação de serviços para a elaboração do Projecto de Execução do Trço Partagem (Lote 1) / Contrato B do Sistema de Mobilidade do Mondego no Ramal da Louã com Coordenação de Segurança do Projecto	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	10-12-2009	688.630,85 €
5110000025	1.ª Adicional ao Contrato n.º 2704: Empreitada do Variante de Alodães (2.ª Fase) - Atravesamento Ferroviário do Tado - Parte e Módulos de Acesso	Empreitada	Adicional	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	10-12-2009	1.401.652,33 €
6010000397	Empreitada da Linha do Algarve - Trço Faro / Via Tost de Santa Arénio - Substituição de Travesseiros de Madeira por Travesseiros de Boscovim e de Carvão em Bancos Curtos por Carvão em Bancos Longos Soldados	Empreitada	Concurso Público	Neocul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A.	15-12-2009	2.370.972,24 €
6010000238	Empreitada da Linha do Algarve - Trço Tunes / Lagos - Substituição de Travesseiros de Madeira por Travesseiros de Boscovim e de Carvão em Bancos Curtos por Carvão em Bancos Longos Soldados	Empreitada	Concurso Público	Neocul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A.	15-12-2009	1.560.254,02 €
6010001981	Modernização da linha do Norte e qualificação da linha de Cintura entre as Estações do Azeite e Oliveira para compatibilização com as novas infra-estruturas da Rede de Alta Velocidade - Projectos das Intervenções Autónomas 1 e 2	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	16-12-2009	2.113.795,70 €
6010000963	Prestação de Serviços para a elaboração dos projectos de Via, Cotanda, Dinagares, Muro de Suporte, Passagem e Ambiente do linha de Cascais com Coordenação de Segurança e Saúde do Projecto	Aquisição de Serviços	Contratação in house	FERRIAS - Empreitamentos Industriais e Comerciais, S.A.	16-12-2009	1.795.324,46 €
6010000856	Prestação de Serviços para a Elaboração do Projecto de Execução da ligação Desembarco entre a linha de Cintura, a linha de Cascais e o Terminal de Contentores de Alcântara, com Coordenação de Segurança do Projecto	Aquisição de Serviços	Ajuste Directo	COBA - Consultores para Obras, Projectos e Financiamento, S.A.	23-12-2009	3.519.026,00 €
5110000055	1.ª Adicional ao Contrato n.º 3648: Remodelação da Estação de Sevilha	Empreitada	Adicional	Monte Adriano - Engenharia e Construção, S.A.	23-12-2009	378.743,06 €
5110000185	2.ª Renovação da Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil	Aquisição de Serviços	Adicional	Assicuradora Generali	25-12-2009	1.328.437,52 €

Anexo III – Aquisição de Bens de valor superior a 250.000 euros

(Anexo referido no capítulo Governo da Sociedade – Informação sobre Outras Transacções)

Processo n.º	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo de Procedimento	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual
501000192	Prestação de serviços para a valorização imobiliária do património da REPER na cidade de Espinho	Aquisição de serviços	Contratação in house	INESPI - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios, lda	29-12-2009	252.500,00 €
611000000	1.ª Adicional ao Contrato n.º 3244/HE470 - Modernização do flojo Barreiro/Enhal Novo (exclusivo) – Electrificacão e Modernizacão de Estacões e Apeadeiros	Emendada	Adicional	Construtora Abranta, S.A.	30-12-2009	796.977,47 €
6010001010	Proseccão geológica-geofísica do projecto de desenvolvimento ferroviário de Alentejo, nas áreas de desenvolvimento das variantes 2 e 3	Aquisição de serviços	Ajuste Directo	Gecolano Abreu - Consultores Geológicos, S.A.	31-12-2009	313.914,00 €

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

4



O Relatório

A empresa REFER, E.P.E., apresenta no ano de 2009, o seu 6º Relatório de Sustentabilidade, fazendo pela primeira vez parte integrante do Relatório e Contas. À semelhança de anos anteriores, será apresentado o desempenho económico, social e ambiental da empresa referente ao ano agora findo, no contexto dos compromissos e da abordagem de gestão adoptados pela organização.

Os princípios para a definição do conteúdo deste Relatório de Sustentabilidade foram essencialmente a transparência, a relevância e a abrangência, a fim de proporcionar uma leitura cómoda e objectiva aos *stakeholders* que irão utilizar este documento.

O presente documento tem como objectivo, a apresentação do Relatório de Sustentabilidade à Tutela e a avaliação do desempenho sustentável da REFER, numa perspectiva de futuro. Pretende-se, promover a transparência em relação à sustentabilidade das actividades da organização, disponibilizando informação considerada relevante para diferentes grupos de interesse, Clientes, Accionista, Colaboradores, entre outros. São, assim, divulgados princípios e práticas, bem como os programas e iniciativas desenvolvidos para melhorar o desempenho da Empresa, no que respeita aos impactos económicos, ambientais e sociais, no exercício da sua actividade.

De acordo com o Despacho nº 26 811/2004, publicado no DR II Série de 24 de Dezembro de 2004, as empresas tuteladas pelo sector de transportes devem passar a integrar nos relatórios de actividades e contas anuais, informações relativas aos aspectos sociais e ambientais da sua actividade, em documento autónomo.

A estrutura apresentada foi aprovada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Auditoria Ambiental, pelo ofício nº 51-03/03/2006.

Estrutura do GRI

A estrutura do presente relatório está conforme as Directrizes do Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, na abordagem "Adopção Informal", em que os relatórios se baseiam nas linhas orientadoras do GRI, contudo, não cumprem todo o seu conteúdo. Esta opção permite que seja adoptada a abordagem mais adequada à actual situação da nossa organização, possibilitando a evolução progressiva para a "Adopção Formal" das Directrizes do GRI.

O envolvimento das organizações no GRI é voluntário e tem em vista a informação às diversas partes interessadas sobre os aspectos sociais, económicos e ambientais das suas actividades. Até à data, cerca de 1000 organizações de áreas distintas (química, farmacêutica, telecomunicações, transportes, energia, autoridades públicas, entre outras) publicaram relatórios adoptando as linhas orientadoras do GRI, algumas das quais em Portugal.

Justificação dos Indicadores

A prossecução do desenvolvimento de boas práticas das actividades associadas à REFER origina uma série de impactes sobre os sistemas económicos, ambientais e sociais nos quais a empresa opera. O conhe-

cimento desses impactos é fundamental para avaliar o desempenho de uma empresa nas três áreas da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Deste modo, o leque de indicadores seleccionados ilustra o relacionamento estabelecido entre a gestora da infra-estrutura ferroviária portuguesa e os diversos *stakeholders* (entidades que coexistem no seu ambiente empresarial).

Principais Indicadores da Sustentabilidade

Perspectiva Económica

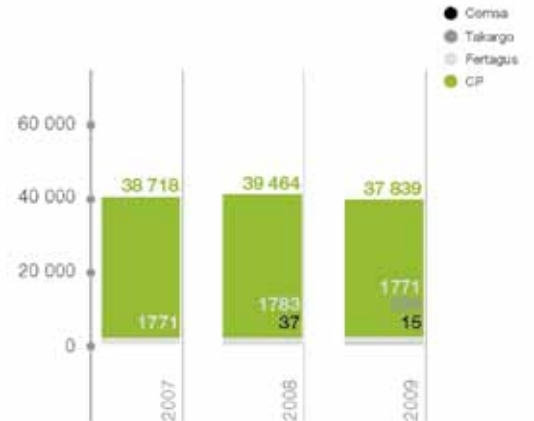
Resultados Operacionais

(milhares de euros)



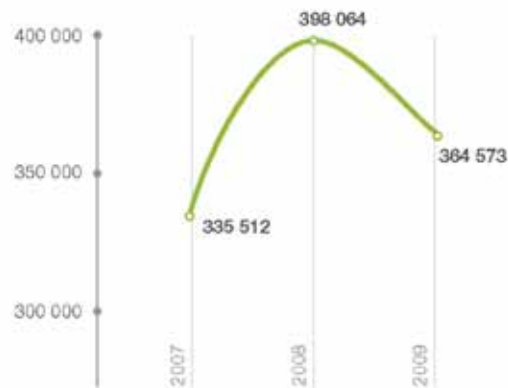
Comboios Quilómetro realizados

(milhares de CK)



Investimento em Modernização

(milhares de euros)



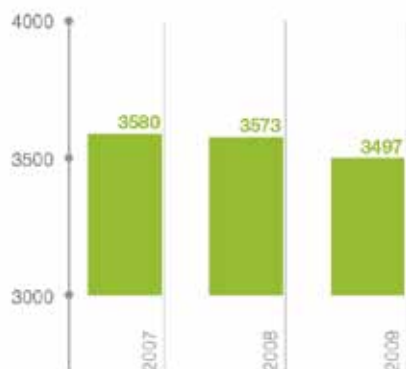
Tarifa de Utilização

(milhares de euros)

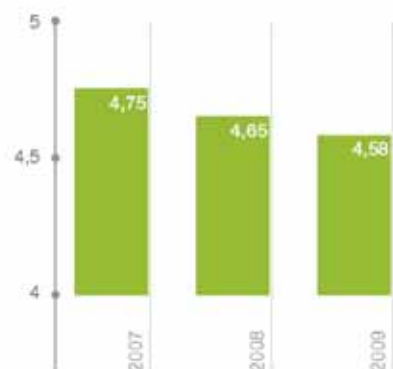


Perspectiva Social

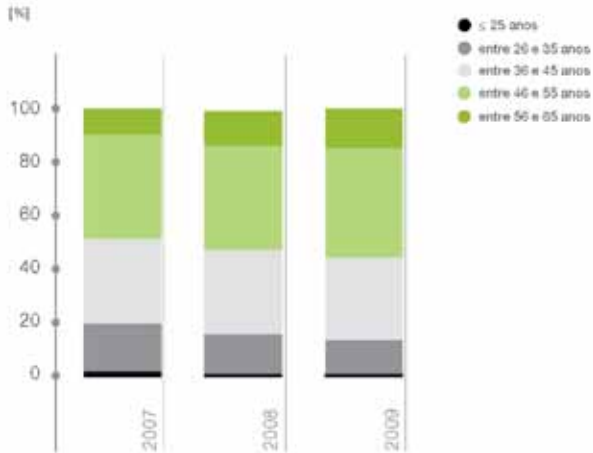
Total Colaboradores



Rácio Homens/Mulheres



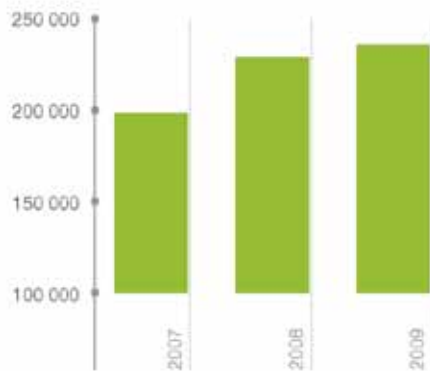
Estrutura Etária REFER



Perspectiva Ambiental

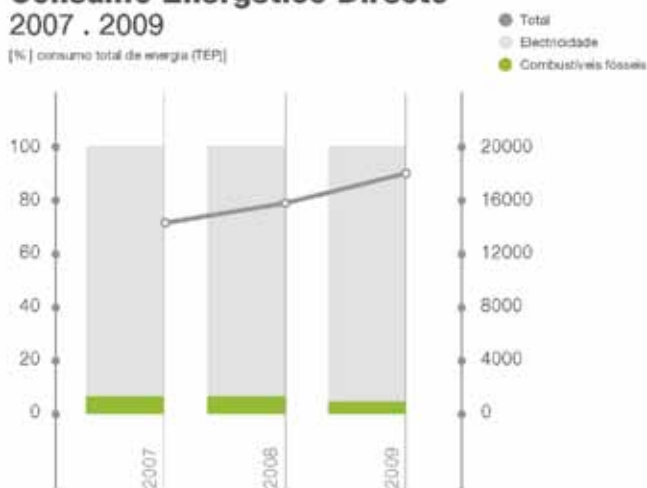
Consumo de Água Abastecimento Público

[consumo de água - m³]



Consumo Energético Directo 2007 . 2009

[% | consumo total de energia (TEP)]



Principais Acções da Sustentabilidade em 2009

No âmbito da Política de Responsabilidade Social da REFER, foi apresentado no ano de 2009 o documento "Bases para uma política de responsabilidade social", que constitui o referencial para as acções a desenvolver pela empresa.

Para a REFER a Responsabilidade Sustentável é entendida como uma integração voluntária de preocupações sociais, ambientais e económicas por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas.

Considerando que existem duas vertentes essenciais de actuação, a interna e a externa, pode-se dizer que no âmbito da primeira se incluem temas como a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança ou a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais.

Já na vertente externa as preocupações focalizam-se sobretudo nas comunidades locais, nos parceiros comerciais, fornecedores e clientes e mesmo a perspectiva ambiental é encarada numa perspectiva global.

Vertente Externa

Em 2009 a REFER procedeu a várias acções no sentido de promover a sustentabilidade económica, social e ambiental, sendo de destacar:

- Continuação do desenvolvimento do Plano Nacional de Ecopistas, no sentido de:
 - preservação de antigos canais ferroviários;
 - dar contributo para uma futura rede de 750 km de "vias verdes", "percursos pedestre", etc.;
 - combate à desertificação de algumas regiões;
 - contribuir para um novo tipo de oferta turística ligada ao Ecoturismo
- Campanhas de sensibilização de segurança em Passagens de Nível
- A REFER associa-se em 2009 ao Programa Bosques 2008 da Quercus
- Voluntariado da REFER na plantação da Floresta Autóctone com a realização de plantações em Afonsim e na Pampilhosa
- Promoção de uma acção de sensibilização para a segurança no atravessamento da via-férrea na Escola Secundária Leal da Câmara em Rio de Mouro
- Participação na iniciativa "O Condomínio na Terra" da Quercus, que nos alerta para a defesa e conservação de um bem comum.
- Celebração do "Dia Europeu para a Segurança das Passagens de Nível", tendo como objectivo sensibilizar e alertar a sociedade

para a necessidade de respeito pela sinalização e cumprimento escrupuloso das regras de segurança sempre que se utiliza uma passagem de nível.

- Colaboração com o Banco Alimentar contra a fome na recolha de alimentos
- Acção solidária a favor da Casa Betânia, iniciativa que teve como principal objectivo reunir o maior número de alimentos, artigos de higiene e vales de oferta
- Colheita de Sangue (SANGUEFER)

Vertente Interna

Em 2009 a REFER procedeu a várias acções no sentido de promover a sustentabilidade social, perante os seus colaboradores. Neste enquadramento encontram-se ao dispor dos colaboradores REFER:

- Seguro de Saúde
- Vacinação Sazonal
- Criação do Programa "Envia Ideias" no sentido de estimular, facilitar e reconhecer a participação dos colaboradores da REFER, com as suas ideias, na melhoria da evolução da empresa
- Promoção de eventos culturais, nomeadamente de feira do livro
- Promoção da iniciativa "Novas Oportunidades – RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências)
- Apoio REFER à educação:
 - Bolsas de Estudo
 - Subsídio de Pré-escolaridade
 - Campos de Férias REFER
- Condições mais favoráveis em viagens CP
- Possibilidade de aderir ao cartão GALP Frota, com descontos em combustíveis
- Outras Parcerias e Descontos
 - Restauração e Hotelaria
 - Clínicas, Médicos e uma Farmácia
 - Produtos bancários

- Cultura e Desporto
- Bens de Consumo
- Informática
- A REFER dispõe ainda do clube ferroviário

Visão de Desenvolvimento Sustentável

A procura de um modelo mais sustentável de evolução da sociedade tem constituído preocupação dominante nas últimas décadas face ao conjunto de oportunidades, mas também de ameaças, que afectam o conjunto do tecido social, a estrutura das actividades económicas e o equilíbrio ambiental.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é, normalmente, definido como "o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando espécies e os habitats naturais".

O Desenvolvimento Sustentável assenta em três pilares:

O Desenvolvimento Sustentável só pode ser alcançado se estes três pilares evoluírem de forma harmoniosa.

Visão Estratégica e Missão

A REFER tem como finalidade "Gerir a rede ferroviária nacional, nas suas vertentes de construção, conservação, preservação do património e gestão de capacidades". Consciente de que a sustentabilidade de uma unidade empresarial se avalia pela sua capacidade de enfrentar os desafios do futuro actuando no presente, de forma equilibrada em três áreas nem sempre facilmente conciliáveis (Economia, Sociedade e Ambiente) e tendo presente o seu papel como prestador de serviço público, definiu, como objectivos estratégicos:

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
- Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;



- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

Ao nível da missão, destacam-se como Objectivos e Políticas da Empresa:

- Melhorar os níveis de serviço da rede;
- Melhorar e modernizar a infra-estrutura da rede;
- Melhorar os serviços prestados aos clientes finais;
- Assegurar elevados níveis de segurança;
- Promover a sustentabilidade ambiental;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Reduzir os custos dos serviços prestados;
- Aumentar a contribuição das actividades extra exploração;
- Aumentar a produtividade da organização;
- Optimizar a gestão e controlo dos investimentos / contratos;

Perspectivas de Análise



- Fomentar a uniformização de processos e a normalização da infra-estrutura da rede;
- Reforçar as competências técnicas e de gestão;
- Fomentar o desenvolvimento profissional;

Foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015, a qual estabelece como meta, entre outras, o aumento da quota de mercado do transporte ferroviário para 26 % em 2009, tendo em conta a implementação de uma rede ferroviária de alta velocidade.



Missão

Proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

Apresentação da Empresa

A Directiva Comunitária 440/91 e a Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres estabeleceram as linhas de orientação da indispensável e urgente reestruturação do sistema ferroviário nacional, designadamente apontando a necessidade de separar a gestão das infra-estruturas ferroviárias da produção de transportes. O Governo definiu as linhas gerais desta reorganização assente num modelo baseado em três entidades:

1. **Entidade reguladora do sector ferroviário (IMTT)**, que tem como objectivo principal regular a actividade entre os operadores ferroviários e o gestor das infra-estruturas, fomentando a segurança, a qualidade e a preservação do ambiente sendo, consequentemente, um órgão da Administração Central do Estado;
2. Entidade gestora da Infra-estrutura com a incumbência de garantir a instalação, desenvolvimento e manutenção das infra-estruturas ferroviárias, bem como "gerir os sistemas de comando e controlo da circulação, tendo já sido publicado o Decreto Lei nº 104/97, de 29/04, criando a **REFER**;
3. Operador de Transporte - a **CP**, cabendo-lhe os serviços de passageiros e mercadorias, devendo promover a sua reorganização de modo a tornar-se numa empresa virada para o mercado, com uma cultura de cliente.

O processo de criação da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., ficou concluído em 1999, ano em que a empresa assumiu a totalidade das funções que lhe tinham sido cometidas.

História

1997

Fundação da REFER, com a integração das actividades de investimento provenientes dos Ex-Gabinetes dos Nós Ferroviários de Lisboa e do Porto, da Ponte 25 de Abril e da própria CP.

1998

Passagem para o âmbito da REFER das actividades de conservação e manutenção assumidas até à data pela CP.

1999

Conclusão da passagem para a REFER de todas as actividades relacionadas com a gestão e exploração da Rede Ferroviária Nacional com a integração da actividade de controlo e gestão da circulação. A 29 de Julho de 1999 foi inaugurada oficialmente a instalação do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril e o Eixo Ferroviário Norte – Sul, elemento fundamental nas ligações da margem sul do Tejo a Lisboa e que passou a ser explorada por um operador privado.

2000

Início da concepção de um sistema de gestão da qualidade (SGQ), em conformidade com a norma NP EN ISO 9001:2000, a implementar na REFER. Início dos estudos referentes ao reaproveitamento do património ferroviário desactivado.

2001

Assinatura do primeiro protocolo para a construção de uma Ecopista, tendo por base o traçado do antigo Ramal de Monção. “Estações com Vida”, arranque da primeira fase do projecto, abrangendo treze cidades. Este projecto tem como objectivo requalificar o modo ferroviário e sua envolvente, devolvendo-lhe o papel de importante dinamizador do desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades que serve.

2002

Elaboração do primeiro Directório de Rede, onde se estabelecem as condições de acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, indo ao encontro do que se previa vir a ser o estatuído no DL-270/2003 de 28 de Outubro.

2003

Obtenção da Certificação de Qualidade da ZOC Lisboa, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Concretização do acordo CP/REFER relativo à Taxa de Utilização das infra-estruturas ferroviárias referente aos anos de 1999-2002. Criação das Direcções de Ambiente e de Segurança. Publicação do Directório de Rede 2004 elaborado de acordo com o estabelecido no DL-270/2003 28 de Outubro.

2004

Realização da viagem inaugural da ligação directa Braga/Faro no dia 30 de Maio de 2004. A intervenção subjacente a esta ligação teve por objectivo tornar este eixo fundamental da rede (Eixo Atlântico) mais competitivo relativamente aos modos de transporte concorrentes. Assinatura de um protocolo com a UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento), no âmbito das iniciativas relacionadas com a promoção da sociedade de informação.

2005

Obtenção da Certificação de Qualidade da Zona Operacional de Conservação do Porto, em Junho de 2005, de acordo com a Norma NP

2006

EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Electrificação da Linha da Beira – Baixa (Mouriscas A – Castelo Branco).

2007

O ano de 2006 assinala a passagem de 150 anos do caminho-de-ferro em Portugal, que representou um marco na História do nosso país, a primeira viagem inaugural de comboio, que ligou Lisboa – Estação de Santa Apolónia ao Carregado.

O ano de 2007, ficou marcado, a 29 de Abril, pelos 10 anos de existência da REFER. Deu-se a conclusão das obras de remodelação do edifício da Estação do Rossio. Adaptação da Estação de Santa Apolónia à nova Estação de Metropolitano.

2008

Em 2008 destaca-se a reabertura do Túnel e Estação do Rossio totalmente remodelados. Conclusão das empreitadas da Ligação Ferroviária à Siderurgia Nacional, 1ª fase da Variante de Alcácer, Terminal Multimodal de Cacia e Electrificação e Sinalização do Troço Barreiro – Pinhal Novo. Entrada em funcionamento do Centro de Comando Operacional do Porto a 22 de Abril.

2009

Em 2009 destaca-se a inauguração da Plataforma Multimodal de Cacia e do Interface de Transportes do Cais do Sodré. Reabertura do serviço ferroviário de transporte de passageiros na Linha de Vendas Novas. Concluída a pintura da Ponte Maria Pia, no Porto.

Estrutura Vocacionada para o Negócio da REFER

Enquadramento Legal



A Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, Lei n.º 10/90 de 17 de Março, define que o sistema de transportes terrestres compreende as infra-estruturas e os factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre de pessoas e de mercadorias no âmbito do território português ou que nele tenham término ou parte do percurso e rege-se pela presente lei, seus decretos-lei de desenvolvimento e regulamentos.

A 29 de Abril de 1997 foi publicado o Decreto-Lei 104/97 que cria a REFER, E.P.

A REFER é uma empresa cujo capital estatutário é 100% do Estado, sendo tutelada conjuntamente pelos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas.

Compete-lhe desenvolver as actividades pertinentes ao seu objecto, de acordo com princípios de modernização e eficácia de modo a assegurar o regular e contínuo fornecimento do serviço público da gestão de infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional.

De acordo com o estabelecido, a REFER:

- pode praticar todos os actos de gestão necessários ou convenientes à prossecução do seu objecto;
- conserva os direitos e assume as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao Domínio Público Ferroviário nas disposições legais e regulamentos aplicáveis.

O Decreto-Lei 299-B/98, publicado a 29 de Setembro de 1998, cria o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), que tem por finalidade regular e fiscalizar o sector ferroviário, supervisionar as actividades desenvolvidas, assim como intervir em matéria de concessões de serviço público. Este Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei 147/2007.

Em Setembro do mesmo ano, pelo Despacho Conjunto n.º 731/98, foi dada a concessão do serviço de transporte ferroviário de passageiros no Eixo Norte-Sul à FERTAGUS, primeiro operador privado.

Em Maio de 2000 é publicado o Decreto-Lei n.º 93/2000, que estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de Julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de Julho, que procede à supressão de omissões detectadas na transposição da Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho.

Em Outubro de 2003, é publicado o Decreto-Lei 270/2003 de 28 de Outubro, que transpõe para o direito nacional as Directivas n.ºs 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE, normalmente designadas por "Pacote Ferroviário I", visando abrir o mercado do transporte ferroviário à participação dos agentes económicos privados, garantindo um conjunto de critérios de capacidade técnica, financeira e de segurança. Este Decreto-Lei foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei 271/2007.

O Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafectação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de Agosto.

Na sequência do estabelecido neste diploma legal a REFER preparou e publicou, logo neste ano, a primeira edição do Directório da Rede que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.

Em Março de 2005 foi publicado o Regulamento n.º 21/2005 do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infra-estrutura.

O Directório da Rede de 2006, publicado em Setembro de 2005, foi o primeiro directório a ser elaborado à luz das regras fixadas no Regulamento n.º 21/2005. Após a sua publicação, os Operadores interpuseram recursos o que obrigou a REFER a apresentar os processos devidamente instruídos à Entidade Reguladora e a disponibilizar, no decurso de 2006, várias informações adicionais em complemento aos elementos disponibilizadas aquando da fundamentação da tarifação, com vista à tomada de decisão por parte do INTF.

Decorrente dessa decisão foi publicada em 2006 a 1.ª Adenda ao Directório de 2006.

Pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, foi criado o IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, fundindo diversos organismos incluindo o antigo INTF - Instituto Nacional do transporte Ferroviário.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, define os princípios do Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado.

A 22 de Julho de 2008, o Decreto-Lei 141/2008, alterou e republicou os Estatutos da REFER, tendo este entrado em vigor a 23 de Julho do

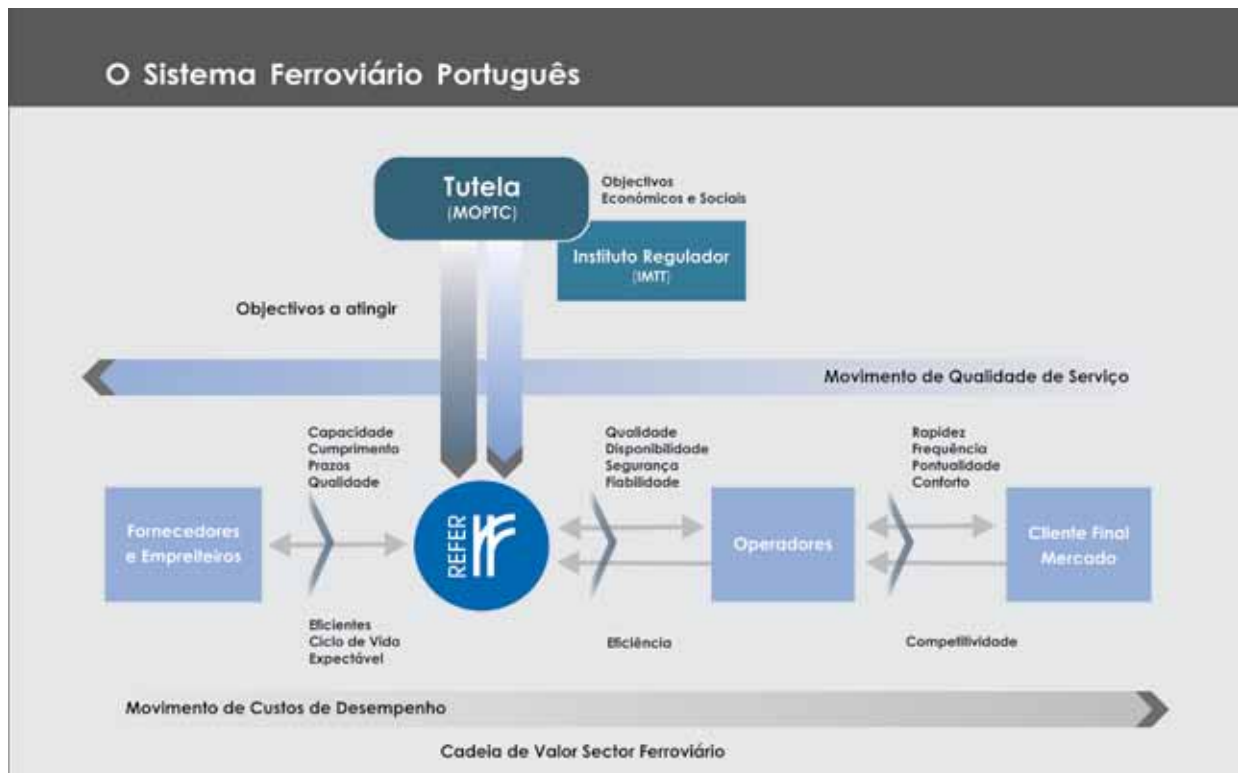
mesmo ano. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P. E.**

Áreas de Negócio

À REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, compete-lhe desenvolver as actividades pertinentes ao seu objecto, de acordo com princípios de modernização e eficácia, actuando essencialmente em duas áreas de negócio:

- **Gestão de Infra-estruturas**, compreende a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária e a gestão dos respectivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo a sinalização, regulação e expedição, por forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público de transporte ferroviário.
- **Investimento**, consiste na construção, instalação e renovação da infra-estrutura, actividade desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).

A REFER ocupa assim, uma posição chave na cadeia de valor do sector ferroviário, devendo garantir, por um lado, a disponibilização de uma rede ferroviária com capacidade e condições de exploração fiáveis,



com qualidade e segurança, e, por outro, o cumprimento das metas e objectivos de modernização da rede, traçados pelo Estado.

Gestão e Exploração da Infra-Estrutura

Em Dezembro de 2009 a extensão da rede ferroviária nacional, era de 3.619 km sendo que 2.843 km (78,6%) estão actualmente abertos ao tráfego ferroviário. Desta extensão, 4 km são explorados pelo Metro de Mirandela. É uma rede predominantemente em via larga (bitola Ibérica), sendo que apenas 192 km são em via estreita (bitola - métrica).

Decorrentes da modernização da rede, nos últimos anos têm sido colocadas ao serviço uma quantidade significativa de novas instalações e feita a remodelação e a reconversão tecnológica de muitas outras que conferem à exploração ferroviária maior segurança, maior fiabilidade e flexibilidade, maior adequação às necessidades da procura e melhor mobilidade entre modos de transporte.

Em 2009, a rede ferroviária nacional estava caracterizada da seguinte forma:

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional								(km)
Identificação	Com Tráfego Ferroviário					Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional	
	Electrificada			Não Electrificada	TOTAL			
	25 000V	1 500V	Sub-total					
Via Larga	1 435	25	1 460	1 190	2 650	327	2 977	
Via Única	854	0	854	1 190	2 044	327	2 371	
Via Dupla	538	25	563	0	563	0	563	
Via Múltipla	43	0	43	0	43	0	43	
Via Estreita	0	0	0	193	193	449	642	
Via Única	0	0	0	193	193	449	642	
TOTAL	1 435	25	1 460	1 383	2 843	776	3 619	

A extensão da rede ferroviária nacional electrificada era, em Dezembro de 2009 de 1 460 km, sendo que destes 854 km são em via única e 607 km em via dupla. No ano em análise verifica-se uma estabilização na electrificação da rede ferroviária electrificada. Contudo desde 1998 a REFER electrificou 587 km da rede ferroviária, sendo que actualmente, cerca de 51% de toda a rede ferroviária, encontra-se electrificada.

Na Rede Ferroviária Nacional, a primeira linha a dispor de tracção eléctrica foi a Linha de Cascais, onde se instalou um sistema em corrente continua a 1 500 Volt, inaugurado no ano de 1926. Apenas em 1956, entram em serviço novas electrificações, sendo a opção técnica em corrente alterna a 25 000 Volt. A electrificação a 25.000 Volt atinge, nos primeiros 39 anos, uma extensão de 462 km de linha. Esta extensão é superada pelas colocações em serviço ocorridas nos últimos anos, o que demonstra o esforço de investimento que está a ser feito nesta área. Em 2009 não houve grandes alterações nesta área, 1 460 km de via electrificada (valor igual a 2008), no entanto, prevê-se em 2010, um aumento no número de km de rede electrificada. Destes 1 460 km de via electrificada, 854 km são em via larga única, 563 km em via larga dupla e os restantes 43 km em via larga múltipla.

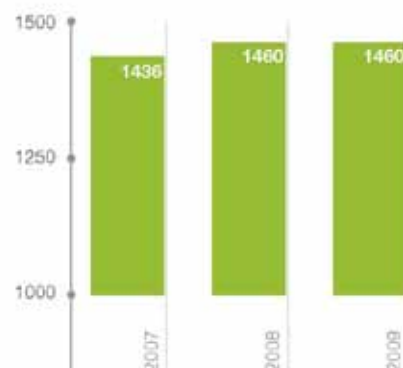
No que respeita a sistemas de segurança, no final do ano de 2009 estavam instalados na rede ferroviária nacional, em 52,3% da sua extensão, sofisticados Sistemas de Controlo de Velocidade, Convel e ATS (Sistema de Frenagem Automática). O sistema Convel (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a actividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e actuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança. Este sistema está instalado em 1 459 km de via, 51% do total em exploração. O Rádio Solo-Comboio é outro sistema de segurança, instalado na rede ferroviária nacional, estando presente em 51% da ex-

Electrificação da Rede



Linha Electrificada

(km de linha)



tensão da via. O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER pela regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre, o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista, os maquinistas de dois comboios. Este sistema de segurança foi, em 2009, instalado em 31 km da rede ferroviária nacional, no Ramal de Neves Corvo. Este ramal ferroviário liga Ourique à mina de Neves Corvo, no concelho de Castro Verde, é usado apenas por comboios de mercadorias para transporte de minério.

Estes sistemas (Convel e Rádio Solo-Comboio) que, associados a métodos de exploração ferroviária de alto desempenho e fiabilidade, colocaram a maior parte da rede em exploração ao mais alto nível em termos de segurança ferroviária.

Sistemas de Segurança e Controlo de Comandos			
(km)			
Identificação	2007	2008	2009
Convel	1 444	1 459	1 459
ATS (Frenagem Automática)	25	25	25
Rádio Solo-Comboio	1 426	1 426	1 459
Rádio Solo-Comboio sem Transmissão de Dados	25	25	25

O sistema de cantonamento é um sistema de exploração que garante a circulação dos comboios de acordo com a ocupação de cada cantão por um único comboio em cada momento. Um cantão é um troço de linha onde, em condições normais de exploração, só pode circular um comboio em cada momento.

Na rede ferroviária nacional existem três tipos de cantonamento, o Cantonamento Eléctrico (Cantonamento Automático sem Bloco Orientável), Cantonamento Electrónico (Cantonamento Automático com Bloco Orientável) e Cantonamento Mecânico (Cantonamento Telefónico).

Sistemas de Cantonamento			
(km)			
Identificação	2007	2008	2009
Eléctrico	122	122	119
Electrónico	1 343	1 349	1 352
Mecânico	1 373	1 371	1 371

O Cantonamento Eléctrico (Cantonamento Automático sem Bloco Orientável), presente em 4% da rede ferroviária nacional. Neste sistema, que actua automaticamente pelo movimento dos próprios comboios tem por finalidade a protecção de circulações sucessivas no mesmo

sentido e numa mesma via, mantendo, entre elas, distâncias de segurança. O sistema de Cantonamento Electrónico (Cantonamento Automático com Bloco Orientável) tem por base o cantonamento automático (eléctrico), tendo associado um encravamento por bloco orientável que tem como função, associar dois blocos a um troço de plena via entre duas estações contíguas incompatibilizando-os; um para um sentido de circulação e outro para o sentido oposto. As funções básicas deste sistema são: impedir a expedição de comboios de sentidos contrários sobre o mesmo troço de via entre estações contíguas; garantir automaticamente o espaçamento dos comboios em plena via, para um dado sentido de circulação numa mesma via; Garantir o anúncio automático às PN no sentido em que o bloco se encontra orientado. Este sistema está presente em 48% da rede.

O sistema de Cantonamento Mecânico (Telefónico), efectua através da troca de despachos telefónicos (avanços) entre uma dependência e as suas colaterais com interferências na circulação, pedindo e autorizando a ocupação do único cantão existente num dado sentido entre as referidas dependências, estando implementado em 48% da rede nacional.

O ano de 2009 apresenta um decréscimo médio nos Ck dos operadores na ordem dos 3,3%. Muito embora se tenha verificado um superficial aumento de 4% nas marchas, e de um ligeiro decréscimo de 0,29% no transporte de passageiros, o transporte de mercadorias caiu 17%.

Manteve-se em 2009 a existência de dois operadores de passageiros, CP e FERTAGUS, a operar na rede ferroviária nacional, com a FERTAGUS a dispor de concessão apenas para a exploração de serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no eixo ferroviário Norte-Sul, entre as estações de Roma - Areeiro e Setúbal. No que se refere à utilização de Ck para transporte de passageiros a ser efectuada por estes dois operadores, registou-se um ligeiro declínio quando comparado com 2008.

Com a liberalização do transporte de mercadorias apareceram em 2008 dois novos operadores, a TAKARGO e a COMSA RAIL, sendo que o primeiro começou a operar em 2008 e o segundo apenas em 2009, muito embora, do ponto de vista da capacidade, tenha tido pouca expressão.

No ano que agora se analisa, a TAKARGO regista um aumento de 672%, tendo no ano de 2008 registado uma utilização de 37 mil Ck enquanto que em 2009 foi de 284 mil Ck. Em 2009 a TAKARGO dominou no tráfego da pasta de papel entre Alverca e Espartal, o tráfego de contentores entre Alverca e Madrid e o tráfego de contentores entre o Entroncamento e Constanti.

O operador COMSA, durante o ano de 2009 e do ponto de vista da capacidade, teve pouca expressão, dado o tráfego internacional estar a ser realizado em parceria com a TAKARGO. Todavia solicitou a reserva de capacidade para a realização de ensaios técnicos das suas locomotivas e a atribuição de canais, para formação de maquinistas, através da FERNAVE, tendo para isso no seu primeiro ano em funcionamento utilizado 15 mil Ck.

Distribuição de CK

(%)



O transporte de mercadorias efectuado pelo grupo CP, no que se refere a utilização de Ck para o transporte de mercadoria regista uma diminuição de 20%.

Deu-se sequência ao esforço do ano anterior no sentido de privilegiar a actividade de captação e desenvolvimento do negócio do transporte ferroviário, pretendendo otimizar a utilização da capacidade instalada e maximizar as receitas correspondentes, destacando-se o trabalho desenvolvido no âmbito do processo de contratualização do acesso à infra-estrutura ferroviária, em todas as suas vertentes junto dos 5 operadores actuais (CP, CP Carga, FERTAGUS, TAKARGO e Comsa), o qual incluiu o desenvolvimento do Regime de Melhoria de Desempenho, que se encontrará em período experimental no 1º semestre de 2010.

Relativamente a 2009, merecem destaque os seguintes acontecimentos:

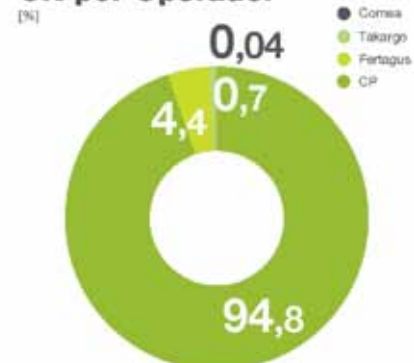
- Entrada em serviço dos primeiros comboios interoperáveis (da TAKARGO/Comsa) no espaço ibérico, num esforço combinado REFER/ADIF.
- Consagrado o serviço internacional "Iberian Link" relativo ao consórcio CP Carga/Renfe, entre Entroncamento e Madrid (Abronigal).
- Estabelecimento de nova ligação Coruche – Setil com ligação ao serviço regional Tomar – Lisboa.
- Extensão do serviço regional Entroncamento – Elvas a Badajoz.
- Estabelecimento de nova ligação inter-regional de passageiros entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz.
- Realização de marchas de formação por parte do Operador Comsa, tendo em vista a futura operação em Portugal.
- Estabelecimento do novo serviço urbano de passageiros entre Ermesinde e Leça do Balio.
- Com a constituição da CP Carga como Operador autónomo, as relações entre esta empresa e a REFER passaram a realizar-se directamente sem o envolvimento da CP.

Em 2009 a CP há semelhança de anos anteriores, é o operador principal na realização de CKs, com 94,81% do total de CKs, enquanto a FERTAGUS realizou 4,44%, a TAKARGO 0,71% e a Comsa, no primeiro ano de funcionamento como operador de transporte de mercadorias em ferrovia, 0,04%.

A distribuição do tráfego ferroviário nas várias linhas da rede é bastante heterogéneo incidindo na rede principal 75% do tráfego total, 19% na rede complementar e 6% na rede secundária.

A Rede Ferroviária **Principal** corresponde aos eixos de maior procura e com as principais acessibilidades às plataformas logísticas, portos, aeroportos e fronteiras e deverá corresponder, em termos de parâmetros

CK por Operador



técnicos de infra-estrutura e serviços, a instalações vocacionadas para padrões superiores de oferta de transporte ferroviário. As funções da Rede Ferroviária **Complementar** são, essencialmente, o fecho de malha e a ligação à rede principal, cobrindo territórios de escalões secundários de procura, em articulação com os territórios adjacentes aos corredores da rede principal. Com a entrada em exploração da Alta Velocidade, a rede complementar passará a desempenhar, essencialmente, funções de distribuição no território, constituindo-se como meio de assegurar a ligação às localidades não servidas directamente pela rede principal. A Rede Ferroviária **Secundária** corresponde essencialmente, a serviços de transporte de baixa procura, adaptados às características da respectiva área: densidade populacional, mobilidade e actividades instaladas.

CK na Rede Geral

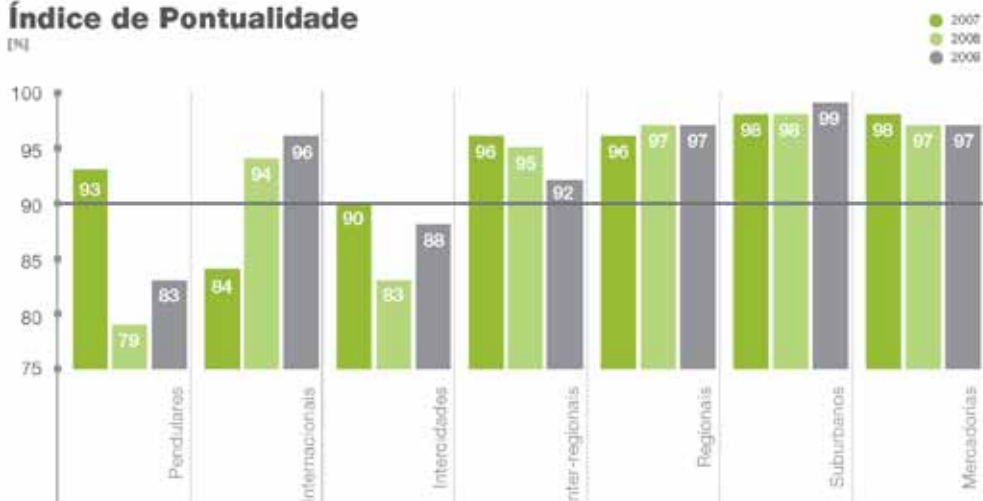
[%]



No que se respeita à pontualidade, em 2009, verificou-se uma significativa recuperação no índice médio de pontualidade, na maioria das famílias de comboios exceptuando os inter-regionais, que diminuiu 3%. De salientar que em 2008 os valores do índice de pontualidade, por causas imputadas à REFER, tinha diminuído na maioria das famílias de comboios, essencialmente devido ao mau estado da via, nomeadamente nos troços da Linha do Norte entre as estações de Vale de Santarém – Entroncamento, Alfarelos – Pampilhosa e Ovar - Gaia, que carecendo de uma intervenção de reabilitação profunda, foram intervencionados em 2009.

Índice de Pontualidade

[%]



A REFER pretende disponibilizar ao operador ferroviário uma infra-estrutura com grandes níveis de segurança, fiabilidade e flexibilidade, através da modernização da rede, colocando em serviço uma quantidade significativa de novas instalações, muitas delas inexistentes anteriormente, e outras substituindo sistemas muito rudimentares com introdução de novas tecnologias. Para tal a REFER tem vindo a realizar nos últimos anos, grandes investimentos de expansão e modernização da rede ferroviária.

Nos custos da actividade de gestão das infra-estruturas ferroviárias existem duas rubricas dominantes os "Fornecimentos e Serviços Externos" com destaque para os "Subcontratos" e a rubrica "Gastos com Pessoal". Na rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" a classe "Subcontratos" é aquela que mais contribui para a sua composição correspondendo a 72% do total. Esta rubrica registou alguma estagnação quando comparado com 2008, sendo que os Outros Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 15%.

Os Gastos com Pessoal registaram um acréscimo de 6%, apesar da redução (-2%) do efectivo médio.

Este agravamento dos Gastos com Pessoal, deve-se em parte ao crescimento da massa salarial e respectivos encargos, mas também devido às rescisões por mútuo acordo: 3,9 milhões de euros em 2009, contra 1,5 milhões de euros no ano passado.

O efectivo médio afecto à missão Gestão da Infra-estrutura foi em 2009 de 2 916, tendo diminuído 1,6% quando comparado com 2008.

Investimento

O investimento na construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária é efectuado pela REFER em nome e por conta do Estado. O volume de investimentos realizado pela REFER durante o exercício de 2009 ascendeu a 365 milhões de euros, representando uma taxa de realização de 56% face ao previsto (654 milhões de euros). Deste valor, 360 milhões de euros dizem respeito a investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração (99% do investimento total) e 4 milhões de euros a investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão (1% do investimento total). Nas acções desenvolvidas pela REFER, na rede ferroviária nacional, há a destacar os investimentos na Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, a Ligação Ferroviária Porto de Sines – Espanha, a Variante de Alcácer, e a Variante da Trofa.

No âmbito da sua actividade de Investimentos, e tendo como objectivo a modernização e desenvolvimento da rede ferroviária nacional, a REFER realizou durante o ano de 2009, as acções que se destacam:

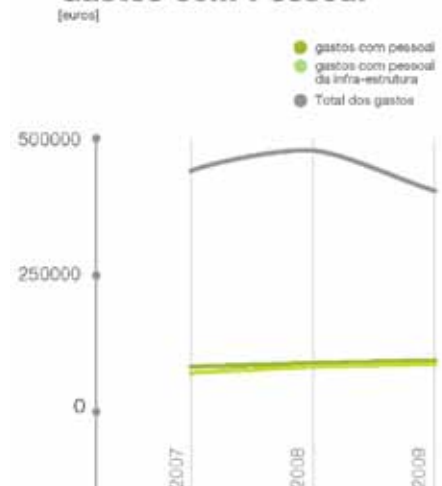
- Linha do Minho

Consignação da beneficiação e reforço dos túneis de S. Miguel da Carreira, Tamel, Stª Lucrecia e Caminha. Adjudicação dos trabalhos de arborização de sobreiros e plano de gestão das áreas classificadas como povoamento, do projecto Variante da Trofa. Desenvolvimento da empreitada de concepção / construção do túnel ferroviário da Variante da Trofa.

- Linha de Guimarães

Desenvolvimento do Projecto de reformulação da drenagem na PI5 da Linha de Guimarães, no acesso à Estação de Lordelo. Consignação, desenvolvimento e fiscalização da Empreitada de reformulação da drenagem na PI5 da Linha de Guimarães, no acesso à Estação de Lordelo.

Gastos com Pessoal



- Linha do Norte

Conclusão da empreitada de Trabalhos Diversos de Instalações Eléctricas e Retorno de Corrente de Tracção no Sub-Troço 1.2 Alhandra / Setil. Conclusão da empreitada de construção da Passagem Superior de Peões na Estação de Vila Franca de Xira. Lançamento do concurso e adjudicação da empreitada de intervenções iniciais da drenagem na envolvente do túnel de Fátima, com o objectivo principal de proteger a infra-estrutura ferroviária de possíveis inundações em situações de pluviosidade intensa garantindo a segurança da circulação ferroviária. Reabilitação de Vias da Estação de Coimbra B. Construção do Edifício Técnico da Estação de Alfarelos.

Supressão de diversas Passagens de Nível da Linha do Norte.

- Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro

Continuação da Prestação de Serviços no Âmbito da Coordenação e Fiscalização de Segurança da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, cuja conclusão se perspectiva para final de Fevereiro de 2010. Conclusão dos trabalhos da empreitada de Construção da Ligação Ferroviária, entre o Km 0+000 e o Viaduto de Acesso à Ponte da Gafanha (inclusive). Conclusão da Empreitada de Construção do Ramal Ferroviário de Ligação ao Porto de Aveiro, 2.ª Fase. Conclusão da empreitada de Reformulação da Rede de Gás ao km 7+523 do Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré. Conclusão da prestação de serviços para o Controlo da Plataforma Ferroviária em Terraplenagem, no Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro. Conclusão da empreitada de Construção do Ramal Ferroviário de Ligação ao Porto de Aveiro, 3.ª Fase, correspondente à montagem da via-férrea. Conclusão da prestação de serviços para a Remoção de Resíduos Urbanos Junto à Passagem Superior Rodoviária, PS3, do Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro.

- Sistema de Mobilidade do Mondego

Foram efectuadas as Adjudicações das Empreitadas de Reabilitação das Infra-estruturas nos Troços Miranda do Corvo / Serpins e Alto S. João / Miranda do Corvo e da Prestação de Serviços de Fiscalização do Empreendimento Coimbra B / Serpins. No dia 25 de Novembro de 2009 foi feita a Consignação da Empreitada de Reabilitação da Infra-estrutura do Troço Miranda do Corvo / Serpins, e a 2 de Dezembro de 2009 foi encerrado o Serviço Ferroviário deste troço.

- Linha da Beira Baixa

Conclusão da empreitada de Reforço da Fase 1 da Passagem Inferior Rodoviária da Estação de Castelo Branco. Conclusão da empreitada de construção de uma passagem inferior de peões para supressão da Passagem de Nível ao km 91+640.

- Linha de Cascais

Concluídos o estudo arqueológico da zona da estação de S. Pedro do

Estoril e o projecto de execução para a sua remodelação, tendo-se concluído igualmente os procedimentos de contratação do empreiteiro e da entidade fiscalizadora. Concluído o projecto de execução para a remodelação e iniciados os procedimentos para a contratação do empreiteiro, da entidade fiscalizadora e do transplante de algumas árvores na Estação de S. João do Estoril que colidem com o futuro layout a implementar. Adjudicado o projecto integral para a modernização da Linha de Cascais nas especialidades de Via, Catenária, Drenagens, Muros de Suporte, Paisagismo e Ambiente.

- Linha de Sintra

Durante o ano de 2009, prosseguiram os trabalhos da Empreitada de Quadruplicação da Linha de Sintra entre os km 13+750 e 18+250, incluindo a Remodelação das Estações de Barcarena e do Cacém. Com a conclusão desta empreitada, prevista para Agosto de 2011, ficará concluída a quadruplicação da Linha de Sintra, entre Benfca e o Cacém e ficarão completamente remodeladas as estações existentes neste troço, a de Massamá/Barcarena e a de Agualva/Cacém. Em Janeiro de 2009, foram suprimidos os últimos atravessamentos pedonais ainda existentes, que se situavam na ligação entre os cais da estação de Agualva/Cacém, deixando de existir qualquer atravessamento de nível, na Linha de Sintra, quer rodoviário, quer pedonal.

- Linha do Alentejo

Abertura ao público, em Setembro de 2009, das Estações e Apeadeiros do Barreiro, Barreiro A, Lavradio, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Moita e Penteados. Na Baixa da Banheira foi também concluída a passagem inferior de peões ao Km 3+850.

- Variante de Alcácer

Conclusão da Empreitada da Variante entre a Estação do Pinheiro e o km 94 da Linha do Sul – 1.ª Fase – Trabalhos Complementares. Conclusão dos trabalhos da Empreitada da Variante entre a Estação do Pinheiro e o Km 94 da Linha do Sul – 1.ª Fase – Execução do Rebaixamento de Pavimento da PIA ao PK 6+463 e Drenagens nas PIA aos PK 1+114, 15+671, 22+842 e 23+889. Conclusão dos trabalhos da Empreitada da Variante de Alcácer (2.ª Fase): Atravessamento Ferroviário do Sado: Ponte e Viadutos de Acesso

- Ligação Ferroviária ao Porto de Sines / Elvas

Concluída a Elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Troço Sines / Grândola. Concluída a Prestação de Serviços para a Reformulação do Projecto de Modernização da Estação de Évora. Consignada a Empreitada de Modernização da Estação da Raquete. Suprimida a passagem de nível ao PK 170+110, no dia 18 de Novembro de 2009. Consignada a Empreitada de Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora, da Linha do Alentejo, Vendas Novas e Évora.

Como resultado da concretização do Plano de Supressão e reclassifica-

ção de Passagens de Nível para 2009 a que a REFER está obrigada, nos termos do art.º 2.º do decreto-Lei n.º 568/99 de 23 de Dezembro e, cuja materialização estava atribuída à REFER e a entidades externas, nomeadamente às Autarquias Locais, foram executadas 48 acções. Deste conjunto de intervenções, 41 Passagens de Nível foram suprimidas e 7 reclassificadas destacando-se que 42 (88%) foram realizadas pela REFER e as restantes em parceria com entidades externas.

O investimento total para a sua concretização foi de cerca de 18,6 milhões de euros, dos quais 17,6 milhões de euros foram suportados pela REFER, conforme se ilustra no quadro abaixo, discriminado por tipo de intervenção.

Obra	PN Suprimidas	PN Reclassificadas	Custo (euros)		
			REFER	Externo	TOTAL
Passagem Desnívelada	28	2	17 283 895	1 079 918	18 363 813
Automatização	---	3	78 126		78 126
Caminho Alternativo	7	---	188 836		188 836
Outras	6	2	15 520		15 520
Total	41	7	17 566 377	1 079 918	18 646 295

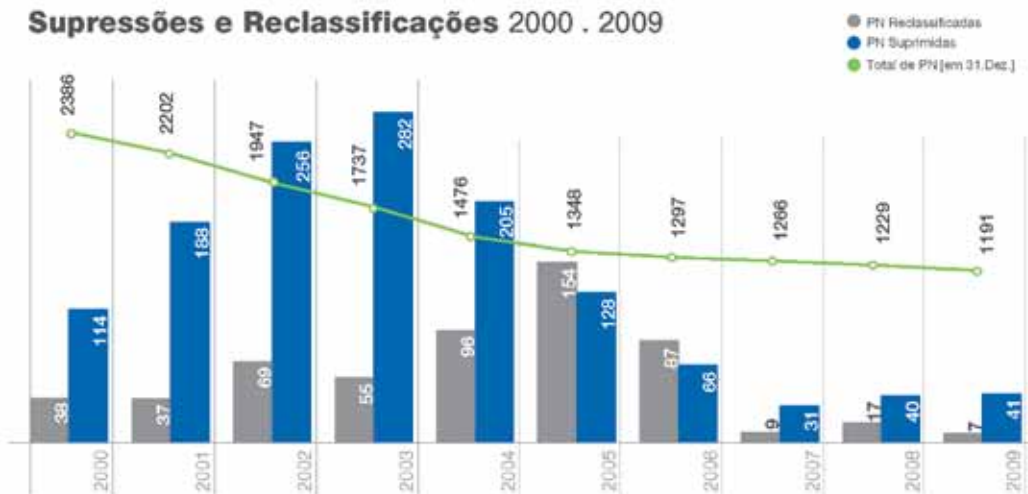
Em Dezembro de 2009, no universo das Linhas com Exploração Ferroviária, existiam 1191 Passagens de Nível, com a seguinte tipologia:

Tipo de PN	Quantidade
PN Públicas	
Automáticas (Rodoviárias)	335
Automatizadas com duplas meias barreiras	2
Automatizadas com meias barreiras	319
Automatizadas com obstáculo	14
Com Guarda	107
Sem Guarda	461
Tipo D	305
5ª Categoria	156
Peões	161
Automáticas	24
Não Automáticas	137
Total PN públicas	1064
PN Particulares	
	7
	120
Total PN particulares	127
Total PN	1191

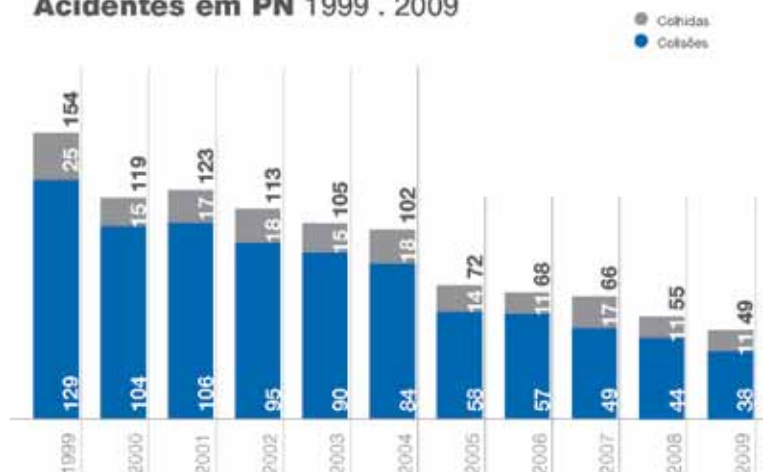
A densidade média de Passagens de Nível no final de 2009 era de 0,419 PN/km.

O seguinte gráfico reflete a evolução do número de Passagens de Nível e das acções desenvolvidas nos últimos anos:

Supressões e Reclassificações 2000 . 2009



Acidentes em PN 1999 . 2009



Pelo gráfico anterior, observa-se que a política continuada de supressão e melhoria das condições de segurança nas Passagens de Nível tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade. Contudo, são as colhidas responsáveis pelo maior número de mortos, pelo que as campanhas de sensibilização nas escolas e nos meios de comunicação social, serão cada vez mais importantes.

Salienta-se que, em resultado das intervenções realizadas, foram superadas as metas definidas em 2005 nas Grandes Opções do Plano 2005/2009 que definiam uma redução da sinistralidade nas passagens de nível em 50% face ao ano de 2004. Em 2009 registou-se um total de 49 acidentes, quando o objectivo pretendido era de menos de 51 acidentes.

No gráfico demonstra-se que, com as acções desenvolvidas, se regista uma evolução da sinistralidade no sentido de se alcançarem também os objectivos definidos nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, que preconizam para 2015 a redução desta sinistralidade em 60% face a 2005.



Dimensão da Organização

Depois de dois anos em que o efectivo da REFER praticamente estabilizou, o ano transacto caracterizou-se pelo aumento do número de saídas da empresa, embora em número inferior ao que se verificou nos primeiros anos de existência da empresa.

Em Dezembro de 2009, o número de trabalhadores a cargo era de 3 497, resultado não só de 122 saídas e 64 entradas, mas também da diminuição no número de trabalhadores em situação suspensa quando comparado com o mesmo mês de 2008, de 58 para 53.

Enquadramento no Sector da Gestão de Infra-Estrutura dos Transportes

A política ferroviária tem sido, tradicionalmente, tratada de forma dispersa pelos diferentes países, facto que conduziu a uma situação generalizada de falta de interconexão e interoperabilidade, penalizando o desenvolvimento do mercado ferroviário europeu e incentivando o crescimento do modo rodoviário, do qual resultam impactos energéticos, ambientais, de congestionamento e sinistralidade.

Esta situação, conduziu à adopção de uma política europeia de mobili-

dade sustentável, que tem sido de inequívoco apoio ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, tendo como objectivo a criação progressiva de um esforço ferroviário europeu integrado, com garantia de acesso a todos os operadores.

Neste contexto, cumpre referir que o processo de abertura do mercado ferroviário se iniciou com a Directiva 91/440/CE, a qual originou o processo de separação contabilística das actividades de gestão da infra-estrutura e de exploração do transporte ferroviário, de modo a tornar a tarifação da infra-estrutura o mais transparente possível e a abrir o acesso aos serviços internacionais.

A consolidação do modelo ferroviário português, inspirado na reforma do sector ferroviário preconizada pela União Europeia (UE), constitui um passo determinante para o desenvolvimento e melhoria do sistema ferroviário.

Análise Swot do Sector Ferroviário em Portugal

Tendo em consideração a evolução do sector ferroviário em Portugal, retratada na secção anterior, e as principais orientações da política europeia de transportes e de política nacional, já anteriormente referidos, efectua-se, de seguida, um balanço entre os principais pontos fortes e fracos do sistema de transporte ferroviário português, considerando, igualmente, as principais oportunidades e ameaças que subjazem.

Grupo REFER

Pontos Fortes

(Strengths)

Transporte de grande capacidade e com elevado nível de segurança e fiabilidade, com índices de sinistralidade reduzidos;

Transporte com elevada eficiência energética e ambientalmente sustentável;

Transporte associado a elevados níveis de pontualidade, regularidade e conforto, nos passageiros;

Rede modernizada nas zonas de maior densidade demográfica, designadamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e boa conectividade com as redes de metropolitano;

Potencial de participação eficiente em ofertas globais de transporte, quer de passageiros, quer de mercadorias; e marchas

Sistema propício à inovação, desenvolvimento e investigação, designadamente através da automatização e informatização de processos.

Sistema propício à inovação, desenvolvimento e investigação, designadamente através da automatização e informatização de processos.

Pontos Fracos

(Weaknesses)

Matriz de tempos de viagem interurbanas e internacionais não competitiva, comparativamente com outros modos de transporte;

Limitações ao nível de interoperabilidade com a rede ferroviária europeia;

Existência de alguns estrangulamentos da infraestrutura com limitações de capacidade relevantes;

Oferta desadequada em alguns serviços, quer em termos de horários e número de circulações, quer do material circulante utilizado;

Deficiente coordenação com outros modos de transporte, em várias linhas e serviços;

Gestão menos eficiente na relação com o cliente

Enquadramento tarifário;

Fraca cultura de mercado e insuficiente agressividade comercial nos serviços de tarifa não condicionada de mercadorias;

Reduzida fiabilidade e flexibilidade dos serviços de mercadorias;

Elevados défices de exploração

Oportunidades

(Opportunities)

Políticas europeias de transporte, sua consolidação e aplicação evolutiva;

Criação de um único órgão de planeamento estratégico integrado e de regulação para o sector dos transportes terrestres;

Concretização da Rede de Alta Velocidade e materialização de novos eixos ferroviários;

Desenvolvimento da Rede Nacional de Plataformas Logísticas;

Aumento da competitividade dos portos e aeroportos nacionais;

Ameaças

(Threats)

Elevados custos e necessidade de períodos de tempo alargados para a concretização de investimentos nas infra-estruturas ferroviárias;

Valor a pagar pela utilização da infra-estrutura enquanto factor de distorção da concorrência;

Manutenção de políticas de intervenção na rede rodoviária que potenciem, em situação de desadequação económica e funcional, um indesejável crescimento do transporte rodoviário;

Dificuldades na promoção da intermodalidade;

A REFER tem participações num conjunto de empresas criadas no âmbito da reorganização do sector ferroviário, ainda antes da criação da própria empresa, e que pela natureza da sua actividade complementam a actividade da gestão da infra-estrutura ferroviária.

REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A., é um Operador



de Telecomunicações licenciado pela ANACOM. A REFER Telecom está vocacionada para a Gestão, Supervisão e Manutenção das Redes e Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias. É também responsável pela instalação e gestão das telecomunicações, essenciais nesta área dos transportes, tem uma rede com cobertura nacional e faz uso de um "backbone" de fibra óptica com mais de 2 800 quilómetros, com presença nas principais capitais de distrito e centros urbanos do País. Sobre esta rede são suportados diferentes serviços de conectividade. Tem como missão "Assegurar a gestão eficaz da infra-estrutura de telecomunicações concessionada pelo Accionista, garantindo-lhe a excelência na prestação dos respectivos serviços, bem como a optimização de todos os recursos através de uma oferta especializada ao restante mercado."

INVESFER - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios S.A.

A INVESFER S.A., empresa de capitais públicos da REFER EP, tem por objecto a prestação de serviços de valorização de património imobiliário. Tem como missão estratégica a oferta de respostas flexíveis e inovadoras na valorização patrimonial, desenhadas à medida das necessidades dos clientes.

Como Visão Estratégica aponta o seu reconhecimento, pelo mercado, como empresa de referência na valorização de patrimónios imobiliários, contribuindo para o sucesso dos seus Accionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores. Adopta como Valores:

- A ética e rigor profissionais, assentes em critérios de transparência e na valorização da pessoa humana;
- A qualidade e excelência de serviço, baseadas na agilidade de procedimentos e persistência na busca das melhores soluções;
- O espírito de equipa e sua coesão, com entusiasmo, dedicação e determinação de todos os colaboradores;
- Responsabilidade social, fundamentada na sustentabilidade.

O património ferroviário desactivado coloca sérias dificuldades de preservação, dada a sua fragmentação, isolamento geográfico e, em alguns casos, a alteração do contexto social e urbano envolvente.

A REFER, através da INVESFER, tem vindo a proceder a acções de valorização e requalificação do património ferroviário que garantem a sustentabilidade financeira e ambiental e, simultaneamente, possibilitam o usufruto das populações.

Se nos perímetros urbanos estas intervenções têm um maior impacto nas populações, no restante património estas são igualmente importantes, permitindo preservar valores históricos e museológicos e gerando oportunidades para o desenvolvimento de negócios de base local em áreas como o turismo, a hotelaria e o comércio.

FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.

A FERBRITAS S.A. é uma empresa do Grupo REFER com mais de três décadas de experiência no sector ferroviário, particularmente vocacionada para o planeamento de transportes e para a engenharia de infra-estruturas. A actividade da FERBRITAS, S.A. repartiu-se, até 2009, por duas vertentes distintas:

- Área de Engenharia dos Transportes
- Área de Agregados (alienado durante 2009)

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A.

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

A RAVE foi constituída pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000, publicado no Diário da República nº 291 (1ª A Série - Suplemento), de 19 de Dezembro.

Estrutura da Governação

Áreas de Actividade dos Membros do Conselho de Administração

O Governo é responsável por definir os objectivos gerais a prosseguir pela REFER e o enquadramento no qual se deve desenvolver a respectiva actividade de modo a assegurar a sua harmonização com as políticas globais e sectoriais do país.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros: Presidente, Vice – Presidente e três Vogais, são nomeados pelo Governo, os seus mandatos são de três anos, sendo renovável dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público, por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efectiva substituição ou declaração da cessação das mesmas.

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da Empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela. Naturalmente, os membros do Conselho de Administração têm de assegurar os deveres e obrigações legalmente estabelecidos para os gestores públicos, dos quais o mais importante é a ausência de conflito de interesses.

O actual Conselho de Administração da REFER tomou posse no final do ano de 2005, tendo sido reconduzidos no dia 21 de Janeiro de 2009.

O quadro a seguir apresenta os membros do Conselho de Administração e as suas competências:

Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal
(Data Nascimento: 24.Outubro.1946 – 63 anos)

- Relações Institucionais
- Secretaria-Geral
- Desenvolvimento Organizacional
- Construção
- Recursos Humanos
- Património Imobiliário

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Dr. Alfredo Vicente Pereira
(Data Nascimento: 17.Setembro.1952 – 57 anos)

- Economia e Finanças
- Planeamento e Estratégia
- Aprovisionamentos e Logística

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Romeu Costa Reis
(Data Nascimento: 06.Agosto.1952 – 57 anos)

- Assuntos Jurídicos
- Relações Internacionais
- Auditoria
- Comunicação e Imagem
- Fundos Comunitários

Vogal do Conselho de Administração

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro
(Data Nascimento: 10.Março.1963 – 46 anos)

- Engenharia e Exploração da Infra-estrutura
- Segurança
- Gestão de Estações

Vogal do Conselho de Administração

Eng.º Carlos Alberto Fernandes
(Data Nascimento: 07.Julho.1967 – 42 anos)

- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Tarifação de Acesso à Infra-estrutura
- Articulação com o Contrato de Concessão da Fertagus
- Contratualização com o Estado

Em 2009, o Conselho de Administração da REFER reuniu-se 52 vezes, como mostra o quadro:

Mês	Número de Reuniões
Janeiro	5
Fevereiro	4
Março	4
Abril	5
Maio	4
Junho	3
Julho	5
Agosto	4
Setembro	3
Outubro	6
Novembro	4
Dezembro	5
TOTAL	52

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 2009, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Eng. Luis Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Refer Telecom	Presidente
		Rave	Presidente
Dr. Alfredo Vicente Pereira	Vice - presidente	Investfer	Presidente
		Gil	Presidente
		Rave	Vogal
Dr. Romeu Costa Reis	Vogal	Investfer	Vogal
		Ferbritas	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Rave	Vogal
		CP Com	Vogal
Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	CP Com	Presidente
		Rave	Vogal

Sustentabilidade

Qualidade	Garantir a implementação e manutenção de Sistemas da Qualidade e de monitorização de desempenho em conformidade com a estratégia e objectivos definidos.
Segurança	Garantir a implementação dos requisitos necessários à Segurança, com o objectivo de eliminar a sinistralidade e os prejuízos materiais e pessoais, beneficiando os valores da comunidade, do Estado, da Empresa e dos seus trabalhadores.
Ambiente	Garantir o cumprimento dos requisitos de protecção ambiental ao nível do planeamento, concepção e execução de novos projectos, bem como, na exploração e conservação da rede, enquadrado na lógica de um Sistema de Gestão Ambiental e num processo, implícito, de melhoria contínua.
Social	Assegurar o alinhamento das actividades de Gestão dos Recursos Humanos com a estratégia global da empresa. Definir as linhas orientadoras e as ferramentas de gestão de Recursos Humanos, que permitam atingir bons níveis de satisfação/motivação e de produtividade nos colaboradores da empresa. Apoiar iniciativas desenvolvidas no âmbito da promoção do desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Qualidade

As principais linhas de estratégia traçadas para esta área, têm por objectivo prosseguir uma abordagem corporativa para os processos que são transversais à REFER, bem como, o aproveitamento das oportunidades que existem, ao nível das metodologias de estruturação de sistemas de gestão da Qualidade. É neste contexto que se começam a equacionar e estruturar as estratégias, tendo ainda em atenção a importância fundamental, de se convergir no sentido de centrar o esforço dos sistemas já organizados nas áreas operacionais, para os respectivos processos produtivos que são essenciais para o desempenho da empresa.

Objectivo 2009: Assegurar a sistematização dos processos do SGQ e garantir a respectiva implementação. Melhorar a qualidade dos projectos gerindo a sua execução de acordo com a ISO:9001:2000

Objectivo 2010: Prosseguir uma abordagem corporativa para os processos que são transversais à REFER, bem como, o aproveitamento das oportunidades que existem, ao nível das metodologias de estruturação de sistemas de gestão.

Segurança

A segurança na REFER é entendida como uma responsabilidade de todos e de cada um, requerendo a cooperação institucional e a participação empenhada e responsável de todos os colaboradores.

A política de Segurança cobre essencialmente três vertentes:

Segurança no Trabalho, quer dos colaboradores quer junto dos empreendimentos construtivos.

Segurança das Instalações, quer na vertente de emergência quer de vigilância das mesmas.

Segurança da Exploração como apoio aos Órgãos que desenvolvem estas actividades.

Objectivo 2009: Proceder à Instalação nos "ambientes" Estação e Vigilantes de Segurança de soluções de *software opensource* "OpenOffice". Aumentar os níveis de segurança da rede. Reduzir a sinistralidade em passagens de nível.

Objectivo 2010: Reforço do enquadramento de segurança das empreitadas, através, não só do desenvolvimento da estrutura regulamentar de procedimentos obrigatórios e da elaboração de fichas de análise de riscos dos trabalhos adjudicados ao exterior, mas também do reforço da formação e sensibilização para a segurança ferroviária.

Ambiente

Após a revisão da Política de Ambiente em Agosto de 2007, o ano de 2009 é de continuidade na implementação das principais linhas de estratégia que emergiram desse processo.

Objectivo 2009: Deu-se continuidade ao desenvolvimento da rede de responsáveis operacionais de ambiente, com especial incidência na área do investimento. Complementarmente, manteve-se o desempenho da empresa no que diz respeito à avaliação de impacte ambiental dos principais projectos de investimento. Foi concluída a entrega à Agência Portuguesa do Ambiente dos Mapas Estratégicos de Ruído das Grandes Infra-estruturas Ferroviárias com mais de 60.000 marchas/ano. Iniciaram-se as diligências visando a implementação dos projectos incluídos no compromisso B&B.

Objectivo 2010: prosseguir o trabalho desenvolvido em 2009, tendo em atenção que 2010 e os anos seguintes se perspectivam como sendo anos de forte investimento algo que obrigará a um acompanhamento mais dedicado a esta área importante para a empresa e para a modernização da infra-estrutura.

Social

No âmbito da política social a actuação da REFER pode ser analisada em duas vertentes:

1. Responsabilidade social interna – As políticas de recursos humanos e

de segurança e saúde até hoje implementadas são demonstrativas de uma observância atenta e continuada das necessidades dos colaboradores, reflectindo-se nomeadamente ao nível do conjunto de apoios à educação e de incentivos ao desenvolvimento profissional quer dos colaboradores da empresa quer dos seus familiares (lar ferroviário, colónias de férias, apoio a Associações desportivas e sociais ferroviárias, etc); Programa de apoio à deficiência, nomeadamente no que respeita aos problemas de mobilidade e/ou de meios de trabalho adaptados às diferentes deficiências; Melhoria qualitativa dos processos de trabalho através do incremento da digitalização e dos meios electrónicos de arquivo e de transmissão da informação (abandono gradual do arquivo tradicional em suporte papel).

2. Responsabilidade social externa – nesta vertente a actuação da REFER tem-se centrado no relacionamento com os utentes e as populações vizinhas da Rede Ferroviária Nacional. A este nível regista-se nomeadamente:
 - o apoio à reabilitação urbana das estações e zonas envolventes em colaboração com as Autarquias;
 - a realização de campanhas de promoção do uso do transporte público (e, particularmente, da ferrovia) nas zonas urbanas e na sensibilização para o respeito das regras de segurança em passagens de nível;
 - Apoio à recolha periódica de sangue junto dos colaboradores para entrega aos serviços de saúde;
 - a divulgação da actividade da empresa e suas associadas através do Portal;
 - Manutenção de um programa de estágios académicos protocolados com várias instituições académicas de ensino médio e universitário;
 - Apoio a instituições de carácter social como Associações de Bombeiros Voluntários de várias localidades e organizações não governamentais como os Médicos do Mundo;
 - Documento Código de Ética. Este documento propõe um conjunto de princípios gerais de conduta, determinantes para a qualidade dos serviços prestados, procurando igualmente estimular uma dinâmica de aplicação de boas práticas empresariais.

Objectivo 2009: Desenvolver e consolidar a actuação da Empresa na linha dos objectivos traçados em 2008, relativamente ao Grupo Refer, visando a optimização dos recursos comuns às várias Empresas e promovendo o aproveitamento de sinergias.

Consolidar a estratégia de desenvolvimento Organizacional e dos Recursos Humanos da Empresa, garantindo a Gestão do conhecimento interno, o desenvolvimento das competências profissionais, a qualifi-

cação dos activos, bem como o reforço da cultura de liderança e de Responsabilidade Social.

Objectivo 2010: Reconversão de pessoal operacional, sobretudo no que diz respeito à passagem de Guardas de Passagem de Nível para o Apoio Geral e Administrativo e de colaboradores da área da circulação da região Norte e Centro para a carreira da manutenção.

Ética – Um Compromisso da REFER

Relativamente à ética empresarial, a Comissão de Ética prosseguiu com a sua actividade de acompanhar a implementação do Código de Ética e de Conduta da REFER, bem como de divulgar o seu conteúdo. Nesta última vertente membros da Comissão de Ética realizaram reuniões com as estruturas da empresa, participaram nos estágios de integração e foi criada uma área de ética no portal onde a Comissão divulga as melhores práticas neste domínio.

A tónica da actuação recaiu, essencialmente, em acções de divulgação e sensibilização que visaram enquadrar as diversas situações do quotidiano laboral à luz dos princípios e valores fundamentais para a REFER, bem como das normas de conduta em vigor.

A Comissão de Ética continuou, também, a acompanhar os casos que lhe foram submetidos, muitos dos quais para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação prática do Código, o que significa que os colaboradores o utilizam como mais uma ferramenta de trabalho, tendo interiorizado os seus princípios e normas de conduta.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a actuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

O código de Ética e de Conduta, poderá ser consultado em www.refer.pt. Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço electrónico comissao.etica@refer.pt.

Desempenho Económico

A REFER, que tem como objecto principal a prestação do serviço público de gestão da infra-estrutura ferroviária nacional, procura desempenhar um papel determinante no sentido de inverter a tendência de utilização do transporte individual, através da melhoria do serviço prestado aos utilizadores da ferrovia, oferecendo-lhes segurança, conforto, rapidez e pontualidade, atributos que são perceptíveis e valorizados pelo consumidor.

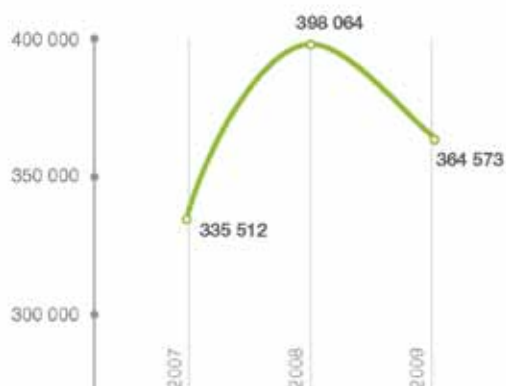
No âmbito da sua actividade a REFER tem dinamizado, por conta do Estado, grandes projectos de investimento, tendo em vista a modernização e desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional. Modernização, porque só assim é possível proporcionar aos operadores condições que lhes permitirão oferecer um serviço de qualidade aos utilizadores finais. Desenvolvimento, porque a Rede Ferroviária Nacional contribui para a coesão e o desenvolvimento económico e social de todas as regiões do país. Em resumo, atendendo às crescentes necessidades de mobilidade da população e em perfeita sintonia com o mercado europeu, a REFER tem a sua estratégia orientada para a revitalização e promoção da utilização do comboio como meio de transporte preferencial em condições de fiabilidade e segurança, e em sintonia com as políticas ambientais.

Principais Indicadores

O valor do investimento executado pela REFER no período 2002 a 2009 situa-se acima dos 3 mil milhões de euros. No ano de 2009 o investimento em modernização da infra-estrutura foi de 365 milhões de euros, menos 8% que em 2008.

Investimento em Modernização

[milhares de euros]



Nos três últimos anos os investimentos foram financiados da seguinte forma:

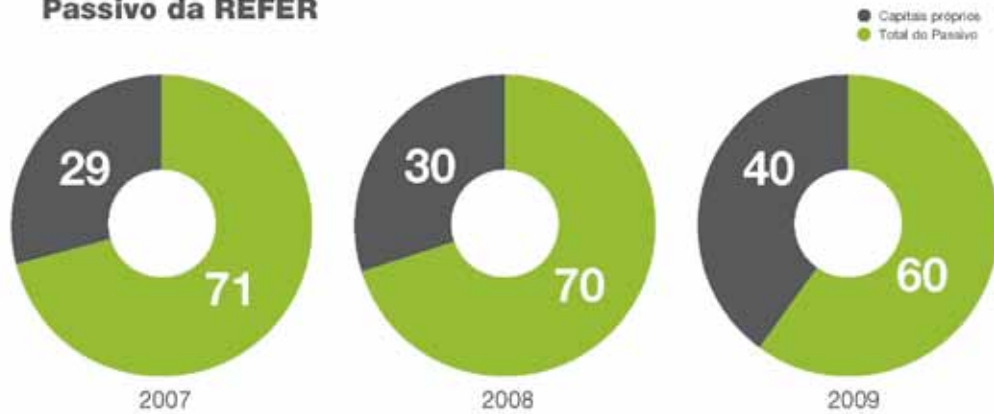


Apesar de em 2008 a REFER não ter obtido financiamentos do Estado, em 2009 esse valor ascendeu a 10 milhões de euros, utilizado para cobertura de investimentos no Ramal de Ligação ao Porto de Aveiro e à Variante de Alcácer. Apesar da difícil situação económica do País e da delicada conjuntura económica mundial, a REFER tem mantido elevados níveis de investimento. Assim, em 2009, o total de investimentos da REFER foi de 365 milhões de euros, menos 8% que no ano 2008. O facto de nos últimos anos os financiamentos por parte do Estado terem reduzido influenciou o aumento do recurso ao financiamento externo, tendo conduzido a empresa a uma degradação da sua situação económica e financeira.

(milhares de euros)

	2007	2008	2009
Total do Passivo	2 332 313	2 750 050	1 925 063
Capitais Próprios	-973 755	-1 155 239	-1 268 018
Total do Activo	1 358 558	1 594 811	657 045

O passivo da REFER tem vindo a crescer nos últimos anos, no entanto em 2009 essa tendência alterou-se, atingindo no final do ano o valor de 1925 milhões de euros, representando uma diminuição de 30% quando comparando com 2008.

Passivo da REFER

A diminuição de 825 milhões de euros do passivo, cerca de 30%, deve-se a uma diminuição de 61% nos Empréstimos Obtidos afectos à Gestão da Infra-estrutura. Este facto reflete o aumento do apoio do Estado, avilizando a emissão de dívida, para apoio à actividade de investimento. Esta mesma razão justifica a diminuição do Activo.

No que se refere ao valor do Capital Próprio da REFER, verifica-se um agravamento do mesmo, devido aos anos sucessivos de acumulação de resultados líquidos negativos.

(milhares de euros)

	2007	2008	2009
Capitais Próprios	-973 755	-1 155 239	-1 268 018

(milhares de euros)

	2007	2008	2009
Volume de Negócios	73 212	71 629	71 541
Resultado Operacional	-97 072	-94 527	-102 100
Resultado Líquido	-162 830	-181 484	-112 780

Resultados Operacionais

Os resultados Operacionais da REFER, têm vindo a piorar nos últimos anos, tendo atingido em 2009 o valor negativo de 102,1 milhões de euros, significando um agravamento de 8% quando comparado com 2008 e de 5% comparando com 2007. Este valor deriva, principalmente, do acréscimo dos custos das vendas em 2009, com um aumento de 41% (+2,4 milhões de euros), quando comparado com o ano anterior.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros, em 2009, registaram uma significativa melhoria de cerca 76 milhões de euros, +88%, face a 2008.

A recuperação destes resultados deveu-se ao aumento expressivo nos Resultados Financeiros da Actividade de *Hedging* que, em 2009, alcançaram terreno positivo, ascendendo a 31,7 milhões de euros e ainda à diminuição dos encargos financeiros suportados com a dívida, fruto da queda das taxas de juro.

Resultado Líquido

O presente exercício apresenta um Resultado Líquido negativo de 113 milhões de euros, o que representa um valor inferior ao registado em 2008, sendo esta diferença de 69 milhões de euros.

O peso do Total de Proveitos no Total de Custos passou de 62% em 2008 para 72% em 2009.

O progresso do Resultado Líquido explica-se essencialmente pelo desagravamento do Resultado Financeiro.

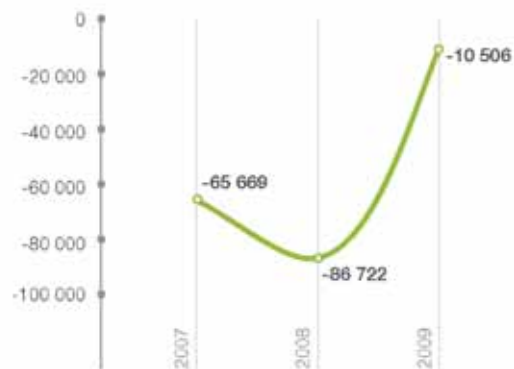
Resultados Operacionais

[milhares de euros]



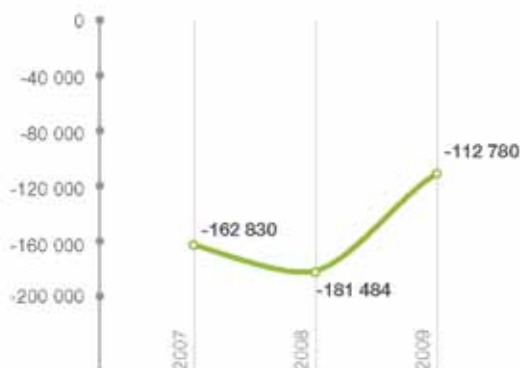
Resultados Financeiros

[milhares de euros]



Resultado Líquido

[milhares de euros]



Stakeholders



Lista de Partes Interessadas		Expectativas e Necessidades	Formas de Comunicação
Accionista	Estado	Resultados obtidos Estabilidade Social Cumprimentos das obrigações de serviço público Comportamento social e ambiental responsável	Relatórios de Gestão Contrato de Gestão Reporting Claro e Transparente
Clientes	Operadores ferroviários Utilizador do Transporte Ferroviário	Oferta de rede em condições de segurança Confiança e satisfação no serviço oferecido	
Fornecedores		Transparência Cumprimento dos prazos pagamentos Aumento do investimento da empresa gerando novos fornecimentos	
Tutelas	Ministério das Obras Públicas e Transportes Ministério das Finanças		
Tutelas			
Entidades Financeiras			
Entidades Supervisoras	CMVM IGOPTC IGF		
Comunicação Social		Acesso a informação fiável e relevante	
Comunidade em Geral			
Regulador	IMTT	Padrões de qualidade nos produtos e serviços	Reporting regular
Colaboradores		Remunerações adequadas Estabilidade (segurança de emprego, salário e protecção social) Oportunidade de evolução e progressão profissional Boas condições de trabalho	Informação regular Comunicação personalizada
Sindicatos e Comissões de trabalhadores		Respeito pelas suas opiniões Negociação transparente Participação em processos de negociação laboral	Reuniões frequentes

Accionista

O Estado enquanto único accionista da REFER tem um papel primordial no desenvolvimento sustentável da Empresa, tendo o compromisso de assegurar apoio financeiro à REFER através da atribuição de dotações financeiras anuais, quer para cobertura do investimento, quer para cobertura dos custos associados ao serviço público de gestão da infraestrutura.

Nos últimos 3 anos, as prestações financeiras do Estado foram as seguintes:

	(milhares de euros)		
	2007	2008	2009
Dotações de Capital	0	0	0
Capítulo 50 do Orçamento de Estado	5 000	0	10 000
Indemnizações Compensatórias	31 017	33 613	38 149
TOTAL	36 017	33 613	46 149

Do quadro anterior destaca-se a diminuição do esforço financeiro do Estado no ano de 2008, sendo que em 2009 esse valor aumentou 37% (ano 2008: 33,6 milhões de euros; ano 2009: 46,1 milhões de euros). Verifica-se, ainda, um aumento constante, de 8%, no valor das Indemnizações Compensatórias nos últimos anos, e que, embora no ano de 2008 não tenha havido lugar a contributos para o investimento (capítulo 50 do Orçamento de Estado), no ano de 2009 esse valor foi de 10 mil euros que foram aplicados nas obras do ramal de Ligação ao Porto de Aveiro e à Variante de Alcácer.

De notar, contudo, que a importância do Estado enquanto accionista passa também pela concessão de avals a pedidos de empréstimo da REFER, e pelo peso que tem na atribuição da notação de *rating* (indexada à notação da República Portuguesa).

Colaboradores

Em Dezembro de 2009, o número de trabalhadores a cargo era de 3 497, verificando-se uma redução de 59 trabalhadores a cargo ao longo do ano e denotando-se que em relação ao ano anterior a diminuição de trabalhadores foi mais acentuada.

	(milhares de euros)		
	2007	2008	2009
Número de Colaboradores a Dezembro	3 573	3 556	3 497

A nível financeiro, os Gastos com Pessoal, é uma das rubricas que representam uma maior expressão no Total dos Gastos, 24%. Nos últimos anos tem-se registado um decréscimo no número de efectivos, contudo essa diminuição não tem tido idêntica repercussão na rubrica de Gastos com Pessoal.

(milhares de euros)

	2007	2008	2009
Estrutura de Gastos com Pessoal			
Actividade Gestão da Infra-Estrutura			
Gastos com Pessoal	83 341	85 667	90 444
Gastos Totais Gestão da Infra-estrutura	206 452	199 752	206 281
Peso Gastos com Pessoal	40,37%	42,90%	43,85%
Estrutura de Gastos com Pessoal			
Actividade Investimentos			
Gastos com Pessoal	26 158	23 475	22 862
Gastos Totais Investimentos	47 421	44 625	48 245
Peso Gastos com Pessoal	55,16%	52,61%	47,39%

Na actividade de Gestão da Infra-estrutura, tem-se verificado que o peso dos Gastos com Pessoal no total dos gastos da actividade tem vindo a aumentar. Já na actividade de Investimentos, nos últimos anos tem havido uma redução dos gastos do pessoal. **Fornecedores**

A importância da REFER relativamente a este grupo de "stakeholders" pode ser analisada em duas vertentes:

1. Investimento
2. Actividade de conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária.

(milhares de euros)

	2007	2008	2009
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)			
Actividade Gestão da Infra-Estrutura			
FSE Gestão da Infra-estrutura	104 427	97 099	101 053
Gastos Totais Gestão da Infra-estrutura	206 452	199 752	206 281
Peso Custos com FSE no Total dos Gastos	50,58%	48,61%	48,99%
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)			
Actividade Investimentos			
FSE Investimentos	9 739	8 892	6 179
Gastos Totais Investimentos	42 426	44 625	48 245
Peso Custos com FSE no Total dos Gastos	22,96%	19,93%	12,81%

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos no total dos gastos da empresa, foi em 2009 de 27%, sendo que em 2008 essa percentagem tinha sido de 21%. Do valor dos Fornecimentos e Serviços Externos registados em 2009, depara-se com uma estabilização do valor dos subcontratos e de um aumento do valor de Outros Fornecimentos e Serviços Externos. A actividade de Gestão da Infra-estrutura, registou em 2009 um aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos de 4%, comparando com 2008. O peso desta rubrica no total dos gastos da actividade, foi em 2009 de 49%, tendo-se mantido quando comparado com 2008.

Clientes

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infra-estrutura ferroviária.

No grupo dos grandes clientes da REFER, estão as empresas:

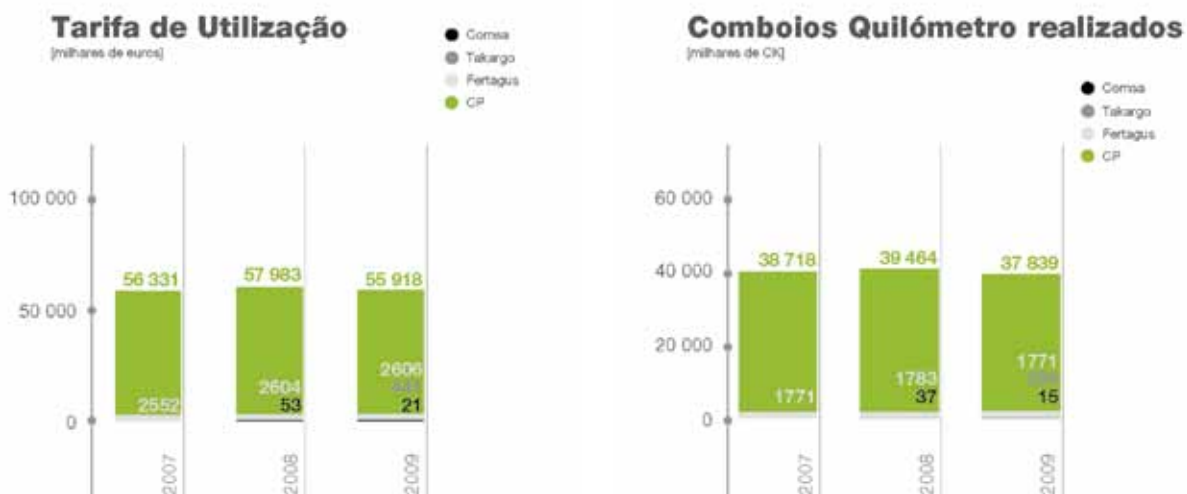
- CP – Comboios de Portugal,
- CP Carga
- FERTAGUS
- TAKARGO e
- COMSA

O cliente CP realizou, em 2009, cerca de 38 milhões de Comboios / Quilometro (Ck), a que corresponde o montante de 56 milhões de euros. A FERTAGUS realizou 1,8 milhões de Ck a que corresponde o montante de 3 milhões de euros. A TAKARGO, operador exclusivamente de transporte de mercadorias, registou em 2009, 284 mil Comboios / Quilometro (Ck), correspondendo a 441 mil euros. O operador COMSA, começou em 2009 a efectuar testes e formação de maquinistas, registou neste ano 15 mil Comboios / Quilometro (Ck), equivalendo 27 mil euros.

A importância relativa dos operadores e a evolução da Tarifa de Utilização facturada está patente no gráfico.

A evolução do valor referente aos proveitos com a tarifa de utilização, cobrado aos operadores ferroviários, é retratada no seguinte quadro:

A rubrica referente aos proveitos provenientes da tarifa de utilização, tem um peso bastante dominante no total dos proveitos, cerca de 20%.



Sendo que o valor facturado ao operador CP pela tarifa de utilização, seja 19% do total dos proveitos.

(milhares de euros)

Tarifa de Utilização	2007	2008	2009
CP	56 331	57 983	55 918
Fertagus	2 552	2 604	2 606
Takargo		53	441
Comsa			21
Total de Facturação Tarifa de Utilização	58 883	60 641	58 986
Total Rendimentos	278 069	296 786	293 477
Gastos Totais Investimentos	20%	20%	19%

(milhares de ck)

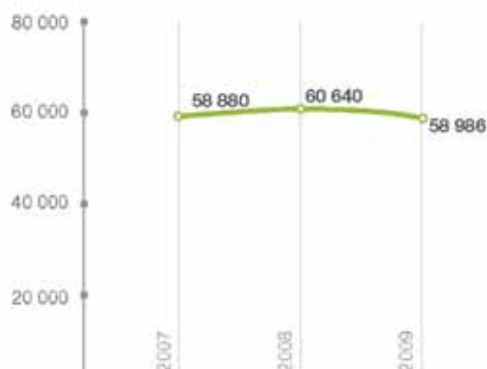
Ck Realizados	2007	2008	2009
CP	38 718	39 464	37 839
Fertagus	1 771	1 783	1 771
Takargo		37	284
Comsa			15
Total Ck	40 489	41 284	39 909

A evolução dos proveitos dos serviços essenciais para todos os operadores é evidenciada neste gráfico:

Analisando a evolução das receitas com o Operador CP, que é o detentor da quase totalidade do tráfego que circula na rede ferroviária nacional, representa 95% dos Ck realizados, torna mais evidente a evolução anual dos proveitos relativa aos serviços essenciais.

Evolução Tarifa de utilização Serviços Essenciais

(milhares de euros)



Os serviços prestados aos Operadores envolvem também:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infra-estruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia eléctrica de tracção;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

O valor das indemnizações compensatórias atribuídas à REFER pelo Estado a título de normalização de contas foi de cerca de 36,15 milhões de euros, o que correspondeu a um incremento de 8% relativamente ao recebido em 2008 e de 17% relativo ao valor recebido em 2007.

Como é sabido, só uma parcela dos custos da actividade de gestão da infra-estrutura, são cobertos pela tarifa cobrada aos operadores ferroviários de passageiros e mercadorias. A parte restante, salvaguardando a eficiência da operação, deveria ter uma contrapartida pública o que não acontece ainda totalmente. Também a construção e manutenção da infra-estrutura tem sido financiada com recurso a capitais alheios. Para um futuro sustentado, eficiente e com atribuição de responsabilidades de gestão pensamos ser indispensável a procura de um quadro de sustentabilidade económica e financeira para a empresa.

Definido o quadro de actuação e contando com o apoio que sempre recebemos da tutela, a dedicação e empenho dos trabalhadores e o apoio das demais entidades de controlo e regulação, consideramos reunir os pilares para a construção de um futuro estável para a REFER.

Desempenho Social

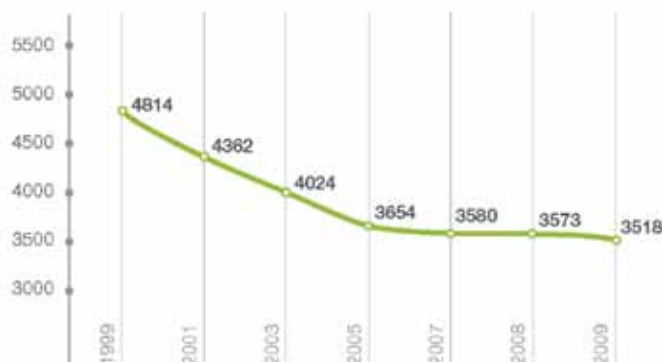
Apesar de a REFER ter completado 12 anos de existência em 2009, as suas origens remontam à criação dos caminhos-de-ferro em Portugal. Os seus colaboradores são detentores de um *know-how* centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais activos estratégicos da empresa. Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objectivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objectivos estratégicos da organização.

Emprego

Evolução do Efectivo

Durante o ano de 2009 verificou-se uma redução do efectivo médio da REFER, reflectindo a adaptação da organização aos diversos programas de modernização da actividade ferroviária implementados ao longo dos últimos anos.

Evolução do Efectivo REFER



Desde 1999 a redução do número de trabalhadores da REFER ascendeu a 2.969, o que representa 46% do efectivo inicial. Em 2009 a empresa contou em média com 3.518 colaboradores, menos 55 do que em 2008.

Saídas 2009

O ano que agora terminou caracterizou-se por um aumento das saídas da empresa relativamente a 2008. Assim, em 2009 verificaram-se 122 saídas face às 64 concretizadas no período anterior. O principal catalisador deste crescimento foi o número de rescisões por mútuo acordo, claramente superior a 2008 (de 34 para 78). Este tipo de acordos representa 64% do total de saídas da REFER, o que é demonstrativo do esforço feito pela empresa no sentido de se adaptar ao novo paradigma tecnológico do sector ferroviário.

Saídas por Motivo . 2009

[N]



O ano de 2010 voltará a trazer novos desafios no capítulo do ajustamento do efectivo às reais necessidades do serviço prestado. É expectável que no ano corrente o número de saídas se mantenha aos níveis de 2009. No entanto, as restrições legais relativas ao número de rescisões por mútuo acordo com direito a subsídio de desemprego continuam a ser um factor limitador.

Recrutamento e Mobilidade 2009

O ano 2009 ficou marcado pela implementação dos programas de mobilidade de pessoal com o objectivo de prover os novos Centros de Comando Operacional (CCO) de Lisboa e Porto de colaboradores qualificados para as funções em aberto e alocar excedentes a outros postos de trabalho com o mínimo de impacto social para os trabalhadores em questão. Neste sentido, em 2009, a REFER continuou a procurar soluções internas para as necessidades de pessoal que surgiram ao longo do ano.

Procedeu-se à reconversão profissional de mais 122 colaboradores, com destaque para os 28 Controladores de Circulação reenquadrados como Operadores de Infra-Estruturas e para as 12 Guardas de Passagem de Nível que transitaram para o Apoio Geral e Administrativo. Por outro lado, ficou praticamente completo o Projecto de Migração de Escriturários para Assistente de Gestão.

Estas integrações em novos postos de trabalho exigiram aos colaboradores a aquisição de competências técnicas e pessoais necessárias à execução adequada das futuras tarefas. Neste âmbito, procedeu-se ao levantamento de competências que permitiu desenhar estratégias de formação e aprendizagem no sentido de se conseguir uma mais rápida adaptação à nova realidade profissional de cada trabalhador.

Paralelamente, sempre que necessário a REFER desenvolveu processos de recrutamento externo com vista a preencher competências críticas, pessoais e técnicas, essenciais para a concretização dos objectivos estratégicos da organização. Neste caso, destaca-se o reforço dos quadros técnicos da empresa com 38 novos colaboradores, em linha com a política de aumento das qualificações profissionais do efectivo da empresa.

O ano de 2009 ficou ainda marcado pela criação do Programa de Estágios Renovar REFER, no âmbito do qual foram recrutados 16 estagiários para áreas ligadas ao core-business da organização. Este projecto tem uma duração inicial de 12 meses, findo o qual será do interesse da empresa a integração dos participantes nos seus quadros. Para além disso sublinha-se a continuidade ao Programa de Estágios Convencionais, agora direccionado apenas para recém-licenciados com formação nas áreas de apoio da empresa.

O ano transacto caracterizou-se igualmente pela continuidade dada à realização de estágios de integração dos colaboradores recém-admitidos. Nestas acções participaram 16 colaboradores bem como alguns dos principais responsáveis da empresa, tendo sido alcançados altos níveis de satisfação.

Em 2010 é expectável que a aposta da REFER se mantenha na reconversão de pessoal operacional, sobretudo no que diz respeito à passagem de Guardas de Passagem de Nível para o Apoio Geral e Administrativo e de colaboradores da área da circulação da região Norte e Centro para a carreira da manutenção. Para além disso, e no sentido de preparar a empresa para os objectivos de médio e longo prazo, está prevista a continuação do recrutamento de estagiários através do Programa de Estágios Renovar REFER.

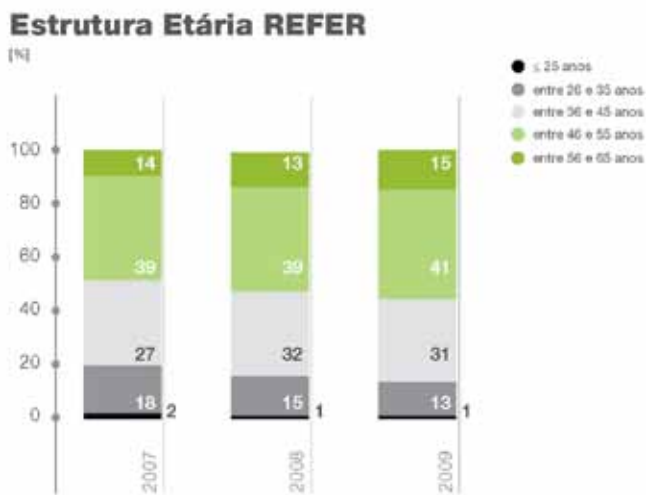
Turnover 2009

Embora o aumento do número de saídas tenha tido um impacto significativo no *turnover* da REFER, considera-se que este se mantém em níveis muito baixos o que reflecte a estabilidade e segurança oferecida pela empresa aos seus colaboradores.

Turnover	2008	2009
Saídas		
Efectivo Médio	1,8%	3,5%
Saídas + Entradas		
$\frac{\quad}{2}$ Efectivo Médio	1,5%	2,6%

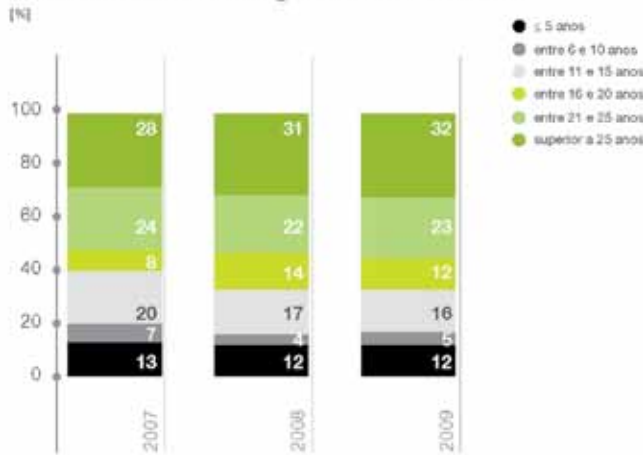
Estrutura Etária e de Antiguidade

Analisando a estrutura etária do pessoal da REFER constata-se que existe uma clara predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos. Em comparação com o ano anterior a média de idades aumentou de 45,5 para 45,8 anos.



Por seu turno a antiguidade média aumentou também para 20,4 anos. Os trabalhadores com mais de 25 anos de antiguidade continuam a ser aqueles que têm maior peso na estrutura do efectivo da empresa.

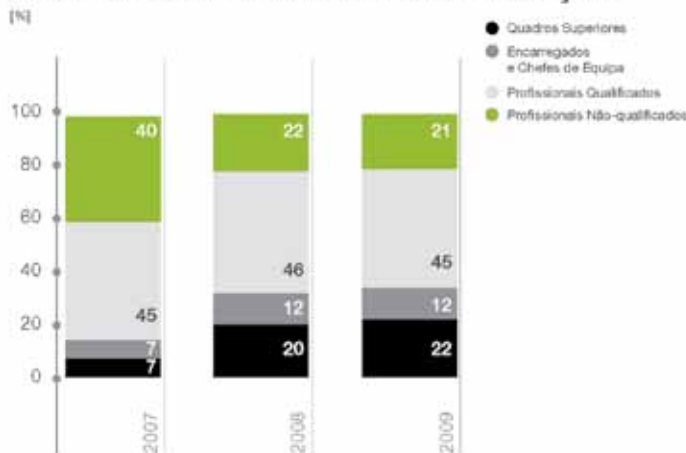
Estrutura de Antiguidades REFER



Qualificações Profissionais

A renovação do efectivo da REFER tem tido um forte impacto no nível de qualificações dos seus profissionais. O grupo de "Profissionais Qualificados" continua, tal como há 10 anos, a ser aquele que enquadra um maior número de colaboradores. No entanto, é significativa a perda de peso da classe de "Profissionais Não Qualificados" em detrimento do aumento do número de "Quadros Superiores". Esta tendência justifica-se pela concretização das já referidas políticas de modernização da actividade ferroviária que deram lugar à necessidade de recrutamento de técnicos altamente especializados, compensando a saída de pessoal operacional significativamente menos qualificado.

Pessoal REFER . Níveis de Qualificação



Distribuição Territorial

A região de Lisboa é a que tem maior concentração de colaboradores (40%) uma vez que é neste distrito que se encontram sediados a maior parte dos órgãos corporativos da empresa e onde existe um maior volume de tráfego ferroviário.

Trabalho e Relações Laborais

Sindicalização

A grande maioria dos colaboradores da empresa (69%) está representada em 21 organismos sindicais. Destaca-se em 2009 criação do novo sindicato APROFER (Associação Sindical dos Profissionais do Comando e Controlo Ferroviário), que conta com uma representação significativa no CCO de Lisboa.

Paz Social

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as ORT e com a Comissão de Trabalhadores não se registando durante 2009 conflitos e problemas de relacionamento laboral dignos de nota.

Segurança e Saúde no Trabalho

No que diz respeito à vertente da segurança e saúde do trabalho em 2009, a empresa centrou uma vez mais os seus esforços na promoção do cumprimento de requisitos legais e de princípios de responsabilidade social, destacando-se a realização de actividades nos seguintes domínios:

- **Enquadramento de empreiteiros e prestadores de serviços externos**, tendo sido efectuadas 18 auditorias/inspecções e 33 visitas a obras. Fora ainda Elaborados 14 Planos de Segurança e Saúde, 5 Compilações técnicas, 6 Fichas de Procedimentos de Segurança e 34 pareceres técnicos. No que toca ao apoio a serviços contratados ao exterior, procedeu-se à análise documental de 63 Planos de Segurança e Saúde, 5 documentos de regulamentação de segurança, 11 Compilações Técnicas e assegurada a participação em 26 reuniões;
- **Contratação**, com a intervenção em 91 mesas de contratação de empreitadas, 54 avaliação de propostas, 150 documentos analisados e 29 reuniões realizadas;
- **Vertente interna e em análise de risco**, onde foram efectuadas 37 visitas às frentes de trabalho, elaboradas 60 Fichas de Avaliação de Riscos, e editados 4 Manuais de procedimentos de segurança, res-

Distribuição Territorial dos trabalhadores REFER



Taxa de Sindicalização 2009



Distribuição do Pessoal Sindicalizado



pectivamente associados aos trabalhos de Via, Pontes, Sinalização e Catenária e Energia de Tracção;

- **Prevenção dos riscos profissionais**, matéria em que foram criados e se desenvolveram cursos de segurança ferroviária no âmbito do projecto de certificação de formação profissional em segurança ferroviária de acordo com a IET77. Nestes cursos participaram técnicos, chefias intermédias e vigilantes, tendo sido formados 251 trabalhadores de um universo de 800 previstos para 2009-2010. No que diz respeito à formação em segurança do trabalho, realizaram-se 53 acções de formação que envolveram 488 participantes;
- **Vigilância médica e saúde dos trabalhadores**, no qual se destacam os diversos pareceres sobre as Condições de Trabalho e a condução do Plano Anual para a promoção de melhorias locais (PMCT). Foram ainda realizados 2941 exames médicos no âmbito da medicina do trabalho, 3519 testes de alcoolemia realizados internamente, gestão de 11 processos relativos ao sistema de reparação de acidentes de trabalho, 15 campanhas de desinfestação extraordinárias e algumas acções de reabilitação e recuperação de trabalhadores com restrições médicas. Procedeu-se também ao lançamento e desenvolvimento do plano de contingência interno para a ameaça de pandemia de gripe A, sua articulação com as orientações da DGS e a participação do IMT e da SET.

Para o ano 2010, está programado o reforço do enquadramento de segurança das empreitadas, através não só do desenvolvimento da estrutura regulamentar de procedimentos obrigatórios e da elaboração de fichas de análise de riscos dos trabalhos adjudicados ao exterior, mas também do reforço da formação e sensibilização para a segurança ferroviária. É importante referir que, no corrente ano, a formação em segurança ferroviária incidirá não só sobre quadros da REFER, mas também de empreiteiros e prestadores de serviços externos.

Segurança de Pessoas e Bens

A actuação da REFER no que diz respeito à Segurança de Pessoas e Bens centrou-se nas seguintes áreas:

- **Análise de risco e identificação de vulnerabilidades** numa extensa cobertura geográfica da infra-estrutura ferroviária, com a efectivação de 331 estudos, dos quais 200 se concentraram em estações e apeadeiros. Acrescentam-se ainda 14 intervenções no âmbito de ocupações ilegais;
- **Promoção da segurança de pessoas e bens**, através do apoio a 2 campanhas dirigidas à população escolar e ao risco das PN;
- **Melhoria da qualidade da vigilância**, avançando-se decisivamente na estruturação de processos de vigilância (humana e técnica) e prevenção de ameaças com o recurso a modernas tecnologias na sistematização da recolha, comunicação e tratamento de informação de segurança. Foi também revisto o contrato de prestação

de serviços externos de vigilância privada, no valor real de 4,135 milhões de euros anuais, traduzido num reforço de meios e pessoal – 72 postos de vigilância (mais 15 novos postos). Iniciou-se o programa de informatização dos postos de vigilância privada, desenvolveu-se a cobertura do espaço ferroviário por meio de sistemas de video-vigilância com o apoio de novos equipamentos e a transformação de outros que se vão tornando obsoletos – 273 novas câmaras CCTV instaladas. Destaque ainda para o Reforço do apoio ao tratamento da informação recolhida pelos sistemas de CCTV da empresa, para o acompanhamento do crescimento exponencial das solicitações de imagens gravadas por parte das entidades policiais e judiciais (384 solicitações formais) e para a automatização, via Sistema Integrado de Controlo de Acessos (SICA), do acesso a 15 edifícios da empresa (total acumulado).

- **Capacidade de Resposta em Situações de Emergência**, área na qual se concretizaram 13 acções de formação e sensibilização a pessoal interno, com um total de 305 participantes. Com a entrada em vigor de nova legislação sobre as condições de segurança contra incêndios em edifícios (CSCIE), houve necessidade de rever o levantamento, análise, caracterização e requisitos de condições locais, tendo sido elaboradas 55 fichas das condições técnicas de segurança contra incêndios em espaços concessionados nas estações, envolvendo todas as estações da grande Lisboa, 13 fichas técnicas relativas a estações, e 100 fichas relativas a edifícios. Foram também realizadas 9 simulações de exercícios de evacuação de edifícios da empresa.

Para o ano 2010, espera-se consolidar as estruturas iniciadas para a prevenção da pequena criminalidade, vandalismo e trespasso abusivo do espaço ferroviário, e reforçar as medidas de protecção das infra-estruturas críticas em linha com os impulsos comunitários de combate à alta criminalidade e ao terrorismo, em estreita articulação com as Forças e os Serviços de Segurança do Estado. Noutra vertente, serão desenvolvidas as relações institucionais com entidades oficiais representadas pela DGS, IMTT, SET, ANPC e outras ligadas às funções de socorro e salvamento, na protecção da infra-estrutura ferroviária nacional.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Sistema de Gestão do Desempenho e Potencial (SGDP)

Passado um ano da recuperação do modelo de Gestão de Desempenho, 2009 caracterizou-se pela análise e implementação de melhorias que visaram aumentar a eficiência do Sistema e o seu alinhamento com as características da empresa. Assim, identificam-se as seguintes alterações ao SGDP:

- Introdução da Componente de Atitude Pessoal: diferenciação da avaliação através da valoração do empenho, do interesse e da disponibilidade demonstrada pelos colaboradores;

- Revisão da descrição das competências, níveis de proficiência e perfis profissionais: tornar a definição das competências e dos níveis de proficiência mais claros e objectivos e ajustar os perfis às actuais exigências e contexto dos colaboradores da Empresa;
- Avaliação diferenciada em função do desempenho de cada órgão;
- Elaboração de Documentação Suporte, Manual de Apoio e Directório de Competências e Perfis Profissionais;
- Alteração das etapas do processo e respectivo calendário;

Por fim refere-se que, à semelhança da avaliação do desempenho de 2007, foram avaliados todos os colaboradores da REFER que estiveram ao serviço pelo menos por 6 meses no ano de 2008.

Formação

A formação ministrada aos colaboradores da REFER ao longo do ano de 2009 enquadrou-se na "Estratégia de Formação 2007-2010", orientada para garantir um melhor alinhamento entre competências definidas pelo efectivo da empresa e os objectivos estratégicos a que esta se propôs atingir.

Com base num orçamento de 1 100 000 euros realizaram-se 827 acções de formação nas quais participaram 7662 trabalhadores, o que correspondeu a um volume de formação de 107067 horas.

A formação realizada permitiu abranger diversas áreas transversais a toda a organização, destacando-se, pela sua importância e número de colaboradores participantes, as seguintes acções:

- **Formação Técnica Ferroviária** – Destacam-se as acções que incidiram sobre a formação profissional em segurança ferroviária no âmbito do cumprimento da Instrução de Exploração Técnica 77 (IET77). Nestas acções participaram 251 colaboradores representativos de várias funções (director técnico, responsável de segurança, coordenador de segurança, responsável dos trabalhos e vigilantes);
- **Programa de Desenvolvimento das Chefias Intermédias** – O objectivo principal consistiu no reforço das competências de liderança dos colaboradores das categorias de Inspector de Circulação, Inspector de Infra-Estruturas e Especialista. Neste programa participaram 72 chefias intermédias e 52 hierarquias;
- **Formação na área de Liderança e Gestão** – Realizada com o intuito de desenvolver competências de gestão de pessoas e liderança, bem como de uniformizar conceitos e princípios operativos. Nestas acções participaram 69 colaboradores, directores de 1ª e 2ª linha da organização.

- **Programa de Estágios Renovar REFER** - Dirigido às áreas técnico ferroviárias da empresa, foi criado com o objectivo de fazer frente às crescentes dificuldades de recrutamento num mercado de trabalho competitivo, ao aumento da idade média da empresa e ao risco de perda de Know How interno com a possível saída a médio prazo de alguns dos quadros técnicos mais experientes da empresa. No primeiro ano foram recrutados, pelo período de um ano, 16 estagiários licenciados em engenharia. Este programa inclui uma primeira fase de formação organizacional centrada no conhecimento profundo da empresa, uma segunda fase de formação ao nível da engenharia - via, geotecnia, catenária e energia de tracção, monitorização e performance da infraestrutura e sinalização e compatibilidade electromagnética - e uma terceira fase em que os estagiários estarão em contacto com as equipas técnicas às quais pertencerão no futuro. No final do primeiro ano de estágio, perspectiva-se que os estagiários estejam preparados para integrar os quadros da REFER.

Sublinha-se a intenção de se realizar uma nova edição deste programa a iniciar em 2010 com o recrutamento estimado de 8 estagiários igualmente da área da engenharia.

Para além da realização destas acções de formação, iniciou-se também um programa de visitas de colaboradores de órgãos de apoio da empresa a diversas obras ferroviárias em curso ou outros pontos de interesse, como a ponte 25 de Abril, o túnel do Rossio, os CCO de Lisboa e Porto ou as obras da variante de Alcácer. Nestas visitas participaram 45 colaboradores que tiveram assim a oportunidade de conhecer mais de perto o negócio da REFER.

Benefícios dos Colaboradores

O Plano de Benefícios Sociais da REFER tem como objectivo fornecer aos seus trabalhadores um conjunto de apoios e benefícios que constituam uma verdadeira compensação, paralela à remuneração. Neste âmbito a empresa formalizou uma série de protocolos nas áreas da saúde, educação, cultura e desporto, dos quais os seus colaboradores poderão usufruir e entre os quais se destacam:

- **Seguro de Saúde** - Aplicável a qualquer colaborador da empresa, com cobertura de 90% das despesas de saúde de qualquer especialidade médica realizadas na rede convencionada "Advance Care". Para além disso, todas as consultas realizadas fora da rede convencionada (qualquer médico, clínica ou hospital) beneficia também de uma participação de 70%. Sublinha-se que também os familiares poderão beneficiar deste seguro ficando neste caso o prémio do agregado familiar a cargo do trabalhador;
- **Seguro de Acidentes Pessoais** - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra profissionais de Invalidez Permanente e Morte;
- **Bolsas de Estudo** - Entregues aos filhos e equiparados que consigam a obtenção de médias iguais ou superiores a 14 valores entre o 9º

ano de escolaridade e o final do ensino superior. O valor gasto em 2009 ascendeu a 140 000 euros;

- **Subsídio de Pré-Escolaridade** - Atribuído a filhos e equiparados dos 4 meses aos 6 anos e que frequentam creches, jardins-de-infância ou amas reconhecidas pela Segurança Social. Neste âmbito refira-se que a partir de 2009 decidiu-se manter este apoio no casos de trabalhadores falecidos, ou em quem tenha sido atribuída a situação de invalidez permanente, decorrente de acidente de trabalho. Este benefício custou à empresa 135.000 euros, em 2009;
- **Festa de Natal e Aniversário REFER** - Destinadas a colaboradores e seus familiares. Em 2009 destacou-se a organização da festa de aniversário no Lar Ferroviário do Entroncamento, que proporcionou não só o convívio entre diferentes gerações de trabalhadores ferroviários, mas também obras de beneficiação do espaço que incluíram a terraplanagem para aumento da zona de estacionamento, limpeza dos terrenos adjacentes e criação de uma zona de cultivo. Ainda no âmbito deste evento foi criado o bilhete solidário cujas receitas reverteram a favor da construção do novo lar ferroviário do Pinhal Novo e através do qual se conseguiram angariar aproximadamente 10 000 euros;
- **Campos de Férias REFER** - Dirigidas a filhos de colaboradores entre os 6 e os 16 anos e que em 2009 se realizaram em São Martinho do Porto e no Cadaval, contando com a participação de 120 crianças e jovens.
- **Descontos e Parcerias** - Incidindo sobre serviços entre os quais se incluem combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios e cultura (teatros, livros, turismo e viagens etc).

É importante referir que, para além dos benefícios sociais acima descritos, os trabalhadores que transitaram da CP para REFER e respectivos familiares têm ao seu dispor Concessões de Transporte Ferroviário financiadas pela empresa. Esta é a componente que tem maior peso na estrutura de custos sociais da organização, com um valor de 3,3 milhões de euros em 2009.

Diversidade e Oportunidade

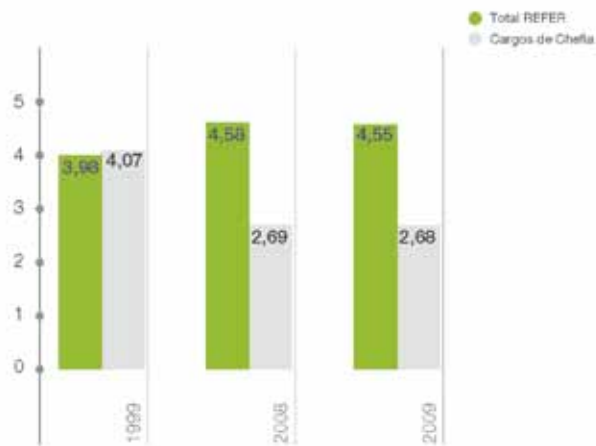
Igualdade entre Homens e Mulheres

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros. Este fenómeno deve-se sobretudo à natureza da actividade em causa, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco associadas às áreas operacionais, onde estão concentrados grande parte dos colaboradores.

Na última década o rácio Homens/Mulheres ficou ainda mais desequilibrado tendo em conta o elevado número de rescisões por mútuo acordo realizadas na categoria com maior presença feminina, as Guardas de Passagem de Nível.

Porém, a REFER tem pautado a sua actuação pelo tratamento se-

Rácio Homens/Mulheres



melhante dos colaboradores de ambos os sexos. Nos últimos anos inverteu-se a tendência de crescente supremacia do número de homens na empresa como consequência da diminuição do número de saídas de Guardas de Passagem de Nível e da entrada de muitos colaboradores altamente qualificados do sexo feminino. Entre 1999 e 2009 o rácio de chefias Homens/Mulheres baixou de 4,07 para 2,68.

Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre homens e mulheres e que em duas das categorias profissionais em que as mulheres têm maior representação, a sua remuneração base média é superior à dos seus colegas (Assistentes de Gestão e Técnicos).

Rácio M/F - VB por Categoria Profissional (categorias profissionais com dez ou mais mulheres)	M/F
Auxiliar de Apoio Geral	1,02
Operador de Apoio Administrativo	1,07
Assistente de Gestão	0,94
Técnico Júnior	1,02
Técnico	0,97
Técnico especialista	1,03

Desempenho Ambiental

Na sequência do quadro definido para a Política de Ambiente da empresa, uma das principais medidas que se entendeu necessário desenvolver ao nível da organização, foi a criação de uma rede de responsáveis operacionais de ambiente, integrados nas equipas técnicas disseminadas na empresa.

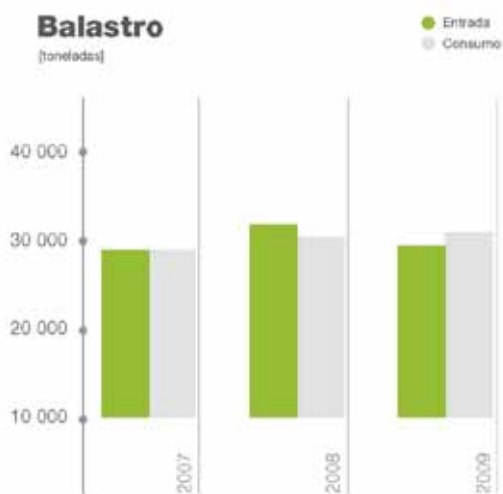
Tendo sido dada prioridade à área do investimento, espera-se que ao longo de 2010 se possa dar continuidade ao processo já iniciado na área da exploração e manutenção, integrando mais um elemento a dar apoio à área do ambiente.

Materiais

Entre os principais materiais consumidos pela REFER verifica-se, para o ano de 2009, um ligeiro aumento, no consumo de balastro e decréscimo no consumo total de travessas (madeira e betão, novas e usadas). A percentagem de reutilização de travessas face ao valor total sofreu igualmente um decréscimo de 26% para 18%, do ano de 2008 para 2009.

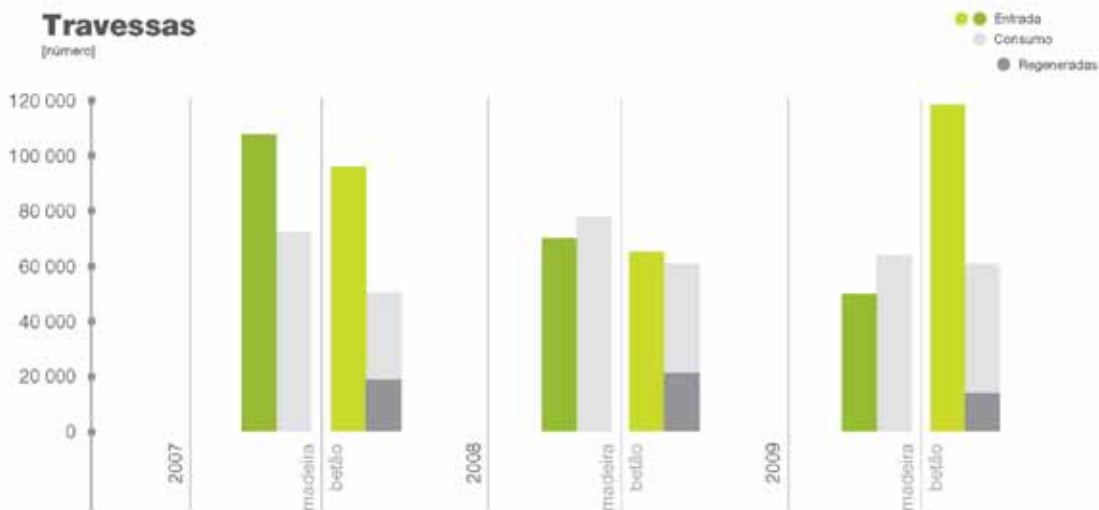
Balastro

(toneladas)

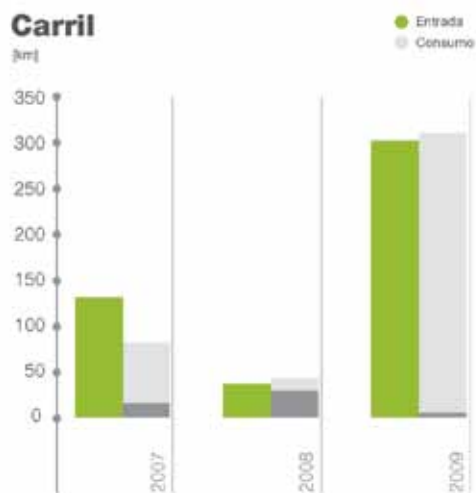


Travessas

(número)

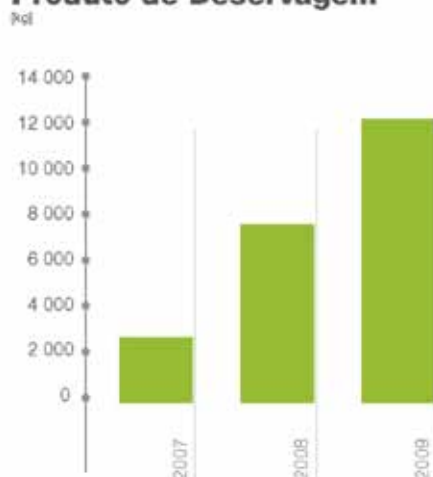


O consumo de carril, em 2009, sofreu um aumento considerável de cerca de 70%, face ao ano de 2007, e de cerca de 80% relativamente ao ano de 2008. A reutilização de carril usado face ao consumo total sofreu um decréscimo de 41% para 1% do ano de 2008 para o ano de 2009.



A intensificação nas acções de deservagem, para controlo do coberto vegetal, traduz-se num aumento da quantidade consumida de produtos fitofarmacêuticos nos últimos dois anos face ao ano de 2007. O crescimento foi mais acentuado em 2008 (64%) do que em 2009 (38%) face ao ano antecedente, 2007 e 2008, respectivamente.

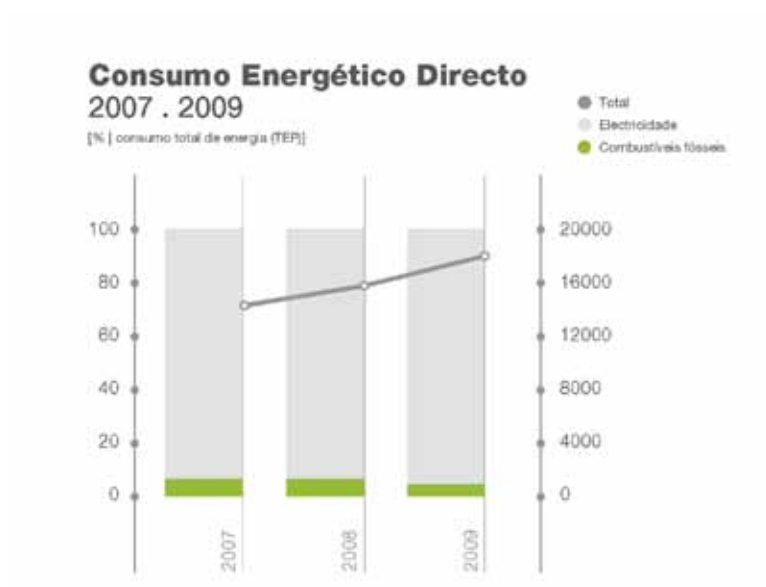
Produto de Deservagem



Energia

O consumo total de energia, no ano de 2009, sofreu um aumento de 14%, face ao ano de 2008 sendo que, o consumo de combustíveis fósseis apresenta uma redução de 20% no mesmo período, principalmente

devida à redução do consumo de gasóleo pela frota automóvel que se registou em 14%. O aumento do consumo total de energia deve-se à energia eléctrica que, face a 2008 registou um aumento de 16%.



Alinhada com as políticas comunitárias e nacionais em matéria da eficiência energética, a REFER, com vista à redução do consumo energético directo, no ano de 2009, deu início à definição da sua estratégia nesta área, procurando criar as bases de gestão necessárias e, complementarmente, traçando estratégias de acção com incidência no domínio das Estações e Edifícios.

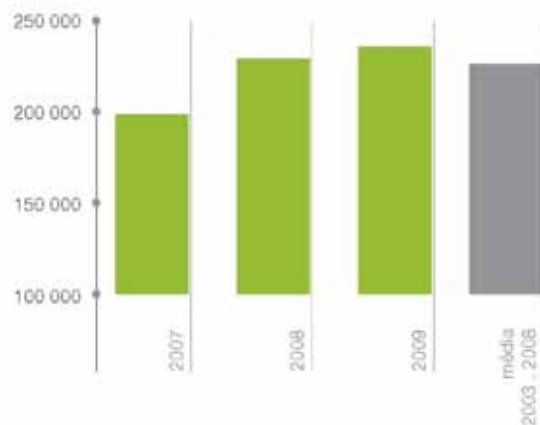
A energia consumida pelo transporte ferroviário de passageiros e mercadorias no ano de 2009 sofreu um decréscimo de 1.3% face ao consumo de 2008, tendo este último, registado um aumento de 0.2% face ao ano de 2007. Em 2009, a energia devolvida à rede pelo processo de frenagem (13%) apresentou um aumento de cerca de 5% face aos valores registados em 2007 e 2008.

Água

No ano de 2009, o consumo de água sofreu um aumento de 3% face ao valor registado em 2008 (230mil m³), aumento este, inferior ao que registou em 2008 relativamente ao ano anterior (15%).

Consumo de Água Abastecimento Público

[consumo de água - m³]



Biodiversidade

A percentagem de áreas sensíveis, áreas protegidas e áreas da Rede Natura, ocupadas pela rede ferroviária nacional mantém-se no valor de 2007, 8% e 7% face à rede ferroviária com tráfego e total, respectivamente.

Na sequência do compromisso B&B assumido pela empresa em 2007, prosseguiram em 2009 acções concretas que visam a promoção da biodiversidade, designadamente o desenvolvimento da Floresta Autóctone e a recuperação ecológica de uma Salina no Sado.

Promoção da Floresta Autóctone

A REFER associada ao programa Criar Bosques da Quercus, contribuiu financeiramente, garantindo o apoio técnico residente na Quercus, para o projecto e a plantação de cerca de 25.800 árvores e arbustos em 18 locais distintos de norte a sul do país, caracterizando-se os terrenos pelo seu carácter público, ou serem pertença de organizações com fins públicos.

Para além deste apoio, incitou os seus colaboradores a participarem nas plantações tendo sido organizados dois locais para este efeito, Afonsim (Vila Pouca de Aguiar) e Pampilhosa (Mealhada).



Afonsim (Vila Pouca de Aguiar) - 28 de Fevereiro de 2009

Promoção Ecológica de uma Salina no Sado

O programa de acções foi desenvolvido e apresentado ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade a fim de colher a sua aprovação enquanto entidade tutelar na zona da Reserva Natural do Estuário do Sado. Segue-se o desenvolvimento do projecto de execução.



Zona do Cristalizador da Salina Miranda e João Dias Santos, adquirida pela REFER

Impacte Ambiental

No ano de 2009 foram emitidas as Declarações de Impacte Ambiental (DIA) dos projectos "Estação de Alfarelos e Secções adjacentes" e "Plataforma Logística de Leixões - Pólo 2 - Gatões/Guifões", no âmbito da modernização da linha do Norte e do programa Portugal Logístico, respectivamente. Foi também emitido o parecer sobre o Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) relativo ao projecto "km 88+000-Entroncamento (exclusive)", da linha do Norte.

Monitorização Ambiental

No âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte ambiental (AIA) a REFER, no ano de 2009, procedeu à monitorização ambiental de diferentes aspectos ambientais, quer na fase de construção quer na fase de exploração, de vários empreendimentos.

Fase de Construção

Variante de Alcácer do Sal	Monitorização dos recursos hídricos superficiais. Monitorização da fauna.
Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	Monitorização da avifauna nidificante.
Variante da Trofa	Monitorização do ruído. Monitorização das vibrações. Monitorização dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais.

Fase de Exploração

Linha do Minho entre Lousado e Nine	Monitorização do aspecto ambiental ruído.
Ramal de Braga entre Nine e Braga	Monitorização do aspecto ambiental ruído.
Linha da Beira Baixa entre Mouriscas A/Castelo Branco	Monitorização do aspecto ambiental ruído.
Linha do Sul	Monitorização do aspecto ambiental ruído e vibrações
Linha de Évora entre Casa Branca/Évora	Monitorização do aspecto ambiental ruído.

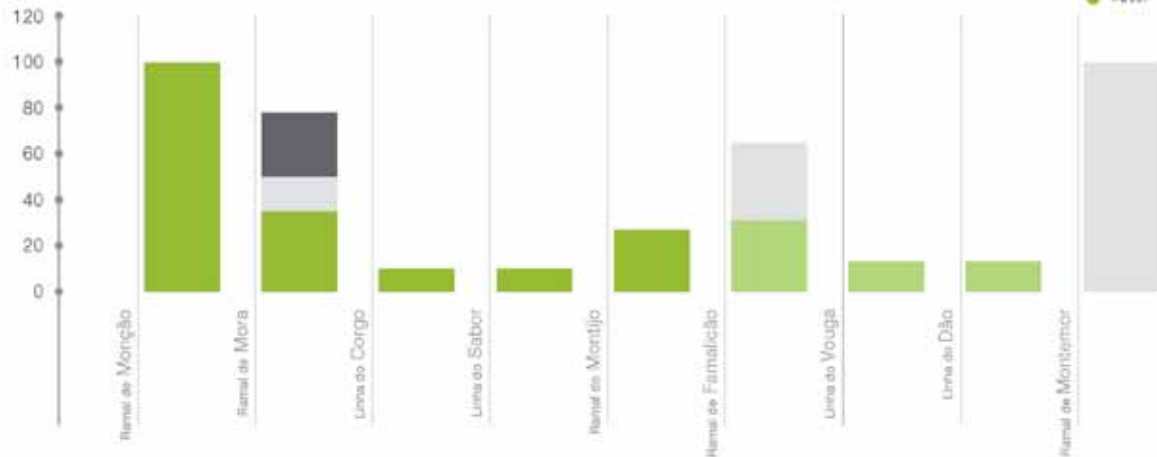
Recuperação Ambiental

Reabilitação do Património Desactivado

A rede de ecopistas em 2009 completou um total de 135 km, com a conclusão de 17 km (atravessamento do concelho de Arraiolos) no ramal de Mora.

Ecopistas

[extensão em utilização - %]



Projectos de Medidas Compensatórias

Como medida compensatória, por motivo do abate de sobreiros e azinheiras, associada às acções de manutenção ou investimento, a REFER em 2009 assumiu o compromisso de reflorestar um total de cerca de 75ha de áreas essencialmente de gestão pública (93%), particular (1.7%) e do Domínio Público Ferroviário (5.6%). Uma área de 38ha na zona de Sines, 32ha em Penamacor, 1.3ha na Trofa e 4.2ha em Santarém. Em 2009 ficaram consolidados os projectos de Sines e Trofa, a serem executados em 2010.

Paisagem

Nesta vertente a linha de actuação incidu na salvaguarda da inclusão de requisitos ambientais em cadernos de encargos/condições técnicas para projectos e empreitadas de estabilização de taludes/execução de estruturas de contenção, respeitando os princípios paisagísticos (ecológicos funcionais e estéticos), de forma a garantir a sua integração na paisagem.

Acompanhamento Ambiental na área da manutenção/exploração

No seguimento da estratégia delineada em 2008, consolidou-se em 2009 o acompanhamento efectivo dos contratos de manutenção, garantindo o cumprimento dos requisitos ambientais estabelecidos nos respectivos cadernos de encargos e das actualizações de legislação de ambiente que implicaram ajustamentos nos Sistemas de Gestão Ambiental desenvolvidos para cada Prestação de Serviços. Esse apoio dirigiu-se, particularmente, para o acompanhamento efectivo de 9



Parcela 1
Parcela 2
Traçado do Gareduto



Limite Exterior da Mata Nacional
Área de Intervenção

(acima) Área a reflorestar em Sines (abaixo) Área a reflorestar em Penamacor

contratos de manutenção, sendo que a partir de Julho de 2009, passaram a 5 contratos, uma vez que o contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização se enquadrou a nível nacional. Desta decisão a nível central resultou o fecho formal de cada contrato, na vertente de Ambiente.

Foram realizadas auditorias no âmbito de contratos de manutenção em curso, permitindo não só avaliar a conformidade legal e contratual, mas essencialmente identificar áreas potenciais de melhoria, ao encontro de uma maior eficiência do Sistema de Gestão Ambiental implementado. É objectivo futuro que todos os contratos sejam auditados, estabelecendo consoante o histórico de desempenho de cada prestador de serviços, diferentes níveis e periodicidades de realização, por exemplo, auditorias trimestrais/ semestrais de controlo operacional.

Auditorias de Ambiente realizadas . 2009

Designação da PS	Prestador de Serviços	Órgão REFER afecto ao contrato
Prestação de Serviços de Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização instalados no troço do Grande Porto	Dimetronic	UON – CM Ermesinde
Prestação de Serviços de Manutenção de Infra-estrutura Ferroviária na Área Metropolitana de Lisboa – 1.º adicional do Contrato 15/05 – CA/CM	Consórcio Ferrovias/ Mota-Engil/ Visabeira	UOC – CM Lisboa UOS – CM Setúbal
Prestação de Serviços de Manutenção na Zona Operacional da Conservação Sul – 1.º adicional	Consórcio Somague / Neopul / EIP	UOS
Prestação de Serviços de Manutenção de Via na Linha do Oeste, Entre Meleças (Exclusive) e Louriçal (Exclusive)	Promorail/ Edifer/ Opway	UOC – CM Caldas da Rainha

Exemplos de melhorias implementadas nos Estaleiros da Prestação de Serviços de Manutenção de Infra-estrutura Ferroviária na Área Metropolitana de Lisboa

Estaleiro de Vila Franca de Xira

O Parque de resíduos sofreu uma melhoria significativa pela impermeabilização de toda a área envolvente e pela colocação de bacias de retenção, para os bidões existentes em local descoberto.



Estaleiro de Alcântara

O Parque de resíduos sofreu uma melhoria, pela reorganização do espaço e aumento da protecção lateral para evitar a entrada e permanência de água, no seu interior.

Estaleiro de Penalva

O Parque de resíduos sofreu, de forma continuada, melhorias. Inclui-se a reutilização de um equipamento destinado ao acondicionamento de lâmpadas para o armazenamento de produtos.

Paralelamente têm sido alvo de acompanhamento ambiental, empreitadas na área da Manutenção e Engenharia, tendo sido até ao momento verificado o cumprimento do estabelecido em Caderno de Encargos em 7 Empreitadas, desde o início do modelo concertado de apoio aos órgãos.

Diagnóstico Ambiental na área da manutenção/ exploração

Desde que se iniciou em 2007 o diagnóstico ambiental às Unidades Operacionais (UO), têm-se constatado uma melhoria de comunicação e de articulação entre Órgãos. Em 2009 e no decurso da estratégia definida formou-se um Responsável Operacional de Ambiente para a área sul (Unidade Operacional do Sul), permitindo a médio/ longo prazo concretizar a nível local a operacionalização pretendida e suportada nos objectivos de ambiente definidos centralmente.

É de destacar, por fim, a formação de ambiente que vem sendo ministrada com regularidade, designadamente no âmbito dos programas levados a cabo pela Direcção de Recursos Humanos.

Emissões, Efluentes e Resíduos**Emissões**

A emissão de CO₂ associada ao consumo directo de electricidade, com base no factor de emissão caracterizador do Sistema Eléctrico Nacional, foi de 28 mil toneladas de CO₂ equivalente no ano de 2009, cerca de 16% superior ao valor registado em 2008.

O ganho ambiental associado à substituição de material circulante diesel por composições de tracção eléctrica devido à electrificação da rede mantém-se inalterado desde 2005, ano de entrada em exploração da electrificação do troço Mouriscas A-Castelo Branco da linha da Beira Baixa.

Efluentes

A produção de efluentes de origem doméstica, no ano de 2009 sofreu um ligeiro decréscimo (2.5%) face ao ano de 2008, tendo este último apresentado praticamente o mesmo valor do ano de 2007, 53 mil m³.

Resíduos

Face aos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores para a implementação da estratégia proposta no Plano de Gestão de Resíduos (PGR), foi possível desenvolver durante o ano de 2009 os seguintes projectos de valorização:



- Valorização energética de resíduos de madeira - Durante o ano de 2009 a REFER enviou para valorização energética, nas instalações da SECIL em Outão, cerca de 6.000 toneladas de resíduos de travessas de madeira existentes no Complexo Logístico do Entroncamento.

A adopção desta solução, em detrimento do envio para aterro de resíduos perigosos (solução adoptada no passado) permitiu diminuir o consumo de pet-coque (combustível usado nas cimenteiras) em cerca de 3.000 toneladas.

- Valorização material de cerca de 1350 toneladas de resíduos metálicos (ferrosos e não ferrosos).

Com a implementação de redes de recolha selectiva, quer ao nível das actividades de manutenção (óleos usados, massas lubrificantes, acumuladores) quer das instalações sociais (zonas administrativas onde operam os serviços da REFER) foi possível assegurar o correcto encaminhamento destes resíduos.

A nível dos resíduos da actividade administrativa merece especial destaque o protocolo de cedência dos consumíveis informáticos firmado com a AMI – Assistência Médica Internacional, que para além de garantir um destino adequado para cerca de 2.900 tinteiros e toner, promovendo-se a sua reutilização, permitiu uma valorização económica para a Fundação AMI importante na sua campanha de angariação de fundos para prossecução das suas campanhas de apoio Humanitário.

Ruído

O ruído produzido pela actividade ferroviária constitui um dos maiores desafios ambientais que a REFER enfrenta. Esta realidade tem vindo a assumir contornos cada vez mais claros à medida que se tem consolidado o trabalho desenvolvido na área do ambiente na empresa.

Durante o ano de 2009 foram apresentadas 24 reclamações relacionadas com o ruído gerado pela actividade da responsabilidade da REFER.

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Número de reclamações	29	27	19	23	24

A Directiva 2002/49/CE, de 25 de Junho, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, prevê a produção de mapas estratégicos de ruído para as Grandes Infra-estruturas de Transporte Ferroviário em duas fases. Na primeira, para os troços de via-férrea com mais de 60 000 comboios por ano e, na segunda, para os troços de via-férrea com mais de 30 000 comboios por ano.

A REFER elaborou todos os Mapas Estratégicos de Ruído correspondentes à primeira fase, tendo os mesmos sido apresentados à Agência Portuguesa do Ambiente até Agosto de 2008. E entretanto aprovados. Para além destes, a REFER tem em elaboração os mapas estratégicos de ruído correspondentes à segunda fase.

Permitimo-nos assinalar que a REFER foi a primeira entidade gestora de uma infra-estrutura de transporte em Portugal a concluir e ter aprovado um Mapa Estratégico de Ruído, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 17 de Julho, designadamente, o da Linha de Cascais em 2006.

GIF60k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído	Plano de Redução
Cascais	Concluída	Concluído	90%
Sintra	Concluída	Concluído	60%
Cintura	Concluída	Concluído	40%
Norte (até Azambuja)	Concluída	Concluído	40%
Minho (até Ermesinde)	Concluída	Concluído	40%

GIF30k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído	Plano de Redução
Norte (Entroncamento – Albergaria-dos-Doze)	Concluída	1.º Semestre 2010	2010
Norte (Quintans – Ovar)	Concluída	1.º Semestre 2010	2010

No domínio da acção da REFER, destaca-se que a modernização das vias constitui acção imprescindível para que as demais medidas surtam efeito, sendo esta a medida de redução na fonte, por excelência, ao nível da infra-estrutura, que deverá ser acompanhada por igual acção no material circulante.

Para além das conhecidas, e por vezes contestadas, barreiras acústicas, a REFER tem em estudo outras medidas de redução de ruído que poderão ser aplicadas depois de comprovado o seu efeito e depois de devidamente homologadas. Tais medidas compreendem, entre outras não apresentadas:

- Instalação de Absorvedores de Ruído no Carril ("Rail Dampers");
- Lubrificadores Fixos de Via;
- Esmerilagem Acústica;
- Revestimentos Absorventes para muros de betão;
- Barreiras Acústicas (inclinadas ou curvas).

Por último, mas não menos importante, é de referir que, desde a publicação do primeiro Regulamento Geral do Ruído (em 1987) ficou explícita a necessidade de se promover uma nova dinâmica à gestão do território em torno de infra-estruturas vitais, como o são as principais artérias de comunicação nas áreas metropolitanas e principais cidades. Desde essa data, que se torna evidente o desígnio de estancar a ocupação, por usos sensíveis, do espaço contíguo a estes canais, que no caso da infra-estrutura ferroviária conhecida, se encontram implantados no território há mais de um século. Só esta acção partilhada permitirá um efeito efectivo neste desiderato.

Medidas implementadas pela REFER à data de 31.12.2009

Medidas de redução do ruído	Executado	Em estudo
Electrificação da rede	52% da rede com tráfego 100% das grandes infra-estruturas de transporte ferroviário (GIF)	-
Via com barra longa soldada (BLS)	83% das GIF 72% da rede com tráfego	-
Utilização de Material Circulante pouco ruidoso (Esta medida é da responsabilidade exclusiva dos operadores ferroviários)	Parcialmente em 121 km 24% das GIF	25 km 25 km em GIF
Instalação de 'rail dampers'	0 km 0% em GIF	0,5 km 0,5 km em GIF
Manta de balastro	54 800 m ² 48 254 m ² em GIF	54 800 m ² 48 254 m ² em GIF
Via tratada com palmilhas resilientes	6 km	6 km
Via tratada com solas de travessa	1 km	1 km
Lubrificadores Fixos de Via em curvas de raio reduzido	1 unidade	23 unidades
Barreiras acústicas	61 km 46 km em GIF	Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 88 km de via-férrea (88 km em GIF). Tais medidas incluem qualquer uma das indicadas neste quadro e não apenas barreiras acústicas.

(*) Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 88 km de via-férrea (88 km em GIF). Tais medidas incluem qualquer uma das indicadas neste quadro e não apenas barreiras acústicas.

Valorização das Acções de Carácter Ambiental

Seguidamente apresentam-se alguns valores de custos associados a acções, da REFER, de carácter ambiental.

Área	Ação	Ano	Custo (euros)
RUÍDO	Barreiras acústicas instaladas	2007	2 500 000
	Barreiras acústicas em projecto/construção	2007	33 000 000
		2008	36 082 000
	Protocolo estabelecido com o centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico (Diversos)	2007	11 000
		2008	11 000
		2009	11 000
	Cartografia Digital da Linha do Norte (Lisboa Sta. Apolónia/ Azambuja) e Linha de Cintura	2007	64 085
	Mapa de Ruído da Linha de Sintra	2007	29 000
	Mapa de Ruído da Linha de Cintura	2007	19 500
	Estudo de Avaliação de Campanhas de Passagens de Nivel	2007	8 300
	Estudo de Avaliação do Sistema de Anúncio ao Público da Estação de Roma-Areeiro	2007	8 850
	Estudo de Caracterização Acústica de ocupação urbana	2007	4 850
	Cartografia Digital da Linha do Minho (Porto S. Bento/Ermesinde)	2008	23 463
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Lisboa Sta. Apolónia/Azambuja)	2008	49 300
Cartografia Digital da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2009	45 200	
Cartografia Digital da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2009	35 462	
RESÍDUOS	Gestão de resíduos	2007	38 945
		2008	57 213
		2009	313 275
	Análises de resíduos para determinação da admissibilidade em aterro e seu grau de contaminação	2007	22 341
		2009	3 655
	Implementação do sistema de recolha selectiva de resíduos de papel/cartão	2008	2 358
		2009	1 278
	Protocolo com o Centro para a Valorização de Resíduos (CVR) da Universidade do Minho	2007	2 000
2008		2 000	
2009		2 000	

Área	Acção	Ano	Custo (euros)
AVALIAÇÃO AMBIENTAL	Estudos de impacto ambiental e relatórios de conformidade ambiental do projecto de execução	2008	252 868
		2009	343 402
	Monitorização ambiental das linhas de Guimarães, Douro, Beira Baixa	2007	68 346
	Monitorização ambiental da linha de Évora	2008	980
	Monitorização ambiental das linhas do Minho, Beira Baixa Sul e Évora e ramal de Braga	2009	9 990
	Monitorização ambiental da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	2009	5 000
PATRIMÓNIO	Protocolo estabelecido com a Universidade de Évora	2007	20 000
		2008	10 000
		2009	30 000
BIODIVERSIDADE	Assessoria	2007	32 000
		2008	32 000
		2009	20 000
	Instalação de dissuasores e plataformas para ninhos de cegonhas	2007	5 095
		2008	15 140
		2009	104 100
	Recuperação Ecológica de Salina no Vale do Sado	2008	70 000
PAISAGEM	Protocolo estabelecido com a Universidade de Évora	2007	15 000
		2009	44 136
	Projecto de Integração Paisagística do troço Bombel/Casa Branca/Évora, da linha de Évora e Castelo Branco/Covilhã, da linha da Beira Baixa		

Listagem de Todos os Indicadores

Código GRI	Desempenho Económico REFER	Página
	Indicadores Económicos	
	Total do Activo	219
	Resultados Operacionais	220-221
	Resultados Líquidos	220-221
EC1	Volume de Negócios	
	Volume de investimento	182,218-219
	Accionistas	
	Cobertura do Investimento pelos diversos subsidios	219
	Colaboradores	
	Estrutura de Gastos com Pessoal, nomeadamente remunerações, encargos sociais	223
	Fornecedores	
	Estrutura de conta de custos 62, nomeadamente peso dos subcontratos	224
	Clientes	
	Prestação de Serviços (Tarifa de Utilização)	225-226
	Capacidade disponível da rede	197
	Índice de pontualidade por causas imputáveis à REFER	201
	Valores dos investimentos e conservação destinados a estações e interfaces	nd
	Emprego	
LA1	Número colaboradores por Qualificação	231
LA1	Número de colaboradores por região NUT II	232
LA12	Benefícios dos colaboradores, para além dos legalmente previstos;	236
	Trabalho e Relações Laborais	
LA3	Taxa de Sindicalização	232
	Saúde e Segurança	
LA9	Horas de Formação Média Anual	235
LA9	Número de formandos	235
LA9	Custos com formação / Custos com pessoal	235
	Quadros com formação complementar em gestão	235
	Comunidade	
	Índice de sinistralidade em PNs	206
	Investimentos na supressão e reconversão de PN	205
	Número de PN suprimidas	206
	Diversidade e Oportunidade	
LA11	Rácio Homem/Mulher na empresa,	238
LA11	Rácio Homem/Mulher nos cargos de chefia	238
	Estrutura etária	230
	Gráfico Antiguidade	231

Código GRI	Desempenho Económico REFER	Página
	Materiais	
EN1	ton balastro; km e ton carril; nº e ton travessas (madeira, bibloco e betão); kg de produto de deservagem e suas características; Origem dos Materiais.	239-240
	Energia	
EN3	Joule de electricidade comprada; Joule de comb fósseis, diesel, consumidos.	240-241
	Água	
EN5	Custo associado ao consumo total de água	241-242
	Biodiversidade	
EN6	Quantificação do domínio ferroviário afecto a áreas protegidas; Indicação de medidas de minimização.	242
EN7	Indicação dos impactes: Sobre áreas protegidas; Quantificação, se possível em %, das áreas impermeabilizadas.	243
EN27	Indicação das medidas implementadas para: Recolha de resíduos abandonados; Reabilitação de troços sem tráfego; Reflorestação de áreas intervenionadas (Pro. Int. Paisagística).	243
	Emissões, efluentes e resíduos	
EN11	ton de resíduos por tipo e origem; Indicação dos destinos.	
EN30	ton de subs e ton _{eq} CO2 provenientes dos operadores, relação com a electrificação das linhas.	246
EN31	Quantificação dos resíduos considerados perigosos.	
	Fornecedores	
EN33	Indicação das medidas implementadas.	249
	Ruído	
AM1	Indicação das medidas implementadas em obra (investimento/conservação) para a minimização do ruído; Indicação do ruído proveniente da circulação de composições e medidas implementadas pela REFER, EP com vista à minimização de impactes; Nº total de pessoas potencialmente afectadas por níveis de ruído > 55dB(A); Nº de metros lineares de via com barra longa soldada; Nº de metros lineares de barreiras acústicas instaladas e em projecto; Nº de metros lineares de via electrificada.	247-250

Quadro Compromissos com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo

	Objectivos	Metas para 2010
Social	Aumentar a produtividade da Organização	Incentivar o acréscimo do factor trabalho
	Promover a Qualificação e Valorização dos RH's da Empresa	Reforçar as políticas internas e iniciativas no âmbito do desenvolvimento profissional dos colaboradores, de forma a garantir a disponibilidade e adequação das competências internas face às necessidades operacionais e de desenvolvimento da Empresa;
	Adequar o Efectivo às necessidades do Negócio	Prosseguir a meta já definida, de incrementar a qualidade e adequabilidade da formação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais relativos ao nº de horas/colaborador;
Ambiente	Ambiente Desenvolver e Implementar o Sistema de Gestão Ambiental da REFER	Prosseguir com o desenvolvimento da rede interna de competências em ambiente. Implementar o plano de auditorias.
	Implementar os Planos de Monitorização Ambiental decorrentes dos projectos de investimento da REFER.	implementação dos seguintes planos de monitorização: Linhas do Minho, Beira Baixa, Sul e ramal de Braga – Ruído Linha de Évora – Fauna/Flora
	Assegurar a protecção acústica* dos receptores significativamente** afectados pelo ruído decorrente da circulação ferroviária.	Efectuar uma avaliação global do esforço a efectuar para mitigar os impactos do ruído nas linhas com mais de 60.000 marchas/ano e consolidar uma estratégia de actuação.
	* Considera-se garantida a protecção acústica dos receptores se forem cumpridos os limiares legislados, ou, ainda que não cumprindo esses mesmos limiares, se forem implementadas as medidas concertadas com os órgãos representativos das populações.	Em função da estratégia de actuação, prosseguir Planos de Redução dos troços de via-férrea com mais de 60 000 comboios por ano (extensão: 105 km), em particular das linhas de Sintra e Cascais.
	** Consideram-se significativamente afectados os receptores sujeitos a níveis de ruído superiores aos limiares legislados para zonas mistas (critério este passível de ser revisto em função de alterações legislativas).	Desenvolver os Mapas Estratégicos de Ruído e Planos de Redução dos troços Quintans/Ovar e Entroncamento/Albergaria da Linha do Norte (troços com mais de 30.000 e menos de 60.000 marchas/ano).
	Eliminar a dispersão de resíduos fora da rede de locais de concentração estabelecidos.	Alargar a rede de recolha selectiva de resíduos da REFER: - rede de acumuladores de chumbo; - rede de recolha de massas lubrificantes. - centros e triagem de resíduos nos centros de manutenção.
Fomentar a implementação de projectos de medidas de minimização ou compensatórias dos impactos ambientais.	Prosseguir o desenvolvimento do projecto de reabilitação ecológica de uma Salina no Sado (inscrita na iniciativa B&B); Prosseguir com a implementação do projecto de Promoção da floresta autóctone (inscrita na iniciativa B&B); Implementar os projectos de compensação de sobreiros nas zonas de Sines, Penamacor e Trofa. Desenvolver a Base de Dados de Valores naturais na Linha.	

	Objectivos	Metas para 2010
Segurança	Aumentar os níveis de Segurança da rede Segurança Ferroviária	Implementar o Sistema de Gestão de Segurança; Reduzir a Sinistralidade em Passagens de Nível
Económico	Gerir eficientemente os recursos financeiros	Adequação do perfil temporal da dívida financeira à maturidade dos activos visando a redução do seu custo efectivo Minimizar o Custo de Oportunidade de recursos indevidamente cativos Maximizar a obtenção dos recursos comunitários disponíveis Garantir a optimização dos recursos financeiros associados a projectos (na fase de concurso) assim como o seu correcto registo.
	Racionalização de custos	Campanhas de sensibilização junto dos colaboradores no sentido da redução de alguns custos de funcionamento.
	Reduzir o número de dias do prazo médio de pagamentos	Reduzir para 42 dias o prazo médio de pagamentos aos fornecedores
	Reduzir o número de dias do prazo médio de recebimentos	Reduzir para 60 dias o prazo médio de recebimento dos clientes

Glossário

Balastro	Material de granulometria seleccionada destinado a suportar e encas-trar as travessas, a distribuir as cargas transmitidas pelas travessas à pla-taforma, a conferir elasticidade à via e a facilitar a drenagem. Quanto à sua natureza pode ser saibro de grão grosso, brita de rocha calcária e brita de rocha dura, dividindo-se quanto às dimensões em normal (de 25 a 50 mm) e fino (de 16 e 31.5 mm) que se destina a ser utilizado no nivelamento
Barreira acústica	Painel disposto em série ao longo da via-férrea e de ambos os lados, em zonas onde se torne necessário proteger o meio ambiente da agressivi-dade sonora das circulações
BLS	Abreviatura de Barra Longa Soldada: carril soldado, com um compri-mento indefinido, em que exista uma zona central, de extensão variável com o tipo de fixação às travessas, em que as tensões internas atingem o seu valor máximo e os movimentos estão impedidos
Cadeia de valor	Modelo de gestão que permite determinar o valor, que cada elemento ou segmento da cadeia acrescenta ao produto, que vai evoluindo atra-vés dessa mesma cadeia
CAE	Código de Actividade Empresarial
Capital estatutário	Montante de capital fixado nos estatutos da empresa
CH4	Metano
Ck	Abreviatura de comboio-quilómetro, unidade de prestação de explo-ração ferroviária, correspondente ao deslocamento de 1 comboio na distância de 1 Km. O seu custo depende das características quer da linha quer do comboio em causa
CO²	Dióxido de carbono
Contratualização Global" (Outsourcing)	Contratação de especialistas externos à empresa para a realização de algumas funções da empresa, proporcionando um desempenho mais eficaz e com custos inferiores
CONVEL	Abreviatura de Controle Automático de Velocidade. Sistema de protec-ção de comboios que, através de circuitos ressonantes indutivos colo-cados na via e de equipamentos de bordo correspondentes, verifica de modo pontual se as velocidades são cumpridas, se as frenagens são efectuadas e se os sinais de paragem são respeitados. Em caso de anomalia, o sistema desencadeia a aplicação automática dos freios, auxiliando assim os maquinistas no exercício das suas funções, impedin-do que a velocidade dos comboios ultrapasse certos valores impostos pelas condições de segurança
Core Business	Negócio principal de uma empresa
dB(A)	Decibel malha ponderada A
Deservagem	Tratamento preventivo, realizado periodicamente com recurso a equi-pamento adequado para eliminar a vegetação daninha que prolifera

	no balastro e nos passeios da via
Domínio Público Ferroviário	Bens de domínio público afectos ao funcionamento e à exploração do serviço público ferroviário
Ecopista	Rota de passeio não motorizado para lazer e contacto com a natureza, resultante do aproveitamento de corredores ferroviários desactivados
Família de Comboios	Designação dada ao grupo de comboios com o mesmo itinerário de circulação, ou seja com idênticos tempos de trajecto
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo, que significa o valor dos bens duradouros adquiridos em cada ano, visando o aumento da capacidade produtiva do país
Fundos Comunitários	Instrumentos financeiros de apoio comunitário
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
Infra-estrutura ferroviária	Conjunto de todas as instalações fixas respeitantes às vias principais e de serviço e às estações necessárias à circulação ferroviária, incluindo edifícios afectos ao serviço das infra-estruturas, bem como o conjunto dos elementos referidos na parte A do Anexo I Regulamento nº1108/70 / CE. DLnº270/2003 de 28 de Outubro
Intercidades	Designação da família de comboios de passageiros que ligam regularmente duas cidades
Isolador	Dispositivo isolador de material cerâmico, intercalado na "catenária" para separar a zona em tensão e que apresenta uma resistência à rotura, por tracção, de 9 toneladas
kgpe	Quilograma equivalente de petróleo
kgqeCO2	Quilograma equivalente de dióxido de carbono
Linhas electrificadas	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujas vias estão equipadas por forma a permitir a tracção eléctrica, incluindo instalações de sinalização e CONVEL e de telecomunicações
Longo curso	Forma corrente e abreviada de designar os comboios de longo curso que transportam passageiros em distâncias superiores a um dado patamar, normalmente fixado entre 50 e 100 km
Manta de balastro	Tapete de borracha ou de material sintético colocada entre o balastro e a plataforma da via, para baixar o nível de ruído propagado através da estrutura da via
Marcha	Comboio em vazio efectuado por razões de gestão do material, ou outras
Mercadorias	Composições essencialmente utilizadas para o tráfego de mercadorias

N²O	Óxido de azoto
Norma ISO 14001	Norma orientadora na implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental
Notação de rating	Classificação de entidades, em função do seu risco de crédito
Notch	Níveis de diferença entre notações de rating
NP EN ISO 9001:2000	Norma orientadora na implementação de sistemas de gestão da qualidade
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
“Pacote Ferroviário I”	Conjunto de Directivas Comunitárias que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infra-estrutura ferroviária, promovendo a coerência na concessão de licenças a empresas ferroviárias, no acesso à infra-estrutura ferroviária e na emissão de certificados de segurança
PCB's	Bifenilos policlorados.
Pendular	Comboio de Pendulação, também designado por "comboio basculante", ou simplesmente "pendular", cuja tecnologia permite a prática de velocidades superiores às do material convencional, nas curvas e sem perda de segurança, ao mesmo tempo que proporciona um maior conforto ao passageiro
PIB	Produto Interno Bruto, que significa o valor da produção dos bens e serviços produzidos no país, durante um ano
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
Plano de Gestão de Resíduos	Documento desenvolvido pela Direcção de Ambiente com a colaboração da Direcção de Aprovisionamentos e Logística, Direcção de Conservação e Manutenção e Direcção Geral de Engenharia, que após a avaliação da situação de referência equacionou as linhas de acção, orientações e objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sistema de gestão de resíduos da REFER.
PN	Abreviatura de Passagem Nivelada ou Passagem de Nível: travessia de nível do caminho-de-ferro com uma estrada nacional ou municipal. Rádio solo-comboio c/ transmissão de dados – Sistema de comunicações para controlo e comando de circulação, com fonia e transmissão de dados ligados ao CONVEL, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
Rádio solo-comboio c/ transmissão de dados	Sistema de comunicações em fonia, para controlo e comando de circulação, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
rail pad	Placa de borracha ou de material sintético colocada entre o chapim e a patilha do carril, para baixar o nível de ruído propagado através do ar e da estrutura da via

Rede complementar	A rede complementar da rede ferroviária nacional, compreende as linhas e ramais de interesse público não incluídas na rede principal. DL n.º10/90 de 17 de Março
Rede Principal	A rede principal ferroviária é composta pelas linhas vocacionadas para a prestação de serviços de transportes de passageiros, nacionais e internacionais, de longo curso, grande velocidade e elevada qualidade e pelas linhas basicamente destinadas ao transporte de grandes volumes de tráfego de passageiros deslocando-se diariamente entre os locais de residência e os locais de trabalho. DL n.º10/90 de 17 de Março Regionais – forma corrente e abreviada de designar os comboios regionais destinados a dar resposta às necessidades dos passageiros no interior de uma dada região, designadamente de uma região autónoma. DL n.º10/90 de 17 de Março e n.º270/2003 de 28 de Outubro
Serviço Público	Serviço de interesse público, orientado para as necessidades da população e não para o lucro
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma parte integrante do sistema global de gestão da organização, que inclui a estrutura funcional, as actividades de planeamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos, para desenvolver, concretizar, rever e manter a Política de Ambiente.
Suburbanos	Forma corrente e abreviada de designar os comboios suburbanos que visam satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município ou de uma região metropolitana de transportes. DL n.º10/90 de 17 de Março
Tarifa de Utilização	Montante a pagar por um operador ferroviário pela utilização de uma linha ou de um troço de linha
Travessa	Elemento situado transversalmente à via que faz a ligação entre o carril e o balastro. A roda actua sobre o carril, transmitindo-lhes tensões elevadas, a travessa recebe essas tensões e transmite-as, degradadas, à camada de balastro de tal forma que elas sejam compatíveis com a sua capacidade de resistência e de deformação. As travessas desempenham a função de garantir, em conjunto com as fixações, a distância entre os carris (bitola da via)
Travessa Bloco	Travessa constituída por dois blocos de betão armado (não pré-esforçado), com mesas de assentamento para os carris, e ligados por um perfil metálico (madre) que garante a bitola da via
Travessa de madeira para VL	Travessa de madeira para via larga (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1,668 metros) e com uma largura de 260 cm
Travessa de via estreita	Travessa de madeira para via métrica (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1 m), também denominada via estreita, e cuja largura é de 240 cm
Travessa monobloco	Travessa de via de uma só peça, fabricada em betão pré-esforçado. A compressão aplicada no pré-esforço é suficientemente elevada para

que a travessa nunca sofra tracções por virtude das cargas a que é suposto vir a ser submetida. Tem um peso 50% superior ao da travessa bibloco

undersleeper pads Placa de borracha ou de material sintético colocada por baixo das travessas, para baixar o nível de ruído propagado através do ar e da estrutura da via

VAB Valor Acrescentado Bruto, que corresponde ao valor da produção de uma empresa, sector industrial ou país, menos o valor dos consumos intermédios; a soma dos VAB corresponde ao PIB

Via Dupla Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via

Via Estreita Via em que a bitola, distância entre as faces interiores da cabeça dos carris, é de 1 metro. É por isso também denominada Via Métrica

Via Larga A via dita larga ou normal é a que tem uma bitola de 1668 mm, a praticada na Península Ibérica. A via larga europeia tem uma bitola de 1435 mm

Via Múltipla Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal de plena via apresenta mais do que duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via

Via Única Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta uma só via que pode ser percorrida nos dois sentidos

Volume de Negócios Quantia líquida das vendas e prestações de serviços abrangendo as indemnizações compensatórias respeitantes as actividades normais das entidades consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.

RELATÓRIOS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

6

